

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES NA AMAZÔNIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BRAGANÇA

# NOVA REVISTA AMAZÔNICA

Vol. VIII - Nº 03 - Dezembro 2020 - ISSN 2318-1346



**CIDADE E AS  
NARRATIVAS DE  
SOLIDARIEDADE**

Foto: Francivaldo e Márcio

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E  
SABERES NA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME VIII – NÚMERO 03 – DEZEMBRO 2020 – ISSN – 2318-1346

QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periódicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

**NOVA REVISTA AMAZÔNICA**

**DOSSIÊ - CIDADE E AS NARRATIVAS DE SOLIDARIEDADE**

**APRESENTAÇÃO**

*Cornelia Eckert*

*Daniel dos Santos Fernandes*\_\_\_\_\_05

**O OLHAR INVISÍVEL: VISÕES E NARRATIVAS DE POPULARES EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERABILIDADE SOCIAL NOS TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 EM BRAGANÇA-PA**

*Erlan José Gatinho*

*João Plínio Ferreira de Quadros*

*Nivia Maria Vieira Costa*\_\_\_\_\_09

**SOLIDARITY THROUGH A NETWORK SYSTEM: THE CASE OF INDIAN MIGRANTS IN MARSEILLE/FRANCE**

*Otávio Amaral da Silva Corrêa*\_\_\_\_\_21

**PRAÇAS COMUNITÁRIAS DE SUCATA NA “CIDADE SOL” – JEQUIÉ-BA: LUGAR DE BRINCADEIRA, PRESERVAÇÃO E APRENDIZAGEM SOCIAL**

*Marilete Calegari Cardoso*

*Ana Lúcia Santos Souza*\_\_\_\_\_33

**O LAZER NO COTIDIANO: PRÁTICAS COLETIVAS COMO RESISTÊNCIA**

*Francivaldo José da Conceição Mendes*

*Márcio Douglas do Amaral*\_\_\_\_\_47

**TERRITORIALIDADES URBANAS: A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DA CIDADE ANDINA NA LITERATURA PERUANA**

*Flávio Reginaldo Pimentel*

*Márcia Aparecida da Silva Pimentel*\_\_\_\_\_61

## SEÇÃO LIVRE

### **AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA MALÁRIA E DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA**

*Raquel Soares Casaes Nunes*

*Roberta Soares Casaes* \_\_\_\_\_ 79

### **A DIVERSIDADE DE PRÁTICAS PRODUTIVAS DE FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA**

*Alciene Oliveira Felizardo*

*Carla Giovana Souza Rocha* \_\_\_\_\_ 95

### **REVISÃO CRÍTICA SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: 1960- 1980**

*Marcos Rogério Pinto*

*Claiton Márcio Da Silva* \_\_\_\_\_ 111

### **IGREJA E TERRITÓRIO, ENTRE O TEMPO, O ESPAÇO E OS CONFLITOS: DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE BELO MONTE**

*Tânia Nazarena de Oliveira Miranda* \_\_\_\_\_ 129

### **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA SOB A ÓTICA DISCENTE: PROBLEMATIZANDO AS PRÁTICAS ESCOLARES**

*Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo*

*Léia Gonçalves de Freitas* \_\_\_\_\_ 151

### **UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL NA ABORDAGEM DA CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE JURUTI VELHO EM FACE DO ADVENTO DA ALCOA EM SEU TERRITÓRIO, ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL**

*Lindomar de Jesus de Sousa Silva*

*Maurílio de Abreu Monteiro*

*Lílian Regina Furtado Braga*



*Tânia Nazarena de Oliveira Miranda* \_\_\_\_\_ 167

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: O NEGRO NO SABER HISTORIOGRÁFICO E SABER HISTÓRICO ESCOLAR**

*Elton Luis da Silva Júnior*

*Silviane de Carvalho Farias* \_\_\_\_\_ 189

**COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO: CATEGORIAS, IDENTIDADES E DIREITOS EM DISCUSSÃO**

*Rita de Cássia Domingues Lopes* \_\_\_\_\_ 205

**CRÔNICA ETNOGRÁFICA**

**HISTÓRIAS ALÉM DAS JANELAS**

*Gislene da Silva Oliveira*

*Joana d'Arc Vasconcelos Neves* \_\_\_\_\_ 217

**ENSAIO ETNOFOTOGRAFICO**

**RESISTÊNCIAS CIDADINAS: A REATIVAÇÃO E REOCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DA POPULAÇÃO NA CAPITAL PERUANA**

*Indira Angela Eyzaguirre* \_\_\_\_\_ 221

**VÍDEO ETNOGRÁFICO**

**UMA VIAGEM PELOS SABERES DA TRADIÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA COM OS CERAMISTAS DA “VILA QUE ERA” EM BRAGANÇA-PA (PARTE 1)**

*Samuel Antonio Silva do Rosario*

*Jocenilda Pires de Sousa do Rosario*

*Carlos Aldemir Farias da Silva* \_\_\_\_\_ 229

**RESENHA**

*Gutemberg Armando Diniz Guerra*

*Pensilvânia Diniz Guerra Santos*

---

233

## CIDADE E AS NARRATIVAS DE SOLIDARIEDADE

### APRESENTAÇÃO

As cidades configuram o contexto que abriga a maior parte da população no mundo contemporâneo. Sua dinâmica apoiada em estruturas institucionais e organizacionais complexas, regulam as formas da vida social. Determinações de vida social estas, recheadas de paradoxos e contradições próprias dos matizes do capitalismo que orientam as relações políticas e econômicas das populações urbanas.

A sociedade moderna, urbanizada e industrializada, desde cedo foi analisada por intelectuais da modernidade. A teoria da forma de Georg Simmel (1858-1918) nos ensina, entre outros, sobre as formas de sociação, referindo-se sobre os processos de dominação-subordinação, sobre a condição do conflito, como a competição, e outras formas puras de sociação, no seu ponto de vista, como círculos sociais, sociedade secreta, pobreza, referindo-se as noções de proximidade e afastamento, de distância social, isolamento e vizinhança. Mas estas referências espaciais apenas importam para argumentar sobre as forças psicológicas e os fatores espirituais que aproximam, unem, distanciam ou separam as pessoas e grupos. Assim se Simmel é um dos pioneiros sobre a formação da individualidade, dando conta dos dilemas da construção da subjetividade, trata das ações recíprocas dos indivíduos, que em sua liberdade de expressão, também contempla a cooperação e a solidariedade.

Neste dossiê, buscamos trazer estudos sobre as cidades ao mesmo tempo que acolhem o habitante em suas territorialidades públicas, concebendo práticas coletivas ou de valorização individual e coletiva, são lócus de estigmas e segmentações, de exclusões e injustiças sociais quanto aos “direitos à cidade” argumentados por Henri Lefebvre. Em todas crises sociais no mundo urbano, podemos, pois, perguntar sobre as formas de solidariedade que estetizam as relações humanas na vida urbana. Seguindo Simmel, ao tratar das formas de sociação, apontamos para a importância de pesquisas que tratam da articulação de grupos e redes na superação às crises e ameaças próprias do mundo contemporâneo.

No nível do Estado, as gestões públicas adotam estratégias políticas compartilhadas, bem como buscam, na solidariedade, mecanismos para enfrentamentos (“*crisis facingment*”). Sem dúvida vivemos em 2020, um ano extraordinário em sua complexidade por fatores pandêmicos em proporções mundiais. No Brasil, as ações estatais foram escassas para prevenir e combater o índice letal da doença. Nas margens da ineficiência estatal, as ações civis de solidariedade são inúmeras e colaboram na sustentabilidade das formas dignas de vida humana. Além desta crise, específica que nos motiva a reflexão, outras situações de redes de solidariedade, de troca e de reciprocidade, são geradas no interior das situações críticas da vida cotidiana dos cidadãos.

Este dossiê contempla artigos no âmbito da pesquisa antropológica e sociológica sobre esses dramas da vida social, estudos que relatam e interpretam ações dos cidadãos nas suas formas de resistência, de fazeres e saberes de solidariedade que revelam os esforços culturais, simbólicos, emocionais ou políticos de superação da anomia social e desestruturas político sociais.

O artigo de Erlan José Gatinho, João Plínio Ferreira de Quadros e Nivia Maria Vieira Costa, intitulado *O olhar invisível: visões e narrativas de populares em situação de rua e vulnerabilidade social nos tempos de pandemia da covid-19 em Bragança-PA*, consiste em estudo realizado na cidade de Bragança, Pará, que pesquisou indivíduos em situação de rua para refletir sobre a vulnerabilidade social em tempos de pandemia da covid-19. O estudo acompanha a situação de alguns moradores de rua atendidos por coletivos, o que permitiu uma aproximação para conhecer a forma singular como vivenciam a crise pandêmica.

Este artigo se apoia teoricamente em Velho (1973); Lefebvre (2011); Santos (2020), Bauman e Donskis (2016), mostrando a invisibilidade destes sujeitos na cidade e reflexões críticas acerca da pandemia de covid-19.

Na sequência trazemos o artigo de Otávio Amaral da Silva Corrêa, intitulado *Solidarity through a network system: the case of Indian migrants in Marseille/ France*. Ambientado na França, em uma cidade fortemente caracterizada pela presença de populações migrantes em diferentes conjunturas o autor, antropólogo brasileiro, se insere em um contexto étnico diverso. Desenvolve uma pesquisa etnográfica junto a migrantes indianos para considerar, no interior de suas vidas cotidianas, suas representações simbólicas e seu imaginário cultural. Para considerar este objetivo, aprecia as formas de sociabilidade, de reciprocidade, de ajuda e de solidariedade, seja no âmbito do contexto da cidade de Marselha, seja nos fluxos migratórios internacionais, buscando considerar as trajetórias e processos de enraizamento na realidade francesa.

O próximo artigo se intitula *Praças comunitárias de sucata na “cidade Sol” - Jequié-BA: lugar de brincadeira, preservação e aprendizagem social*, de Marilete Calegari Cardoso e Ana Lúcia Santos Souza. O estudo se desenvolve na cidade de Jequié, no estado da Bahia, tendo por foco a qualificação dos espaços públicos. Com uma reflexão crítica sobre a negligência do estado para com os dispositivos públicos, as autoras trazem os resultados de sua pesquisa sobre a ação de cidadãos na construção de praças comunitárias para fins lúdicos. Com base em entrevistas e observação, incluindo rico material fotográfico, revelam a ação solidária que atende a prática do brincar, do lazer e de sociabilidade lúdica na organização de um espaço público acessível a população geral para desenvolverem eventos comunitários, jogos e brincadeiras infantis, em “praças comunitárias específicas”. Contextos que abrigam as ações de cidadãos onde podem praticar “identidades comunitárias”, evidenciando os equipamentos disponíveis que são oriundos de sucatas revitalizadas.

O artigo que segue, dos autores Francivaldo José da Conceição Mendes e Márcio Douglas do Amaral, com o título *O lazer no cotidiano: práticas coletivas como resistência*, traz uma revisão conceitual do conceito de lazer objetivando demonstrar “que em diferentes contextos espaciais vigoram variadas práticas que, a despeito de serem consideradas pouco importantes, constituem-se em conteúdos significativos da vida social urbana”. (MENDES; AMARAL, 2020, p. 01). Esta revisitação conceitual nos motiva a refletir sobre a qualidade das práticas e formas de resistência que podemos reconhecer na noção de lazer, para além de ditames de racionalidade e normas de consumo. Conforme os autores “A reflexão aqui proposta parte de uma revisão bibliográfica combinada com reiteradas observações em campo que se deram em cidades da Amazônia e de outras regiões do Brasil. Em que pese a predominância da abstração do espaço urbano verificou-se que os sujeitos, nos diferentes tempos e espaços, mantêm uma sofisticada rede de interação e sociabilidade cuja materialidade remete a práticas espontâneas, não racionalizadas, notabilizando caminhos reais para uma cidade, um cotidiano, diferentes para e pelo lazer”. (MENDES; AMARAL, 2020, p. 01).

Por fim, o artigo intitulado *Territorialidades urbanas: a representação simbólica da cidade Andina na literatura peruana*, de Flávio Reginaldo Pimentel e Márcia Aparecida da Silva Pimentel. A motivação dos autores não é tratar diretamente do tema do dossiê, mas podemos encontrar os laços de solidariedade e resistência nos diálogos dos personagens do livro *Os rios profundos*, de José María Arguedas de 1958, ao trazerem em suas narrativas os sentimentos mais profundos de reconhecimento ancestral nas territorialidades e no patrimônio cultural de pertença nativa. Os autores Pimentel e da Silva Pimentel (2020), tendo por foco uma correlação entre a literatura e a filosofia, se apoiam nos conceitos de “territorialização-desterritorialização-reterritorialização”, definidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), como suporte teórico para adentrar ao texto literário. Tais conceitos aparecem nos escritos

desses autores, em *O Anti-Édipo* (1972), e desdobrados, sobretudo, em *Mil Platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991).” Ambientado na cidade de Cusco (Peru), o romance relata a trajetória de Ernesto, recém chegado neste contexto em companhia do seu pai, em que experimentam um jogo de alteridades de si no reencontro com rastros da cultura incaica na Cusco colonizada e moderna, sustentando uma lógica decolonial no jogo identitário híbrido e plural destes personagens. Para os autores Pimentel e da Silva Pimentel (2020, p. 14), o “espaço urbano de Cusco favorece um movimento rizomático das territorialidades, pois é nesse espaço ficcional que se encontram imbricados os diversos mundos antagônicos”.

### **Os organizadores**

#### **Dra. Cornelia Eckert**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: [chicaeckert@gmail.com](mailto:chicaeckert@gmail.com). Doutora em Antropologia Social pela Paris V, Sorbonne, França, 1992. Atua no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela UFRGS. Coordena o Núcleo de Antropologia Visual e o Banco de Imagens e Efeitos Visuais. <https://www.ufrgs.br/biev/> Porto Alegre, RS, Brasil.

#### **Dr. Daniel dos Santos Fernandes**

Professor Convidado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA), UFPA-Castanhal. E-mail: [dsfernandes@ufpa.br](mailto:dsfernandes@ufpa.br). Doutor em Ciências Sociais/Antropologia, Vice-coordenador do Colaboratório de Interculturalidades Inclusão de Saberes e Inovação Social (COLINS/UFPA-Castanhal).

## **DOSSIÊ AMAZÔNIA**

## O OLHAR INVISÍVEL: VISÕES E NARRATIVAS DE POPULARES EM SITUAÇÃO DE RUA E VULNERABILIDADE SOCIAL NOS TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 EM BRAGANÇA-PA

Erlan José Gatinho<sup>1</sup>  
João Plínio Ferreira de Quadros<sup>2</sup>  
Nívia Maria Vieira Costa<sup>3</sup>

### RESUMO

Devido a tantas mudanças abruptas que o mundo vivencia na atualidade, traz-se ao centro da cena, através desta pesquisa, alguns apontamentos reflexivos que se tornaram pertinentes como as desigualdades, as discriminações e os impactos sociais, além de transformações desencadeadas em tempos de pandemia da Covid-19. O objetivo geral da pesquisa está pautado em compreender como os grupos sociais em situação de rua e vulnerabilidade social da sociedade bragantina vivenciam a crise pandêmica. Como delineamento metodológico, se trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa com os seguintes procedimentos: observação participante, rodas de conversa e análise interpretativa das narrativas orais. Entre os resultados obtidos permitiu-se conhecer parte destes grupos sociais que permeiam o *locus* da cidade, tal qual as múltiplas relações e ações que estes coletivos exercem, tornou-se ainda viável entender dentre quais maneiras eles concebem o que é a pandemia, a quarentena e a crise manifestada em suas vivências e ressignificações. Epistemologicamente, a pesquisa baseia-se em conceitos de Velho (1973); Lefebvre (2011); Santos (2020); Bauman e Donskis (2016), com perspectivas conceituais e analíticas sobre: antropologia urbana, relações sociais, invisibilidades de grupo e reflexões críticas acerca da pandemia de Covid-19.

**Palavras-chave:** Antropologia urbana. Cidade. Vulnerabilidade Social. Solidariedade.

### ABSTRACT

Because so abrupt changes that the world is experiencing actually, through this research, some reflective notes that have become pertinent, such as inequalities, discrimination and social impacts, in addition to transformations triggered in times of pandemic, are brought to the center of the scene. of COVID-19. The general objective of the research it is based on understanding how social groups living on the streets and social vulnerability in bragantine society experience the pandemic crisis. As a methodological design, it is a qualitative research with the following procedures: participant observation, conversation circles and interpretative analysis of oral narratives. Among the results obtained, it was possible to know part of these social groups that permeate the locus of the city, as well as the multiple relations and actions that these collectives exercise, it became feasible to understand among which ways they conceive what the pandemic, quarantine and the crisis manifested in their experiences and resignificances. Epistemologically, the research is based on the concepts of Velho (1973); Lefebvre (2011); Santos (2020), Bauman and Donskis (2016), conceptual and analytical perspectives on: urban anthropology, social relations, group invisibilities and critical reflections about the COVID-19 pandemic.

**Keywords:** Urban anthropology; City; Social vulnerability; Solidarity.

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia, pelo Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia – PPLSA/ UFPA-Campus Bragança. E-mail: erlan.winchester@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), pela Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Bragança. E-mail: joaoambiental2017@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-doutora em Educação, pela Universidade de Coimbra-Portugal. Professora do IFPA – Campus Bragança. E-mail: nivia.costa@ifpa.edu.br.

**Data de submissão:** 04.08.2020

**Data de aprovação:** 20.10.2020

## INTRODUÇÃO

As reflexões e conclusões apresentadas neste estudo são resultantes de investigações desenvolvidas pelos grupos de pesquisa “Laboratório de Estudos, Linguagens e Memórias” (LELIM/CNPq), e “Colaboratório de Interculturalidade, Inclusão de saberes e Inovação social” (COLINS/CNPq), ambos da Universidade Federal do Pará – UFPA, os quais têm contribuído para o desenvolvimento de reflexões e ações a respeito da diversidade de valores e práticas culturais na Amazônia, assim como promoção da inclusão de atores e saberes de grupos sociais no desenvolvimento local, através de ações e produtos colaborativos inclinados ao conceito do ‘bom viver’.

Por intermédio de tantas mudanças abruptas que o mundo vivencia, traz-se ao centro de cena alguns apontamentos reflexivos que se tornaram pertinentes, dentre eles: desigualdades, discriminações e impactos sociais, transformações desencadeadas em tempos de Pandemia da Covid-19. Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde do mês de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), após reunião com especialistas, declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em razão da disseminação do novo Coronavírus ou Covid-19. No Brasil, a partir de dados consolidados das secretarias estaduais de saúde, até o dia 28 de julho de 2020 foram registrados 88.634 óbitos e 2.484.649 diagnósticos de Covid-19, com 897 mortes confirmadas nas últimas 24 horas da referida data. O Pará ocupou o lugar de 5º Estado com maior número de casos nesse contexto (SITE G1, 2020).

A sobrevivência humana se tornou eixo de discussão, portanto surgem contemplações pertinentes sobre o antagonismo entre solidariedade e individualismo na sociedade contemporânea. Atualmente há uma grande rede de solidariedade frente à pandemia da Covid-19, e os fatos e as medidas tomadas nos indicam o nível de envolvimento do poder público e da sociedade, demonstram como as cidades se entrelaçam, se comportam e se transformam, ao mesmo tempo que deixam transparecer como as pessoas formam arranjos e redes, seja em um sistema micro, no envolvimento familiar e pessoas mais próximas, ou em sistemas macros, ou seja, mais amplos, envolvendo atividades institucionais e locais de trabalho.

O cenário descrito pelos veículos de comunicação, de forma geral, é o de que todos estão ‘na mesma situação’, pois o cingido conhecimento sobre o contágio do novo vírus revela que não há distinção em relação a cor, classe social e gênero. Todavia, a solidariedade que inclui alguns grupos sociais, geralmente está atrelada aos laços afetivos ou às conveniências sociais (vizinho, colega de trabalho, etc.), ou seja, não chegam a uma grande população vítima da invisibilidade nas cidades, como os moradores de rua, os dependentes químicos, os homoafetivos e demais segmentos de identidade de gênero.

De acordo com os técnicos do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)<sup>4</sup>, de Bragança-PA, os perfis das principais vítimas da Covid-19, certamente serão compostos, em sua maioria, pelos mais pobres. Assim, a população em situação de rua aparece como um dos grupos sociais mais vulneráveis. Consonante com Santos (2020), percebe-se que a população de rua “habita na cidade sem direito à cidade, já que, vivendo em espaços desurbanizados, não tem acesso às condições urbanas pressupostas pelo direito à cidade.” (SANTOS, 2020, p.18).

---

<sup>4</sup> É um órgão estatal de abrangência municipal integrante do Sistema Único de Assistência Social e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Tem por objetivo ofertar ações de orientação, proteção e acompanhamento às famílias com um ou mais membros em situação de vulnerabilidade social, ou seja, foca nos territórios com maior vulnerabilidade e faz com que todos tenham acesso aos direitos socioassistenciais.



Na cidade de Bragança a estatística de moradores em situação de rua é considerada volátil, atualmente estão cadastrados 120 moradores de rua, o quantitativo condiz “justamente em virtude dessas pessoas terem a liberdade de transitarem de forma livre, pois não possuem residência, trabalho e, na maioria das vezes, são rejeitados pelas famílias”, de acordo com relato de um pedagogo do CREAS. Ele ainda afirmou que a maioria desses moradores de rua são de outros municípios paraenses e alguns de outros Estados.

A pobreza e desprovimento fazem parte da realidade social de um grande contingente de brasileiros, que incluem as pessoas em situação de rua. E essas pessoas estão associadas a outras vulnerabilidades, transformando-se em um grupo completamente suscetível ao vírus, pois muitos são idosos, alguns já estão doentes e há grande dificuldade em colocá-los em quarentena ou estabelecer o distanciamento social, pois vivem em grupos, circulam por muitos territórios da cidade, são transeuntes todo o tempo. Ademais, a pandemia acentuou e deu visibilidade há uma série de problemas sociais estruturais causados pelo atual sistema capitalista, pelo colonialismo e pelo patriarcado, dentre eles a divisão de classes, a devastação ambiental, a exclusão social, a discriminação e a extrema pobreza, entre tantos outros (SANTOS, 2020).

Por tais aspectos mencionados anteriormente, forma-se o seguinte questionamento: “Como será a quarentena de quem não tem casa?”, esta indagação foi realizada por Boaventura Santos, na obra *A Cruel Pedagogia do Vírus* (2020). Destarte, o autor lança um amplo panorama sociológico no sentido de desvelar aspectos não visíveis dessa pandemia, pelo menos do ponto de vista social, mostrando também que ela é reflexo de todo um processo histórico, cultural e político anterior, referente ao modo de vida da humanidade sob os efeitos do capitalismo, bem como do aprofundamento do neoliberalismo enquanto modelo econômico (COELHO & FRANZ, 2020).

De acordo com as constatações de Santos (2020), surgiu a questão-problema do presente estudo: como o grupo social dos moradores de rua vivencia a crise pandêmica da Covid-19 na cidade de Bragança-PA? De forma geral, objetivou-se compreender como os grupos em situação de rua e vulnerabilidade social da sociedade bragantina vivenciam a crise pandêmica. Especificamente, os objetivos foram: averiguar as concepções dos agentes sociais sobre si em tempos da pandemia; identificar através de narrativas dos interlocutores qual ou quais ações socioassistencialistas lhes foram ofertadas em meio à crise epidemiológica; e analisar possíveis estratégias de adaptações sociais desses interlocutores e suas narrativas em relação ao contexto que vivenciam.

Através de investigações sobre pesquisas desenvolvidas sobre o assunto, verificou-se que a maioria delas tem um enfoque sobre a cidade em um plano macroestrutural, isto é, das instituições e da estrutura que compõem a cidade, assim os indivíduos que a habitam são interpretados como agentes passivos desse cenário, como se fossem desprovidos de atividades, sociabilidades e ações individuais.

Tendo em vista essas circunstâncias no meio urbano, ressaltam-se as mudanças ocorridas sob as perspectivas antropológicas, com novas áreas de investigação abertas. Mais do que nunca, os povos ditos ‘primitivos’ deixaram de ser o único objeto da Antropologia e fica cada vez mais claro o entendimento de que o ‘outro’ não precisa, necessariamente, estar distante do pesquisador. Nesse sentido, o sujeito urbano passa então a ser visto como um indivíduo dotado de diversidade cultural.

Conforme Park (1921 *apud* VELHO, 1973, p. 28) afirmou, “o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante, e ao mesmo tempo sua vida é mais aberta à observação e ao estudo”. Pensando nesse sujeito, a cidade se tornou o *locus* das pesquisas antropológicas dedicadas aos grupos urbanos, que concentra e multiplica toda a complexidade existente entre as sociedades modernas. Surge desse contexto uma nova área da Antropologia, a qual ficou conhecida como “Antropologia Urbana” (VELHO, 1973).

Segundo Lakatos (2010), apesar de tratar de objetos totalmente diferentes, a Antropologia Urbana também priorizou escolher o mesmo método de pesquisa utilizado pelos antropólogos que estudam sociedades ‘simples’: a observação participante e a etnografia. Metodologicamente, esse estudo se baseou na pesquisa de abordagem qualitativa e delineou-se por procedimentos como: observação participante, rodas de conversa e análise interpretativa das narrativas orais.

O início da pesquisa aconteceu mediante o contato com a coordenação geral do abrigo – servidores do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), para explicar a intenção do trabalho a ser desenvolvido e solicitar a autorização. Foi-lhes entregue uma carta, com a descrição dos objetivos do estudo e a solicitação de colaboração da instituição. Após todos os trâmites legais aconteceu a pesquisa de campo. A observação participante propiciou a interação do pesquisador com a situação pesquisada, uma vez que “a observação é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de intenção com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado” (ANDRÉ, 2007, p. 28).

Como locus da pesquisa foi escolhido o abrigo para moradores em situação de rua, localizado na Escola Municipal Profª Júlia Quadros Peinado, sobretudo, pelo fato de ter sido o único abrigo no Município de Bragança-PA que atendeu à demanda. Para a obtenção dos depoimentos orais foi utilizada a técnica roda de conversa. De acordo com Gatti (2005), essa técnica permite compreender processos de “construção da realidade, por determinados grupos sociais, comportamentos e atitudes, representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições e preconceitos” (GATTI, 2005, p.11). Utilizou-se o gravador de voz para captar as falas dos agentes sociais e, posteriormente, foi feita a transcrição dessas falas.

Participaram desse estudo 03 (três) moradores em situação de rua que vivenciam a experiência do abrigo, justifica-se esse quantitativo em virtude da recusa da grande maioria em participar de entrevistas, além destes interlocutores, participaram os 02 (dois) coordenadores do projeto (01 Pedagogo e 01 Assistente Social). A pesquisa foi desenvolvida nos meses de junho e julho de 2020.

Antes da apresentação e análise das narrativas coletadas, na segunda e na terceira sessões, na primeira sessão há aportes teóricos referenciais e considerações sobre Antropologia Urbana e grupos em vulnerabilidade social.

## **1 A CIDADE INVISÍVEL: ENTRE CONFLITOS E RESSIGNIFICAÇÕES DE GRUPOS VULNERÁVEIS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

No Brasil, a década de 70 foi o período quando surgiram os primeiros estudos da Antropologia Urbana. Magnani (2002) aponta que a Antropologia surge em seus primórdios como uma ciência que busca compreender sociedades simples, isto é, colônias, grupos indígenas e rurais, minorias sociais e etc., entretanto, as transformações históricas e sociais que atingiram essas sociedades transformaram colônias em Estados-nação, colocando indígenas e as populações rurais em contato com o chamado ‘progresso urbano’, isto é, minorias sociais expostas à cultura dominante.

Lefebvre (2011) sintetiza a compreensão de cidade em sua formação desde o próprio conceito até as novas concepções deste termo, pode-se compreender que inicialmente as cidades eram um local onde um conjunto de tribos e povos se encontravam e viviam, hoje esta definição não se difere em muito, pelo fato que nas cidades atuais os grupos sociais que permeiam seu interior são inúmeros e dos mais variados segmentos ideológicos e socioculturais, por outro lado, na relação social contemporânea nas urbes as variações de grupos e tribos urbanas são mais complexas e com novas características, as quais as diferem das cidades arcaicas.

Outro fator importante sob a constituição dos estudos urbanos é o advento das revoluções industriais e do próprio capitalismo, por isso a contemporaneidade apresenta diversas transformações sobretudo nas cidades. Contudo, reconhece-se que relacionar a cidade com as características basilares da modernidade não quer dizer que estas não existiam na época pré-industrial e pré-capitalista, entretanto, tinham um caráter diferente do que têm hoje. (MAGNANI, 2002).

Segundo Bauman e Donskis (2016, p. 26) “[...] a cultura consumista transforma cada loja e agência de serviços numa farmácia fornecedora de tranquilizantes e anestésicos: neste caso, drogas destinadas a mitigar ou aplacar não as dores físicas, mas a dor moral”. Nesta linha, as cidades são palcos de uma realidade complexa e múltipla em todos os sentidos, dentre eles, culturais e sociais, e estão em constante transformação. Esta multiplicidade pode se expressar nos traços pessoais, nas ocupações, na vida cultural e nas ideias dos habitantes da comunidade urbana, podendo resultar em separações espaciais dos indivíduos de acordo com essas características (VELHO, 2003).

Mendoza (2000) parte da premissa de que oportunizar voz a esses moradores se torna fundamental para mostrar componentes da cidade que não são visíveis em grande parte dos estudos acadêmicos, isto é, “trata-se de conhecer como esses grupos urbanos organizam, classificam, representam, atuam e constroem o seu espaço e modo de vida dentro de um sistema urbano.” (MENDOZA, 2000, p. 191).

Convém destacar estudos do teórico Lefebvre (2011), o autor traça um esquema linear e apresenta a formação inicial da cidade, a transição do campo para ela e, ao final do eixo, a absorção dos campos pelas urbes. Entre esses eixos de deslocamento se encontra o ponto crítico, o que mostra que há uma descontinuidade presente no mesmo, e há inúmeros pontos críticos, dentre os mais agravantes está o momento em que ocorrem as expansões das cidades. As cidades invadem os campos e os subúrbios, e outras áreas periféricas também se manifestam, e é ao redor desse ponto crítico que a cidade apresenta sua adversidade (LEFEBVRE, 2011). Nesses parâmetros os pontos críticos são todas as causas e também as consequências que ocorrem no meio urbano, de forma espontânea ou imposta, mas que cria uma desestruturação na ordem social, como a violência, a fome, a discriminação, dentre outros.

Sobre a relação da cidade e os impactos sociais em tempos de pandemia, Santos (2020) afirma que a pandemia de Covid-19 nada mais é do que o reflexo de uma crise humanitária mais abrangente que assola a sociedade a nível global há tempos por meio de causas naturais, socioeconômicos, financeiras, políticas, entre outras, tendo como ênfase a discussão desse estudo sobre os aspectos urbanocêntricos.

A cidade engloba inúmeros meios de análise das consequências dessas aflições mundiais, como conhecer os grupos sociais que permeiam esse *lócus*, tal qual as múltiplas relações e ações que eles exercem, o que torna viável entender dentre quais maneiras estes grupos concebem o que é a pandemia, a quarentena e a crise manifestada em suas vivências e com suas significâncias.

É fato que as crises já afetam a humanidade por um longo período, desde a compreensão destas, sendo manifestadas em formas e intensidades diferenciadas, como seus meios de proliferação e causas. Muitas doenças afligem grande parte da população mundial, com destaque para aquelas em área de risco ou em critério de pobreza e fome extrema, para as quais não há recursos de saúde, assistências e saneamento básico. O que se deve questionar é o fato de as situações epidemiológicas ou pandemiológicas só serem alarmadas mundialmente ao atingirem países mais ricos, fato evidenciado no excerto a seguir:

As epidemias de que o novo Coronavírus é a mais recente manifestação só se transformam em problemas globais graves quando as populações dos países mais ricos do Norte global são atingidas. Foi isso que sucedeu com a epidemia da

SIDA/AIDS. Em 2016, a malária matou 405 mil pessoas, a esmagadora maioria em África, e isso não foi notícia. (SANTOS, 2020. p. 26).

A partir do pensamento anterior destacado, torna-se perceptível que os governantes dos países ricos ou do sistema de governo capitalista, como cita Santos (2020), são quem proporcionam a maior parte da propagação dessas crises, possibilitam uma ‘normalidade’ dessas doenças à população mundial. Essa habitual absorção de banalidade das mortes, misérias e tragédias que as populações mais vulneráveis sofrem ao longo dos tempos, faz com que visibilize esses grupos sociais também, e cria-se um tipo de ‘darwinismo social’ em que os populares, considerados apenas como não-consumistas, não geradores de emprego e renda e invisíveis aos olhos das classes mais favorecidas economicamente e dominantes, são associados a uma limpeza social e suas mortes são naturalizadas, ocultadas e sem valor para a sociedade de um modo geral.

Santos (2020) afirma que as populações nas cidades de países em situação de risco e vulnerabilidade socioeconômica são as que mais são atingidas diretamente, tanto pela pandemia quanto por suas demais consequências na estrutura sociocultural. Especificamente nas cidades onde os indivíduos se relacionam com outros e desenvolvem uma cadeia social de relações, interdependências e mutualidade, gera-se também fonte de renda, cultura e demais produções para a cidade como um todo, sendo assim, tão necessários quanto os governantes e/ou a classe dominante.

Nessa linha de pensamento temos a cidade estetizada apenas pelas suas arquiteturas, suas áreas de lazer, entretenimento, garantia de emprego, que durante muitos séculos movimentou o então chamado êxodo rural. E pensando no contexto da Covid-19, cada vez mais a sua outra face é exposta, isto é, uma cidade invisibilizada pela mídia em alguns casos, órgãos governamentais ou a classe dominante no sistema capitalista, os quais tentam ocultar e ignorar essa outra parte presente no cotidiano e intrinsecamente em todas as dimensões que compõem a urbe. Nesse ínterim os moradores de rua aparecem e revelam muitos aspectos importantes das dificuldades com a pandemia e com as ações governamentais, dentre outros aspectos antes e durante a instauração da doença.

## **2 REDESCOBRINDO BRAGANÇA SOB AS NARRATIVAS E VISÕES DE MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

A partir dos resultados e discussões referentes às narrativas e concepções dos interlocutores deste estudo acerca de suas possíveis visões sobre si próprios e em relação às ações assistencialistas, que possivelmente lhes foram ofertadas ou assistidas no período da pandemia de Covid-19, averiguou-se quais destas foram efetivadas com os grupos em vulnerabilidade em meio à crise. Ao evidenciar o nome real dos interlocutores no presente estudo, após autorização, buscou-se, em uma perspectiva decolonial, definir que estes não são apenas sujeitos da pesquisa, mas agentes sociais que a constroem mediante suas narrativas junto aos autores da mesma.

### **2.1 NA ESTRADA ENTRE BECOS E QUEBRADAS: PERCURSOS TRAÇADOS**

De acordo com as narrações dos agentes sociais participantes da pesquisa, suas realidades enquanto moradores de rua foram ocasionadas por diferentes fatores nos âmbitos familiar, social, cultural e demais relações que lidaram, ações estas que foram influenciadas a praticar no decorrer de suas vivências. Com esse entendimento, foi-lhes questionado a respeito de como se identificariam, propondo evidenciar seus olhares sobre si mesmos e não

imagens construídas deles por outras pessoas. Assim, seguem os relatos dos três primeiros interlocutores<sup>5</sup>:

Primeiro relato:

*Eu sou Robson da Silva, eu tenho 32 anos, e não sou daqui né, o bairro que morava em Belém era o Bem gui. Eu praticamente sou de Belém né. Durante esse tempo fui criado com vó. Então, eu fui, a minha avó mora com a minha mãe em Belém e, desde que eu fui deixado da minha vó, eu fui pescador né. Então, todo esse tempo desse período que cheguei aqui eu nunca mais fui pescar.*

Segundo relato:

*Meu nome é Miguel Baldez da Silva, eu tenho 42 anos né, eu, não sou daqui do estado do Pará, meu pai era, eu vim de Mato Grosso né, aí no caso vim pra casa da misericórdia, aí saí, vim pra rua, [...] até uns dez anos atrás eu tive uma vida até bem estabelecida né, sempre tive, sempre trabalhei, aí aconteceu uma separação com a mãe da minha filha, aí eu debandei da cabeça, aconteceu muita coisa errada na minha vida e só foi decadência, então pra evitar ficar perto deles e eu acabar fazendo uma besteira comigo mesmo, fazendo uma besteira pra mim mesmo, então resolvi sair no mundo pra ver qual que era, o que era mais diferente, acabei vendo, não digo que peguei gosto, mas, vamos dizer assim fui sobrevivendo e até como estou até hoje.*

Terceiro relato:

*Então, eu me chamo Flavio Augusto Lima Peralta, bem no início como eu posso dizer, como o próprio assistente social Nill falou eu não sou um morador de rua eu me encontro em uma situação de rua, eu vim pra cá pra Bragança pra recomençar minha vida com minha ex companheira, e devido alguns problemas em nossa vida conjugal e a gente acabou se separando, e como eu estou com a minha irmã na justiça devido ao falecimento da nossa mãe, me foi tirado o direito de residir no meu próprio apartamento por questões de dependências químicas, então foi quando eu vim para cá, para Bragança.*

Ao averiguar as inferências dos interlocutores, percebeu-se que há particularidades e semelhanças presentes em suas falas, dentre elas: problemas familiares, conjugais e financeiros. O aspecto que merece atenção é o fato da não identificação desses agentes sociais enquanto moradores de rua, termos comumente usados para definir aquelas pessoas, precisamente ‘em situação de rua’ – hoje os termos mais usados conceitualmente. Ainda assim, nas falas observadas não foram utilizados ambos conceitos citados anteriormente, e no lugar deles os interlocutores se identificaram apenas considerando suas relações familiares e profissionais, tais como: pescador, trabalhador informal, pai de família e estudante.

Bauman e Donskis (2016, p.21) afirmam que “[...]destituir os seres humanos dos seus rostos e da sua individualidade não é uma forma de mal menos importante do que reduzir a sua dignidade ou procurar ameaças sobretudo entre aqueles que migraram ou que têm crenças religiosas diferentes.”, então após os questionamentos sobre suas imagens em uma relação intimista, colocou-se em voga a importância de se conhecer como percebiam o olhar da sociedade sobre eles, diante da situação de rua que vivenciam, assim foi questionado sobre a visão que a população pudesse ter antes e durante o período da pandemia da Covid-19. O interlocutor Flávio Peralta afirmou que

*Olha o que eu acho é o seguinte, as pessoas aqui, as poucas que eu conheci aqui de Bragança, que estavam lá no ginásio, me falaram assim...de solidariedade os residentes daqui de Bragança, me falaram que são pessoas boas, que gostam de*

---

<sup>5</sup> Silva, Robson da; Silva, Miguel Baldez da; Peralta, Flávio Augusto Lima. Roda de conversa sobre situações da pandemia para pessoas em situação de rua. [Entrevista cedida a] Erlan José Gatinho e João Plínio Ferreira de Quadros. Jun. 2020.

*ajudar, principalmente aquelas pessoas que estão em situação de rua, que estão no quadro de situação de rua, né, até então eu não tive a oportunidade de ficar como eles falam 'mangando' na rua, mangando para conseguir um café, quando eu cheguei eu fiquei 3 dias com a minha companheira passada e de lá eu fui logo para o abrigo emergencial, a gente vê que as pessoas realmente daqui elas são pessoas que gostam de ajudar, são pessoas cordiais. (FLAVIO PERALTA, 2020)*

O relato foi prosseguido pela fala de Miguel, ator social em conflito infere sobre o preconceito que sente por estar em situação de rua e ser invisibilizado pela sociedade, como segue:

*Na realidade o preconceito é geral, em tudo quanto é lugar, ninguém vê o morador de rua como alguém, mas sim aquele que tá incomodando, e com isso você tem que 'rebolar de um lado para o outro', não adianta você dizer que é morador de rua que todo tempo você vai tá bem, na realidade têm aqueles que lhe olham com carinho né, com dó, e tem aqueles que lhe olham com nojo, e é verdade mesmo não é mentira, as pessoas olha pra você como se não valessem nada, como se não fosse alguém, essa é a verdade. Infelizmente o ser humano é julgado pelo que ele tem, o morador de rua como ele não tem nada, ele não é ninguém, à vista de muitos e geralmente dos que mais têm, os que menos tem são aqueles que mais ajudam, os que mais tem eles fazem é evitar você chegar perto, acham que você é um lixo, uma doença, sem esquecer que um dia um parente deles ou alguém pode acontecer coisa pior ainda, e quem é que vai querer ajudar eles? Eles vão querer ajudar? Sendo que não ajudaram um estranho vão querer ajudar um parente? Eu tenho assim uma parte de preconceito com algumas pessoas que tem condição, do mesmo jeito que eles têm preconceito comigo eu também tenho com eles, na realidade, nem sei a palavra (MIGUEL BALDEZ, 2020).*

De acordo com Bauman e Donskis (2016), eram felizes os tempos em que havia formas evidentes do mal, hoje já não sabemos quais são, nem onde estão. Mas se feita uma lista dos novos bloqueios mentais, ela incluiria nosso esquecimento deliberado do Outro, a nossa recusa em reconhecer seres humanos de vários tipos e, ao mesmo tempo que não ouvimos o que ele diz ao nosso lado, fabricamos 'amigos virtuais' distantes, de outras realidades semióticas. Grigory Kanovich, escritor lituano-israelita, em seu romance *O Feitiço do Diabo* (2009), descreve a perda de memória e da sensibilidade através da personificação do Diabo, como aspectos inevitáveis do modo como esse personagem afeta a humanidade durante revoluções sociais, desastres, guerras e calamidades, trata-se de uma importante construção figurativa do caos na atualidade. (BAUMAN & DONSKIS, 2013).

## 2.2 UMA NOVA QUARENTENA: POR PERCALÇOS, CONFLITOS E ENTRE PEDRAS NO CAMINHO

Partindo das premissas anteriores, mediante as narrativas dos atores sociais, foi-lhes questionado se passavam por dificuldades por estarem em situação de rua em meio ao contexto da pandemia e, se sim, quais seriam. O interlocutor Robson afirmou:

*Então, hoje em dia isso para mim me dói muito, cara, porque vejo assim as pessoas que não tem nada, e hoje em dia para mim, tá vivendo no meio dessa sociedade, e por incrível que pareça, mas é... se torna assim imprevisível né, vamos dizer assim. Então,[...] como nós moramos na rua é uma coisa que eu vejo que é muito triste, eu vejo essas coisas assim cara, aquilo que me comove muito cara, seja um menino passando mal de fome, situações que não tem um teto para morar, eu fico um cara encabulado com isso (ROBSON, 2020).*

O morador de rua reafirma sua condição, a define como sendo imprevisível e apresenta uma percepção que outrora não tinha antes do contexto de pandemia de Covid-19, uma vez que “[...] quando o surto ocorre, a vulnerabilidade aumenta, porque estão mais expostos à propagação do vírus [...]” (SANTOS 2020, p. 27). Já o interlocutor Miguel afirma que

*Foi um pouco né, porque tem pessoas que tem bondade no coração, eu passei em várias outras cidades e não vi isso, mas aqui, graças a Deus, as pessoas são de verdade mesmo, são boas de coração, algumas né, não são todas, na realidade não pode colocar tudo num pacote só. (MIGUEL BALDEZ, 2020).*

O interlocutor destacou a solidariedade de alguns nesse contexto. Buscando-se um terceiro olhar, fez-se a mesma interrogação a Flávio Peralta, que ressaltou que estar em um mesmo lugar limitado de espaço lhe causou estranheza, mas manteve a mente equilibrada, como segue,

*É, para mim foi, a gente ficava num espaço bem limitado não sei se vocês tiveram a oportunidade de conhecer o ginásio antes, mas o ginásio ele é grande, tinha um espaço ali, mas mesmo aquele espaço tinha um momento que incomodava, porque a gente estava ali naquela rotina diária e o pessoal querendo ou não aqui fora eles estavam vivendo, e pra mim, falando pra mim mesmo foi bem sufocante, mas estava a todo tempo tentando me manter com a mente aberta, recebendo as orientações dos coordenadores, procurando fazer alguma coisa para distrair a cabeça. (FLÁVIO PERALTA, 2020).*

As mudanças pandêmicas afetam a sociedade como um todo, em divergentes aspectos, tanto sociais quanto financeiros e emocionais (SANTOS, 2020), dar voz a quem não é visto por muitos é escutar o mundo em suas multivozes invisibilizadas. As narrativas manifestadas desses populares se tornam parte fundamental para compreender as múltiplas visões que se reformulam no meio social em contexto de pandemia, sobretudo os olhares e crenças dos populares que em muitos casos são ignorados no meio social, assim, não somente se deve analisar os pensamentos esperançosos que estes possam ter, mas seus medos e demais sensações manifestadas em ações que demonstram em seus discursos.

Ao enunciar suas visões, os atores sociais possibilitaram a compreensão, por sua vez, a respeito do serviço que lhes foi ofertado por meio do abrigo emergencial, a próxima questão proposta. Foi-lhes questionado como foi para eles esse tempo de permanência em que ficaram assistidos no abrigo emergencial. Todos responderam que foram muito bem tratados e tiveram dignidade no acesso aos serviços públicos, conforme segue:

*Praticamente, foi um abrigo bacana, legal, a gente tinha um bom contato com o pessoal lá de dentro, a gente conversava com as meninas por lá, com os rapazes também. Então, aquilo para mim foi totalmente demais, foi super bacana, ótimo, não teve atrito nenhum e todo mundo que estava lá acho que estão bem né, não tem nenhum doente. Então, eu quero que eles fiquem bem de saúde e trabalhem para se manter vivo, né. Eles lá foram umas pessoas bacana com a gente, o que eles pediam a gente fazia a gente prendemos muita coisa com eles também, tanto eles como nós, e desejo muitas felicidades para eles, para família deles todos. (ROBSON, 2020).*

Um dos agentes sociais relatou sua dificuldade em conviver com tantas pessoas próximas, mas disse que se sentiu respeitado e valorizado por todos, conforme segue:

*Eu não tenho do que reclamar, na realidade todos eles foram bem humildes com a gente, sempre deram atenção até que demais (risos), eu não sei tratar com esse tipo de pessoas à minha volta o tempo todo, não tenho esse costume, e para mim foi muito, muito bom, eu mesmo não tenho o costume de está com pessoas do meu lado*

*direto, eu até estranhei o modo que eles tratavam a gente com eles lá, mas foi legal. Quando eu fui pra lá eu não estava mais na casa de misericórdia, não, não, eu tinha saído fazia uns dois meses, fazia um tempo que já estava na rua já, e ficava lá na praça de eventos. As pessoas fizeram mutirão pra doar os alimentos né, as coisa para nós lá, e não tenho do que reclamar, foi ótimo, bom mesmo, eles sempre nos respeitaram e exigindo nosso respeito por eles, eles faziam palestras lá, tinha, eu não sou muito fã de esportes mas ficava acompanhando os jogo deles lá, acompanhava olhando. (MIGUEL BALDEZ. 2020).*

Em um dos relatos, um agente social nos informou que permaneceu nos serviços de assistência somente até receber o auxílio emergencial e relatou o quanto “se sentiu bem” no local,

*Sobre o abrigo assim, eu não tenho nada do que reclamar do serviço deles, tanto no abrigo quanto no Centro Pop, que é outro serviço né, e cheguei a fazer parte do Centro Pop e do Pop rua, mas como eu conseguir o auxílio eu sai do serviço, mas o serviço ajudou bastante, para muitas pessoas, mas depende de pessoa para pessoa, para outras eu vi que não, as pessoas queriam resultados imediatos, mas eu me senti bem. (FLAVIO PERALTA. 2020).*

Santos (2020) aponta para o questionamento das medidas de segurança apresentadas pelos órgãos globais e Estados-nação sobre a prevenção e cuidados referentes à pandemia da Covid-19, assim ele discute sobre o sentido etimológico do termo ‘pandemia’, descrevendo que significa ‘todo povo’ e, nesse pensamento de um modo coletivo de enfrentamento dessa atribuição, algo que parece ser contraditório é o fato de que para ser solidário, deve-se evitar o contato, isolar-se, tal qual infere o teórico que a “ [...] melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos” (SANTOS, 2020, p. 07).

Através das narrativas de todos os interlocutores da presente pesquisa foi evidenciado que bem mais do que os serviços e recursos ofertados no período em que estiveram no abrigo emergencial, foram mais significativos os atos de solidariedade e o contato que tiveram com os servidores e prestadores de assistência no local. Contudo, embora estivessem em isolamento, as proximidades com as demais pessoas e a forma como foram auxiliados se configuraram como cruciais para viverem o momento enquanto moradores em situação de rua.

### 2.3 A ESTRADA ATÉ AQUI: TRILHANDO NOVOS RUMOS EM VIAS INCERTAS

Com a análise de visões e narrativas dos agentes sociais da pesquisa enquanto grupo social e a crise que assola, reconhecendo possíveis estratégias de adaptações sociais para o período pós-pandêmico, interrogou-se posteriormente se eles pensam em continuar na cidade de Bragança ou voltar à cidade natal. A pergunta foi dirigida inicialmente a Robson, que descreveu o quanto gostou da cidade, mas não respondeu claramente sua pretensão de permanência.

*A população é bacana, ótimos, não tenho o que falar, a cidade também é bacana. Essas pessoas que são é... praticamente são umas coisas bem imprevisíveis né, eles são umas coisas que tudo que tem ao redor da gente tem que preservar e essas pessoas que são ótimo mesmo, bacana, legal tem que falar, a cidade também é boa e dá para se viver. (ROBSON,2020).*

Outrossim, quando indagados os demais agentes sociais, por sua vez, tiveram respostas opostas, um pretende permanecer e outro voltar para sua terra natal, Belém-PA.



Merece destaque que ambos fizeram referência a voltar a ter uma vida estável, com um trabalho para seu próprio sustento:

*Se sair essa vacina não vai sair por agora, então a vida tem que continuar do mesmo jeito, eu não vou te mentir não, depois que eu gostei dessa cidade aqui eu não pretendo mais sair, mas não quer dizer que eu vá ficar, querer é uma coisa, poder é outra, mas se eu conseguir uma condição financeira minha trabalhando, uma estadia minha morando numa casa nem que seja de aluguel, mas, que seja algo que eu possa dizer assim isso aqui é meu, porque eu pretendo voltar a ter a vida que eu tive antes, voltar a ter o nome de trabalhador, não o nome de vagabundo de rua. Eu não posso dizer que eu gosto de aqui por aqui, eu gosto pelo geral, aqui é um lugar bom, é receptivo, basta você saber viver, sem precisar ter muita coisa, isso é algo que me agradou aqui. (MIGUEL BALDEZ, 2020).*

*Bem o espaço em si né, porque fui nascido e crescido ainda em um fluxo de drogadição muito alto, e com um passado muito obscuro ainda, então penso na minha cabeça que antes de voltar para lá e voltar e começar tudo novo. (...)Então isso é uma pergunta bem interessante porque eu penso em voltar pra Belém sim, como meus amigos falam, Flávio se você vier aqui você vai ter onde ficar, tenho muitos amigos, a minha família, irmão, como eu disse não me deu suporte nenhum, sempre me repudiaram pela questão da dependência química, então a minha estadia aqui em Bragança é também para recarregar as pilhas as minhas energias, mas eu ainda não tive a oportunidade de conhecer Bragança por completo, me falaram que aqui é um lugar bem tranquilo para se viver, montar um bom negócio, mas a priori a minha vontade é de voltar para Belém, para a Cidade Nova. (FLAVIO PERALTA, 2020).*

Lefebvre (2011), ao falar sobre o direito à cidade, discute sobre as distintas formas de necessidade que se constroem e desenvolvem os populares, afirmando que, até então, tem-se evidenciado necessidades básicas ou afetivas da camada dita mais favorecida ou mais rica, enquanto grupos sociais invisibilizados são segregados, com seus anseios ocultados (LEFEBVRE, 2011). Para Bauman e Donskis (2016, p.19) “[...] o mal não está confinado à guerra ou a ideologias totalitárias. Hoje ele revela-se com mais frequência quando deixamos de reagir ao sofrimento de outra pessoa, quando nos recusamos a compreender os outros, quando somos insensíveis e evitamos o olhar ético silencioso”.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É determinante que a pandemia da Covid-19 é o reflexo de uma crise humanitária mais abrangente que atinge a humanidade a nível global há tempos, seja por meio de causas naturais, socioeconômicas, financeiras ou políticas. E sendo ênfase deste estudo a discussão sobre os aspectos urbanocêntricos, pode-se afirmar que a cidade nos permitiu conhecer parte dos grupos sociais evidenciados que permeiam esse lócus, tal qual as múltiplas relações e ações que eles exercem. E tornou-se viável entender como concebem o que é a pandemia, a quarentena e a crise manifestadas em suas vivências e ressignificações.

Pode-se concluir que os interlocutores desse estudo já vivenciavam uma quarentena, antes mesmo da Covid-19, visto que a situação de rua já direcionava para um isolamento social involuntário, ou seja, os múltiplos olhares invisíveis das cidades, embora sejam considerados atores sociais providos de direitos, muitos destes são lhes negado ou omitidos. A mídia, órgãos governamentais e a configuração da classe dominante capitalista tentam ocultar e ignorar essa outra parte presente no cotidiano e, intrinsecamente, em todas as dimensões que compõem a urbe.

A habitual absorção de banalidade das mortes, misérias e tragédias que as populações mais vulneráveis vêm sofrendo ao longo dos tempos faz com que se invisibilizem estes grupos sociais. Todavia, as vivências no abrigo emergencial permitiram soluções práticas para

as pessoas em situação de rua, que vão além da aquisição de objetos materiais (roupas, calçados, colchões etc.), são as relações que se construíram e foram desenvolvidas por meio de atitudes solidárias, fraternas, de equidade e alteridade, permitiram assim uma dialética social, na qual através dos olhares e reconhecimento dos outros, suas vozes, por muito silenciadas, foram ouvidas e suas visões valorizadas e compreendidas, sobretudo, respeitadas.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 13. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2007.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira Moral – a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Lisboa, Portugal. Relógio D'Água Editores, 2016.

COELHO, Gabriel Bandeira. FRANZ, Alice Hubner. A cruel pedagogia do vírus. **Ciências Sociais Unisinos**: revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, n. 1, jan/abr. 2020.

Disponível em:

[http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2020.56.1.10/60747777](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2020.56.1.10/60747777).

Acesso em: 01 abr 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livros, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

KANOVICH, Grigory. **O Feitiço do Diabo**. Noir Press, Reino Unido, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidadania**. Trad. Rubens E. Frias. Editora: Centauro. São Paulo -SP. 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.

**Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 17 n. 49, 2002. Disponível:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 01 abr 2020.

MENDOZA, Edgar Salvador Gutiérrez. **Sociologia da antropologia urbana no Brasil: a década de 70**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SITE G1. **Sem dados de SP, Brasil registra 897 mortes pelo novo coronavírus em 24 horas**. Retirado de: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/28/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-28-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 28 jul. de 2020.

VELHO, Gilberto. (Org.); KUSCHNIR, Karina. (Org.). **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. v. 1. p.235.

VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

## SOLIDARITY THROUGH A NETWORK SYSTEM: THE CASE OF INDIAN MIGRANTS IN MARSEILLE/FRANCE

Otávio Amaral da Silva Corrêa<sup>1</sup>

### RESUMO

O meio urbano é um espaço que cada vez mais incentiva a comunicação por meio de redes sociais virtuais. Com o objetivo de pensar a realidade da migração e sua relação com uma solidariedade construída em meio virtual, este artigo se propõe a fazer uma etnografia com migrantes indianos que vivem na cidade de Marselha, região da Provença, sul da França. Como se organizam estes indivíduos que saem da Índia em direção à França? A partir do método etnográfico, com técnicas como observação flutuante e observação-participante, foi realizado um estudo antropológico em um grupo no Facebook e em restaurantes de culinária indiana da cidade. Neste sentido, o texto procura demonstrar a construção de um sistema social em rede baseado no sentimento de solidariedade e na cooperação. Divido em duas seções, a primeira parte do artigo busca descrever as relações estabelecidas em um grupo de Facebook intitulado “Indians in Marseille”. Na sequência, o texto apresenta uma etnografia das relações que estruturam o cotidiano dos restaurantes indianos da cidade com o objetivo de analisar os polos de poder e a construção da solidariedade.

**Palavras-chave:** Rede. Solidariedade. Migração. Índia. Marselha.

### ABSTRACT

The urban environment is a space that increasingly encourages communication through virtual social networks. With the aim of thinking about the reality of migration and its relations with a solidarity built in a virtual environment, this article proposes to manage an ethnography with Indian migrants who live in the city of Marseille, region of Provence, southern France. How are these individuals who left India towards France organized? Through the ethnographic method, with techniques such as floating observation and participant observation, an anthropological study was carried out on a Facebook group and in Indian restaurants of the city. In this sense, the text seeks to demonstrate the construction of a social network system based on the feeling of solidarity and cooperation. Divided into two sections, the first part of the article tries to describe the relationships established in a Facebook group entitled “Indians in Marseille”. Afterwards, the text presents an ethnography of the relationships that structure the daily life of the Indian restaurants in the city, with the objective of analyzing the poles of power and the construction of solidarity.

**Keywords:** Network. Solidarity. Migration. India. Marseille.

**Data de submissão:** 10.07.2020

**Data de aprovação:** 20.07.2020

### INTRODUCTION

Speaking about networks is a synonym of speaking about a multiplicity of relations that structure a group, a community or an association. These relations sometimes build communities, troops and other kinds of social organization whose bases are anchored in the

---

<sup>1</sup> Master's degree in Social and Cultural Anthropology/Ethnology from Aix-Marseille University, financed by the Ministry of Europe and Foreign Affairs of France. Associate researcher at the Group of Urban Ethnographic Studies (GEEUR), Federal University of Pelotas. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3241-4609> E-mail: [otavioamaral@hotmail.com](mailto:otavioamaral@hotmail.com).

contact with the Other and the difference. Being inserted in a network is being part of a symmetric relation based on reciprocal exchanges.

The concept of network was first inaugurated by John Barnes in 1954, in a periodic called *Human Relations* (FIALHO, 2015). According to the author, the network is unlimited, without a specific leadership. Then, the network becomes the base to describe the paths and territorialities engendered from a special element, the nationality – as an example. There is no limit between the borders of these “groups”. Each individual is placed in the center of an endless bundle of relations that meets one another at the same time that they go back to the center from where they came. In the words of Barnes (1954, p. 43),

each person is, as it was, in touch with a number of other people, some of whom are directly in touch with each other and some of whom are not. Similarly, each person has a number of friends, and these friends have their own friends; some of any one person’s friends know each other, others do not. I find it convenient to talk of a social field of this kind as a network.

Nonetheless, the study about a social structure based on relations among individuals comes from the studies of Radcliffe Brown (1968) about kinship in African tribes. He is the anthropologist who consecrates the interpersonal relations as the reason why a grouping conceives their identity and its functions around the relations established by people, such as kinship, hierarchy, etc. As stated by him (*Ibidem*, p. 279; translated by the author),

If we examine a community, an African or Australian tribe, we recognize the differences of a social structure: the human beings are individually seen. They are, in this case, fundamental elements for a defined game of social relations in an integrated totality. The permanence of this structure is kept by the social life process that consists in actions and interactions of individual human beings and organized groups that unite each other. The social life of the community is here defined as the function of the social structure.

After realizing my fieldwork along more than eight months, based firstly on interviews and floating observation in Indian restaurants of Marseille, I wondered whether the Indian migrants who live in Marseille might be seen as either a network or a community. How could we classify this group according to these classic categories of Social Sciences? Therefore, the objective of this article remains on exploring the structure that maintains the contact and the relations among these Indians. Would they be a network or a community?

Attempting to get a response to these questions, this article is organized into two sections. At first, I develop an ethnography of a group on Facebook, through which it is possible to perceive two elements that run through Indian migration in Marseille: the virtuality and the cooperation. Thereupon, I introduce you to the restoration field, with the objective of exposing the way it builds and reinforces a communication based on network path which I call “solidarity”.

## **1 THE VIRTUALITY AND A COOPERATION SYSTEM: A GROUP ON FACEBOOK**

All the last decades along, the use of the internet – especially the social networks – has been a fundamental actor for the articulation of the civil society in what concerns the construction of political leaders and social movements. This element, according to the English sociologist Anthony Giddens (2002), is one the greatest achievements of our globalization era when products of human actions are the instruments where networks are formed. Having a capital means having a product, either they are a consequence of the industrialization or a

culture capital which aggregates value to migration movements and diplomatic relations. Speaking of migration nowadays is also a synonym of speaking about technology. Marseille, crib of this fusion of arrivals and departures, has the internet as a background for the perpetuation of migrants' daily routines.

It is ordinary to pass by the downtown neighborhoods and see individuals who communicates through a screen, usually speaking Arabic to an Other that remains far away from there. Oftenly, it is someone from the family. This communication which is assuaged by the internet – especially by social networks – becomes an actor that lives inside this phenomenon called “exile”. Once affectivity, sorrow and nostalgia are part of the whole called migration (SAYAD, 1999), the communication and the illusion of “being far away” are ways in which migrants often make a language of isolation from the place they are at the present moment. Speaking native language, cultivating the same friends of the past and living another time is a reality among migrants, living the time of those who welcome them.

If we think about the Indian migrants of Marseille, it would not be different. I must explain that Facebook was a fundamental tool for all the period when I was doing my fieldwork. My objective is to explain how it has acted as an ethnographic tool, particularly because of the solidary structure that are created by these migrants through Facebook. How could a simple virtual space guide an ethnography that started with frustrated attempts of being inserted in their world?

When I began the fieldwork, I primarily started by going to Indian restaurants where the contact revealed itself as hard and strict. The dialogues in English were ephemeral and an attempt of distancing were justified by the massive labor journey. Nevertheless, two restaurants opened their doors for me to frequent and acknowledge better the life story of the owners. During this relation, there was always one thing that often invaded their narratives, a group on Facebook. This virtual tool, as said by my interlocutors, was a space where cultural activities that take place in the city could be propagated. It was supposed to be an opportunity to “meet many Indians”.

“Indians in Marseille” is a group created at the end of 2000s by Kedge Business School students. Composed by 966 members, the group acts as a path towards cooperation and support for the individuals who arrive in the city, coming from India. In its description, there is a reference to four other Indian virtual groups in France: “Indian in Paris”, which have 26.108 members; “Indians in Lyon”, with 2.519 members; “Indians in Lille”, 1.919 members; and finally, “Indians in Nice”, 859 members. Another consideration emerges from the integration among these groups: several members are present in more than one; sometimes, in all the groups. The network that connects all these individuals is not restrict within the territory from where it belongs, but to a larger network defined by the residence in France. Likewise, it is notable that the circulation around these cities by these Indians is frequent. As Emmanuelle<sup>2</sup>, one of my participants, who came firstly to Paris for her studies and afterwards moved to Marseille due to her fiancé who lives in a town next to the North region of the city, Thierry arrived in Montpellier for his master's in business. The presence in more than one group does not limit the migrant to belong to a certain network of Indian migrants who live only in Marseille, Lyon or Paris, but to the Indians who are based in France, or to the ones that have already been there.

A great part of the Indians in Marseille group members does not live in the city anymore. Those who left the city and I could talk to through Messenger told me they lived there for a period of four or five years, just aiming to accomplish their studies. After this period, they came back to India and live today either in their hometown or in a big metropole. However, their presence is always there in the group. These “ex-migrants” do not frequently

---

<sup>2</sup> With the objective of privacy, the names cited are pseudonyms in order to remain the identity of my interlocutors under secret.

participate in the discussions, although they give a thumbs up for the posts and place themselves as *voyeurs* of everything that is debated there.

Emmanuelle, for example, is a friend of one of the administrators of the Marseille group, albeit he lives nowadays in Paris and always affirms that the main objective of this resource is to integrate Indian culture and these Indian citizens who have migrated to France. When she talks to me, she states that the group is, actually, just a forum where people can search for a support and to solve out their doubts, complaining that the members do not enforce a culture integration. According to her experience, the Indians who live in Paris often go out for a drink or a picnic, aiming to integrating not only culture but also family. In Marseille, on the other hand, they remain closed in their homes or in a small group of friends from work.

The access to the group is really exclusive and it was necessary more than two months after several attempts to be added, and then I could finally be part of. The finality is clear: to help Indians in what concerns visa procedures, renewal of *titre de séjour*<sup>3</sup> and rent. After many attempts to keep in touch with the administrators, I finally had contact with Olivier and Louis – two young Indians who I met during the Diwali party at a restaurant of the city – who made efforts to convince one of the administrators to add me on the network. From this moment on, I had the opportunity to access what I call as a “network path” that may be characterized for not being a collective shared identity, but a network through which is edified a structure based on what can be determined as a “*communauté illusoire*” – making a reference to the book by Marc Augé (2010).

According to the French anthropologist, when it is identified as one same group of individuals who present something in common, considering their desires and its particularities – especially when it concerns individuals whose reality is formed by a modern context of globalization where the individuality is reinforced via neoliberal policies<sup>4</sup> – and creates an illusion in virtue of the need to place a grouping of these individuals into categories. On the other hand, individuals are multiple subjective actors forming their identity, their trajectories around the city, elaborating their relations as result of the borders that represent the Self and the Other who is beside. Hence, although nationality is an element that gathers these migrants in a virtual ambiance – closed and autonomous –, in other words, a group on a social network, the trajectory of each of them is particular, so as their individual projects. The origins are rooted in different regions of India, whose languages and beliefs are different, yet all of them have passed by big metropolises to arrive in France. For this reason, defining them as a community is to unviable the context where they are placed, the reasons why they arrived in Europe besides not bearing in mind the alleged cosmopolitanism they come across when already established in France.

Still, how was the access to this group possible to them? This question was always posed by me to my interlocutors. A unanimous answer comes as a concrete fact, there are always Facebook groups made by Indians for all the cities that gather a great number of migrants. Their justification is to try finding their pairs at the place where they are moving to. The simplest way of being shrouded by a kind of cooperation is the contact through the internet. All the research collaborators say that it just needs to type “Indians in” followed by the city they want to know on Facebook to find a group. The presumption that there would be an Indian group for the Indian citizens who live in Marseille on social network was already present when they arrived in the city. Many of them affirm that even before landing in

---

<sup>3</sup> Register of legal migrants in France. Known as the ID card of all legal migrants who live in the country.

<sup>4</sup> The present reality ruled by global market and massive reduction of the State role, seen by Zygmunt Bauman as a liquid, set an occidental society where individuality and absence of union amidst different groups counterwork the reality lived by a solid society where individuals edified communities insofar as they struggled for a security (BAUMAN, 2001).

Marseille they had already searched for the group; others have looked for a support after being hosted in the city.

According to the Mexican anthropologist Larissa Lomnitz (2009), social networks may be considered as a solidarity network implicating an exchange of goods, services and information. In this sense, Facebook, in this case, is seen as a sociability space that may be defined as an “informal social security system” (LOMNITZ, 2009, p. 20). Thus, marginality is a phenomenon through which the individual comprehends their position towards the context where they try to be inserted and search their pairs as a way of greeting based on two feelings: solidarity and reciprocity. Migration being a process of geographic, psychic and affective displacement, the search for possible interlocutors in this new space becomes an intrinsic need of the act of migration, especially whether it concerns migrants from origins in the South.

As I was added to the group, I contacted these members in order to justify my interest to be there. As a result of that, I posted the following message:

Hello!

I'm Otávio. I'm a Brazilian lawyer and anthropologist. Now I'm here in Marseille for my studies in Anthropology at Aix-Marseille Université. My research is about the Indian community and Indian culture in Marseille. That's why I requested to be part of this group. I already lived in India, in Bangalore, where I worked at a foundation against child labor, SCEAD Foundation India.

I would like to know if I could talk a little to you about your trajectory in France. I found this group on Facebook because of my contact with other Indians who also live here. It'd be really enriching for my studies and my research (Author).

This message received some thumbs up and comments by some Indians who were interested to help a young student, such as Emmanuelle, Laurence and Thierry, even though the number of Indians who could have been available to be part of my research did not satisfy my attempts. This fact, however, becomes a concrete data from the moment where I think this group not as a collective construction tool in a foreign cultural context, but as a practical tool to live in France. Rare are the moments when I could notice that there were posts regarding cultural events. Two occasions in specific took place and must be cited: the Holi festival in April 2019 and the first run of a Bollywood movie that was about to be released at a movie theater. All other moments, the messages are addressed to share information about the visa or to turn public amongst them rooms to be rented. The group is not necessarily a space of sociability inside a “community”, but a channel of security and information.

Castells (2009) affirms that online social networks are not a concrete space, once the positions of these individuals in the center of social dynamics are what defines their relations *per se*. These networks, therefore, are flux spaces. So, it's through this flux where they are plunged, the migratory movement, that they create a communication and solidarity platform which, in its turn, does not gather these individuals in a way to edify a common routine. The interests themselves are the flux that leads to exile, nourishing a communication structure based on virtual networks.

A great part of the members of this group does not know each other personally – in special because the number is constantly increasing along the time and it will soon achieve 1000 members –, but know someone that, at the end, knows the first one who is, at a first sight, unknown for the last. From these links, I conclude that the shared feeling on the group is what we call solidarity. This feeling is proved from the moment one of the members does not know the administrative procedures for the demand of their *titre de séjour* or has not found a room. Even if the interaction accomplished on the group is not intense, there is always a response to each question or even some intervention to help. The marginal character

of its presence in the city reinforces what I stated above about the theory by Lomnitz; marginality edifies mechanisms of sharing an *ad hoc* solidarity.

I was indeed object of this attempt of getting help. Three times Emmanuelle posted on the group that there was an Anthropology student in Marseille interested on studying Indian culture. In her last message (30<sup>th</sup> March 2019), she wrote the following text:

Hope everyone is doing good.

On 16th January, our group member,(author) had asked us to help him gather information on Indians for his thesis. Till date not many people have agreed to meet him.

I request you to take 30-45 minutes out of your busy schedules to help him gather information for his research on Indians living in Marseille. He isn't from the police or immigration office (for those who doubt him). He is in France only since a few months and has no social group either to present him personally to you unfortunately.

I hope people reading this will reach out to him.

Through the analysis of these ethnographic data that I can wrap up that the structure on which Indian migrants who live in Marseille build their links to each other cannot be defined as a community, a group of individuals whose identity is common and moral patterns are formed by collective representations shared by all. According to Cohen (1985), a community is a symbolic resource constituted by one and only way of thinking, acting and self-recognition. It is the challenge to cross this symbolic border between identity of one and the other that establishes what the author defines as community. The largeness of Indian territory and its variety of languages, cultures and religions is another aspect that confirms the dispersion of these migrants spread all over the city. They live in fluxes.

Marseille is then the passage flux through which they acquire capitals, either affective, cultural or economic. Tomorrow perhaps it will be Paris or another European city, just like yesterday it may have been Montpellier or Lyon. The flux of present life is centered in achieving a goal: a diploma, a family, some money. This objective delimitates these Indians into small groups – those who study at Kedge Business School, those who work for an Indian boss at a restaurant – that become their friend, or even they stay closed to their family – the wife, the mother-in-law and the network provided by these relations.

In short, the relation between the virtual space and the daily life is based on a cooperation. It is because I have needed help before, to be hosted in France, that I need to be present when my pairs demand help. Although this flux does not enlighten a common identity that shares a belonging sentiment, the group has agency in what concerns the trajectories of all these migrants around Marseille and India.

## **2 THE RESTAURATION CIRCUIT: WORK AND INDENTITY FLOURISHMENT**

The restauration field of Marseille is a space where the migration phenomenon is constantly notorious. The city center is the crib where remains this mixture between different food habits. The local economy is furthermore instigated, since the 17<sup>th</sup> century, by foreign labor from migrants who arrived there in the search for a place of refuge. Since then, restaurants have been a profitable opportunity for the insertion of migrants in the local labor market.

All along the book by Simeng Wang (2017), it is distinguishable that the network which is engendered by Chinese citizens in the restauration circuit of Paris. For the author, these circuit is not only a way of providing host, but also a way of providing work and a social circle among other Chinese migrants. The relation between the suffering caused by the migrant condition and the way how it edifies expectations within the affection construction of these citizens who usually come from poor and agricultural regions of China. These expectations, that erstwhile caused a threat to hope and euphory to these individuals who



nurtured expectations about job opportunities and better conditions of life in France, ended up being transformed into illusions and precarious jobs; such as overwhelming work journeys that made life closed around the restaurant. It is through the work opportunities that these migrants find their accommodation, commonly inside the products stock. Regarding Indian restaurants in Marseille, it is possible to notice that there are two groups – just like the Turkish, African and Chinese restaurants – that build the dynamic around the work space: the boss and their subordinates. The relations ordering these establishments are inserted in what is called by Larissa Lomnitz (2009b) as “boss-client relationship”. Following the words of Lomnitz, this relationship

[...] indicates that a hierarchy is not only an abstract organizational cadre where posts are filled by mutually exchangeable workers (...). In each articulation there is a flux of resources downward (job, protection, bureaucratic sponsorship) in exchange for work and loyalty. The boss provides security in the work, political protection and personal support based on work, political accession and ideological loyalty (*Ibidem*, p. 48, translated by the author).

My fieldwork in Marseille had its beginning at the restaurants. This issue was a theme that was always shrouding the dialogues with my interlocutors. These establishments became the insertion environment whereby I could have access to the network that my interlocutors were part of. Through the observation of the daily process of these restaurants I could notice how the business operation is also nourished by a network course. It is through the technique of a floating observation that I put myself inside this network (PÉTONNET, 1982). The way in which one restaurant leads to the other in such a way that all of them are integrated in a space of information fluxes is what edifies the structure of these relationships.

From that, I think it is important to expose how one restaurant is linked to another and how their achievements had influences one upon another.

One of the first restaurants that I could visit was located in a neighborhood around *Vieux-Port*, the city landmark, where it is possible to find restaurants whose meals would cost five euros and others where we pay more than thirty or forty euros for dinner. At first sight, I was noticed by a Pakistan man, around thirty years old, who told me that the restaurant was going to be closed for the following months. It was, however, not true. During all the supposed renovation period, I passed by and noticed that everything was in full functioning as nothing had been previewed. In reality, it was a way of keeping me away and refusing my presence. Still, this man ended up suggesting many other restaurants in the same neighborhood where I could find other migrants that were not necessarily Indians, but Pakistanis or Bengalis who worked at those restaurants whose image was focused in a main identity: India.

Just one street behind this first restaurant, I found another one whose specialties were named as “Northern India food”. The owner was a man, aged more than 70 years old, who lives alone in France. When I met him for the first time, he was being interviewed by another student (Indian just like him). For many times, I had the opportunity to meet him, even though our meetings were quick due to his obligations as a manager of a restaurant. As the routine is always placed inside the restaurants – in the morning, they open at nine o’clock, remaining in function till midnight, including holidays and weekend –, the contact with the cooks and the other workers was extremely difficult, once their lives have sense around this job. Alone at the restaurant, this old man told me that his life wouldn’t be interesting to be studied by an anthropologist. He lives alone in France and all his family is in India. Indicated by him, I visited another restaurant placed just a few steps far away from this one. One restaurant led me to another. The owners knew one another and were used to establish relationships among them. They all knew the opening time, the time when the restaurant is closed for the

customers – between 2 pm and 7 pm. They turned out to be what is denominated above as a “*communauté illusoire*”, as it is defined by Marc Augé (2010). The contact is always established because of the restaurants, only with the objective of being on the eye of their pairs.

Because of the indication of these old man, I was leaded to another restaurant whose ambiance is a family environment where I listened to the story of Gabrielle, 21 years old, student, born in France, daughter of Indian migrants. Firstly, we talked through the Facebook page of the restaurant. I sent them a message and, casually, it was her the responsible to manage the social media of her father’s restaurant. Student in International Commerce at the *École de management*, she was born in France, one year after her parents’ arrival, in 1998.

One of the reasons why they left India is due to her mother’s origins. She was born in Pondicherry and she held the French nationality whereas her father had no other nationality than the Indian nationality. Aiming to found better job opportunities in Europe, both of them decided to come to France with the project of having a restaurant in Marseille, where her mother had part of her family – that had already emigrated to France. In this case in specific, migration takes place because of a network structure, kinship. It was the family and the consequent contact that is built through these relationships that opened the first door for this couple to come to Marseille at the end of the 1990s.<sup>5</sup>

Despite French by nationality, her mother does not speak French at all. In fact, she does not even speak English, what keeps her closed in their apartment. Her father works every day, without any exception, at the restaurant. Gabrielle sometimes helps him serving the costumers and managing the restaurant websites. She affirms being always busy with her studies and reinforce that her friends are mostly French students. She does not know about the Indian population in the city, suggesting that the relation among her father and the other restaurant owners is only for work discussion. The exercise of promoting Indian food around the city is what nourishes their relation. Other examples can clarify this relation among Indian entrepreneurs.

Some weeks later I had the opportunity to meet – through the contact with Baptiste, Bengali, 22 years old, refugee in France, René, 48 years old, Indian without French nationality who has been living in France for more than 26 years. Nowadays he is the owner of a grocery store in Noailles neighborhood, one of his brothers is the partner of Gabrielle’s father in the restaurant what is located just a few meters away. It was ordinary along my fieldwork this shuttle back and forth among my interlocutors. This malleable condition edifies this network path we can categorize as a social network. Eventually, René’s store is placed beside another “Indian and Pakistan cuisine” restaurant whose owner is Baptiste’s uncle. Both Baptiste and René know each other because of their business. Whereas the first one is Muslim, the other is Sikh. What links them is one and only reason: work. One is beside the other. While Baptiste serves the customers at the restaurant, which is really simple and is similar to the kebabs of Belsunce neighborhood, René is at the grocery store. The contact with the two of them leaded me to another restaurant on the same street, where the majority of the workers is from Bangladesh. All of them knew each other due to the work journey, also because one is not far away from the other. Around the same area, I finally found another restaurant where, on the other hand, the workers were Pakistanis that at first sight demanded whether I was looking for a cook.

---

<sup>5</sup> According to Radcliffe Brown (1968), family and kinship relationships are a way for tribal societies to be organized. In an urban context such as migration, family commonly becomes the entrance for emigration. The case of Gabrielle can illustrate this movement.

The Diwali party<sup>6</sup> came to me through this network path, *bouche à oreille*. It was Sunday afternoon and I decided to visit a restaurant on *Avenue du Prado*, a great boulevard that connects the city center to the most expansive neighborhoods, where the “*bourgeoisie marseillaise*” lives. The restaurant was crowded, there were many French people having their lunch there, experimenting the most different delicacies served. On the counter, an Indian worked. Living in France for more than 10 years, he has been working at the restauration circuit since his arrival. He decides then to indicate me a “party of Indians”. On a small sheet, he writes the address and the hour. The party were going to take place at another restaurant by the beach. The owner of this restaurant, in his turn, was the owner of the same restaurant that had been visited by me the day before. These two establishments were managed by the same family. The space through which they transit is then restricted to some names that are spread throughout the city, for more than one restaurant. The owner of one restaurant, after his installation in the city, invest his money in another restaurant in another area of Marseille. For this reason, several restaurants are visible in the city, even if the owners are the same. It is another network, the network of the restaurant circuit.

Another restaurant I had the opportunity to keep contact with is placed around the neighborhood of *Cours Julien*, a bohemian *quartier*, on a street where we can find many other bars and a yoga center whose guru is a French woman who studied her method in India. At this restaurant, all the people who work there are from Pakistan, even the name of the restaurant refers to Pakistan. However, the food that is sold there is presented as Indian food. The owner of this last is also the owner of another restaurant placed just a few meters away, on the *Place Notre Dame du Mont*, where the waiter is Pakistani, where there is always an Indian cook working the kitchen. The food is the same that is served at the other restaurant placed around *Cours Julien*, what differentiates them is only location. At another restaurant settled at the other coin of the city, I knew Michel, owner of a small restaurant where he cooks himself and serve the customers alone, too.

In France for around 10 years, he firstly lived in Paris after his arrival with a tourist visa. Soon he found himself in the condition of an illegal migrant, called in France as *sans-papiers*. In Paris he worked for years as an electrician and could be regularized through his project of opening an Indian restaurant. His name came up during interactions with other interlocutors and also appeared in posts on the Facebook group. He is known for his restaurant and his food, but unfortunately, he has almost no relationship with the other Indian migrants who live in Marseille. On the same day when I was informed of the Diwali party I met him. Michel was also aware of the celebration that would occur the following day because of the contact of the other restaurants’ owners. Nonetheless, he didn’t know if he could be present.

The contact is thus the base on which they build their spaces within the restauration circuit of Indian food. Still, these links are restricted to work discussions. I know my market concurrents at the same time that I make myself to be known by them, but I do not nourish a relationship. That is the structure. It is through their “personal networks” in India, Pakistan or Bangladesh that the employees are hired.<sup>7</sup> The only link commonly established by all these interlocutors is the fact that they are inserted in the same job field, the restauration circuit.

---

<sup>6</sup> According to Hindu traditions, this festival takes place every year in October or November and it is known as the “festival of lights”. The celebration is dedicated to reinforce the victory of Sri Krishna against the evil, expressed through the avatar of a demon called Narakasura. This festival is celebrated by Hindus, Sikhs and Jains.

<sup>7</sup> Baptiste, for example, managed to come to France – after a few months in Germany as an asylum – because of his network of contacts in Bangladesh. Some of his friends knew this man, whom he calls “uncle”, that finally offered to host him. He currently lives in the family’s home, an apartment upstairs the restaurant, and is looking for other job opportunities.

In short, the connection among these restaurants and the owner can be interpreted as what is named, according to Barnes' theory (1987) as a *partial network*. In other words, a network whose conjoint of action is delimited to the activity they perform at work. The owners know each other and their subordinates are also in this acknowledgement movement because of the same element: the restaurant. All of them living especially in a city where migratory waves are part of its imaginary, migrants often know other migrants who have the same origins, come from the same country or region. On the other hand, business is an intermediate where richness, products and customers pass through. This movement all along these elements is the base of the network phenomenon. Mitchell (1971), in his study about urban networks affirms that an aspect such as gossip sharing is extremely related to information exchange, nourishing the contact among individuals who see themselves in similar positions. In the case here analyzed, information regarding a new concurrent, concerning a new unemployed migrant who arrives in the city, are the ways to build a space where these migrants can circulate cooperatively.

In this sense, constructing a network among the restaurant means to be visible and highlighted within this cluster. Even though the relation is usually based on subordination between boss and employee, the information flux about the arrival of a new Indian in Marseille or a brand-new restaurant are the keys to develop a contact. Anyhow, these relationships remain closed to the professional environment, without a further affective complexity. From the own condition of "specialized" labor, that is a migrant capable of reproducing the food which he is used to, that the position he will occupy is conceived.

### 3 CONCLUSIONS

The observation of these networks shows us that it is notorious that the contact accomplished by these Indian migrants on a virtual environment is significant for a dynamic based on cooperation and solidarity. It is their common origins that gather them, even if their trajectories are different. At the restaurants, acknowledgment touches the economic sphere. In other words, I know my concurrent and circulate around this network whose roots are forged in the act of providing an original "Indian food". The origins of those who work at these restaurants are not, however, all the same.

The links that are part of this network are kept through the contact with institutions such as family and marriage. Hence, social networks act like a propitious space to information exchange. Thinking about migration from the marginal reality that is present before the immigration society is essential for us to build a solidary perspective in urban contexts, as a way of maintaining not only affective relationships, but mainly economic and job relations.

Along this article, I searched to construct an ethnography based on the contact with migrants that had common origins which reassemble to the colonial period, an identity based on the Indian subcontinent space. Howbeit India, Pakistan and Bangladesh are a mighty nationalist conflicts area, cooperation and solidarity emerges as a nourishing way of edifying an Eurocentric imaginary regarding orientalism and cultural hybridism.

The first section was dedicated to describe lived experiences in the virtual environment, from an ethnography on a Facebook group. As the narrative follows, throughout the second section I bring up restaurants as a particular environment in what concerns culture promotion, the construction of an affective place, and a power game over job relations. In this sense, this article comes up as an entrance for different ethnographies accomplished in different contexts in order to enlighten an image of different solidarity forms in urban contexts, which surpasses borders, classes and origins. Thus, it is the marginality lived around the migrant condition that provides an environment where affects are based on otherness.

**BIBLIOGRAPHY**

AUGÉ, Marc. **La communauté illusoire**. Paris: Payot & Rivages, 2010.

BARNES, John. Class and Committees in a Norwegian Island Paris. **Human Relations**, n. 07, p. 39-58, 1954

BARNES, John. Redes Sociais e Processo Político. *In* FIELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, pp. 159-193

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

COHEN, Anthony. **The Symbolic Construction of Community**. London: Tavistock Books, 1985.

FIALHO, Joaquim. Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, vol. XXIX, p. 59-79, 2015.

GIDDENS, Anthony. **Runaway World**. London: Routledge, 2002.

LOMNITZ, Larissa Adler. Globalização, economia informal e redes sociais. *In* \_\_\_\_\_. **Redes Sociais, Cultura e Poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009a, p. 13-35.

LOMNITZ, Larissa Adler. Redes informais de intercâmbio em sistemas formais: um modelo teórico. *In* \_\_\_\_\_. **Redes Sociais, Cultura e Poder**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009b, p. 37-64.

MITCHELL, J. Clyde. **Social Networks in Urban Situations: analyses of personal relationships in central Africa towns**. Manchester: Manchester University Press, 1971.

PÉTONNET, Colette. L'Observation flottante: l'exemple d'un cimetière parisien . **L'Homme**, tome 22, n. 04, p. 37-47, 1982.

RADCLIFFE-BROWN A. R. **Structure et fonction dans la société primitive**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1968.

SAYAD, Abdelmalek. **La double absence**. Paris: Éditions Seuil, 1999.

WANG, Simeng. **Illusions et souffrances : les migrants chinois à Paris**. Paris: Rue d'Ulm, 2017.



## PRAÇAS COMUNITÁRIAS DE SUCATA NA “CIDADE SOL” – JEQUIÉ-BA: LUGAR DE BRINCADEIRA, PRESERVAÇÃO E APRENDIZAGEM SOCIAL

Marilete Calegari Cardoso<sup>1</sup>  
Ana Lúcia Santos Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho é um recorte da pesquisa “O suco da sucata”, que investiga a potencialidade dos materiais não estruturados, para produção de brinquedos e brincadeiras para as crianças, em espaços públicos da cidade de Jequié – BA. Neste texto, analisa-se a constituição e potencialidade dos espaços públicos, especificamente, duas praças, de iniciativa comunitária, construídas com sucatas, para as brincadeiras das crianças, bem como para interrelações entre os adultos. A pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa sendo que os dados foram levantados por meio de aplicação de questionário (*online*), *via e-mail*, a duas cidadãs, idealizadoras de praças de cunho lúdico/comunitário. A análise evidenciou que as praças construídas com brinquedos de sucatas por iniciativa dos moradores, em espaços relegados pela gestão pública do município de Jequié – BA se constituem, primeiramente, como um lugar de inventividade, de autenticidade e protagonismo cidadão, a fim de que todos: crianças, adolescentes jovens adultos e idosos, concebam o espaço como parte de si, além de potencializar as trocas e aprendizagens coletivas, por meio de eventos comunitários, jogos e brincadeiras infantis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brinquedo-sucata. Espaços públicos. Aprendizagens.

### ABSTRACT

This work is an excerpt from the research “The scrap juice”, which investigates the potential of unstructured materials, for the production of toys and games for children, in public spaces in the city of Jequié – BA. In this text, the constitution and potential of public spaces are analyzed, specifically, two squares, of community initiative, built with scraps, for children's games, as well as for interrelationships between adults. The research is anchored in the qualitative approach and the data were collected through the application of a questionnaire (*online*), *via e-mail*, to two citizens, creators of the playful/community squares. The analysis showed that the squares built with scrap toys at the initiative of the residents, in spaces relegated by the public management of the municipality of Jequié – BA, are constituted, first, as a place of inventiveness, authenticity and citizen protagonism, so that all: children, teenagers, young adults and the elderly, conceive the space as part of themselves, in addition to enhancing collective exchanges and learning, through community events, games and children's games.

**Keywords:** Scrap toy. Public spaces. Learning.

**Data de submissão:** 06. 08. 2020

**Data de aprovação:** 18. 10. 2020

---

<sup>1</sup> Doutora e Mestre em Educação, pela Universidade Federal da BAHIA (UFBA). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e letras – DCHL, da Universidade estadual do Sudoeste da BAHIA- UESB. Coordena o Laboratório de Educação - LABE/DCHL e Ludoteca LABRINC/ DCHL- É pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Didática e Ludicidade – GEPEL/UFBA. marilete.cardoso@uesb.edu.br

<sup>2</sup> Mestra em Educação em Ciências e Matemática – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- Brasil. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Formação Docente, Infância, Leitura e Ludicidade (NEPEFILL/UESB), Campus Jequié-BA. E-mail: analucia02@uesb.edu.br

## INTRODUÇÃO

A cidade Sol/Jequié é uma cidade do interior baiano, que fica situada a 365 km de Salvador, no sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata e tendo uma população de 151.895 habitantes. Até duas décadas atrás, os prédios arranha-céus não se faziam presentes em seus espaços, na qual os raios do sol entravam pelas portas e janelas das casas sem pedir licença. Um lugar rodeado de morros e de muito calor, e por conta das altas temperaturas que comumente se registra, a cidade ficou conhecida sob o cognome de “Cidade Sol”.

Na Cidade Sol, assim como em outras cidades de interior, as praças públicas são projetadas nos pontos centrais, sendo elas mais bem cuidadas, e onde a população do centro da cidade se reúne para confraternizar com festejos juninos, natalinos, além das feiras, representações teatrais, *shows* de músicas e até protestos ou manifestações político-sociais.

As expressões de ludicidade oferecidas em locais urbanos da cidade, a exemplo das praças públicas, em tese, potencializam experiências de lazer e aprendizagem, conforme descreve Brougère (2012, p.128). São vivências de múltiplas atividades livres de diferentes naturezas, como exemplo: físicas, manuais, intelectuais, culturais, que supõem ações de lazer, de esforços ou não, pois são diferentes formas lúdicas vivenciadas de forma espontânea que remetem ao prazer e o divertimento.

Observamos que compõe um problema dentre tantos outros da cidade supracitada, a falta de manutenção dos espaços públicos lúdicos oferecidos para sua população, assim como a ausência de praças como lugares de lazer e diversão nos bairros periféricos. Outra problemática da cidade de Jequié, e que também encontra ressonância ao problema da falta de manutenção de suas praças públicas, diz respeito ao abandono de cinco praças “Velas Culturais” feitas no ano 1997. Essas obras foram construídas com a função de disponibilizar a jovens e adultos a iniciação no mundo da informática e da internet. Contudo, hoje, a população jequieense protesta o desrespeito dos governantes atuais (prefeitos e secretários) pelo desperdício do dinheiro público, pela falta de cuidado e manutenção dos prédios. Visto que essas praças estão negligenciadas, sendo “visíveis suas depredações com vidraças estilhaçadas, servindo de abrigo para andarilhos e usuário de drogas e também utilizadas como espaço para essas pessoas satisfazerem necessidades fisiológicas” (NOVAIS, 2017, s/p.). Com a degradação das praças, a cidade torna-se menos atraente e bela, por isso, muitas comunidades e municípios de algumas ruas vêm construindo locais públicos seguros e protegidos, onde as pessoas possam passar o tempo livre com tranquilidade e prazer.

Dessa forma, os cidadãos tiveram a solução de construir praças comunitárias em alguns bairros da cidade. Esses espaços públicos de lazer são denominados por Nunes (2011, p. 166), como “praças comunitárias específicas” e definidas como espaços preenchidos e/ou frequentados por determinados grupos sociais que podemos chamar de identidades comunitárias. Vale dizer que algumas das praças comunitárias da cidade de Jequié foram produzidas com sucatas, neste estudo entende-se por sucatas como materiais não estruturados, isto é, são objetos ou materiais já usados e que são considerados inúteis, porém, podem ser reaproveitáveis e utilizados sob novas formas. Os materiais utilizados para constituição das praças comunitárias foram: pneus, garrafas descartáveis, rodas de bicicletas, geladeira, paletes, restos de madeiras, etc.

Partindo dessa premissa, as reflexões deste artigo têm origem numa pesquisa em desenvolvimento, baseada no estudo “O suco da sucata: a potencialidade dos materiais não estruturados para produção de brinquedos e brincadeiras para as crianças em espaços públicos da cidade de Jequié – BA”. Com esta investigação se busca responder: As praças são espaços que foram sendo construídos em um contexto de sociedade moderna com exposição de estatuas, plantas e arquitetura que incorporam do perfil de cultura erudita, entretanto, na



contemporaneidade esse modelo de espaço público vem sendo modificado e transformado no estabelecimento das relações sociais, mas será que esses espaços com novos conceitos como as praças comunitárias de sucatas podem promover a valorização da cultura, do lazer, da educação e do convívio social?

Assim, esta investigação analisa a constituição e potencialidade dos espaços públicos, a saber: duas praças comunitárias, denominadas: Praça do Amor e Praça da Amizade, construídas por meio de iniciativa comunitária, com sucatas (pneus, restos de madeiras e outros materiais reaproveitáveis), para as brincadeiras das crianças, bem como a relação desses ambientes com a participação e difusão da cultura lúdica infantil e, também, da comunidade. Mais especificamente, busca-se conhecer as duas praças, aproximando-se de suas práticas e cotidiano, bem como daquelas e daqueles que contribuem para a materialização de propostas de espaço lúdico, educador e sustentável, em que a centralidade das crianças seja compreendida como tônica da cidade.

Ante o exposto, este artigo tem por objetivo analisar a potencialidade de duas praças comunitárias de sucatas da cidade de Jequié/BA para a promoção da valorização da cultura, lazer, educação e convívio social. O estudo empírico teve seu início em setembro 2019, o qual toma espaços públicos de lazer que foram construídos com materiais não estruturados (sucatas), na cidade de Jequié- BA. A metodologia de pesquisa utiliza os dados iniciais coletados em duas praças da cidade: Associação Amigos da Praça e a Praça do Amor, ambas no bairro Jequiezinho. Na constituição dos dados, nos valem da aplicação de questionário on-line devido às recomendações de distanciamento social pelos órgãos internacionais e nacionais em decorrência da pandemia da Covid-19. Os questionários foram respondidos pelas fundadoras das duas praças e levantou informações como: (histórico da construção do espaço, aspectos físicos, uso e apropriação dos espaços infantis, localização, dias/horários de funcionamento e usuários). Além disso, registros fotográficos cedidos pelas administradoras (mobiliário, equipamento lúdico, estado de conservação e atividades realizadas).

Para este trabalho, propõe-se imergir no pensamento acerca de uma alternativa de cidade, esta se acolhe no fulcro das discussões de Lefebvre (2006, 2008), que transita numa abordagem utópica em que as pessoas são capazes de criar e recriar, buscando alternativas para romper ou transgredir modelos de vida que aprisionam pessoas, sejam elas, crianças, jovens e adultos, entre muros. Assim, apresenta-se no primeiro momento, uma breve reflexão acerca do termo “suco da sucata” e a potencialidade destes materiais não estruturados nos espaços urbanos da cidade. Após, busca-se dar visibilidade para propostas e práticas existentes de praças comunitárias na cidade de Jequié – BA, que provocam processos inventivos na relação com a cidade.

## **1 “O SUCO DA SUCATA” E SEU POTENCIAL NOS ESPAÇOS URBANOS DA CIDADE**

“O suco da sucata” neste estudo advém de amplos sentidos. O primeiro, está relacionado ao campo semântico da palavra “suco”, é uma palavra masculina substantiva, cuja origem etimológica do latim *summus*, que significa o extremo, a essência, ou mais importante. Em segundo, essa palavra também se vincula a um prazer, “de uma fruta extraímos um suco, que nos alegra com seu sabor”, como nos lembra Beauclair (2006, p.6). Em relação ao termo sucata, como já mencionado anteriormente, são materiais não estruturados ou “qualquer coisa que perdeu seu uso original, que não serve mais ou que não tem mais significado [...]. Coisas aparentemente inúteis, mas que servem para brincar, para dar nova forma e novo sentido. (Sucata é tudo é nada)” (MACHADO, 2001, p. 67).

Quando combinados a sucata, a arte e o lúdico, esse sentido remete para o a ideia de artefatos, cujos objetos recicláveis são manuseados por pessoas (artesãos e crianças enquanto

brincam), dando novos sentidos por aqueles ou aquelas que produzem ou criam algo, pode gerar prazer e pode garantir este sabor no ato de reinventar, criar e compartilhar (CARDOSO, 2018b).

Vale dizer que a reutilização de materiais tem sido amplamente praticada por artistas e diversos setores da sociedade, mas contraditoriamente ainda tem uma presença tímida em ações nas escolas e praças – espaços fundantes de cidadania, de aprendizagens éticas, culturais e sociais. Por isso, conforme Cardoso; Souza; Silva (2019) cada vez mais os centros urbanos e comunidades têm encontrado soluções criativas para o reaproveitamento de seus materiais devido a uma necessidade de dar vazão ao “lixo” que a sociedade produz.

É importante dizer que a ideia de urbano, neste texto, segue a linha de pensamento de Henri Lefebvre, na qual o autor já discutia uma mudança estrutural da cidade que desencadeou o processo de urbanização.

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. (LEFEBVRE, 1976, Apud TORO, 2015, p.3).

O urbano compreendido como um espaço habitado da cidade tem suas periferias, comunidades e lugares afastados dos centros comerciais. Sendo esse “habitar imbuído de um sentido de apropriar-se de algo, todavia essa apropriação não significa ter em propriedade, mas sim fazer dela sua obra, por em seu próprio sentido” (AGUIAR, 2015, p.4). Um lugar urbanizado é um espaço produzido com materiais retirados da natureza. É “de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2008, p. 105). Assim sendo, é necessário pensar no urbano em suas necessidades, “os lazeres ao seu modo de viver, seus costumes. E, também, as preocupações com a segurança” [...] (LEFEBVRE, 2008, p. 19), isto é, pensar no urbano não como uma totalidade acabada, pelo contrário, o urbano se faz em movimento, possui um ritmo de vida, relações sociais, uma organicidade.

Desse modo, pode-se dizer que o reaproveitamento de sucatas em ações ligadas à revitalização, construção de espaços nas praças em centros urbanos, pode ser compreendido como uma “tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver” (LEFEBVRE, 2008, p. 81), pois possibilita a comunidade experimentar a essência do ser/estar-junto-com, assim como uma busca real de soluções para problemas ambientais e a existência concreta de elementos singulares da vida cotidiana.

Além disso, com a interação das crianças em projetos de restauração de ambientes e reaproveitamento de materiais descartados, por meio da construção de brinquedos com materiais aproveitados do meio, a cidade se fortalece e cria oportunidades de mais pessoas participarem ativamente desse processo. Ademais, implica em criação cultural e participação no processo histórico e social de transformação de seu entorno.

Compreende-se que, particularmente na infância, o brincar retrata a relação entre subjetividade e objetividade, já que a criança cria um leque de oportunidades de experimentar a liberdade expondo seu potencial criativo, na medida em que ela pode transformar a realidade pela percepção singular imaginativa, revelando o impacto daquela experiência sobre a formação da consciência de si e do outro. Assim, o brincar das crianças com materiais não estruturados é ferramenta essencial para o mergulho nos sentidos infantis e, por consequência, também dos adultos, observadores e mediadores sensíveis deste brincar, além de ser um caminho para uma educação ambiental mais consciente (CARDOSO, SOUZA, SILVA, 2019).

## 2 CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS COMUNITÁRIAS COM SUCATAS: DE ONDE PARTIU ESSA IDEIA?

Para as pessoas viverem em lazer, em especial para as crianças brincarem, elas “precisam de uma cidade, porque os ambientes para brincar devem poder crescer com as crianças [...]” (TONUCCI, 2020, p.250). As pessoas necessitam de espaços públicos que lhes ofereçam experiências diversas, por meio “de atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2008, p. 105). E, uma das tendências de projetos de praça, na atualidade “é a de produzir praças menos centrais e periféricas que tendem à fragmentação, com a construção de imaginários específicos, locais, comunitários, identitários” (NUNES, 2011, p. 160). Para este autor, embora se possa considerar a fragmentação uma das marcas da contemporaneidade, “ela é vista na relação com o que se tem chamado de ‘luta pelos lugares’” (Idem). Neste sentido, essa delimitação ou fragmentação de espaços públicos na cidade reúnem grupos sociais com histórias e desejos para além daquelas que se formam em instituições, como a família e a escola, como destaca Nunes (2011):

Daí a necessidade de, além da comunidade de fato (família, Igreja, empresa, nação, etc.), estabelecermos comunidades segundas (as que temos vontade de eleger, em que nossos desejos podem ser satisfeitos). É para elas que se dirige nosso imaginário. Essas comunidades segundas são grupos em que cada um pode desempenhar seu desejo de reconhecimento como o reconhecimento de seu desejo e de seu ser (ORLANDI, 2006, apud NUNES, 2011, p. 166).

Assim, as praças comunitárias são representações de comunidades segundas, que reúnem grupos sociais e, de acordo com Lefebvre (2008, p. 19), “se representam a si mesmas através daquilo que lhes falta ou acreditem faltar. Nesta relação, o imaginário tem o poder mais forte”. E, de fato, foi assim que as praças com sucatas surgiram na “Cidade Sol” – Jequié-BA, conforme a Figura 1 – Praça da Amizade (Urbis I).

**Figura 1:** Praça da Amizade (Urbis I)

Fonte – Arquivos das Informantes cedidos para pesquisa, 2020.

São espaços públicos lúdicos que atestam o simbolismo e que representam a união da comunidade. Desvendar e escrever histórias de obra “supersensível e transcendentem na aparência [...] ela se sustenta, encarna-se; projeta-a [...]” (LEFEBVRE, 2008, p. 52). Desse modo, apresentam-se a seguir, as narrativas das idealizadoras:<sup>3</sup> presidente da Associação Amigos da Praça, a bióloga Cíntia Soares; e a idealizadora da Praça Amor, Dona Cida, que realizaram o projeto de praça comunitária construída com sucatas.

A primeira praça comunitária de sucata da cidade de Jequié (FIGURA 1), segundo Cíntia – é a Praça da Amizade, na Urbis I (Casas Populares), no bairro Jequeizinho, fundada pela Associação Amigos da Praça (AAP), por iniciativa da Bióloga e presidente da associação.

O projeto Amigos da Praça foi fundado no ano de 2014; o cenário da praça era de um local abandono e propício para depósito de lixo. [...] o projeto colocado em prática na praça é pioneiro, tornou-se referência na cidade de Jequié, podendo servir de exemplo para ser aplicado em outras praças do município. [...] A ideia partiu dos anseios e sonho da comunidade em cuidar de um espaço que estava abandonado e estavam cansados de esperar pelo poder público. Assim, a iniciativa surgiu por uma bióloga da comunidade que se incomodava com essa situação e convocou a comunidade local a participar do projeto com o objetivo de cuidar e adotar a praça. Enviamos um convite impresso aos moradores, contendo a data, local e o motivo da reunião. “Criar um projeto de meio ambiente para cuidar da praça”. Atualmente, o projeto é formado por 21 famílias totalizando aproximadamente 80 moradores de todas as faixas etárias, com o êxito do projeto fundamos a Associação Amigos da Praça. Tudo que na praça foi feito pelos moradores, cada um dando a sua parcela de contribuição (Cíntia Soares, 20 de julho, 2020).

A Praça do Amor, Figura 2 – Praça do Amor fica localizada no Loteamento Vicente Grilo, Bairro Jequeizinho, na Cidade de Jequié-BA.

<sup>3</sup>As informações foram obtidas por meio de um questionário *on-line*, na qual as idealizadoras mesmo respondendo às mesmas questões, encaminharam suas respostas em datas diferentes.

**Figura 2:** Praça do Amor (Lot. Vicente Grilo)



Fonte – Arquivos das Informantes cedidos para pesquisa, 2020.

Conforme a história da senhora Cida, o anseio para ter uma praça ecológica surgiu de uma pessoa, que após as primeiras iniciativas de mudança do espaço público abandonado, mobilizou a comunidade para a construção da praça de sucatas.

A ideia começou para ter um local para as crianças brincarem. [...] Esta pracinha começou sem projeto, eu me incomodava com o matagal que formava na frente da minha casa, era uma área desperdiçada que senti a necessidade de fazer alguma mudança para as crianças brincarem e aproveitar o espaço (Cida, 14 de julho, 2020).

Pode-se perceber pelas narrativas das idealizadoras Cíntia e Cida, que ambas as praças comunitárias foram concebidas pelo desejo de transformar um lugar abandonado num espaço de lazer. Tanto a Praça da Amizade, quanto a Praça do Amor, nasceram do anseio de uma pessoa que conseguiu mobilizar os moradores para construir “um espaço de lazer e diversão, garantindo tanto às crianças, quanto aos adultos, um espaço de brincar, com uma organização e estrutura bem peculiar” (CARDOSO, SOUZA, SILVA, 2019, p.10).

Para Lefebvre, uma comunidade em vida social na sua capacidade global possui condições favoráveis para a prática social, e o espaço pode ser apropriado prático, concebido e vivido, constituindo camadas a serem apreendidas empiricamente. Segundo ele, “as pessoas, tomadas separadamente, ou em equipe, podem limpar o caminho, também podem propor, tentar preparar formas. E, também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, ajudar o parto do possível” (LEFEBVRE, 2006, p.109). Como foi o caso da experiência da idealizadora Cida, da Praça do Amor:

[...] comecei mandando limpar um pequeno quadrado bem na direção da minha casa consegui alguns pneus e eu mesma com meus netos e outras crianças começamos a pintar. Os vizinhos gostaram e virou tipo a corrente do bem. Um amigo de um vizinho viu doou o balanço de eucalipto e pneu. Meu neto mais velho junto, com



outras pessoas que doaram, que fizeram os buracos e colocaram o balanço no lugar. Depois, todos outros vizinhos começaram a ajudar isso aproximou a comunidade. Com isso, nossa praça foi denominada de Praça do Amor (Cida, 14 de julho, 2020).

É conveniente ressaltar a importância desses terrenos baldios, que necessitam, nada além de limpeza e saneamento, mas que podem assumir para a criança "ares de mistério e aventura" (SERPA, 1995, p.202). Contudo, ao criar, diversificar e valorizar seus espaços públicos, a cidade converte-se em um espaço físico carregado de identidade, além de tornar-se um lugar apropriado para as crianças viverem suas práticas cotidianas. Torna-se ainda "mais que um espaço concreto: é vivido, subjetivado, ressignificado, torna-se parte de seu espaço, seu lugar" (DIAS, FERREIRA, 2015, p.126).

Neste sentido, a participação das comunidades na coleta de materiais para construção da praça é fundamental, assim como para transformação desses objetos e preservação das praças. Contudo, esses espaços precisam também de parcerias de diferentes posições, como Nunes (2011, p.161) descreve:

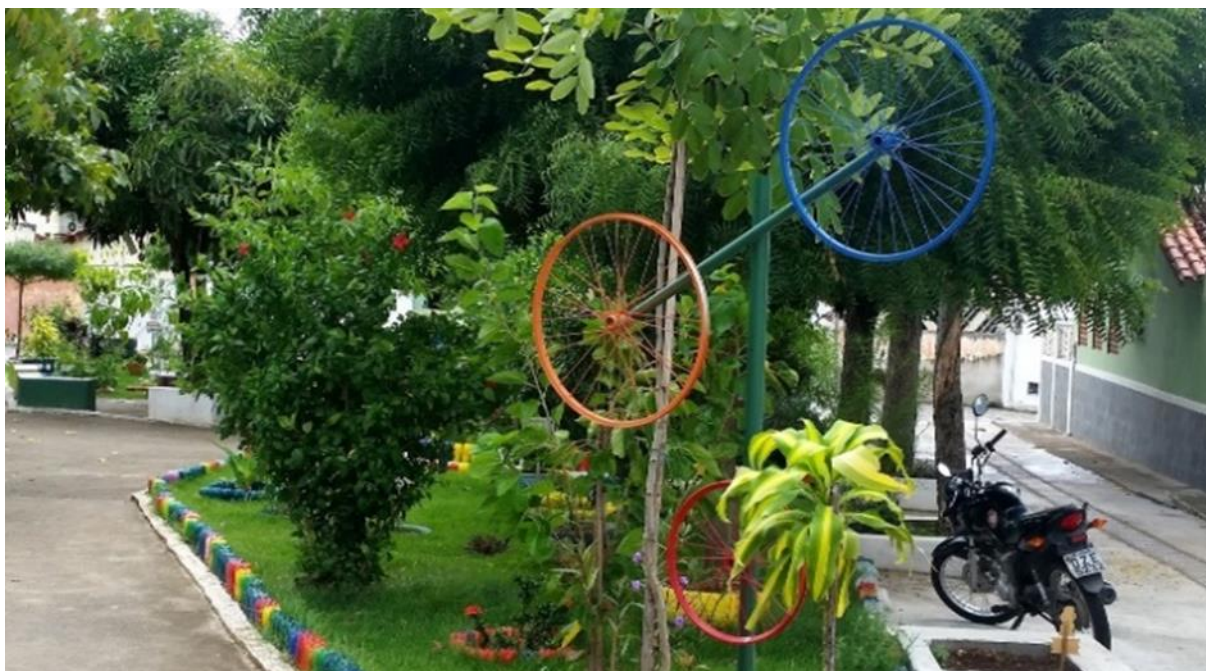
[...] Dentre elas está certamente a da administração pública, mas também as que remetem a diversas formas de "parceria" que envolvem a organização da cidade, na relação entre o público e privado: empresas, associações de bairro, movimentos sociais, escolas, moradores, etc.

Como é descrito nas narrativas das idealizadoras da AAP e PA, que as comunidades se mobilizam com atividades que geram recursos financeiros para a manutenção da praça; mas, contam também com o apoio das parcerias da administração pública, na pavimentação ao redor da praça, água e iluminação; e também com parceria de empresas, como é descrito a seguir, por Cíntia e Cida:

Para a manutenção da praça, fazemos eventos para arrecadar fundos ao logo dos anos, bingo, rifas, vendas de cachorro quente, pedimos doações aos moradores, ao comércio adjacente, e todo dinheiro adquirido é investido nas despesas da praça, também cada morador paga uma mensalidade por apenas 10,00 para ajudar nas despesas, a prestação de contas é feita a cada reunião. Não recebemos nenhum apoio financeiro de ONG ou fundação. [...] Após 90% da praça revitalizada, convidamos o prefeito para participar de uma reunião com o intuito de reivindicar ao gestor algumas obras que, financeiramente seria impossível de serem realizadas pela associação, como: Pavimentação em torno da praça, água e iluminação. Portanto, o gestor confirmou na reunião que todas as reivindicações seriam atendidas. Assim, foi conquistado mais um sonho da comunidade. Além disso, Gangorra, balanço e escorregador foram comprados, sendo 30% foi financiado pela empresa CLIRAN, os demais foi comprado com o dinheiro da Associação Amigos da Praça (Cíntia Soares, 20 de julho, 2020).

Aqui todos colaboram e quando não conseguimos que o poder público faça a limpeza, nos organizamos e cada um contribui e pagamos para limpar. Também tivemos a colaboração de uma empresária de nossa cidade, ela mandou fazer o campo de futebol, plantou os coqueiros, árvores frutíferas e também doou as caixas de madeira que meu filho fez os bangalôs, mesas, bancos. A casinha de paletes foi feita com material reciclável por um senhor do jardim tropical e como pagamento ele levou paletes e pneus que conseguimos a mais que ele também fez melhorias onde mora (Cida, 14 de julho, 2020).

As duas praças comunitárias transformam o espaço público com o reaproveitamento de sucatas, "ao invés de monumentos e de construções, a praça conjuga um cenário ecológico, com um passeio rodeado de gramados, plantas e árvores", como descreve Nunes (2011, p. 161). Tal contexto pode ser visto na Figura 3.

**Figura 3:** Arte decorativa feita de Sucata

Fonte – Arquivos das Informantes cedidos para pesquisa, 2020.

Essas práticas sociais de preservação das pessoas em relação ao meio ambiente são definidas pela percepção que têm sobre ele. As comunidades organizam suas identidades com o olhar ecológico, mediadas pelo poder público e participação do privado, que “implica em migrações de sentido, e com isso, em outras formas de identificação que ganham corpo no espaço público” (NUNES, 2011, p. 166).

Utilizamos pneus e eucalipto e muitos outros. Custo zero e reaproveitamos material que seria descartado na natureza. Foi um vizinho aposentado que fez e a esposa pintava. [...] nossa pracinha também tem uma geladeiroteca com livros doados pela comunidade e algumas escolas privadas daqui de Jequié. Já fizemos bingo onde à arrecadação, aplicamos em melhorias na praça, como aquisição de gangorras, moto de pneus, brinquedos e manutenção da praça (Cida, 14 de julho, 2020).

Utilizamos materiais recicláveis diversos: reutilização de pneus, canos, prato descartável. [...] Ao longo do tempo, sem data para entrega, as artes com pneus foram todas confeccionadas por seu Raimundo um morador aposentado da comunidade. Ele apresentou interesse de confeccionar e de expor na praça sempre o mais breve possível; a associação comprava o material e ele fez todos brinquedos e as artes com pneus sem cobrar nada; [...] o parque infantil: gangorra, balanço e escorregador foram comprados, sendo 30% foi financiado pela CLIRAN os demais foi comprado com o dinheiro da Associação Amigos da Praça (Cíntia Soares, 20 de julho, 2020).

Pelas histórias das idealizadoras podem-se perceber o cuidado e o apreço que artesãos, idosos e outros cidadãos estavam envolvidos na transformação e recriação das sucatas, na produção de brinquedos ou objetos de arte para as praças, estas pessoas se dedicam para transformar estes espaços numa ambiência lúdica. Para Lefebvre (2006), com certeza, este lugar é mais que cenário, “ele persiste e cada detalhe, cada objeto da natureza se valoriza tornando-se símbolo (o menor animal, a árvore, a erva etc.). Fonte e recurso, a natureza obseda, como a infância e a espontaneidade, através do filtro da memória” (LEFEBVRE, 2006, p.55). Ele ainda provoca com seus questionamentos: “Quem não quer protegê-la, salvá-

la? Reencontrar o autêntico? Quem quer destruí-la? [...]” (Idem). Fica para todos essa reflexão.

### 3 OS BRINQUEDOS DE SUCATAS EXISTENTES NAS PRAÇAS COMUNITÁRIAS: COMO É A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS?

As sucatas estão sendo levadas para as praças comunitárias para que as crianças possam viver experiências fundamentais para seu desenvolvimento, “como aventura, pesquisa, descoberta, risco, superação do obstáculo e, portanto, satisfação, emoção” (TONUCCI, 2020, p. 239). A combinação com diferentes materiais, como roda e pneus possibilita a exploração e criação pelas crianças, tornando tudo mais interessante. Assim, conforme a Figura 5 – Motocicleta (Praça da Amizade) podem-se perceber o cuidado e o apreço pelos artesãos, idosos e outros cidadãos que estavam envolvidos na transformação e recriação das sucatas na produção de brinquedos ou objetos de arte para as praças.

**Figura 5:** – Motocicleta (Praça da Amizade)



Fonte – Arquivos das Informantes cedidos para pesquisa, 2020.

As praças comunitárias de sucatas são compreendidas como uma potencialização das variadas manifestações lúdicas que deixam fluir o espírito livre das crianças e adultos, num interjogo – que significa tudo aquilo que se situa entre a experiência e o ambiente sob diversas formas possibilita-os imaginar, agir e criar cenas da trama da vida (CARDOSO, 2018a; 2018b). Assim, acredita-se que os materiais não estruturados ou brinquedos de sucatas conciliam a brincadeira e a arte, juntamente com a educação ambiental, na medida em que se compreende a necessidade de educar o cidadão para a resolução de problemas ambientais. Um



deles, de grande importância, é o destino que se dá para o lixo (CARDOSO, SOUZA, SILVA, 2019).

**Figura 6:** Casinha de Palete (Praça do Amor)



Fonte – Arquivos das Informantes cedidos para pesquisa, 2020.

Por mais limitados que sejam os recursos, por serem materiais já reaproveitáveis, é importante perceber que, conforme a Figura 6 – Casinha de Palete, a Praça do Amor, um ambiente planejado no espaço público não subestimou as possibilidades das áreas infantis, pois apresenta intervenções que “podem permitir excelentes experiências lúdicas que explorem aspectos sensoriais, emocionais e/ou simbólicos do espaço, que recordam que a cidade é para brincar” (DIAS; ESTEVES JUNIOR, 2017, p. 645). Ela pode ser identificável, ainda, como tempo/lugar instituído de elementos fundamentais de aprendizagens que são, de um lado, ações da criança e, de outro, os objetivos, ideias e valores sociais representados pela experiência do adulto (DEWEY, 1967). Podemos dizer que é um espaço rico de uma educação ambiental voltada à reutilização e condutas de preservação do meio ambiente, no qual pode-se perceber a interação de um conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais, propiciando um desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas (BATISTA, 2009).

A qualidade da estruturação espacial para crianças, conforme Bondioli e Gariboldi (2012, p.30), “está relacionada a uma análise das exigências infantis fundamentada nas categorias de intimidade/segurança e exploração/descoberta”. O uso desses territórios lúdicos ocorre pelas relações sociais neles estabelecidas, “sua capacidade de acolhimento, principalmente aos grupos heterogêneos, e sua capacidade de estimular identificações simbólicas, bem como de expressão e da integração cultural”, como afirma Castro (2014, p.6).

A praça/parque é visitada diariamente por todas as crianças, inclusive recebemos visitas ocasionalmente de 20 a 30 alunos das escolas da educação infantil públicas e privadas no turno matutino e vespertino. [...] Elas visitam sempre, muitas vezes demoram e dão trabalho aos pais para irem embora. Elas brincam no balanço, escorregador, de amarelinha, correm, pulam, tiram fotos, brincam de patins, entre outros (Cíntia Soares, 20 de julho, 2020).

“O prazer é o motor disto, o mais potente já conhecido pelo homem. É por isso que uma criança quando brinca esquece-se de comer. O jogo livre e espontâneo da criança se assemelha às experiências mais elevadas e extraordinárias do adulto” (TONUCCI, 2020, p. 241). A criança aprende a ser cidadã por meio de práticas sociais (LEFEBVRE, 2008), por isso não pode dispensar uma prática-sensível, já que “[...] o olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente” (PINTO; SARMENTO, 1997, p.25).

Por fim, corroborando com Araújo; Carvalho (2017) percebe-se que as idealizadoras, Cíntia e Cida, não querem apenas abrir janelas para as crianças observarem a cidade, mas para elas melhor compreenderem suas experiências na e sobre a cidade, onde e como brincam, do que mais gostam e menos gostam do lugar, enfim, quais os sentidos que atribuem às praças da comunidade feitas de sucatas na cidade Sol/ Jequié.

#### **4 CONSIDERAÇÕES EM ABERTO**

As praças públicas, na sociedade moderna, eram projetadas com exposição de estátuas, plantas e arquitetura que seguiam modelos da cultura erudita. Porém, na contemporaneidade esses espaços vêm se transformando com a representatividade das comunidades locais, no convívio social e propondo soluções de construção de praças ecológicas, sendo construídas com sucatas e atendendo as necessidades dos cidadãos.

A Praça Amor e Praça Amizade, da cidade de Jequié – BA é hoje, um exemplo bem sucedido, pois se constituem como lugar de inventividade, de autenticidade e protagonismo cidadão, a fim de que todos: crianças, adolescentes jovens adultos e idosos, concebam o espaço como parte de si, além de potencializar as trocas e aprendizagens coletivas.

As análises iniciais deste estudo evidenciaram que as duas praças comunitárias de sucatas, as quais diferem bastante do modelo de praças que incorporam os elementos da cultura erudita, têm sido espaços de promoção da cultura, lazer, educação e convívio social, haja vista que, além de fomentar a cultura lúdica infantil, desenvolve ações de colaboração e responsabilização comunitária, eventos e espaços de lazer e convívio social para diferentes grupos etários e ações culturais, tais como: Ciranda de leitura, Festejos juninos, Semana Santa, Dia das mães.

Os achados apontam, ainda, que tanto a Praça do Amor, quanto a Praça da Amizade têm se configurado como ambientes planejados de resgate do lúdico em espaços urbanos, com base em iniciativa popular, a fim de que não somente as crianças, mas pessoas de todas as faixas etárias, tenham a possibilidade de interagir com seus pares, resgatando as relações intersubjetivas.

A leitura inicial das histórias de Cíntia e Cida revelam que estes dois lugares têm oferecido às crianças experiências de forma gratuita e natural, proporcionando a elas prazer e alegria. Além disso, proporciona para seus frequentadores uma educação ambiental voltada à reutilização de materiais não estruturados (sucatas) que minimiza o impacto dos descartáveis, introduzindo tais produtos novamente no sistema produtivo de forma a se transformar em novo produto (BASTITA, 2009). Enfim, esse salto qualitativo das praças comunitárias com sucatas deve-se à ênfase dada a criatividade das idealizadoras, procurando oferecer às pessoas um local seguro e de qualidade para o lazer das crianças e adultos.

**REFERÊNCIAS**

AGUIAR, Luiz Antonio Furtado. O papel da arte urbana na cidade lúdica. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço** – v. 4, n. 1 (2015) Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/25708>. Acesso em: 19 julh. 2020.

ARAÚJO, Vania Carvalho de; CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. As possibilidades de uma experiência compartilhada entre adultos e crianças na cidade. **Pro-Posições** [online]. 2017, vol.28, suppl. pp.111-131. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072017000400111&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000400111&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: mar. 2020.

BATISTA, Américo Donizete. Meio Ambiente: preservação e sustentabilidade. **Revista EPeQ/Fafibe**, 1ª. Ed., vol.1.nov.2009. PP. 50-54. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistaepeqfafibe/sumario/3/14042010143117.pdf>. Acesso em: mar. 2020.

BEAUCLAIR, João. O "suco" da sucata: brinquedos e jogos na educação infantil. **Criar Revista de Educação Infantil**. São Paulo, p. 6 – 7, 10 mar. 2006.

BONDIOLI, Anna; GARIBOLDI, Antonio. A vida cotidiana na creche. In: FARIA, A.L.G. (Coord.). **Ideias orientadoras para a creche: a qualidade negociada**. Coleção Formação de Professores Série Educação Infantil em Movimento. Campinas: Autores Associados, 2012.

BROUGÈRE, Gilles. Laser e Aprendizagem. In: ULMANN, A.L. (Org.). **Aprender pela vida cotidiana**. Tradução de Antônio de Paula Danesi. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.pp.128-140.

CARDOSO, Marilete Calegari. **Catadoras do brincar: o olhar sensível das professoras acerca do brincar livre no ensino fundamental I e suas ressonâncias para a profissionalidade docente**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia-UFBA, Salvador, Bahia, 2018b.

CARDOSO, Marilete Calegari. O Livre Brincar e a cultura lúdica infantil: experiência, performance e imaginário da criança. In: D'ÁVILA, C; FORTUNA, T. R. (Orgs). **Ludicidade, Cultura Lúdica E Formação De Professores**. Editora CRV, Curitiba, 2018a. p.159-173.

CARDOSO, Marilete Calegari; SOUZA, Ana Lucia; SILVA, Maria Vitória. A ludicidade ao longo da cidade de Jequié-BA: espaços e tempos de lazer e aprendizagens para as crianças. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 01-15, maio, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/semgepraxis/index>. Acesso em: mar. 2020.

CASTRO, Andréa Matos Rodrigues Menezes. O uso lúdico do espaço público: um tempo no Parque Municipal Américo Renné Giannetti. **Anais do 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402004456\\_arquivo\\_ousoludicodoespacopublicO.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402004456_arquivo_ousoludicodoespacopublicO.pdf) . Acesso em: 04 mar. 2019.

DEWEY, John. (1859-1952). **Vida e Educação**. Tradução e estudo preliminar de Anísio Teixeira, 6. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

DIAS, Marina Simone; ESTEVES JUNIOR, Milton. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cad. Metrop.** [online]. 2017, vol.19, n.39, pp.635-663. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3912>. Acesso em: 8 mar. 2019.

DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**–Anpur. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n3p118>. Acesso em: 8 mar. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. Propósito da obra. In: **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000, 2006.

MACHADO, Marina Marcondes. **O brinquedo-sucata e a criança**: a importância do brincar; atividades e materiais. 4ª Edição. São Paulo: Loyola 2001. 111p.

NOVAIS, Wilson. Prefeitura deveria repensar um projeto de utilização das Velas Culturais em 2018. **Jequié Reporte**. dez./2017. Disponível em: <https://www.jequiereporter.com.br/blog/2017/12/10/prefeitura-deveria-repensar-um-projeto-de-utilizacao-das-velas-culturais-em-2018>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NUNES, José Horta. Praças Públicas na Contemporaneidade: história, multidão e identidade. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, 53(2): 157-168, Jul./Dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636985>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PINTO, Manoel; SARMENTO, Manoel José. (Orgs). **As Crianças** - Contextos e Identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SERPA, Ancelmo. Apropriação do espaço urbano pela criança: a importância do jogo lúdico. **Paisagem Ambiente Ensaio** São Paulo n. 8 p. 177 - 210 dez. 1995.p.177 -210. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i8p177-210>. Acesso em: 04 mar. 2019.

TONUCCI, Francesco. O Direito de Brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade. DOSSIÊ TEMÁTICO: Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 40, p. 234-257, jul./set. 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/issue/view/393>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TORO, Mariana Alejandra Roedel Salles. A produção do espaço e suas contradições: possibilidades para a construção de novos caminhos. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço** - ISSN 2317-8361 v. 4, n. 1 (2015) Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/25706/18280>. Acesso em: 04 mar. 2019.

## O LAZER NO COTIDIANO: PRÁTICAS COLETIVAS COMO RESISTÊNCIA<sup>1</sup>

Francivaldo José da Conceição Mendes<sup>2</sup>  
Márcio Douglas do Amaral<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho discute a noção de cidade, de cotidiano, com centralidade na ocorrência do lazer. Nesse contexto o lazer é entendido como um conjunto de práticas humanas vivenciadas num tempo livre e diferenciado que coexistem temporal e espacialmente nas diferentes sociedades. O objetivo é demonstrar que em diferentes contextos espaciais vigoram variadas práticas que, a despeito de serem consideradas pouco importante, constituem-se em conteúdos significativos da vida social urbana. Essas práticas de lazer existem porque são resistência a uma lógica irreduzível de poder. Em outras palavras, são expressões do cotidiano social não capturadas pela racionalidade técnica das formas urbanas e que se encontram dissociadas de um padrão que se baseia no consumo e na efemeridade das relações sociais. A reflexão aqui proposta parte de uma revisão bibliográfica combinada com reiteradas observações em campo que se deram em cidades da Amazônia e de outras regiões do Brasil. Em que pese a predominância da abstração do espaço urbano verificou-se que os sujeitos, nos diferentes tempos e espaços, mantêm uma sofisticada rede de interação e sociabilidade cuja materialidade remete a práticas espontâneas, não racionalizadas, notabilizando caminhos reais para uma cidade, um cotidiano, diferentes para e pelo lazer.

**Palavras-chave:** Lazer. Urbano. Cidade. Cotidiano.

### ABSTRACT

This paper discusses the notion of the city, of everyday life, with a central focus on the occurrence of leisure. In that context the leisure is understood as a set of human practices experienced in a free and differentiated time that coexists temporally and spatially in different societies. The objective is to demonstrate that in different spatial contexts there are various practices that, despite being considered little important, constitute significant content of urban social life. These leisure practices exist because they re-exist to an irreducible logic of power. In other words, they are expressions of social daily life that are not captured by the technical rationality of urban forms and that are dissociated from a pattern that is based on consumption and the ephemerality of social relations. The reflection proposed here starts from a bibliographic review combined with repeated field observations that took place in cities in the Amazon and other regions of Brazil. In spite of the predominance of the abstraction of urban space, it was found that the subjects, in different times and spaces, maintain a sophisticated network of interaction and sociability whose materiality refers to spontaneous, non-rationalized practices, highlighting real paths to a city, a daily life, different for and for leisure.

**Keywords:** Leisure. Urban. City. Daily.

**Data de submissão:** 15.07.2020

**Data de aprovação:** 02.09.2020

---

<sup>1</sup> Os resultados aqui apresentados fazem parte da pesquisa de doutorado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPA, sob a orientação do Dr. Márcio Douglas Brito Amaral.

<sup>2</sup> Licenciado em Educação Física (UEPA), Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA-UFPA), Doutorando em Geografia (PPGEO-UFPA). Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Pará- Campus de Altamira. E-mail: francivaldo.edfisica@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em Geografia-Universidade de São Paulo. Diretor da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará- Campus Guamá IFCH. E-mail: marcioamaral29@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Considera-se lazer as diferentes práticas sociais cujas ocorrências estejam diretamente ligadas a dimensões como: tempo (livre/disponível), atitude, liberdade e espaço. Sendo o lazer parte dos processos históricos e sociais sua materialidade expõe as múltiplas contradições desse movimento histórico. Daí porque, ao contrário de alguns trabalhos, não se busca aqui a “gênese” do lazer. Isso porque, eventualmente, esse recuo pode sugerir conclusões anacrônicas. Do mesmo modo, acredita-se que explicar o tema do lazer a partir do seu aspecto semântico-etimológico constitui-se em verdadeiros limitadores a compreensão deste fenômeno. Isso porque, nos diferentes tempos e espaços, são inúmeras as práticas vivenciadas no tempo livre, o que certamente não pode ser apreendida de forma simplificada ou por elaborações teóricas estanques.

Essa ponderação, em certa medida metodológica, faz-se necessária pelo fato de que o debate atual em torno do lazer não ser ainda consensual. No Brasil e no mundo pelo menos dois grupos se notabilizaram em torno dessa discussão. O primeiro, assegura que as práticas que remetem ao lazer sempre existiram, são constitutivas da cultura humana. O segundo, considera o lazer como sendo uma construção eminentemente moderna, cujo estágio inicial corresponde a revolução industrial ocorrida na Europa.

Sem a pretensão de aprofundar esse debate, menos ainda de apresentar um parecer definitivo a seu respeito, considera-se importante evidenciar que, teoricamente, pelo menos uma parte dos estudiosos consideram como equivalente ao lazer ocorrências como: Skholé na Grécia antiga, Licere na Roma antiga para finalmente sua ocorrência atual, a forma do lazer.

Não é propósito desse trabalho problematizar esse instrumental metodológico com que se efetivam os estudos sobre a ocorrência histórica do lazer, embora prevaleça uma excessiva preocupação no estabelecimento de recortes que aprisionam espacial e historicamente determinadas práticas sociais que, notadamente, são carregadas de singularidades, de contradições históricas. Dito de outra forma, como assegurar que uma apresentação teatral na Grécia antiga tenha a mesma equivalência de uma apresentação similar na Paris dos dias atuais? De outra forma, teria equivalência entre o Skholé da Grécia e o lazer da Paris de hoje?

Daí porque, respeitando os excelentes trabalhos produzidos nesse campo, a exemplo de, Parker (1978), Dumazedier (1976), Munné (1980) e De Grazia (1966), Gomes (2005), Mascarenhas (2005) opta-se por reafirmar o pensamento de Magnani (1998) segundo o qual tão importante quanto os limites de um enquadramento terminológico, a redução de práticas complexas a respostas obtidas em questionários fechados, é considerar a expressão do lazer na sua manifestação real, no dia-a-dia, no cotidiano dos diferentes grupos. Isso não implica prescindir das diferentes temporalidades históricas, mas considerar que as expressões do lazer são espacial e temporalmente diversas o que torna arriscado eventuais generalizações cujo resultado certamente minimiza e reduz essas ocorrências.

Este trabalho, no entanto, preocupa-se em discutir as práticas do lazer para além dos formalismos de ordem etimológica, ou do seu aprisionamento em recortes históricos como se fosse possível identificar o exato momento em que o fenômeno do lazer começa a existir enquanto prática humana. Os limites que se apresentam nesse trabalho são bem menos pretensivos e rígidos. Pretende-se considerar as diferentes vivências coletivas coexistentes em diferentes tempos e espaços cuja centralidade remete ao cotidiano, ao espaço vivido.

Dito isso e, embora se reconheça que o debate acerca da ocorrência histórica do lazer está posto e longe de consenso, este trabalho considera as práticas sociais vividas no tempo livre, dissociada do trabalho, como expressões do lazer. Tais práticas não são homogêneas, no tempo, nem no espaço. Como se demonstrará ao longo desse trabalho, as cidades são locais privilegiados para sua concretização que se dá pela ação coletiva dos diferentes sujeitos ao ocuparem os espaços e experimentarem diferentes formas de lazer. A inserção no cotidiano do

lazer, a observação participante, entre outras técnicas da etnografia urbana, constituíram-se em importantes mecanismos para sistematização dos dados colhidos nesse estudo que ocorreu em uma cidade da Amazônia (Altamira-PA) e em outra do Sudeste brasileiro (São Paulo). No cotidiano dessas cidades as diferentes práticas evidenciam formas distintas do lazer, não devendo ser tomadas como definição acabada, haja vista ser o lazer múltiplo, orgânico e pressupor movimento.

## 1 O LAZER NUMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Com o cuidado de não incorrerem em recortes arbitrários, mas com a certeza de que é preciso reiterar o caminho metodológico que se propõe a decifrar os nexos que dinamizam a ocorrência do lazer, compreendemos ser importantes aproximações que direcionam a compreensão a manifestação do objeto sobre o qual se investiga. Nesse caminho, os conceitos devem ser entendidos como norteadores, flexíveis, que se ajustam e se conformam, à medida que o espaço é produzido no tempo. Essa produção não é dada, é construída por e a partir das diferentes interações que os sujeitos sociais estabelecem cotidianamente.

Defendemos que o lazer, sendo uma expressão humana, encontra no cotidiano seu local privilegiado para sua materialidade. Inicialmente não está entre nossa preocupação percorrer o caminho que autores como Dumazedier (1976), Parker (1978), fizeram na tentativa de realizar uma espécie de “fatoração” da ocorrência do lazer em que a concepção percentual apresenta-se como síntese das diferentes e complexas manifestações do lazer, conforme se verifica em (DUMAZEDIER, 1976, p. 181, 301).

Considerando as pesquisas acima como um ponto de partida<sup>4</sup>, acreditamos que o cotidiano em sua expressão vivida nos fornece um parâmetro mais apurado a respeito do lazer. A esse respeito notamos uma considerável produção de conhecimento especialmente a partir da segunda metade do século XX em que autores a exemplo de Henry Lefebvre (1991) tem notoriedade. No Brasil, citamos Martins (2014) e Magnani (2018) como pesquisadores que têm dedicado boa parte da sua vida acadêmica ao estudo do cotidiano.

Especialmente no campo do lazer estudos como os de Magnani (1998, 2002, 2018), indicam-nos importantes caminhos, especialmente porque para este autor o lazer não pode ser apreendido somente pela aplicação de questionários, entrevistas fechadas, em cujo sentido metodológico repousa uma dimensão conservadora.

No entanto, devemos reconhecer que especialmente no interior da academia, essa forma de estudar a realidade a partir das ocorrências do cotidiano está longe de ser consenso. Há uma grande resistência, denunciado por Martins (2014), Magnani (1998) segundo o qual o cotidiano não guarda a permanência de fenômenos sociais que lhes dê base a uma investigação científica sólida.

Evidentemente, os autores citados acima, com os quais nos associamos, creem exatamente no oposto. São as expressões do cotidiano, sua efemeridade, que contêm boas pistas para se estudar o lazer. Esse cenário brevemente narrado traduz o desafio que envolve estudar as ocorrências do lazer. Primeiro por ser uma área de estudo relativamente recente, somado ao pouco prestígio no ambiente da chamada ciências humanas e sociais. Sobre isso Parker (1978, p. 09) referindo-se aos estudos do lazer na Inglaterra do século XX afirmou: “até poucos anos a sociologia do lazer na Grã-Bretanha [...] era tratada com zombaria- algo assim como a sociologia da bicicleta- ou como um adendo ao estudo do trabalho e da sociedade industrial”.

---

<sup>4</sup> Não pressupõem negá-las na sua totalidade, mas compreender que estas representam um ponto de vista de uma época e de um espaço diferente do que prevalece nos dias atuais. Não se trata de revanchismo teórico, mas de procurar construir uma abordagem mediando teoria e a realidade sobre a qual investigamos.

O mesmo autor, porém, reconhece o avanço dos estudos do lazer bem como sua consolidação no interior da academia, tanto é que figura como componente de investigação na dita “sociologia do lazer”. No entanto, o fato de ser acolhido na dita sociologia do lazer, não torna esse cenário menos desafiador, especialmente quando compreendemos que nem nas ciências sociais o estudo de determinados fenômenos a partir do cotidiano representa unanimidade.

Indiscutivelmente, no tempo atual o lazer reveste-se de relevância acadêmica com um calendário de eventos consolidados desde os anos de 1980, ampliando-se a partir dos anos 2000<sup>5</sup>, soma-se a isso o fato de figurar com um campo de conhecimento interdisciplinar especialmente com aquelas ciências que discutem a complexidade do espaço urbano. É nesse sentido que esse trabalho se constitui, considerando especialmente a relação lazer-cotidiano no espaço das cidades.

Como mencionado, tempo livre é premissa às práticas do lazer, evidentemente outras dimensões são necessárias para sua plena ocorrência, mas o tempo do lazer não é o tempo do trabalho, ainda que trabalho não seja antítese do lazer.

Os deuses tinham condenado Sísifo a rolar um rochedo incessantemente até o cimo de uma montanha, de onde a pedra caía de novo por seu próprio peso. Eles tinham pensado, com as suas razões, que não existe punição mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança (CAMUS, 1942, p. 85).

Essa passagem nos possibilitar refletir não sobre o lazer diretamente, mas sobre a sua complementariedade: o trabalho. A proximidade e o distanciamento nesse par dialético, tem na era moderna seu ponto máximo pois, conforme Mascarenhas (2005), lazer não se materializa no tempo do trabalho.

A considerarmos o mito de Sísifo, poderíamos imaginar o quão desesperador seria a vida do personagem narrado que, tomado pela obrigatoriedade alienadora de uma tarefa, viu-se destituído de qualquer prazer na sua vida, afinal encontrara-se condenado a servidão de um trabalho sem sentido e sem fim. Essa analogia, ainda que incipiente, nos fornece um parâmetro para refletirmos acerca das características que imperam no mundo do trabalho e que por isso, influenciam diretamente nas práticas do lazer.

Se trabalho é condição para compreendermos as relações sociais da humanidade, tempo é uma dimensão necessária a compreensão do lazer. Da relação entre tempo e trabalho surgem importantes determinações para que se compreenda a ocorrência do lazer, aqui entendido para além de disputas semântico-etimológicas. O tempo do lazer não pode ser o mesmo do trabalho, sem os quais (tempo e trabalho) se torna impossível entender a anatomia das práticas do lazer.

O lazer na/da cidade, não pressupõe ou não deveria pressupor hierarquias, onde um elemento figure com gênero e/ou espécie do outro. Entre essas duas dimensões (o lazer e a cidade) não há que se considerar sobreposição, isso porque, o lazer sobre o qual falamos deve ser entendido como expressão orgânica da subjetividade e, sobretudo, de relações coletivas presentes na cidade.

Visto dessa forma, não se trata de elidir a dimensão histórica e sucumbir ao imediatismo da aparência que asfixia a abstração, limitando a compreensão das determinações históricas. Ao contrário disso, acreditamos que o lazer, pelo cotidiano deve ser considerado sob quatro dimensões: tempo, atitude e liberdade, espaço. Tempo é aquele livre das obrigações do trabalho, o trabalho não somente entendido na sua dimensão estrita formal, da fábrica, a liberação é de qualquer forma de trabalho. A atitude refere-se a iniciativa que parte do sujeito nesse tempo livre, pressupondo espontaneidade. A liberdade refere-se à

<sup>5</sup> A exemplo do “Seminário: o lazer em debate” e do “Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer”.



possibilidade de escolha de que o sujeito dispõe em, pelo menos, duas situações reais. O espaço não é somente o físico, o absoluto, refere-se também a um conjunto de práticas socialmente constituídas que, constituindo relações sociais, constituem os sujeitos nas suas práticas cotidianas<sup>6</sup>.

Essa inserção anterior cumpre uma finalidade de parâmetro, haja vista conforme já demonstramos, definir precisamente determinado fenômeno social é assumir a tarefa de tornar estático aquilo que por natureza é dinâmico. Queremos dizer, no entanto, que sendo o lazer parte dessa dinâmica, desse movimento que compõem a história humana, aplica-se a ele essa transitoriedade e relatividade com que nos referiremos quanto a sua ocorrência e definição, em síntese: o lazer não é um fenômeno acabado, mas em permanente transformação.

Sendo um fenômeno, encontra na informalidade do espaço banal, na contra racionalidade do cotidiano, na ordem próxima, seu espaço privilegiado de ocorrência. É a subversão da ordem instituída, da razão espacial, dos conteúdos, das formas. Tal fenômeno opõem-se às amarras formalistas da tecnocracia a que se referiu Lefebvre (2006).

Nesse sentido, o lazer precisa ser visualizado, como uma expressão que emana das múltiplas relações sociais, devendo ser observado como obra humana, como projeto coletivo, ou parafraseando Lefebvre (2001), numa utopia.

O lazer a que nos referimos é expressão das ruas, dos bares, dos campos de várzea, das mesas de dominó do fim de tarde, dos pedaços, das manchas, para usar duas expressões de Magnani (2002). Esse lazer, invisibilizado pela modernidade, suplantado pela dimensão mercadológica e que, no caso dos projetos na Amazônia soma-se a uma perversa descaracterização dos conteúdos e formas da vida cotidiana, subsiste na apropriação dos diversos espaços dispersos pela cidade. Lazer aqui não deve ser entendido numa dimensão limitadora, associado a uma perspectiva funcionalista<sup>7</sup>.

O trabalho, condição fundante da existência humana, para usar uma expressão Marxiana, embora não seja categoria central desse debate, concorre na conformação e materialidade do lazer. Isso porque para autores como Dumazedier (1999) não se pode falar em prática do lazer se persistir, qualquer que seja, obrigação laboral. Essa afirmação, atualmente, apresenta um grande desafio que é compreender a crescente mercantilização do lazer, onde na sociedade espetáculo; lazer é trabalho e trabalho é lazer.

A considerarmos a sucessão do tempo histórico, sem a intenção de reduzir anacronicamente a história da humanidade, dois acontecimentos têm fortes conexões com o tempo de trabalho, tempo de não trabalho, tempo livre/disponível, ressaltando, porém, que embora haja uma corrente teórica que considera o lazer como manifestação inerente a própria história humana, temos optado por considerar o movimento que acompanha historicamente a ocorrência do que temos chamado de lazer, sem uma rígida definição conceitual/temporal.

O primeiro desses acontecimentos, foi a domesticação da agricultura, fato que se olhado por outro prisma acabou por domesticar o ser humano que se viu impedido de deslocar-se com mais liberdade pelo espaço, haja vista as inúmeras responsabilidades como cuidar do solo, das plantações, estando pois, subordinado às intempéries naturais e, por isso, destituído de maior liberdade no seu tempo livre, agora significativamente reduzido.

A segunda grande mudança ocorreu com a chamada revolução industrial, contexto em que houve uma ruptura nos modos de organização social, sobretudo relativa à vida nas cidades. Essa mudança se deu em função da transição do então modelo agrário-rural para o urbano industrial. Enguita (1989), destaca as fugas em massa de pessoas que se negavam a submeter-se ao modelo de trabalho e a organização social recém impostos. Evidentemente, na

---

<sup>6</sup> Essa noção baseia-se em Dumazedier (1976) e Lefebvre (1991)

<sup>7</sup> Essa visão funcionalista é descrita por Marcellino (1987) como sendo composta por quatro diferentes vertentes: romântica, moralista, compensatória ou utilitarista.

contramão dessas ações, instaurou-se um conjunto de medidas repressivas por parte dos que detinham o controle econômico e político.

No mesmo sentido, Melo (2003), apresenta um conjunto de evidências históricas ocorridas nas fábricas com repercussões profundas no modo de vida das pessoas. Medidas como a inserção do “ponto”, a obrigação da fiel obediência ao horário cronometrado, foram algumas das medidas tomadas naquele contexto que impactaram diretamente o tempo do trabalho e o tempo disponível.

Esse acirramento entre o tempo do trabalho, e o tempo do não trabalho, que não necessariamente é o tempo disponível, certamente é um imperativo a compreensão das diferentes formas do lazer. Se tempo livre é condição ao lazer, ter tempo livre não implica vivenciar o lazer. Na ordem capitalista essas contradições sinalizam o crescente desafio que é a fruição do lazer nas cidades, no cotidiano.

## **2 A MODERNIDADE, O LAZER E AS CONTRADIÇÕES DAS CIDADES CAPITALISTAS**

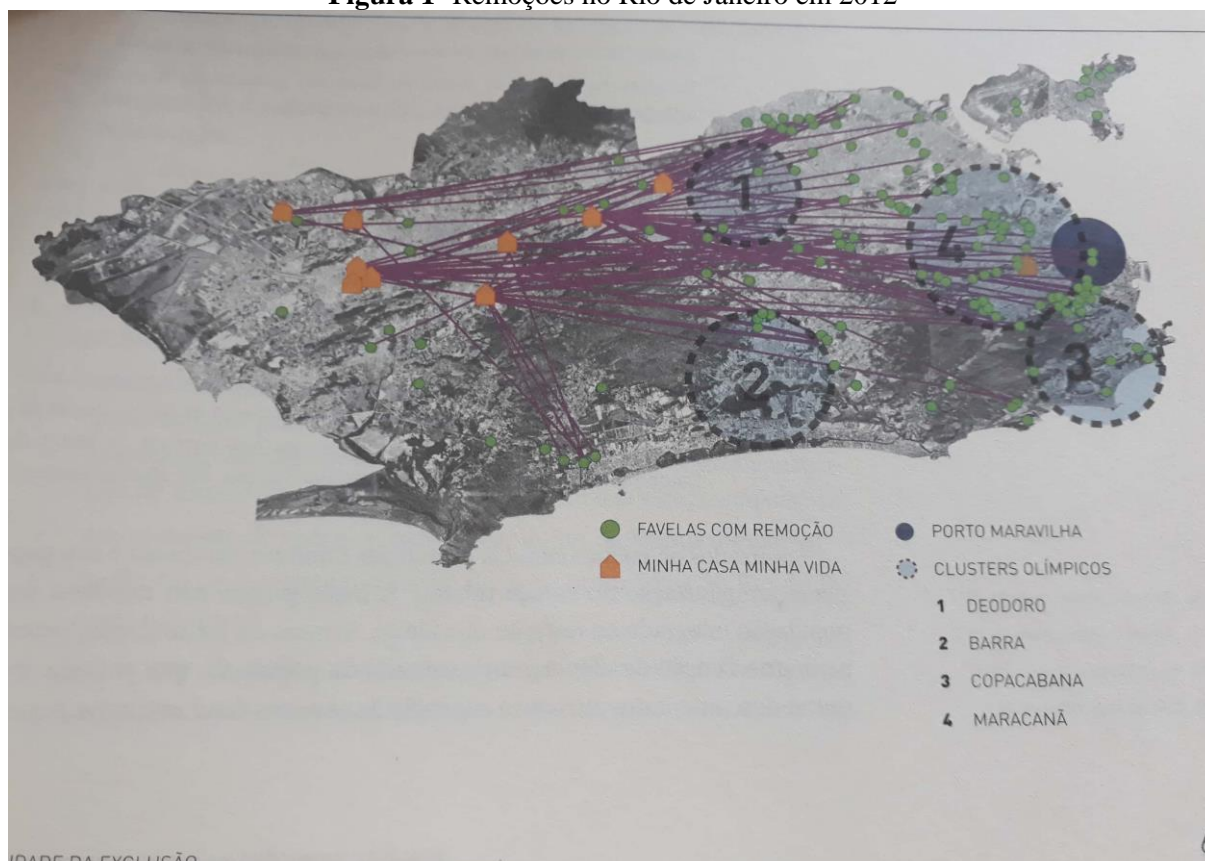
Nesta modernidade, de acordo com Debord (1997), o lazer compõe a sociedade do espetáculo, cuja mediação social baseada no capitalismo passa a ser a imagem. Essa lógica do capitalismo expropria os sujeitos de um tempo disponível, do usufruto do lazer enquanto prática que promova o desenvolvimento humano. Ao contrário disso, a indústria cultural expande-se, apropriando-se de determinados mecanismos tornando o lazer mera mercadoria.

Esses polos equidistantes e convergentes (o lazer e o trabalho) a que nos referimos, diz respeito ao caráter cada vez mais alienador do trabalho como plataforma do lazer e do lazer como fundamento do trabalho, senão vejamos o que são os megaeventos esportivos ocorridos recentemente no Brasil<sup>8</sup>, ou a espetacularização de práticas oriundas do cotidiano pelas inúmeras cidades da Amazônia, sobre o que Lefebvre (1991, p. 71) alertava: “o espetáculo do mundo, torna-se consumo de espetáculo e espetáculo do consumo, o que fornece um bom exemplo de torniquete, uma espécie de pleonasma que os racionalistas da organização tomam por um equilíbrio”.

Sobre esse espetáculo do mundo, base do espetáculo do consumo, destacam-se no Brasil diversos exemplos de como as cidades são modificadas em função do lazer. Azevedo e Faulhaber (2015) apresentam algumas dessas mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro por ocasião das Olimpíadas e da Copa do Mundo de futebol em 2016 e 2014, respectivamente. Tais intervenções, basearam-se na ideia da produção do lazer como fundamento do espetáculo consubstanciado numa pseudo democratização dos espaços públicos.

---

<sup>8</sup> Referimo-nos a Copa do Mundo de Futebol da FIFA (2014) e das Olimpíadas (2016), ambos realizados na cidade do Rio de Janeiro.

**Figura 1-** Remoções no Rio de Janeiro em 2012

Fonte: Azevedo e Faulhaber (2015, p. 67)

A produção do espaço está submetida a uma ideia global que retira as singularidades locais incorporando essa atmosfera racional, pré-concebida. O lazer nesse contexto é ingrediente desse receituário neoliberal cujo sentido expressa aquilo que Lefebvre (1991) destacou como sendo a “sociedade do consumo dirigido”. Nesse contexto, o lazer não é mais festa, sucumbe a lógica do espetáculo, mercantilizado, racionalizado. Pelo exemplo extraído da imagem, a cidade cumpre um papel de palco, de receptáculo à efetivação de uma ordem supra local que se viabiliza na lógica capitalista.

Na Amazônia, em específico na cidade de Belém e mais recentemente em Altamira-PA, podemos notar essas interferências da lógica capitalista no cotidiano do lazer. Tal cenário remete a profundas intervenções na dinâmica das cidades o que conseqüentemente reverbera no modo de organização das pessoas. É dessa forma que as cidades brasileiras estão estruturadas para o lazer, isto é, uma lógica que privilegia o espaço como invólucro do consumo e que por isso mesmo retira deste a possibilidade do encontro público pleno.

Dessa forma, o caráter formalista dos espaços acaba por atomizar as relações neles estabelecidas, fundamentando uma dimensão objetivista que no fim destitui o real sentido do espaço público como locus de integração. Na cidade capitalista, a conformação desses espaços serve à própria lógica da reprodução do capitalismo, pela produção do espaço. Intervenções como as executadas em Paris do século XIX por Haussmann, ou as efetuadas na cidade Belém sob a gestão do Intendente Antônio José de Lemos no início do século XX, são exemplos que evidenciam formas e conteúdo orientados por uma concepção abstrata das espacialidades do lazer.

Dito isso, podemos afirmar que a predominância do lazer na cidade capitalista é mercantil, pois ações como as implementadas em Belém em espaços como a “Estação da docas”, “o mangal das garças,” o “Parque estadual do Utinga”, entre outros retroalimentam

uma produção capitalista travestida de uma aparente democratização do seu uso, quando na verdade o que se percebe é o esvaziamento do seu sentido público.

O agendamento prévio do Projeto Visita Monitorada deve ser feito por meio do endereço eletrônico [agendamento@mangalpa.com.br](mailto:agendamento@mangalpa.com.br). A ação é uma realização da OS Pará 2000, que além de administrar o Mangal é responsável pela gestão do Parque Estadual do Utinga, local onde também é possível agendar visitas. (AGÊNCIA PARÁ, 2019).

Essa racionalidade dos espaços nas cidades é um imperativo atual, mas que guarda relações com a própria conformação das cidades ao longo do tempo. Ao tratar das cidades Lefebvre (2001) apresenta uma espécie de “linha do tempo” na qual a cidade industrial congrega quase que a totalidade das características brevemente mencionadas, estágio em que a produção industrial superpôs-se a trocas comerciais, acentuando o êxodo rural, e conseqüentemente a ampliação do tecido urbano. De maneira didática o autor estrutura essas etapas da seguinte forma:



Lefebvre (2001, p. 78)

Há nesse sentido uma convergência entre os estudos de Mascarenhas (2005) e Lefebvre (2001), segundo os quais a revolução industrial marca a instauração do urbano e do lazer como fenômenos. Em Mascarenhas (2005), o lazer conforme conhecemos hoje é efeito da lógica capitalista que a tudo busca transformar em mercadoria, em consumo. O “mercolazer” é a expressão utilizada por Mascarenhas (2005) para designar a mercantilização de práticas e atividades de lazer.

Lefebvre (1991), entretanto, denomina essa realidade de “espetáculo generalizado”, onde a linguagem enquanto código referencial exerce um papel de destaque na transformação de uma prática cotidiana em espetáculo do consumo, diz ele: “O lazer não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo” (LEFEBVRE, 1991 p. 62).

É assim, na cidade industrial, ou no seu limite, na zona crítica, que as cidades se estruturam consolidando características voltadas à privatização de espaços e de direitos, como é o caso do lazer. Tais elementos estão baseados na linguagem enquanto elemento discursivo. A cidade capitalista industrial é revestida desse caráter privatista, mercadocêntrico, ou nas palavras de Carlos, Santos e Alvarez (2018) “espaço mercadoria”, que se consolida como extensão da propriedade privada em que o valor de uso subordina-se ao valor da troca.

**Figura 2-** Balsa “catamarã no rio Xingu em 2018

Fonte: arquivo pessoal (2018)

Na Altamira atual, a cidade fisicamente ficou difusa, característica que em certa medida norteou práticas do lazer emergentes no advento da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHBM)<sup>9</sup>. A relação como a cidade e com o rio assumiram novas configurações, muito embora “rugosidades”, para usar uma expressão de Santos (1982), permaneçam na cidade. Mesmo assim, o deslocamento do circuito de bares e restaurantes para o bairro do Premém, retirou a centralidade da orla da cidade como espaço articulador de relações do lazer.

Do mesmo modo, conforme se verifica pela figura 2, o rio Xingu passa a concentrar outras práticas antes não presentes como é o caso do Catamarã, balsa estilizada pela qual se paga um valor que varia entre um mil e quinhentos a dois mil e quinhentos reais por sete horas de passeio no Xingu. Dessa nova realidade, muito mais mercantilizada, destacam-se características bastantes peculiares como é o caso de, às vezes, determinadas pessoas irem ao passeio e sequer banharem no rio. O rio assume um papel de receptáculo, passivo, de espaço artificializado e espetacularizado pelos “selfs”, “curtidas e postagens”.

### 3 DO LAZER NA CIDADE À CIDADE DOS LAZERES

Partindo do pressuposto que o direito ao lazer, enquanto prática e expressão na cidade, deve ser analisado como uma totalidade, como algo que não passa pela formalidade o Estado, pois é obra humana, convém destacar que o lazer sobre o qual dissertamos não é somente aquele normatizado, programado, mercantilizado. Este, emerge das práticas cotidianas, das

<sup>9</sup> A Usina Hidrelétrica “Belo Monte” (UHBM), iniciada em 2011, no rio Xingu, provocou profundas transformações nas relações dos sujeitos com espaços urbanos, sobretudo no município de Altamira-PA, o mais atingido pelo empreendimento. Nesse município pelo menos 22 mil pessoas foram compulsoriamente removidas das suas moradias e realocadas para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs).



manifestações coletivas dispersas pelos vários pontos da cidade que não foram capturadas pela reprodução da vida cotidiana. A cidade do lazer, é uma cidade utópica, pois esse direito seria expressão da própria conformação da urbe, onde a apropriação dos espaços, pela dimensão do vivido ganha notoriedade. Assim, lazer é expressão do espaço banal, ou do cotidiano conforme já afirmou Lefebvre (1991, p. 30) “o estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época”.

Sendo o cotidiano a interseção entre o racional e o irracional, aqui entendido como a dimensão hegemônica e contra hegemônica, respectivamente, é válido destacar o conjunto de práticas e valores que emergem nessa contra racionalidade do lazer. Tais ações estão dispersas pelo que Leite (2002) denominou de contra-usos do espaço, que nada mais são do que formas originais com que os sujeitos atribuem usos não normatizados aos espaços formais. Certamente, tais usos derivam de uma contraposição ao estabelecimento de padrões feitos por entes, a exemplo do Estado. Esses contra-usos, em certa medida, subvertem o objetivo inicial de um determinado espaço da cidade que em geral pode suscitar tensões e conflitos com o Estado ou mesmo com outros grupos. Um exemplo acontece na Avenida Paulista, em São Paulo, aos domingos.

**Figura 3 - Músicos na Avenida Paulista- São Paulo em 2018**



Fonte: arquivo pessoal (2018)

Falamos isso para destacar as contradições, mas também as múltiplas formas com que os sujeitos se apropriam dos espaços de lazer nas cidades. Em Altamira, conforme na avenida paulista, a praça da Independência é um espaço que articula uma série dessas características contraditórias projetando ao mesmo tempo práticas representativas, ainda que sob a vigilância formal. O sistema de monitoramento por câmeras, as grades em certos pontos acima de cinco metros de altura, o acesso ao espaço restrito a apenas um portão evidenciam, por um lado, o

poder ordenador com que os diversos entes do Estado exercem seu controle neste espaço e, de outro, as transgressões com que se materializa práticas contra hegemônicas do lazer na cidade. As práticas mantidas pelos poetas marginais, os grupos neopentecostais, a comunidade das escolas da educação básica, das atividades do ensino superior, entre outras, fornecem pistas para entendermos o mosaico de atividade que se colocam na contramão do uso hegemônico do espaço, ou aquilo que Leite (2002) chamou de contra-usos.

**Figura 4** - Coletivo “poetas marginais” em Altamira-PA-2018



Fonte: facebook-[https://www.facebook.com/coletivodepoetasmarginais/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/coletivodepoetasmarginais/?ref=page_internal)

Essas práticas informais e não hegemônicas estão dispersas ao longo de todo o tecido da cidade. Em geral passam despercebidas diante do nosso olhar quase sempre “de fora e de longe”, para usar uma expressão de Magnani (2002). O contraponto dessa lógica é aquilo que o autor chamou “de um olhar de perto e de dentro”, sendo então possível, no caso de Altamira, observar a subversão do uso dado ao porto do pepino, a transposição que liga a avenida Perimental ao RUC são Joaquim, as múltiplas apropriações do rio que sugerem as fluvialidades, as ruas estreitas apropriadas pelos diversos coletivos de ciclistas, os pontos de baralho, damas e dominó, que em manchas dispersas pela cidade formam um circuito extremamente sofisticado, com horários e pontos específicos de início e fim. Eis uma relação orgânica do lazer na cidade.

Na cidade, essas ações revelam processos e conteúdos que ocorrem como resistência, como antítese de uma ordem instituída, como interlocução irreduzível do poder ordenador. A utopia do lazer reside na medida em que, mesmo diante dessas características objetivistas e formais na cidade, coexistem práticas aparentemente dispersas, mas que, contrariamente, encontram-se conectadas pelas manchas da cidade ou aquilo que Santana, Rechia e Rodrigues (2017) denominaram de “brechas da cidade”.



**Figura 5-** Banhistas na Praia artificial do “Massanori”- Altamira-PA.



Fonte: arquivo pessoal (2019)

A praia do Massanori em Altamira-PA constitui-se em um nexos espacial que articula diferentes práticas e sujeitos da cidade e do seu entorno. Há uma lógica estabelecida nessas relações que sugerem pertencimento ao espaço, relações sociais densas, e práticas que se dão de forma não programada, não racionalizada. Em Altamira-PA, e no caso descrito em São Paulo, ainda que as práticas ocorram em espaços ordenados seus conteúdos subvertem essa condição estabelecida. Ao não serem capturadas pela reprodução da lógica capitalista as experiências do lazer contidas no cotidiano constituem-se em resistência, em marcas irredutíveis de uma vasta e sofisticada rede de relações sociais que não estão aparentes a um “olhar de fora e de longe”.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No tempo atual, prevalece a visão hegemônica com que se efetivam as formas urbanas cuja finalidade é conter e ordenar práticas coletivas espontâneas. Soma-se a isso, a perda progressiva da possibilidade de fruição da vida no tempo livre, conforme descrito no mito de Sísifo. A uberização e o home office são marcas dessa precarização da vida moderna que implica no domínio do lazer. Soma-se a este cenário a imposição de uma cultura hedonística que apresenta o lazer como um produto, cujo sentido reside no consumo indiscriminado.

Assim, moderna e preponderantemente, o lazer está subordinado a um discurso, a uma dinâmica racionalizadora dos espaços e de seus conteúdos, fundamentados numa visão tecnocrática. Esta modernidade, erigiu-se sobre uma estrutura que nega os elementos do



cotidiano e privilegia a padronização, o consumo, a racionalidade espacial. Tais características correspondem a dimensão mais aparente do lazer, abundantemente objeto de estudos e reflexões.

O contraponto a essa dinâmica, objeto desse trabalho, reside nos contra-usos que se dão pelas práticas não programadas, não racionalizadas, não capturadas pela abstração dos espaços e que por isso não estão aparentes. São práticas diferenciadoras que se mantêm nos domínios do vivido. Subsistem na apropriação dos espaços e na vivência da cidade considerada obra inconclusa. Por isso, acreditamos que o lazer, enquanto prática e manifestação social, encontra no cotidiano seu lócus privilegiado. Sua manifestação materializa-se a partir de ações aparentemente simples ou o que Lefebvre (2006) denominou de espaço banal.

Resistem como antítese dessa lógica irreduzível de poder, práticas espontâneas que se dão no interior do espaço banal, e se materializam na confluência e interseção dos pedaços e das brechas dispersos pela cidade. Esse lazer não programado, baseado no contra-uso, pode ser base para a transição do lazer na cidade para a cidade dos lazeres.

## REFERÊNCIAS

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. s.n.r. 1942.

CARLOS Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto. **Geografia urbana crítica: Teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018.

DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid: Tecnos, 1966.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do Lazer**. [Tradução: Silvia Mazza e J. Guinsburg]. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola, o trabalho atual como forma histórica**. Porto Alegre: Artes Médicas sul, 1989.

FAULHABER, Lucas, AZEVEDO, Lena. **Remoções no Rio de Janeiro olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

GOMES, Christianne; AMARAL, Maria Teresa Marques. **Metodologia da pesquisa aplicada ao lazer**. Brasília: SESI/DN, 2005.

LEFEBVRE, Henry. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LEFEBVRE, Henry. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown**. RBCS, Vol. 17 nº. p.115-134. v.49. junho/2002. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000200008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000200008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 30 out. 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 49. p. 1-34. São Paulo, junho de 2002. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000200002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000200002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 30 out. 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. *In*: Organizadores Magnani, José Guilherme Cantor; Spaggiari, Enrico. **Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018. P. 12-34.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

MARTINS, José de Sousa. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henry Lefebvre**. São Paulo: Contexto, 2014.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MELO, Vitor Andrade de. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: Ibrasa, 2003.

MUNNÉ, Frederic. **Psicosociología del tiempo libre: un enfoque crítico**. México: Trillas, 1980.

PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PASTANA, Beatriz. Visita guiada é a opção de programação no Mangal das Garças. **Agência Pará**, 2019. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/13763/>. Acesso em 30 out. 2019.

SANTANA, Daniella Tschöke; RECHIA, Simone; RODRIGUES, Emília Amélia Pinto Costa. As brechas da cidade: a praça de bolso do ciclista da cidade de Curitiba/PR. *Movimento: revista de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 311-324, jan./mar. de 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/66384/41034>. Acesso em 30 out. 2019.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

## TERRITORIALIDADES URBANAS: A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DA CIDADE ANDINA NA LITERATURA PERUANA

Flávio Reginaldo Pimentel<sup>1</sup>  
Márcia Aparecida da Silva Pimentel<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir as diversas territorialidades urbanas geradas a partir da representação simbólica da cidade de Cusco, localizada na Cordilheira dos Andes. Tem como foco principal a visão do narrador-personagem do romance *Os rios profundos* (1958), do escritor peruano José María Arguedas. Ernesto é um adolescente que chega a Cusco, em companhia de seu pai, e passa por um processo de múltiplos devires que o deslocam de sua territorialidade. A tradição e a modernidade, presentes nesse espaço urbano, fazem com que ele reflexione sobre o papel que a cidade cumpre na construção das múltiplas identidades geradas a partir de tal imbricamento. Ernesto vive conflitos, contradições e devaneios, que a todo momento o confrontam com a realidade a que está subordinada a população indígena na cidade. Há um processo de heterogeneidade e hibridismo cultural na narrativa, fazendo com que Ernesto fique constantemente dividido em um terreno movediço. Há uma interfase entre a literatura e a filosofia que acrescenta novos olhares aos estudos literários, a partir do conceito de território e territorialidades. A perspectiva teórica adotada é a de *territorialização-desterritorialização-reterritorialização*, definidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). Tais conceitos aparecem nos escritos destes autores, em *O Anti-Édipo* (1972), e desdobrados, sobretudo, em *Mil Platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991).

**Palavras-chave:** Territórios. Territorialidades. Literatura. Cusco.

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir las distintas territorialidades urbanas generadas a partir de la representación simbólica de la ciudad del Cusco, ubicada en la Cordillera de los Andes. Su eje principal es la visión del personaje narrador de la novela *Los ríos profundos* (1958), del escritor peruano José María Arguedas. Ernesto es un adolescente que llega al Cusco, en compañía de su padre, y atraviesa un proceso de devenir múltiple, que lo desplaza de su territorialidad. La tradición y modernidad, presentes en este espacio urbano, le hace reflexionar sobre el papel que juega la ciudad en la construcción de las múltiples identidades generadas a partir de tal superposición. Ernesto vive conflictos, contradicciones y ensueños, que constantemente lo confrontan con la realidad a la que está subordinada la población indígena de la ciudad. Hay un proceso de heterogeneidad e hibridación cultural en la narrativa, que hace que Ernesto esté constantemente dividido en un terreno cambiante. Existe una interrelación entre literatura y filosofía, que aporta nuevas perspectivas a los estudios literarios, partiendo del concepto de territorio y territorialidades. La perspectiva teórica adoptada es la de *territorialización-desterritorialización-reterritorialización*, definida por Gilles Deleuze y Félix Guattari (1997). Tales conceptos aparecen en los escritos de

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal do Pará campus Belém. Graduação em Letras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS. Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Pará/UFPA. Doutorando em Literatura e Crítica Literária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Bolsista CAPES/PROSUC. E-mail: flaviorpimentel2014@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo. É professora efetiva da Universidade Federal do Pará/UFPA. Integra os Programas de Pós-Graduação de Geografia (PPGeo), de Ciências Ambientais (PPGCA) e de Gestão de Riscos e Desastres (PPGGRD- profissional). Coordenadora do Grupo de Estudo Paisagem e Planejamento Ambiental - GEPPAM/UFPA. E-mail: marciapimentel1989@gmail.com

estes autores, em *O Anti-Édipo* (1972), y se desarrollan, sobre todo, en *Mil Platôs* (1980) y *O que é a filosofia?* (1991).

**Palabras clave:** Territorios. Territorialidades. Literatura. Cusco.

**Data de submissão:** 25. 08. 2020

**Data de aprovação:** 20. 10. 2020

## INTRODUÇÃO

A cidade de Cusco, está localizada no *Valle de Huatanay*, ou Vale Sagrado dos Incas, na Cordilheira dos Andes. Está, aproximadamente, 3.400 metros acima do nível do mar. Administrativamente, o Peru é dividido em 25 regiões. A região de Cusco e a província de Cusco recebem o mesmo nome, pois é onde está localizada a antiga capital do império Inca.

De acordo com antigas lendas<sup>3</sup>, a localização da cidade se deve ao fato dos filhos do deus Sol, ou *Inti*, *Manco Capac* e *Mama Ocllo*, a serviço de seu pai, ensinarem aos homens onde deveriam se organizar como uma sociedade desenvolvida, pois estes viviam de forma selvagem pelo mundo. Os filhos do deus Sol empreendem uma jornada e encontram, nesta região, o lugar ideal para construir a cidade sagrada. Era ali que deviam viver os filhos do deus, os imperadores e povo, também chamados de Incas. Desta forma, Cusco se torna a capital de *Tahuantinsuyu*, ou império Inca.

O presente trabalho tem como objetivo discutir as diversas territorialidades urbanas geradas a partir da representação simbólica e cultural da cidade de Cusco. Tem como *corpus* o romance *Os rios profundos* (1958), do escritor peruano José María Arguedas. No romance, o narrador-personagem é Ernesto, um adolescente que chega na cidade em companhia do pai e passa por um processo de múltiplos devires que o deslocam de sua territorialidade.

A produção artística de Arguedas está localizada na primeira metade do século XX, em pleno desenvolvimento da modernidade. Momento em que há uma enorme profusão de conceitos, fatos históricos, muitas manifestações artísticas e literárias. Um verdadeiro “turbilhão” de eventos culturais, “[...] ela [a modernidade] nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 2007, p. 24).

A partir da representação da cidade de Cusco, busca-se adentrar na narrativa arguediana com o intuito de explorar a riqueza literária; artística; simbólica; e cultural do referido espaço urbano. A imagem produzida a partir da percepção do narrador-personagem dá a dimensão do valor simbólico que a cidade representa no mundo andino e que se destaca no primeiro capítulo da obra literária.

Sabe-se que a modernidade, ou modernismo, enquanto momento histórico; artístico; e cultural, é um período que não é fácil de estabelecer com exatidão. Aponta-se como iniciado por volta do ano 1880, seguindo até meados dos anos de 1950 (MOISÉS,

<sup>3</sup> Uma das mais tradicionais lendas é a que o Deus Sol mandou à terra seu filho e sua filha para que doutrinassem e ensinassem aos homens a cultivar a terra, criar animais, viver em casas e povoados e lhes predicassem leis, para que soubessem viver como homens racionais e não como bestas. Assim, o Deus Sol colocou seus filhos no lago *Titicaca*. [...] Depois de reunir o povo que vivia nas redondezas a serviço do Deus Sol, deveriam mantê-los em ordem e justiça e tratá-los sempre com piedade. Os filhos do Sol assim fizeram e no local onde a vara de ouro afundou, criaram *Cuzco* (Garcilaso de la Vega, 1976, vol. I, cap. XV), cidade que se tornaria a capital do *Tahuantinsuyu*, que, conforme Gonzalez Holguín (1989, p. 336), foi o nome dado às quatro regiões que formavam o território inca: *Antisuyu*, *Colassuyu*, *Contisuyu* e *Chinchasuyu* (PORTUGAL, 2010, p. 114).

2001). De qualquer forma, considerando a modernidade como experiência de tempo e espaço, ela é a experiência que foi compartilhada por homens e mulheres em várias partes do mundo (BERMAN, 2007), inclusive na Cordilheira dos Andes.

A tradição e a modernidade, presentes no espaço urbano de Cusco, faz com que Ernesto reflexione sobre o papel que a cidade cumpre na construção das múltiplas identidades geradas a partir de tal relação. Ernesto vive conflitos, contradições e devaneios, que, a todo momento, o confrontam com a realidade a que está subordinada a população indígena na cidade. Há um processo de heterogeneidade e hibridismo cultural na narrativa, fazendo com que Ernesto fique constantemente dividido em um terreno movediço.

Busca-se, nesse sentido, estabelecer uma interfase entre a literatura e a filosofia, que acrescenta novos olhares aos estudos literários, a partir do conceito de território e territorialidade. Usando uma metodologia teórico-reflexiva de caráter qualitativo, com leituras e levantamento bibliográfico sobre o tema, entende-se os processos de *territorialização-desterritorialização-reterritorialização*, definidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), como suporte teórico para adentrar ao texto literário. Tais conceitos aparecem nos escritos desses autores, em *O Anti-Édipo* (1972), e desdobrados, sobretudo, em *Mil Platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991).

## 1 AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES: DIÁLOGOS ENTRE FILOSOFIA E LITERATURA

O território, historicamente, foi entendido como uma área de domínio político-geográfico, que servia para delimitar as fronteiras. As nações modernas tiveram a necessidade de criar uma espécie de entidade político/jurídica, as transformando em Estado, buscando uma soberania própria. Mas, esse conceito tradicional foi se modificando no decorrer do século XX. O território passa a ser entendido como um espaço produzido, que é apropriado e valorizado de acordo com os meios de produção capitalista, envolvendo muitas relações entre o Estado, empresas e as diversas classes sociais que ali existem. Logo, se estabelecem novas relações de poder dentro do território. Esta visão está vinculada, principalmente, pela questão econômica, política e social.

Já no final do século XX e início do XXI, o território ganha novas acepções e passa a ser entendido não somente pela sua materialidade, mas, também, pela imaterialidade das representações e percepções, sejam individuais ou coletivas. Lugares; símbolos; ícones; discursos; comportamentos, passam a fazer parte dessa nova construção conceitual de território, acrescenta-se o aspecto cultural a este entendimento.

Percebe-se uma nova apropriação dos conceitos de espaços, públicos e/ou privados, além dos espaços físicos/geográficos, destaca-se, também, os espaços discursivos. Em outras palavras, entende-se o processo de *territorialização-desterritorialização-reterritorialização*, como algo em movimento, múltiplo e diverso. Essas novas formas de pertencimento e domínio, dentro de um recorte espacial, são chamadas de territorialidades, que servem como referências à novas formas de pertencimento, o que indica, também, as identidades territoriais (HAESBAERT, 1999).

Sobre a questão das identidades territoriais, é prudente afirmar que existe certo consenso nas Ciências Humanas de que a identidade é uma construção social. A partir desta afirmação, os diversos grupos sociais criam significados, pois suas identidades estão vinculadas a determinada cultura; ideologia; religião; etnia; território, que são, aos poucos, construídas e vão se cristalizando. Neste sentido, a identidade é uma construção subjetiva, que pode ser individual ou coletiva, uma espécie de pertencimento territorial, dando a ideia de territorialidade (CHELOTTI, 2010).

Em *Mil Platôs* (1997), Gilles Deleuze (1925–1995) e Félix Guattari (1930–1992), um filósofo e o outro psicanalista, apresentam o texto *Acerca do Ritornelo*, onde, a partir do símbolo musical ritornelo, elaboram novos conceitos e perspectivas de análise relacionados à definição de território. O ritornelo se relaciona com o espaço subjetivo e abstrato. Seria um agenciamento de territórios, como vemos:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323, *apud* HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 6).

Os seres se organizam nos mais diversos territórios, que, por sua vez, vão interagir e inter-relacionar-se com outros territórios existentes. Neste sentido, os autores propõem que o território pode ser tanto relativo, no sentido de que pode ser um espaço físico vivido, quanto um sistema percebido ou sentido, onde o indivíduo se “sente em casa”, um lugar de identificação (HAESBAERT; BRUCE, 2002). Há uma relação de proximidade, mas, ao mesmo tempo, de distanciamento, de fluxo contínuo de movimentos. Uma inter-relação de territórios e territorialidades.

O território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os "territorializa". O território é o produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos. [...] Um território lança mão de todos os meios, pega um pedaço deles, agarra-os (embora permaneça frágil frente a intrusões). Ele é construído com aspectos ou porções de meios. Ele comporta em si mesmo um meio exterior, um meio interior, um intermediário, um anexado. Ele tem uma zona interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domínio, limites ou membranas mais ou menos retrateis, zonas intermediárias ou até neutralizadas, reservas ou anexos energéticos [...] Precisamente, há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser direcionais para se tornarem dimensionais, quando eles param de ser funcionais para se tornarem expressivos. Há território a partir do momento em que há expressividade do ritmo. É a emergência de matérias de expressão (qualidades) que vai definir o território. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 105).

De acordo com Deleuze e Guattari (1997), existe um movimento constante no interior do território, como a citação da criança no início do texto *Acerca do Ritornelo* (1997), ela anda e cantarola, na tentativa de superar o caos existente, superar o medo, que busca, a partir de uma zona interior de domicílio ou de abrigo, para proteger-se, para sentir-se em casa, segura do caos. São buscas constantes por territorialidades que são múltiplas e diversas. Tal movimento é resultado das muitas determinações territoriais a que o indivíduo está condicionado. Condicionamentos materiais e imateriais; contradições de caráter social; questões econômicas; políticas; e, sobretudo, culturais, fazem com que a “criança” salte ao mesmo tempo que canta. Em constante movimento.

Sublinhou-se muitas vezes o papel do ritornelo: ele é territorial, é um agenciamento territorial. O canto de pássaros: o pássaro que canta marca assim seu território... Os próprios modos gregos, os ritmos hindus são territoriais, provinciais, regionais. O ritornelo pode ganhar outras funções, amorosa, profissional ou social, litúrgica ou cósmica: ele sempre leva terra consigo, ele tem como concomitante

uma terra, mesmo que espiritual, ele está em relação essencial com um Natal, um Nativo. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 102).

Um ritornelo é um constante movimento de entrada e saída do território. Um movimento que permite a saída do velho, onde é recriado um novo, um movimento de descontinuidade e continuidade. O velho permanece no novo, não é eliminado, mas retorna, sob outra forma, no novo. Uma espécie de abarcamento das totalidades anteriores, agora contidas no novo, nos novos ritornelos, nos novos territórios. Em constante deslocamento.

Este deslocamento seria, em outras palavras, a desterritorialização apontada por Deleuze e Guattari (1997). O processo de desterritorialização vai preceder o território e, ao mesmo tempo, ser, também, um processo de territorialização ou reterritorialização. Há, na verdade, vários processos territoriais que se inter-relacionam dentro de um mesmo território, processos estes de cunho político; social; cultural; simbólicos; entre outros. Isso culmina em novos processos, pois nenhum processo territorial pode ser analisado isoladamente. Pode-se definir como sendo várias territorialidades que se inter cruzam em movimento, se atravessam, dentro de um mesmo território.

Nessa perspectiva, percebe-se que há uma abertura, um movimento em direção ao novo, um abandono do velho e um “lançar-se” ou “deslocar-se”, como se vê abaixo:

Agora, enfim, entreabrimos o círculo, nós o abrimos, deixamos alguém entrar, chamamos alguém, ou então nós mesmos vamos para fora, nos lançamos. Não abrimos o círculo do lado onde vêm acumular-se as antigas forças do caos, mas numa outra região, criada pelo próprio círculo. Como se o próprio círculo tendesse a abrir-se para um futuro, em função das forças em obra que ele abriga. E dessa vez é para ir ao encontro de forças do futuro, forças cósmicas. Lançamo-nos, arriscamos uma improvisação. Mas improvisar é ir ao encontro do Mundo, ou confundir-se com ele. Saímos de casa no fio de uma cançãozinha. Nas linhas motoras, gestuais, sonoras que marcam o percurso costumeiro de uma criança, enxertam-se ou se põem a germinar "linhas de errância", com volteios, nós velocidades, movimentos, gestos e sonoridades diferentes. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 100).

Há, na verdade, uma constante criação e recriação de territórios. Na perspectiva deleuzeguattariana, seria uma busca ou um “lançar-se” a um devir ou devires, abandonando antigos territórios, desterritorializando-se, através de linhas de fuga que surgem e que apontam para outras linhas e assim sucessivamente. A vivência experimentada a partir dessa aventura de fuga, de deslocamentos, de lançamento, traz novas experimentações surpreendentes.

Deleuze e Guattari (1992), chamam de processo de desterritorialização, pois, para eles, “a terra não cessa de operar um movimento de desterritorialização *in loco* pelo qual ultrapassa todo o território: ela é desterritorializante e desterritorializada” (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 110). Como uma ação de desconstruir e reconstruir novamente. Neste sentido, é importante entender que a desterritorialização não é uma linha de chegada, mas ela faz parte de todo o processo de criação de novos territórios, ou mesmo do abandono dele. “A desterritorialização é o movimento pelo qual ‘se’ abandona o território” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 238).

É importante salientar que esse “abandono de território” não é completo, ele não desaparece. Na verdade, ganha novos contornos, é alterado, ganha novos sentidos e significados. As linhas de fuga, por onde é possível desterritorializar-se, estarão sempre presentes, abertas, dispostas, num ritmo contínuo de movimentos múltiplos (GRANETTO MOREIRA; DAL MOLIN, 2019). Estas linhas de fuga possibilitam novas

territorializações e reterritorialização, o que pode ser entendido como um processo rizomático.

Para que haja todo esse processo de desterritorialização e reterritorialização, a busca por novos territórios, é preciso perceber que os agenciamentos fluem e estão conectados, se desconectam e voltam a conectar-se novamente. Os agenciamentos ultrapassam os espaços físico-geográficos para a criação de territórios, podendo ser de dois tipos, os agenciamentos coletivos de enunciação; e os agenciamentos maquínicos de corpos (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Por agenciamentos maquínicos de corpos entende-se que seriam as máquinas sociais, as diversas relações existentes entre os diversos corpos, humanos e animais. Seria como uma grande mistura de corpos que se entrelaçam e se dispõem dentro de uma sociedade. Já os agenciamentos coletivos de enunciação referem-se à linguagem, aos elementos que compõem a língua e todas as suas variáveis, sejam elas signos e/ou símbolos, elementos que, de alguma maneira, transmitem expressões de significação.

Com esse movimento mútuo de agenciamentos, um território se constitui. Uma aula é um território porque para construí-la é necessário um agenciamento coletivo de enunciação e agenciamento maquínico de corpos; a mão cria um território na ferramenta; a boca cria um território no seio. O conceito de território de Deleuze e Guattari ganha essa amplitude porque ele diz respeito ao pensamento e ao desejo - desejo entendido aqui como uma força criadora, produtiva. Deleuze e Guattari vão, assim, articular desejo e pensamento. Podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação. O território pode ser construído em um livro a partir do agenciamento maquínico das técnicas, dos corpos da natureza (as árvores), do corpo do autor e das multiplicidades que o atravessam; e do agenciamento coletivo de enunciação, nesse caso, um sistema sintático e semântico. (HAESBAERT; BRUCE, 2002, p. 7).

Na perspectiva deleuzeguattariana, criar e recriar territorialidades é uma aventura. É percorrer caminhos diversos, múltiplos, que se cruzam e entrelaçam, seguindo novos percursos, como na raiz rizoma. Neste sentido, buscar linhas de fuga é buscar novas possibilidades para novos devires, também cheios de novos territórios, sempre em constante movimento. São possibilidades criativas, possibilidades de sair do espaço sedentário e construir devires outros.

A partir desse entendimento é que se desenvolve a proposta inicial deste trabalho, sobre as territorialidades do espaço urbano na literatura, em especial na narrativa ficcional arguediana de *Os rios profundos*. Como está representada, simbolicamente, a cidade de Cusco para o narrador-personagem? Como ele a vê e a percebe? Qual a relação estabelecida na construção de novos territórios? Como estão articuladas as diversas territorialidades no texto de José María Arguedas?

Não há intenção de fazer análises fechadas e “verdadeiras”, mas apresentar propostas de possíveis leituras e análises de uma narrativa ficcional, estabelecendo um diálogo entre a literatura e filosofia. O que só enriquece os estudos literários, utilizando-se de conceitos de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais.

## 2 A REPRESENTAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NA LITERATURA

Há uma interessante representação da cidade e sua presença na literatura. Muitos escritores utilizam a cidade como espaço literário para desenvolver suas narrativas ficcionais. Como exemplos temos *Combray*, *Macondo* e *Yoknapatawpha*, dos escritores Marcel Proust, Gabriel García Márquez e William Faulkner, respectivamente. Eles



utilizam a originalidade para criar suas próprias cidades e/ou espaços urbanos, como forma de enriquecer a tessitura literária. Mesmo que possam ser identificadas com “cidades verdadeiras e legítimas”, por onde tais escritores viveram, não se pode mais negar que, ao serem incluídas no texto literário, tais espaços urbanos se tornam espaços ficcionais.

Não somente em romances ou contos, mas na poesia e/ou crônicas, a presença da cidade é marcante, como vemos:

Basta pensarmos na Paris de Baudelaire ou de Zola, na Londres de Dickens, na Petersburgo de Dostoiévski, na São Paulo de Mário de Andrade ou Alcântara Machado, na Buenos Aires de Borges ou Roberto Arlt. Autores, entre tantos outros, que expressaram a sensibilidade moderna vinculada ao ambiente urbano, formulando imagens e oferecendo experiências formais que permitem ainda hoje nos aproximarmos daquelas cidades. (CASTRO, 2016, p. 99).

Dessa forma, o papel da cidade é alterado. Acrescenta-se um novo olhar sobre ela. Um olhar mais detalhado, carregado de subjetividade e sentimentos, a partir da percepção e da experiência. Esse novo olhar traz novas representações e referenciais epistêmicos nessa relação com a literatura.

Já se disse uma vez que “sempre existiu uma íntima ligação entre a literatura e as cidades”, pois é nas cidades que se encontram “as instituições literárias básicas: editoras, patronos, bibliotecas, museus, livrarias, teatros, revistas”. É também no espaço urbano que “as pressões, as novidades, os debates, o lazer, o dinheiro, a alta rotatividade das pessoas, os fluxos dos visitantes, o som de muitas línguas, a rápida troca de ideias e estilos, a oportunidade de especialização artística” se realizam. (CASTRO, 2016, p. 99).

É no espaço da urbe que a circulação literária moderna gera novas representações, principalmente no final do século XIX e século XX. Com o advento da modernidade, o escritor/artista se vê obrigado a percorrer, como um *flâneur*, os mais diversos ambientes proporcionados pela cidade. Desta forma, gera uma reflexão de como utilizar a cidade como estratégia na construção da narrativa literária, entendendo-a como espaço que gera representação simbólica e cultural, mesmo que de forma fragmentada, mas que coexistem nos múltiplos territórios imbricados na cidade moderna.

A pólis produz diversos discursos, análises e distopias pelo seu caráter heterogêneo, fraturado e incompleto. Esse caráter origina, ao escritor/artista da modernidade, significações e ressignificações, o que, conseqüentemente, estará presente no discurso literário do narrador e/ou personagens, e que pode confundir a realidade e a ficção. De qualquer forma, não se pode negar que esse espaço se torna, de alguma maneira, um referencial da realidade, pois mantém uma estreita relação. É uma nova versão da realidade subjetiva do autor transcrita na forma de narrativa literária. A cidade é um lugar constituído por muitas identidades, o que, conseqüentemente, produz e irradia cultura, imaginação e fantasia.

Não poderia ser diferente na literatura chamada latino-americana, em especial a literatura peruana. Entre os escritores mais emblemáticos do Peru, encontra-se José María Arguedas (1911-1969). Na obra *Os rios profundos*, a cidade de Cusco aparece no primeiro capítulo. A cidade que nasceu para ser uma “cidade sagrada”, mas que, com a invasão branca europeia no século XVI, aos poucos vai perdendo sua aura.

Escritores como Tzvetan Todorov, em *A conquista da América: a questão do outro*, Antonio Cornejo Polar, em *Escribir en el aire*, Bernard Vincent, em *1492 – Descoberta ou invasão?*, Ángel Rama, em *Transculturación narrativa em América Latina*, entre muitos outros pensadores sobre o processo de conquista e colonização

da América, definem esse momento da conquista como sendo o dos primeiros contatos entre os povos aqui encontrados. Logo após esse primeiro momento – chamado de conquista – e para efetivar seu domínio sobre os povos “vencidos”, os europeus darão início ao processo de colonização, cuja estrutura se apresenta dividida em dois pólos: o do colonizador, que será sempre hegemônico, “superior”; e o do colonizado, sempre “inferior” e “explorado”. (KAUSS; LIMA, 2014, p. 156).

Com o advento da modernidade e os diversos processos de migração e movimentos de pessoas no interior do Peru, a cidade passa por um convívio de diversas culturas, muitas delas completamente antagônicas uma das outras. Surgem novas representações que, aos poucos, modelam a cidade. “As pedras que, hoje, dão lugar ao templo católico – a Igreja do Senhor de los Temblores – foram as mesmas que davam forma ao *Coricancha* – o templo ao deus Sol dos Incas. Isso se repete em quase todas as construções da cidade histórica: a sobreposição de uma cultura sobre a outra” (KAUSS; LIMA, 2014, p. 155).

Essa forma de relação persiste até os dias de hoje, onde a cultura ocidental tenta, de diversas maneiras, apagar ou silenciar as antigas formas de representação simbólica que Cusco é para os descendentes dos Incas. Muitas construções, muros e casas tem na sua base as pedras que foram trabalhadas pelos indígenas, mas, por cima, paredes de construções modernas, feitas pelos espanhóis, dão opulência e tentam enterrar a representação de uma cultura. Na tentativa de trazer a modernidade a lugares distantes e autóctones, essas transformações de caráter físico assentam sua disposição em combater qualquer resquício simbólico existente.

O que pode muitas vezes cair em ciladas, pois, no caso da literatura, é possível adentrar no imaginário cultural do mundo andino através do discurso narrativo do autor/artista. Arguedas, como nenhum outro escritor peruano, soube representar essa voz. A cidade arguediana de Cusco é o espaço, o *locus*, das muitas percepções da cultura nativa.

Arguedas faz uma reflexão, que procura estender a seus leitores, sobre a solidez das raízes ancestrais da cultura andina, que são matrizes da identidade nacional peruana, comparando-as com os valores impostos pela cultura ocidental, pela violência da dominação, pela atitude de dependência frente às metrópoles estrangeiras, pelo desprezo e pela marginalização das raízes autóctones. (KAUSS; LIMA, 2014, p. 158).

A cidade passa a ser multifacetada, pois adquire ambientes claros de duas culturas, a cultura branca europeia e a cultura nativa indígena. Além disso, Arguedas procura desmistificar o que por muitos anos no Peru foi latente, a cultura dos “da serra” com a cultura dos “da costa”. Para Arguedas, a cultura andina e seus elementos representativos e simbólicos são o cerne que alimenta a cultura nacional, que muitas vezes é negada ou silenciada. Ele propõe uma síntese de um país mestiço, com traços de hibridação cultural e heterogeneidade (CORNEJO POLAR, 1994).

É a partir do encontro e da mescla de culturas que a narrativa arguediana ganha contornos sólidos e desmascara uma realidade. Mas a grandeza do texto literário não pode de forma nenhuma ser apagado, e Arguedas consegue dar uma poeticidade e literariedade a sua escritura. Cusco ganha a dimensão de ser um espaço de contrastes e efervescência, algo típico das cidades modernas. Ali se imbricam elementos do local e do global. Elementos de diversas culturas e linguagens.

[...] nos edifícios de Cuzco que se apresentam como símbolos perfeitos dessa mestiçagem: suas bases continuam sendo os muros de pedras perfeitamente cortadas e encaixadas sem o uso de nenhuma argamassa feitos pelos incas, enquanto a parte superior apresenta as construções feitas pelos europeus, no

primeiro momento, e pelos mestiços depois. Os últimos, filhos da mistura das culturas ali encontradas, criativamente, assimilavam as lições da arte europeia ao mesmo tempo em que se colocavam abertos para receber as sugestões da arte andina. (KAUSS; LIMA, 2014, p. 158-159).

É nesse processo de construção simbólica que a cidade de Cusco é, para Arguedas, e, conseqüentemente, para seus personagens, a perfeita simbiose cultural da tradição e da modernidade, sobrepostas no mesmo espaço físico/geográfico. Partindo desta perspectiva, e utilizando o conceito de território e territorialidade, proposto por Deleuze/Guattari (1997), que se analisa a obra de José María Arguedas, na tentativa de dialogar e de estabelecer conexões entre a literatura e a filosofia, enriquecendo os estudos literários no continente.

### 3 CUSCO EM OS RIOS PROFUNDOS: AS MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES

O romance *Os Rios Profundos*, do escritor peruano José María Arguedas, foi publicado em 1958 pela primeira vez. O *corpus* utilizado neste artigo é a publicação feita pela Companhia das Letras em 2005 e traduzida para o português pela professora Josely Vianna Batista. Arguedas nasceu em 1911, em Andahuaylas, cidade situada na Cordilheira dos Andes. Ele foi etnólogo; folclorista; professor; ensaísta; e, principalmente, romancista. Logo nos primeiros anos de vida, uma experiência traçaria toda a sua trajetória literária e política, a convivência com os indígenas. Muito pequeno foi morar em um *ayllu*<sup>4</sup>.

Arguedas fez muitas viagens com o pai, percorrendo povoados e cidades na Cordilheira peruana. Foi mandado a viver junto aos índios, em uma fazenda, pela sua madrastra; isso proporcionou a Arguedas o aprendizado da língua quéchua, assim como o conhecimento da cultura e tradição daquele povo. Tal fato marca profundamente a vida do escritor. Ele cria uma empatia, amor e identidade para com os indígenas que o “desloca”, a todo momento, em direção a muitos territórios que o atravessam constantemente.

Considerado como um dos escritores mais proeminentes da literatura peruana, é, também, um dos representantes da nova corrente indigenista, ou neo-indigenismo<sup>5</sup>, na América Latina no século XX. De forma peculiar, conseguiu reunir no texto literário elementos que podem ser identificados em sua obra, como: luta dos indígenas contra a exploração branca; mestiçagem; língua quéchua versus língua do colonizador (castelhano); territórios; história; cultura popular; identidade cultural; memória; entre outros temas.

Arguedas parece consciente de que, através do texto literário, deveria mostrar a realidade que viviam os povos indígenas no Peru. A colonização espanhola, e a constante exploração dos índios, fez brotar algo novo, uma cultura mesclada, híbrida, mestiça, cheia de heranças das duas culturas formadoras. Arguedas afirma claramente:

Eu não sou um aculturado; eu sou um peruano que orgulhosamente, como um demônio feliz, fala em cristão e em índio, em espanhol e em quéchua. Desejava converter essa realidade em linguagem artística e tal parece, segundo certo consenso, mais ou menos geral, que tenho conseguido.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Comunidades de índios. A base da produção agrícola dos incas era o *ayllu*, uma comunidade formada por pessoas que acreditavam na descendência única, ou seja, cada *ayllu* era reconhecida como uma grande família.

<sup>5</sup> A noção de neo-indigenismo no Peru foi apresentada por Tomás Escajadillo em sua tese de doutoramento, na Universidade Mayor de São Marcos, em que busca diferenciar o indigenismo “ortodoxo” do neo-indigenismo surgido no Peru a partir da obra de José María Arguedas.

<sup>6</sup> Trecho do discurso de José María Arguedas proferido ao receber o prêmio de *Inca Garcilaso de La Vega*, 1968. Disponível em: <http://www.leeporgusto.com/cincuenta-anos-del-discurso-no-soy-un-aculturado-de-jose-maria-arguedas/>. Tradução nossa.

Há um entrecruzar de identidades e culturas que dialogam, e que Arguedas evidencia no texto literário. O livro *Os rios profundos* (2005), é um romance que abre a primeira janela para olhar a situação do povo indígena no Peru daqueles anos. Nele, encontramos Ernesto, narrador-personagem, que, adulto, puxa pela memória os acontecimentos distantes. No primeiro capítulo, que tem o título *O velho*, (Arguedas, 2005, p. 7), aparecem, Ernesto, o pai e o Velho, tio do seu pai. O velho é um personagem avaro, um homem rico que possui muitas propriedades e serviços. Inicia-se com a entrada simbólica de Ernesto e do pai na cidade sagrada de Cusco, capital do antigo império Inca. Por isso, guarda singularidades que fazem com que os personagens passem por momentos de profunda reflexão, deslocamentos e devires incertos.

A cidade de Cusco é a perfeita representação dos diversos territórios que se entrecruzam. É na cidade que encontramos a representação da igreja; do Estado; das culturas ameríndias; e da cultura europeia, todas ali, chocando-se e estabelecendo relações diversas e múltiplas.

Era noite quando entramos em Cusco. Fiquei surpreso com a estação de trem e a avenida larga pela qual, lentamente, avançávamos. A luz elétrica era mais fraca que a de alguns lugarejos que eu conhecia. Grades de madeira ou de aço defendiam jardins e casas modernas. A Cusco de meu pai, aquela que ele me descrevera umas mil vezes, não podia ser essa. (ARGUEDAS, 2005, p. 8).

No trecho acima, Ernesto não reconhece a Cusco descrita anteriormente pelo seu pai. Existe certa desconfiança, um estranhamento que o desconforta. A cidade era bem maior que imaginava, pois possuía elementos da modernidade e marcas territoriais ainda não vistas por ele, diferentes das que ele tinha presenciado em outros lugares. Para Ernesto, que vive suas contradições, ele esperava encontrar elementos relacionados com a cultura incaica, pelo fato da cidade ter sido capital dos Incas. “Apareceram os balcões entalhados, as fachadas imponentes e harmoniosas, a perspectiva das ruas ondulantes na encosta da montanha. Mas nem um muro antigo!” (ARGUEDAS, 2005, p. 8).

Era como se Cusco, que significa, em quéchua, “umbigo” ou “centro do mundo”, devesse ter mantido os traços originais da cultura nativa, ter mantido em seus espaços somente elementos culturais indígenas, mas não é isso que ele constata. “Esses balcões salientes, as fachadas de pedra e os saguões entalhados, os grandes pátios com arcos, eu já conhecia. Vira-os sob o sol de Huamanga. Eu esquadrihava as ruas procurando muros incas” (ARGUEDAS, 2005, p. 8).

Percebe-se que Ernesto busca ancorar sua territorialidade nos traços da cultura inca, pois ele vivia em dois mundos, um mundo mestiço, híbrido e heterogêneo, composto pela cultura ocidental e pela cultura indígena. Era filho de brancos, mas que aprendeu a falar e a respeitar a língua e a cultura indígena. “Eu tinha catorze anos; [...] depois que meu pai me resgatou e comecei a vagar com ele pelos povoados, vi que em toda parte as pessoas sofriam. A “María Angola”<sup>7</sup> talvez chorasse por todos eles, lá em Cusco” (ARGUEDAS, 2005, p. 23).

Ernesto cria uma enorme empatia pelos *pongos*<sup>8</sup>, que são índios que serviam aos patrões em suas fazendas. Há, com isso, um movimento de disputa de território, pois ele se vê dividido entre os dois mundos, entre dois territórios. O personagem reconstrói, a todo momento, suas territorialidades, na perspectiva apontada por Deleuze e Guattari (1997), em que o território é sinônimo de apropriação e subjetivação, uma busca por linhas de fuga, que o sujeito percorre para construir e reconstruir seu próprio território, sua própria territorialidade.

<sup>7</sup> Nome dado ao sino da catedral de Cusco.

<sup>8</sup> Serviços que trabalhavam nas fazendas dos ricos proprietários de terra e não possuíam salários.

- Olhe ali adiante! – disse meu pai. – Foi o palácio de um inca.  
Quando meu pai apontou para o muro, eu parei. Era escuro, áspero; atraía com sua face recostada. A parede branca do primeiro andar começava em linha reta sobre o muro.  
- Você vai poder vê-lo com calma, mais tarde. Vamos atrás do Velho – disse-me.  
(ARGUEDAS, 2005, p. 8).

A tentativa de sobrepor uma cultura sobre a outra é marcante nas construções de muitas cidades andinas, em particular em Cusco. Como vemos no excerto, onde Ernesto rapidamente percebe que o muro incaico é usado como base, mas suas paredes estão “perfeitamente cortadas e encaixadas sem o uso de nenhuma argamassa feitos pelos incas, enquanto a parte superior apresenta as construções feitas pelos europeus, no primeiro momento, e pelos mestiços depois” (KAUSS; LIMA, 2014, p. 158-159).

Quando Ernesto percebe as contradições, as incertezas e as situações de exploração das relações de poder existentes no espaço urbano, ele sai em busca de “linhas de fuga”. Se desloca pelas ruas e praças em busca de elementos que seriam aglutinadores de antigos territórios, desfeitos pela presença da colonização espanhola “Corri para ver o muro” (ARGUEDAS, 2005, p. 11). O muro incaico representa o que há de mais belo e perfeito nas construções da cidade. Neste sentido, o muro é o elemento aglutinador de identidade, orgulho da cultura nativa indígena para os cusquenhos e seus descendentes.

Formava uma esquina. Avançava ao longo de uma rua larga e continuava em outra estreita e mais escura, com fedor de urina. Essa rua estreita escalava a encosta. Caminhei diante do muro, pedra após pedra. Afastava-me alguns passos, contemplava-os e voltava a me aproximar. Toquei as pedras com as mãos; segui a linha ondulante, imprevisível, como a dos rios, em que se juntam os blocos de rocha. Na rua escura, no silêncio, o muro parecia vivo, sobre a palma de minhas mãos flamejava a juntura das pedras que eu tocara. (ARGUEDAS, 2005, p. 11).

Percebe-se a importância e a representação do muro inca. É por ele que o narrador-personagem encontra diálogo consigo e com sua ancestralidade. Há uma comparação das linhas do muro com os rios. A presença dos rios na obra de Arguedas é significativa, para o autor, os rios são como pontes, “*pachachaca!* ponte sobre o mundo, significa este nome” (ARGUEDAS, 2005, p. 62). No decorrer do romance *Os rios profundos*, os rios, vales e montanhas vão representar a relação profunda com a natureza andina, com significações que vão além de descrições; representam a cultura e a identidade dos povos originários.

O muro inca representa a territorialidade perdida com a qual Ernesto procura estabelecer uma linha de encontro quando está frente a ele. Esta territorialidade perdida, na verdade está ali, pulsando forte, como propõe Deleuze e Guattari (1997) ao falar que os antigos territórios não deixam de existir, mas permanecem recriados, agora em novos territórios, como no caso dos muros e construções espalhadas pela cidade de Cusco, que são as representações simbólicas de identidades culturais perdidas, ou seja, as reterritorializações.

Há uma identidade territorial simbólica que se relaciona com o pertencimento daquele lugar, da serra, da Cordilheira. “Meu pai me falara de sua cidade natal, dos palácios e templos, e das praças, durante as viagens que fizemos, cruzando o Peru dos Andes, de leste a oeste e de sul a norte. Eu crescera nessas viagens” (ARGUEDAS, 2005, p. 12). Mais adiante temos:

Eram maiores, e mais estranhas do que eu imaginava, as pedras do muro inca; borbulhavam sobre o primeiro andar caído, que, pelo lado da rua estreita, era cego. Lembrei-me então das canções quéchuas que repetem constantemente uma

frase patética: *yawar mayu*, rio de sangue; *yawar unu*, água sangrenta; *puk-tik'*, *yawar k'ocha*, lago de sangue que ferve; *yawar wek'e*, lágrimas de sangue. Não seria possível dizer *yawar rumi*, pedra de sangue, ou *puk'tik'*, *yawar rumi*, pedra de sangue fervente? Era estático o muro, mas suas linhas todas fervilhavam e a superfície era cambiante, como a dos rios no verão, que têm um cimo assim, no centro caudal, que é a zona temível, a mais poderosa. Os índios chamam de *yawar mayu* esses rios turvos, porque exibem, sob o sol, um brilho em movimento, semelhante ao do sangue. Também chamam de *yawar mayu* o tempo violento das danças guerreiras, o momento em que os dançarinos lutam.

- *Puk'tik, yawar rumi!* – exclamei diante do muro, em voz alta. (ARGUEDAS, 2005, p. 12).

Percebe-se a riqueza da cosmovisão da cultura incaica no parágrafo acima. As associações feitas por Ernesto estão repletas de sentido semântico, que remetem ao mundo plural e heterogêneo no qual está inserido. Encontramos o rio; a água; o lago; a lágrima, todos elementos líquidos que apontam para uma fluidez, um movimento em diversas direções. Assim como o sangue, que é líquido e que dá vigor, dá vida. Nesse excerto, reforça-se as afirmativas anteriores sobre territorialidades, construções identitárias, deslocamentos. Nota-se, também, que José María Arguedas prefere manter expressões e palavras na língua quéchua, pois sabe que estão repletas de significações, e, portanto, fazer simples traduções não daria conta do simbólico que estas palavras representam.

Em outro trecho, encontramos Ernesto completamente em êxtase, passando por um processo de compreensão, de “purificação” e de entendimento:

- Papai – disse-lhe. - Cada pedra fala. Vamos esperar um pouquinho.

- Não vamos ouvir nada. Pois não é que elas falem. Você é que está confuso. Elas se mudam para sua mente e dali o inquietam.

- Cada pedra é diferente. Não estão cortadas. Estão se mexendo. Pegou-me pelo braço.

- Parece que estão se mexendo porque são desiguais, mais do que as pedras dos campos. É que os incas transformavam a pedra em barro. Já lhe disse isso muitas vezes.

- Papai, parece que estão andando, se revirando, e estão quietas.

- Aonde quer que eu vá, as pedras que o Inca Roca mandou formar me acompanharão. Gostaria de fazer, aqui, um juramento. (ARGUEDAS, 2005, p. 14).

Vários pontos podem ser analisados neste trecho. Imaginário; identidade; deslocamentos; memória. Para Ernesto, as pedras do muro inca falam, transmitem mensagens que podem ser confusas, mas existe uma comunicação. Simbolicamente, é como se assumissem um papel aglutinador de resistência. É interessante analisar sobre o ponto de vista de disputa de territorialidades, pois, sobre o muro inca, são erguidas as paredes e construções espanholas. É uma relação de disputa, de luta, pois é como se o muro ficasse opaco, destacando-se mais a cultura do europeu branco.

Contrariando tudo isso, o personagem afirma, “Aonde quer que eu vá, as pedras que o Inca Roca mandou formar me acompanharão. Gostaria de fazer, aqui, um juramento” (ARGUEDAS, 2005, p.14). Ora, para Ernesto, é uma afirmação categórica de sua identidade cultural, mesmo sendo múltipla, heterogênea. Porque, na verdade, ele não tem intenção de que uma identidade se sobressaia a outra, mas que convivam nas suas multiplicidades, nas diferentes territorialidades construídas. Chama atenção no romance a construção de uma identidade, ou identidades, de Ernesto, que parecem situar-se num terreno tenso e conflitivo, por causa de sua imersão num universo cultural heterogêneo e dual. Constantemente ele é atravessado por situações que o fazem refletir e sensibilizar-se com o outro. Ernesto é atravessado por situações de deslocamento.

Outra representação simbólica presente nessa chegada a Cusco é a catedral e seu sino. “Ao dominarem Cuzco, os espanhóis construíram a catedral no mesmo lugar em que estava o templo do deus Sol e um convento para freiras da ordem de Santa Catarina [...] foi levantado onde ficava o templo das *Acllas*” (KAUSS; LIMA, 2014, p. 161). As *acllas* eram sacerdotisas que serviam diretamente ao imperador Inca.

Sobre o sino da catedral de Cusco, ele estabelece uma marcação temporal e, também, traz tristeza e angústia para Ernesto. É como se a sonoridade, o bater do sino, o atravessasse, o deslocasse de seu território seguro de menino branco e o jogasse para fora, num movimento brusco, mas, ao mesmo tempo, despertador o levando à percepção de uma outra realidade, a realidade dura e verdadeira a que está condicionada a população pobre e indígena que mora na Cordilheira, e isso o entristece.

Enquanto caminhavam pelas ruas para que Ernesto conhecesse um pouco de Cuzco, pai e filho pararam ao ouvir o maior sino da Catedral chamado de Maria Angola. Esse sino foi instalado na torre no ano de 1659 e desde então o povo o cerca de lendas: seu canto mágico transforma tudo em ouro.... No texto, o badalar do sino parece ter o poder de tornar, por alguns momentos, novamente sagrada a cidade de Cuzco. (KAUSS; LIMA, 2014, p. 161).

Relacionando esse processo vivido por Ernesto ao que aponta Deleuze e Guattari (1997), na primeira parte deste artigo, o indivíduo é atravessado por sonoridades territoriais, essas sonoridades são marcações de territórios, “assinaturas” feitas com a intenção de definir espaços, já que o sino, “María Angola”, representa a territorialidade estabelecida pela Companhia de Jesus. A religião desembarcou juntamente com o colonizador branco europeu, para catequizar os índios, salvar suas almas e levá-los ao paraíso. Mas, percebe-se também todo um imaginário construído em torno do sino, poderes mágicos de transformar objetos em ouro.

Outro espaço presente na narrativa usada por Arguedas para compreender a cidade de Cusco é a praça de armas. “Passamos a rua: cruzamos outra, muito larga, percorremos uma rua estreita. E vimos as cúpulas da catedral. Desembocamos na praça de Armas. Meu pai me levava pelo braço. Surgiram os portais brancos. Estávamos à sombra do templo” (ARGUEDAS, 2005, p. 15). A percepção de Ernesto está atenta a tudo que o cerca. Aos detalhes das paredes, do átrio e das construções de uma maneira geral.

Era maior de todas que eu já tinha visto. [...] Entramos na praça. As pequenas árvores plantadas no parque, e os arcos, pareciam intencionalmente apequenados, diante da catedral e das torres da igreja da Companhia.

[...] – Foi a praça de celebrações dos incas – disse meu pai. – olhe bem para ela, filho. Não é quadrada, mas longa de sul a norte. (ARGUEDAS, 2005, p. 15).

A representação da praça é importante para perceber a grandeza simbólica. Na verdade, ela já existia antes da chegada do colonizador, mas resistiu. Era usada para festejos e celebrações do imperador Inca. Com a chegada dos europeus e da Companhia de Jesus, ela se torna a praça da catedral. Há uma ressignificação, uma reterritorialização neste sentido. É em frente à praça de armas que está a opulenta catedral, como forma de sobreposição de uma cultura à outra. Mas, percebe-se que ainda conserva significados profundos com a cultura andina dos ancestrais incas. Vejamos:

- Papai – disse. – Quanto mais longe eu olho, mais alta me parece a catedral. Quem foi que fez?
- O espanhol, com a pedra inca e as mãos dos índios.
- A Companhia é mais alta.
- Não, é estreita.

- E não tem átrio, sai do chão.
- Não é catedral, filho. (ARGUEDAS, 2005, p. 16).

As construções do período colonial se tornam opulentas para demonstrar grandeza e forçar a submissão. Porém, percebe-se que, no diálogo acima, o pai de Ernesto reforça uma identidade cultural forte, mesmo que de forma tímida, pois a catedral foi construída por ordem dos espanhóis, mas foram usadas as pedras incas e a mão de obra dos indígenas. Esse discurso reforça o conflito de identidade e deslocamento de territórios. As territorialidades vivem em constante movimento. Há um claro respeito dos personagens pela catedral e por tudo que ela representa. Mas também há um orgulho de serem descendentes dos povos originários que habitam a Cordilheira.

Deleuze e Guattari (1997) ampliam o conceito de território, pois, este, passa por um processo de força criadora. Criam-se territorialidades subjetivas articuladas com o desejo e o pensamento em ser, em pertencer. Qualquer objeto ou lugar pode ser um território, até uma música ou um livro. Levando em consideração o agenciamento maquínico das técnicas, dos corpos da natureza, que apresentam múltiplos movimentos que atravessam os corpos, as percepções e sentidos (HAESBAERT; BRUCE, 2002).

Mesmo na penumbra se avistava o fio; a cal que unia cada pedra lavrada o ressaltava.

- Batendo nela com cinzéis tirariam seu “encanto”. Mas as cúpulas das torres devem guardar, quem sabe, o esplendor que dizem existir na glória. Veja papai! Estão brilhando.

- Sim, filho. Você, por ser criança, vê algumas coisas que nós, os mais velhos, não enxergamos. A harmonia de Deus existe na Terra. Perdoemos o Velho, já que graças a ele você conheceu Cusco. Viremos à catedral amanhã. (ARGUEDAS, 2005, p. 17).

Pode-se considerar Ernesto como um sujeito heterogêneo, mestiço, híbrido, sendo aquele em cujo processo constitutivo participam e agem universos culturais distintos que o atravessam a todo momento. Sendo assim, o sujeito tende a identificar-se com os conteúdos simbólicos desses diferentes mundos, produzindo novas territorialidades e se desterritorializando e reterritorializando e, assim, sucessivamente. Ernesto vive em dois mundos distintos e antagonísticos. Mundos rizomáticos.

Não é possível que seja de outra forma. A expressividade simbólica, o imaginário nesse sentido, parece brotar e se espalhar em diferentes direções. “Eu estava prevenido. Já vira Cusco. Sabia que por trás dos muros dos palácios incas viviam velhos avarentos. [...] A voz extensa do grande sino, os *amarus*<sup>9</sup> do palácio de Huayna Capac acompanhavam-me, ainda. Estamos no centro do mundo.” (ARGUEDAS, 2005, p. 25). Esse momento é quando ele encontra o Velho pela primeira vez e este tenta intimidá-lo.

Ernesto reúne força e coragem ao evocar lembranças dos *amarus*, antigos deuses. Lembrou-se que estava na cidade de Cusco, capital do grande império inca, isso o fortalece. Percebe-se uma clareza de identidade, de sentimentos e de significados. Mesmo sendo atravessado por devires, ele sabe que sua cultura e dos seus ancestrais está enraizada naquele espaço urbano. É em Cusco que se fortalece sua identidade cultural.

Uma das estratégias de Arguedas, e que dão vigor a sua obra literária, é a utilização de elementos antagonísticos e duais aos personagens. Esta dualidade se confunde a todo momento na narrativa. Se mesclam pensamentos, sentimentos, percepções, que revelam, aos poucos, a identidade heterogênea de Ernesto. As territorialidades são resignificadas constantemente.

<sup>9</sup> Segundo a mitologia indígena, Amaru era um deus em forma de serpente que habitava o fundo dos lagos e que foi transformado em touro.



José María Arguedas, parece elaborar um projeto literário, pois toma para si essa tarefa de escrever sobre a realidade peruana, sobre a realidade de seu povo, sobre a história do povo andino. “Escrevemos por amor, prazer e necessidade, não por ofício. [...] Eu vivo para escrever, e creio que é preciso viver incondicionalmente para interpretar o caos e a ordem” (ARGUEDAS, 20016, p. 43). É nessa perspectiva que o autor usou toda sua originalidade, para interpretar o caos e a ordem. Dar uma espécie de sentido histórico, político e poético à narrativa literária foi, talvez, a sua grande tarefa. Ressalta-se que ele falava com propriedade de alguém que conheceu e viveu a realidade do mundo andino.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de relacionar conceitos filosóficos a uma obra literária é, na verdade, uma forma de buscar outros caminhos que possam enriquecer a leitura e análise de uma obra de arte. Neste sentido, o diálogo estabelecido no artigo é de ir em direção a novos territórios e construir territorialidades múltiplas que se cruzam a partir do romance ficcional. Utilizar os conceitos deleuze-guattarianos e aplicá-los em novas possibilidades de leituras da narrativa ficcional. Como se vê no livro *Os rios profundos* (1958/2005), existe um narrador-personagem que é constantemente atravessado e deslocado, isso o faz movimentar-se num terreno heterogêneo e plural. Ernesto reflexiona sobre o papel que a cultura incaica exerce na cidade de Cusco e nele próprio. Mesmo sendo uma cidade com marcas da modernidade, ainda guarda muitos elementos simbólicos que ajudam a construir identidades, mesmo que sejam, identidades plurais, híbridas e heterogêneas.

O espaço urbano de Cusco favorece um movimento rizomático das territorialidades, pois é nesse espaço ficcional que se encontram imbricados os diversos mundos antagônicos. Modernidade; tradição; Estado; cultura popular; cultura erudita; religião; religiosidade; imaginário; múltiplas linguagens. É nesse espaço que Ernesto, a partir de suas experiências subjetivas, constrói suas identidades que, muitas vezes, entram em conflito, mas que dão suporte para entender toda a realidade que o cerca.

Importante ressaltar que a intelectualidade peruana, na época de José María Arguedas, discutia qual o papel que o índio iria assumir na suposta sociedade moderna que se formava. Como pesquisador, escritor e intelectual que Arguedas era, ele começa pela literatura a apontar uma direção. Sabe-se que tal estratégia não foi unânime. Na verdade, há uma tentativa de desqualificar o trabalho literário de Arguedas, por parte de alguns escritores. Mas que não encontrou eco na crítica literária, pois o conjunto da obra arguediana é considerada pela crítica especializada algo consistente e de uma qualidade inquestionável.

Conforme visto, José María Arguedas assume um projeto de escritura literária que não é puramente descritivo, mas faz uma reflexão e mostra uma realidade. Enquanto escritor, Arguedas usa sua originalidade para inserir o indígena como ele realmente é. Um índio com cultura, formas de vida, cosmovisão e identidade. Por isso ele é considerado como o impulsionador da corrente neo-indigenista no Peru e na América Latina.

A partir dessa perspectiva, pretende-se esclarecer que não é o objetivo fazer análises fechadas, com verdades absolutas. Verifica-se que no texto literário, a partir do escritor Arguedas, passando pelo narrador-personagem Ernesto, ambos possuem territorialidades que dialogam a todo momento. Os diversos territórios contidos no romance ajudam a compreender melhor a dinâmica escritural de Arguedas e ajudam a estabelecer um diálogo com outras áreas do saber. Um diálogo para entender a riqueza dos conceitos filosóficos com a obra de arte literária, algo que não se esgota em si mesmo.

## REFERÊNCIAS

ARGUEDAS, José Maria. **A raposa de cima e a raposa de baixo**. Tradução de Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ARGUEDAS, José Maria. **Os rios profundos**. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Figurações da cidade: um olhar para a literatura como fonte da história urbana. *In.*: **Revista Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, v.24, n.3, p.99-120, dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/126844>. Acesso: em 10 ago. de 2020.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. *In.*: **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1):165-180, abr. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/issue/view/548>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

CORNEJO POLAR, Antonio. **Escribir en el aire: ensayo sobre la heterogeneidad sociocultural en las literaturas andinas**. Lima-Peru: Editorial Horizonte, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Acerca do ritornelo. *In.*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, v.4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Adolfo Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Rizoma**. *In.*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, v.1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

GRANETTO MOREIRA, Julia Cristina; DAL MOLIN, Beatriz Helena. Território e Desterritorialização: A EaD na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. *In.*: **Revista EAD em Foco**, Rio de Janeiro, v.9 n.1, 2019. Volume único. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/775>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. *In.*: *Revista GEOgraphia*, Niterói, ano IV, n.7, p.7-31, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419>. Acesso em 12 de ago. de 2020.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In.*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

KAUSS, Vera Lúcia Teixeira; LIMA, Jaqueline de Cássia Pinheiro. **Cusco: a dessacralização da cidade imperial dos incas no romance de José Maria Arguedas**. *In.*: *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá (UEM), v. 156, p. 154-163, 2014. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23069>. Acesso em: 05 de ago. de 2020.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira contemporânea: Modernismo**. São Paulo: Cultrix, 2001.

PORTUGAL, Ana Raquel. Mitos e fatos nas crônicas da conquista do Antigo Peru. *In.:* **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, 14(2):112-120, Maio/Agosto 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4712>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.

## **SEÇÃO LIVRE**

## AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA MALÁRIA E DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA

Raquel Soares Casaes Nunes<sup>1</sup>  
Roberta Soares Casaes<sup>2</sup>

### RESUMO

O município de Tomé-Açu/PA possui desenvolvimento voltado para a agricultura, mas em decorrência do desmatamento e do crescimento da cidade, a população tornou-se suscetível ao contato com vetores de Doenças Infecciosas e Parasitárias (DIPs). Em virtude das insuficientes informações sobre a distribuição espacial da ocorrência de DIPs na mesorregião do nordeste paraense e da possibilidade de novas informações que contribuam para a gestão ambiental dos municípios, busca-se através deste trabalho mapear a distribuição espacial de 2008 e 2018 sobre os casos registrados no município. Trata-se, portanto, de uma pesquisa quantitativa e qualitativa que correlaciona as DIPs Leishmaniose Tegumentar e Malária como desflorestamento. Os dados foram obtidos na Secretária de Saúde do município para a obtenção dos locais de ocorrência das doenças. Após o procedimento de importação dos dados, foram aplicados o estimador de Densidade de Kernel e o Índice Global de Moran para gerar mapas de 2008 e 2018 que evidenciam as diferentes densidades dos fenômenos e as áreas de maior risco epidemiológico, onde o uso e ocupação do solo são fatores predominantes para a epidemia de DIPs na região devido à ocupação humana nas proximidades de áreas recém-desflorestadas. De acordo com os números de casos registrados, a Leishmaniose Tegumentar foi a doença com maior incidência nos anos de 2008 e 2018. No entanto, a Malária teve um predomínio na área rural em 2008. Conclui-se que a metodologia utilizada pode contribuir para entendimento de onde devem ser intensificadas ações de vigilância e controle para a saúde da população.

**Palavras-chave:** SIG. Leishmaniose Tegumentar. Malária. Desflorestamento.

### ABSTRACT

The municipality of Tomé-Açu/PA has development geared to wards agriculture, but as a result of deforestation and the city's growth, the population has become susceptible to contact with vectors of Infectious and Parasitic Diseases (IPDs). Due to insufficient information on the spatial distribution of the occurrence of DIPs in the mesoregion of northeastern Pará and the possibility of new information that contributes to the environmental management of municipalities, this work seeks to map the spatial distribution of 2008 and 2018 on the cases registered in the municipality. It is, therefore, a quantitative and qualitative research that correlates the Cutaneous Leishmaniasis and Malaria IPDs with deforestation. The data were obtained from the municipality's health secretary to obtain the places where the diseases occurred. After the data import procedure, the Kernel Density estimator and the Global Moran Index were applied to generate maps for 2008 and 2018 that show the different densities of the phenomena and the areas of greatest epidemiological risk, where the use and occupation of the are predominant factors for the epidemic of IPDs in the region due to human occupation in the vicinity of newly deforested areas. According to the numbers of registered cases, Cutaneous Leishmania is was the disease with the highest incidence in the years 2008 and 2018. However, Malaria predominated in

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciência Biológicas: Modalidade Microbiologia e Imunologia/UFRJ, Especialista em Segurança Alimentar /IFRJ mestre em Ciência de Alimentos/UFRJ e Doutora em Ciência de Alimentos/UFRJ, lecionou na Universidade Santa Úrsula e Universidade Salgado de Oliveira e tutora do SENAC RIO. Vinculada a projetos de pesquisas na área de Preservação de Alimentos com ênfase em segurança microbiológica dos alimentos de origem animal. Atualmente é docente da Universidade Federal Rural da Amazônia vinculada ao Instituto da Saúde e Produção Animal, com pesquisas em fungos e bactérias toxigênicas no cacau. E-mail: raquelcasaes@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências de Alimentos UFRJ, Doutoranda em Biociências UNIRIO e Docente assistente do Curso de Nutrição UFRJ/Macaé. E-mail: betacasaes@gmail.com.

the rural area in 2008. It is concluded that the methodology used can contribute to the understanding from where surveillance and control actions for the population's health could be intensified.

**Keywords:** GIS. Cutaneous, Leishmaniasis. Malaria. Deforestation.

**Data de submissão:** 10.07.2020

**Data de aprovação:** 06.08.2020

## INTRODUÇÃO

A Região Amazônica, por ser rica em minérios, açudes e por sua flora, recebeu grandes projetos de infraestrutura na década de 1980, proporcionando rápida expansão populacional associada a processos emigratórios e apenas no Estado do Pará encontram-se duas usinas hidrelétricas (MARINHO *et al.*, 2016). O município de Tomé-Açu/PA apresenta desenvolvimento voltado para a agricultura e é a principal atividade econômica, tornando-se um dos mais importantes do estado, por apresentar diversidades nas atividades produtoras (HOMMA *et al.*, 2018).

Em decorrência do desmatamento em áreas de floresta para agricultura e o crescimento da cidade, a população tornou-se mais suscetível ao contato com os vetores de doenças infecto parasitárias como Leishmaniose e Malária (PEREIRA; LOPES; NEVES, 2015).

A Leishmaniose é uma doença infecciosa crônica, causada pela *Leishmaniose chassi*, um protozoário pertencente ao complexo *Leishmaniose donovani*, sua transmissão se dá pela picada de várias espécies de flebotomíneos (BARRETO *et al.*, 2011). A Leishmaniose Tegumentar americana é transmitida pelas múltiplas espécies de *Leishmania* e a forma mais simples da doença é a Leishmaniose cutânea localizada (LCL) (SILVEIRA *et al.*, 2008). Apresenta uma ampla distribuição geográfica com diferentes aspectos climáticos e sociais, devendo-se ter uma atenção ao diagnóstico para o tratamento e a carência de saneamento básico para remediar a sua incidência (BARRETO *et al.*, 2013).

Já a infecção da Malária resulta da picada do mosquito hematófago *Anopheles darlingi* (fêmea) infectado por *Plasmodium falciparum*, o mais patogênico, e o *P. vivax*. Apresentam alta prevalência na Amazônia, pois fatores geográficos e socioeconômicos da região facilitam a transmissão e dificultam o controle da proliferação do mosquito (BARRETO *et al.*, 2011).

As distribuições geográficas das Doenças Infecciosas Parasitárias (DIPs), ocorrem principalmente em países em desenvolvimento, onde há uma relação entre fatores como ausência ou inadequação do saneamento básico, crescimento desordenado urbano e o desflorestamento, com a incidência dessas doenças (PEREIRA; ALVES-SOUZA; VALE, 2015). A água potável, um dos fatores responsáveis por promover saúde e qualidade essencial à vida, participa dessa distribuição, é evidente a associação entre proliferação de doenças e a falta de saneamento, já que doenças de veiculação hídrica são a segunda maior causa de morte na infância (MOURA; LANDAU; FERREIRA, 2016).

Nos estados amazônicos, a distribuição geográfica das DIPs é homogênea e atingem principalmente áreas com condições de habitação e de trabalho insatisfatórios, como projetos de colonização agrária e intensa migração da zona rural para periferia das cidades (RODRIGUES; LÚCIA, 2008).

Em geral, a noção de urbanização refere-se a mudanças no tamanho, densidade e heterogeneidade das cidades, tal nível de progresso teve algumas consequências negativas, como o volume de desmatamento para possibilitar atividades agroindustriais ou a extração de produtos básicos, o que contribuiu para diminuição das distâncias entre cidades e o aumento da mobilidade da população. Com isso, doenças anteriormente restritas às áreas rurais apareceram em áreas urbanas (BARRETO *et al.*, 2011; WERNECK, 2008).

Dentro desse contexto de urbanização, abordagens geograficamente espaciais são utilizadas frequentemente para determinar a epidemiologia da região em questão por meio de aplicação do processamento e análise das áreas geograficamente referenciadas. A partir de então, é possível compreender a disseminação de doenças e agravos à saúde, além de relacionar fatores patológicos e seus ambientes geográficos (BONFIM; MEDEIROS, 2014).

A análise da distribuição espacial de casos epidemiológicos, dentro de um mesmo município, é fundamental para a identificação de áreas de risco. Na Amazônia há uma combinação de fatores que favorecem o desenvolvimento do parasito e dificultam as medidas de prevenção e de controle que incluem características ambientais: o calor, a umidade e as coleções hídricas abundantes; aspectos antrópicos: desmatamento, ocupação de áreas indevidas, ausência de saneamento básico; e dificuldades para plena operacionalização de programas de controle dos parasitas, como inserção de inseticidas.

Essas desigualdades regionais e sociais podem ser identificadas através de informações epidemiológicas, através das análises dos locais de incidência das DIPs e das relações com as condições de habitação, alimentação e higiene precárias (ARAUJO, 2012). A constante modificação do ambiente destrói o habitat e desfaz o equilíbrio biológico que controla o número de exemplares existentes nestas populações, conseqüentemente altera a eco epidemiologia dos hospedeiros e a diversidade genética do parasito, fazendo com que os vetores busquem novas alternativas de sobrevivência (CARMO *et al.*, 2016).

Em virtude das insuficientes informações sobre a distribuição espacial da ocorrência de Doenças Infecciosas e Parasitárias na mesorregião do nordeste paraense e da possibilidade de novas informações que contribuam para a gestão ambiental dos municípios, buscou-se através deste trabalho elaborar o mapeamento no intervalo de dez anos, de 2008 e 2018, sobre os casos registrados no município de Tomé-Açu/PA.

A aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) na pesquisa em saúde vem contribuir para a identificação de áreas geográficas e grupos da população que estão mais suscetíveis a adoecer ou morrer prematuramente, portanto, que necessitam de maior atenção, de forma preventiva (CRISTINA; VILLA, 2000a).

O uso de técnicas de análise espacial pode ser uma nova forma de avaliar o contexto e seus fatores de risco (RODRIGUES; LÚCIA, 2008) e de aperfeiçoar o planejamento de intervenções e monitoramentos seletivos conforme as reais necessidades de pequenas áreas (ARRAES; XIMENES, 1999).

Nesse sentido, o uso dos SIGs torna-se essencial para o trabalho, sendo importante para aplicação na área da saúde, destacando-se as análises de distribuição de endemias (SILVA *et al.*, 2012). Espera-se, com a utilização dessas técnicas, fazer comparações e verificar possíveis tendências em torno dos dados obtidos.

Embora estudos epidemiológicos de análise espacial relacionados à incidência de casos de doenças infecciosas e parasitárias sejam frequentemente realizados (RODRIGUES; ESCOBAR; SOUSA-SANTOS, 2008; SILVA *et al.*, 2017; VASCONCELOS; NOVO; DONALISIO, 2006), esses trabalhos concentram-se principalmente na região sul do país. No estado do Pará há poucos trabalhos e ainda não há nenhum estudo realizado no município de Tomé-Açu publicado.

Nesse contexto, o presente estudo propõe-se a contribuir com a gestão em saúde dos municípios, fornecendo a esses órgãos novos métodos de administração em saúde pública com o uso do SIG e a utilização de dados espaciais como instrumento efetivo na gestão ambiental e de saúde coletiva.

## 1 TECNOLOGIAS PARA ANÁLISES BIOGEOGRÁFICAS

À medida que as sociedades avançam, tanto no que diz respeito às novas tecnologias quanto nas estruturas sociais, políticas e econômicas, elas se tornam cada vez mais complexas, estimulando que se procure compreender todas essas mudanças de maneira mais efetiva e rápida.

Este trabalho baseia-se em fundamentos importantes da geografia e em ferramentas tecnológicas para fins de entender as dinâmicas entre a sociedade e o meio ambiente, tendo como acometimento os efeitos dessa relação na saúde humana, como suporte para execução do trabalho temos: Sistemas de Informações Geográficas, Uso e Ocupação do Solo e Epidemiologia.

### 1.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

Dentre as diversas tecnologias empregadas em análises espaciais, os SIGs são programas computacionais que permitem visualizar mapas geograficamente referenciados em conjunto com atributos de aspectos representados (CHIARAVALLI NETO, 2017). Estes sistemas também são definidos como sendo a fusão de técnicas e conceitos de ferramentas desenvolvidas pela informática, capazes de capturar, armazenar, processar dados e mostrar informações espaciais. A partir disso, o processo de construção do banco de dados para um SIG e a união de atributos é realizado com dados de campo, tais como o tipo de solo, a precipitação, imagens de satélite e fotografias aéreas que serão processados e manipulados posteriormente (DE ALMEIDA; MELO, 2011).

No âmbito da saúde, a aplicação dos SIGs agrega valor ao uso da identificação de áreas de risco econômico e socioambiental, nas quais essas populações estão suscetíveis às possíveis doenças parasitárias que podem levar a morte prematura e, por conta disto, demandam atenção especial no sentido de prevenir e promover a saúde coletiva (CRISTINA; VILLA, 2000b). Assim, para que sejam realizadas análises de dados, se torna necessário possuir a localização geográfica dos locais de ocorrência das doenças e associar informações gráficas às bases de dados de saúde (SKABA *et al.*, 2007).

### 1.2 USO E OCUPAÇÃO DOS SOLOS

Devido ao uso de imagens de satélite e radar, as novas tecnologias em sensoriamento remoto permitem aprofundar pesquisas de investigação espacial e trazem benefícios, como as análises em larga escala seguido de maior precisão, principalmente quando relacionados aos problemas ambientais humanos. Como exemplo disso, podem-se citar alguns dos diversos fatores relacionados ao uso do solo que favorecem a reprodução do mosquito da dengue, dentre eles, a urbanização crescente e sem planejamento que resulta em regiões com altos índices demográficos, falta de água, pouca limpeza urbana, o tráfego elevado de pessoas e, principalmente, a não efetividade do combate ao vetor (COSTA *et al.*, 2018).

Ainda nesse contexto, observa-se que a distribuição espacial da Malária na Amazônia não é igualitária. Ela afeta, sobretudo, populações instaladas em ambientes onde a habitação é desordenada e com níveis de pobreza elevados, além de locais onde há exploração de recursos naturais em projetos de assentamento (RODRIGUES; ESCOBAR; SOUSA-SANTOS, 2008).

Além disso, os estudos epidemiológicos que antes eram realizados apenas com dados estatísticos, números de casos e pesquisas documentais como análises de prontuários, agora passam a ter análises espaço-temporais usando sensoriamento remoto como ferramenta importante para fins de controle e planos estratégicos sobre áreas afetadas por determinada doença infecto parasitária.



### 1.3 EPIDEMIOLOGIA

A epidemiologia faz parte do movimento da saúde pública e da saúde coletiva e tem como atribuições gerar conhecimentos, informações e tecnologias que possam ser utilizadas na formulação, prevenção e controle dos problemas, desenvolvendo condições de saúde pública (BARATA, 2013). A interação entre padrões de saúde/doença com fatores demográficos, econômicos e sociais influenciam nas complexas mudanças na transição epidemiológica. Diante dessas constantes mudanças, o não conhecimento dos aspectos ambientais, ecológicos do parasita, clínicos e laboratoriais, impossibilitam a implementação de medidas que evitem a proliferação da doença (PEREIRA; ALVES-SOUZA; VALE, 2015).

Aliás, estudos para definir os riscos epidemiológicos de determinada região, são de extrema importância para indicar áreas prioritárias para controle de doenças como, por exemplo, a Leishmaniose e a Malária. Com base em mapas que consideram o risco de ocorrência da endemia e no nível de ocupação espacial das áreas geográficas, tem-se uma importante ferramenta para serviços de vigilância e controle (RODRIGUES; ESCOBAR; SOUSA-SANTOS, 2008; STATE *et al.*, 2017), ou seja, por meio da utilização de ferramentas de sensoriamento, é possível montar um padrão espacial de infecção, pois a progressão de tais doenças dependem das condições ecológicas que facilitam a dispersão de mosquitos transmissores (COSTA *et al.*, 2018).

No que dizem respeito às leishmanioses (visceral e tegumentar), segundo o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), elas apresentam elevadas prevalências na Região Norte (área Amazônica). Ademais, seu perfil epidemiológico tem sofrido alterações e vem expandindo sua área de ocorrência, geralmente associada às modificações ambientais provocadas pelo homem, fazendo parte do grupo de Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN) (SILVA *et al.*, 2017).

A Malária, por sua vez, em 1976 apresentava menos de 100.000 casos por ano, já nos anos seguintes (a partir de 1999), houve elevação do número de casos da doença em função da ocupação desordenada da Região Amazônica, resultante da implantação de projetos de colonização e mineração sem a necessária estrutura de saúde para atender a população. No entanto, após amplo processo de mobilização de forças multissetoriais pelo Ministério da Saúde, observou-se o declínio no número de casos em 2016 (BRAZ; BARCELLOS, 2018).

## 2 MATERIAL E METODOLOGIA

### 2.1 COLETA DE DADOS

As informações necessárias para a realização deste trabalho foram obtidas a partir do banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tomé-Açu, a qual teve como fonte o Sistema de Informações de Agravos e Notificação (SINAN) para Leishmaniose Tegumentar, e do Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica (SIVAP) para os dados da Malária que repassaram os números de casos e os locais de ocorrência registrados nos anos de 2008 e 2018.

Além desses dados, foram adquiridos *shape files* do local de interesse, município de Tomé-Açu, no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O *shape file* é um tipo de arquivo vetorial utilizado em Sistemas de Informações Geográficas que armazena posição, forma e feições geográficas, simulando a forma real da Terra e de suas regiões. Ele é o principal componente responsável pelo recorte dos limites municipais da área de interesse para o estudo, utilizando o sistema de coordenadas projetadas para alocação dos pontos de infecção ou caso de doenças. Por sua vez, as coordenadas projetadas foram

coletadas através do *software* Google Earth de acordo com os dados repassados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Também foram coletadas imagens de satélites do banco de dados do centro de pesquisas espaciais da *United States Geological Survey* (USGS) dos dias 13 de julho/2008 do satélite *Landsat 5* sensor TM, e 23 de junho/2018 do satélite *Landsat 8* sensor OLI. Faz-se necessário pontuar ainda que o sistema de projeção cartográfica utilizado neste trabalho foi o UTM (*Universal Transversa de Mercator*), sendo esse um modelo matemático que representa a forma da Terra no fuso 22S e Datum SIRGAS 2000.

### 2.1.1 PROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Após a coleta dos pontos em graus decimais, padrão das coordenadas projetadas, eles foram organizados em planilha para posteriormente serem submetidos ao *software* Arc GIS 10.5 para transformação em pontos de ocorrência dentro do mapa já configurado. Os números de casos coletados também foram organizados em planilha para geração dos gráficos. Depois da tabulação dos dados, verificaram-se todos os locais de ocorrência de DIPs dentro do município. Assim, os pontos de interesse foram agrupados de modo que a cada área fosse empregado o número de casos fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

As coordenadas de cada região afetada pelas doenças foram tabuladas para, em seguida, serem transformadas em arquivo de dados X e Y no formato *shape file*. Esse arquivo foi aplicado ao mapa e logo após submetido à ferramenta de Densidade de Kernel do *Arc GIS* 10.5. Através desta ferramenta foram gerados os mapas de densidade das DIPs dos anos de 2008 e 2018, nos quais é possível visualizar a dinâmica dos padrões de densidade dos eventos considerados no estudo. Além disso, a Densidade de Kernel ainda faz a contagem de todos os pontos dentro de um limite de influência em conjunto do tratamento estatístico para verificar a autocorrelação espacial entre os locais de ocorrência e a densidade de casos.

De acordo com Silver (1986), o estimador de Densidade de Kernel é definido pela Equação 1 abaixo:

$$\hat{f}(k) = \frac{1}{nh^2} \sum_{i=1}^n k \left\{ \frac{x - x_i}{h} \right\} \quad (1)$$

Onde,  $n$  é o número de pontos observados,  $h$  é a largura da banda,  $k$  é a Função de Kernel,  $x$  é a coordenada vetorial que representa a distância entre os pontos e  $x_i$  é o vetor da  $i$ -ésima coordenada representando cada ponto observável em relação ao estimado.

Após a aplicação da Densidade de Kernel, mapas foram gerados por meio da interpolação de pontos, calculados a partir de pontos (vizinhos) mais próximos. Em seguida, foram adicionadas seis classes de temperatura, sendo de 0–100 para as temperaturas mais baixas, com menor risco epidêmico, até 500–1.000 para as áreas com a maior taxa de ocorrência de risco epidêmico dentro da distribuição espacial.

### 2.2 TRATAMENTO ESTATÍSTICO (ÍNDICE GLOBAL DE MORAN)

Para avaliar a autocorrelação espacial entre os pontos de ocorrência e o local de estudo, município de Tomé-Açu/PA, foi aplicado o tratamento estatístico de Índice Global de Moran, que se trata de um modelo matemático e uma ferramenta existente dentro do *Arc Map*

do *Arc GIS* 10.5. O tratamento estatístico foi aplicado sobre todos os dados (pontos) das doenças Leishmaniose Tegumentar e Malária.

Após a coleta e aplicação da Densidade de Kernel sobre os pontos de ocorrência, as mesmas coordenadas foram empregadas dentro da ferramenta estatística para fins de se obter a significância dos dados quanto a autocorrelação espacial. Um índice com o valor maior de 0,05 ( $p > 0,05$ ) demonstra que os dados não são significativos.

A obtenção dos resultados foi efetuada de modo quantitativo no sentido de que os índices obtidos através da autocorrelação espacial demonstram agrupamentos, aleatoriedade ou dispersão dos dados pontuais analisados (locais de ocorrência), e também de modo qualitativo, pois os resultados do tratamento estatístico aplicado sobre todos os dados pontuais foram relacionados com a interpretação visual dos mapas de Densidade de Kernel, sendo atribuído a variável (uso e ocupação do solo) dentro da análise qualitativa.

### 2.3 PROCESSAMENTO DIGITAL DAS IMAGENS (PDI)

As etapas de processamento e classificação das imagens foram realizadas no *software Arc Gis* versão 10.5.0. Para possibilitar a classificação de forma mais eficiente foi realizada a composição em falsa cor natural utilizando as bandas R(5), G(4), B(3) do satélite *Landsat 5* e R(6), G(5), B(4) do satélite *Landsat 8*, seguida da correção geométrica das imagens do sensor TM com a obtenção de 28 pontos, tomando como base a imagem em falsa cor natural do sensor OLI.

Para a realização da classificação, as imagens passaram pelo pré-processamento, sendo importante para melhorar a qualidade dos dados, fazendo uso das técnicas de ajuste da resolução das imagens, correção geométrica e registro (EASTMAN, 2006).

A escala adotada para a classificação foi de 1:100.000, onde a interpretação visual foi aplicada de acordo com comportamento espectral dos *pixels*, sendo caracterizada por três regiões distintas: visível, infravermelho próximo e infravermelho médio (MOREIRA, 2001). O método de classificação utilizado foi a de Máxima Verossimilhança MAXVER, seguida da distribuição de polígonos e identificação de cada um de acordo com a classe atribuída. O classificador MAXVER é utilizado nos principais SIGs de processamento digital de imagem, sendo considerado um dos melhores e mais utilizados (BARBOSA *et al.*, 2011).

O município de Tomé-Açu/PA, área selecionada para este estudo, localiza-se no estado do Pará e faz parte da mesorregião do nordeste paraense, abrangendo uma área territorial de 5.145,361 km<sup>2</sup>, com uma população de 56.518 pessoas e densidade demográfica de 10,98 hab/km<sup>2</sup> de acordo com o IBGE de 2010.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os casos de Leishmaniose Tegumentar e Malária tiveram o total de 886 casos registrado pelo SINAM-PA nos anos de 2008 e 2018. Destes, 642 foram excluídos por se tratarem de casos descartados (negativos), sendo considerados apenas 244 casos confirmados pela Secretaria de Saúde do município, como mostra a Tabela 1.

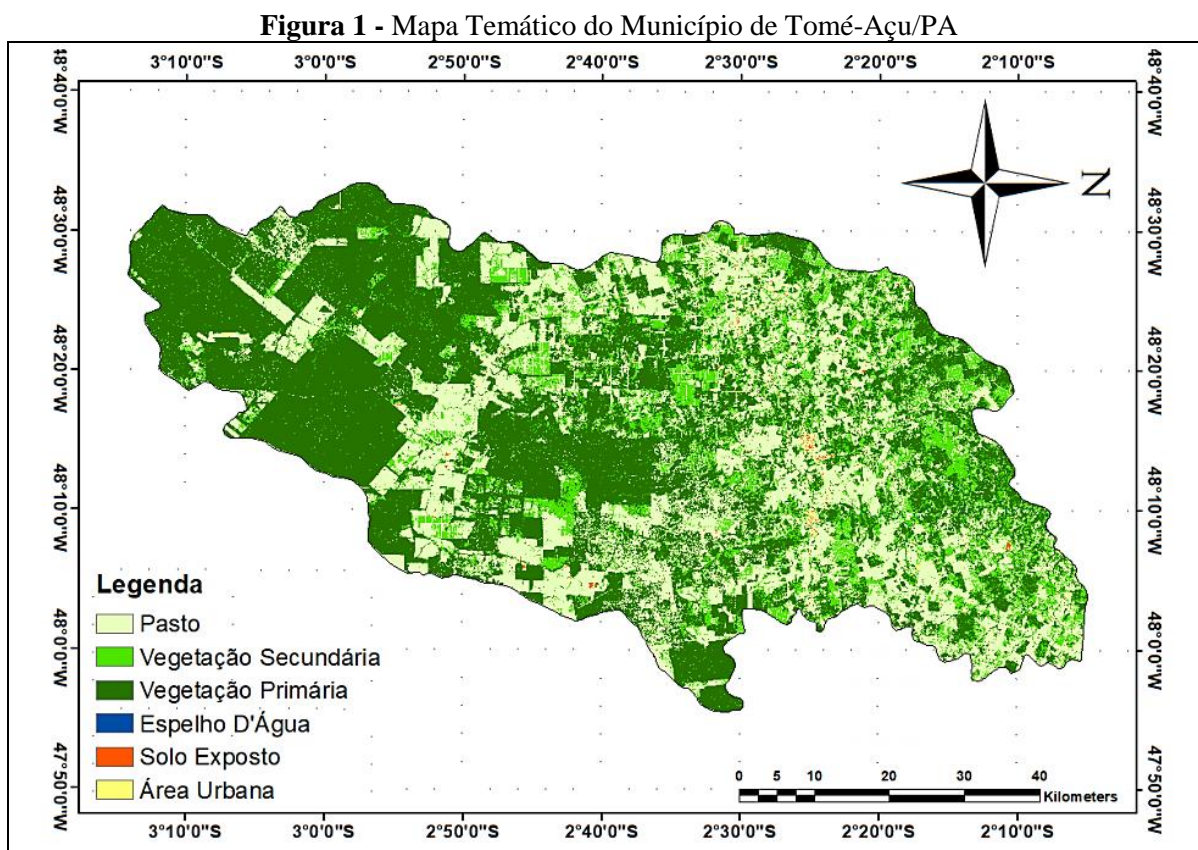
**Tabela 1** - Número de casos confirmados e registrados de DIPs em Tomé-Açu (2008-2018)

CASOS REGISTRADOS			CASOS CONFIRMADOS		
Ano	L. Tegumentar	Malária	Ano	L. Tegumentar	Malária
2008	139	637	2008	121	69
2018	51	59	2018	51	3
Total	190	696	Total	172	72

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para melhor visualização dos locais de ocorrência, a Figura 1 a seguir traz o mapa temático do município de Tomé-Açu/PA, evidenciando nele os locais com paisagem natural e antrópica. Nele, atribuíram-se seis classes: pasto, vegetação secundária, vegetação primária, espelho d'água (rios, lagos, igarapés), solo exposto e área urbana. A vegetação primária, considerada as matas ciliares e florestas nativas, e a secundária, aquela na qual houve impacto antrópico ou natural.

De acordo com o cálculo geométrico das classes, o tamanho das áreas ocupadas é de 32,6 % para a classe pasto, 16,1% de vegetação secundária, 50,8% de vegetação primária e apenas 0,1% de espelho d'água, 0,2% de solo exposto e 0,2% de área urbana.



Fonte: Autores, 2020.

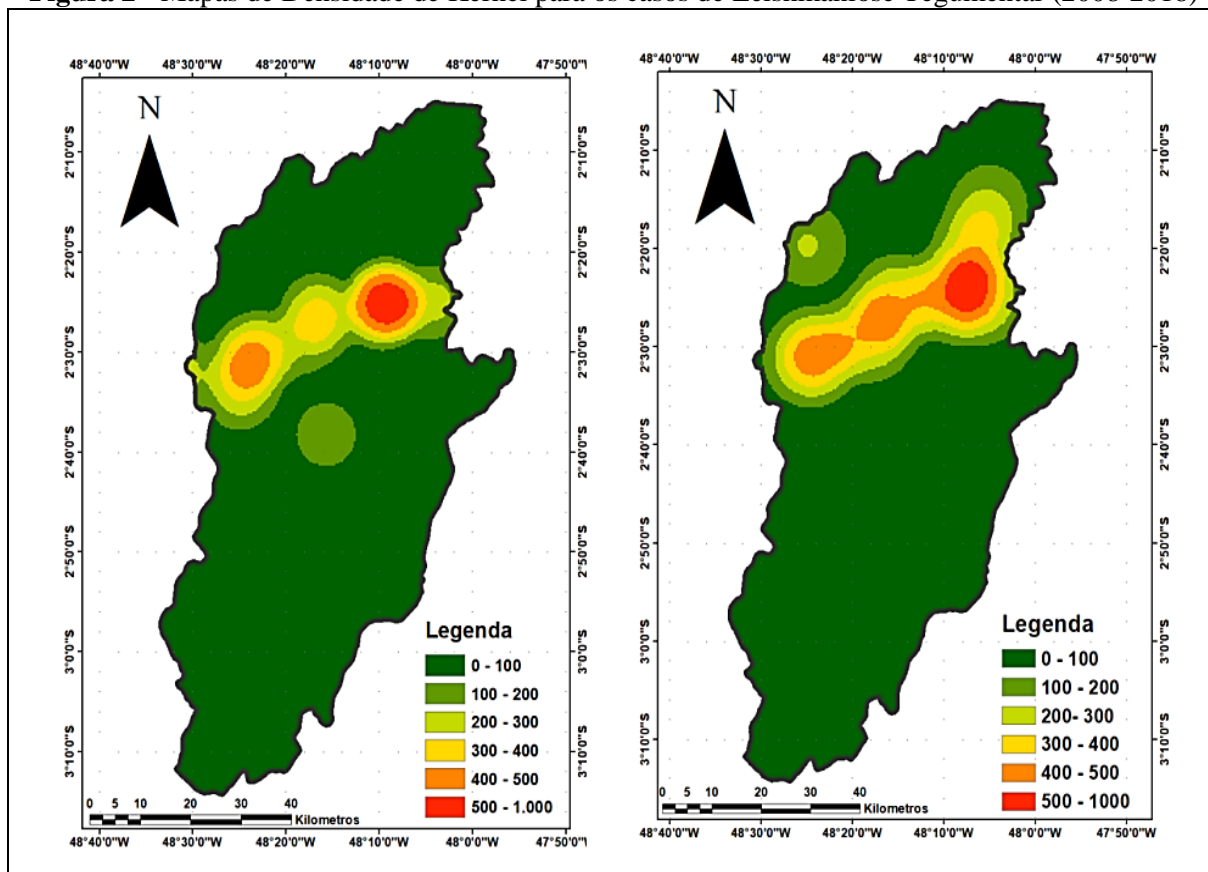
Nos mapas da distribuição espacial da Leishmaniose Tegumentar, é possível observar que os pontos mais quentes são próximos à sede municipal de Tomé-Açu/PA, ao distrito de Quatro-Bocas e à Forquilha. A sede municipal apresentou valores na faixa de 500–1000 nos dois anos analisados, enquanto que o distrito de Quatro-Bocas entre 300–400 em 2008 e 2018 dentro da escala de densidade. Por sua vez, o distrito de Forquilha manteve o mesmo valor de densidade, entre 400–500, como apresentado na Figura 2.

No mapa do ano de 2018, verificou-se o prolongamento da distribuição espacial da Leishmaniose Tegumentar na região da PA 140, onde os casos da doença afetaram principalmente as comunidades de Água Branca e do KM 40. No ano de 2008, a distribuição espacial próximo à vila Forquilha se deu por conta das comunidades Mariquita e Jamic, como se observa na imagem direita da Figura 2.

Desse modo, verificou-se pouca mudança nos padrões analisados da distribuição espacial da Leishmaniose Tegumentar entre os anos de 2008 e 2018, com uma diferença maior apenas em uma parte da região da PA 140 em direção ao norte do município no ano de 2018.

Os locais de maior concentração de casos no ano de 2018 foram: Ramal do Areal, Ramal Santa Rosa, Tropicalia, região da Jamic e Forquilha, totalizando 23 dos 51 casos confirmados. Em 2008 os locais com mais casos eram: comunidade Rural Calmaria, Jamic, bairro Tabom, Canindé, Forquilha, Centro de Tomé-Açu, Sempre Alegre e Novo Horizonte em Quatro-Bocas com o total de 35 dos 121 casos confirmados.

**Figura 2** - Mapas de Densidade de Kernel para os casos de Leishmaniose Tegumentar (2008-2018)



Fonte: Autores, 2020.

Verificou-se ainda a presença de autocorrelação espacial dos casos de Leishmaniose Tegumentar, no sentido de que o tratamento estatístico aponta o agrupamento com Índice de Moran igual a 0,43 e p valor igual a 0,00. Considerando o p valor  $< 0,05$ , então os dados para autocorrelação espacial são significativos. Dado o valor de z-score: 6,255, há uma probabilidade inferior a 1% que esse padrão agrupado pode ser resultado de chance aleatória.

No entanto, a Malária apresentou o padrão de distribuição espacial diferente quando comparada à Leishmaniose Tegumentar, onde em 2008 houve uma alta densidade com escala no intervalo de 500–1000 na região da zona rural Manga Larga, decaindo constantemente de acordo com o distanciamento do foco epidêmico, o número total de 42 casos, na parte norte do mapa, a densidade está entre 100–200 e 200–300, cobrindo as áreas urbanizadas e comunidades vizinhas como: colônia Santa Maria, comunidade Socorro, KM 40 e KM 23, totalizando 27 casos, como apresentado na imagem esquerda da Figura 3.

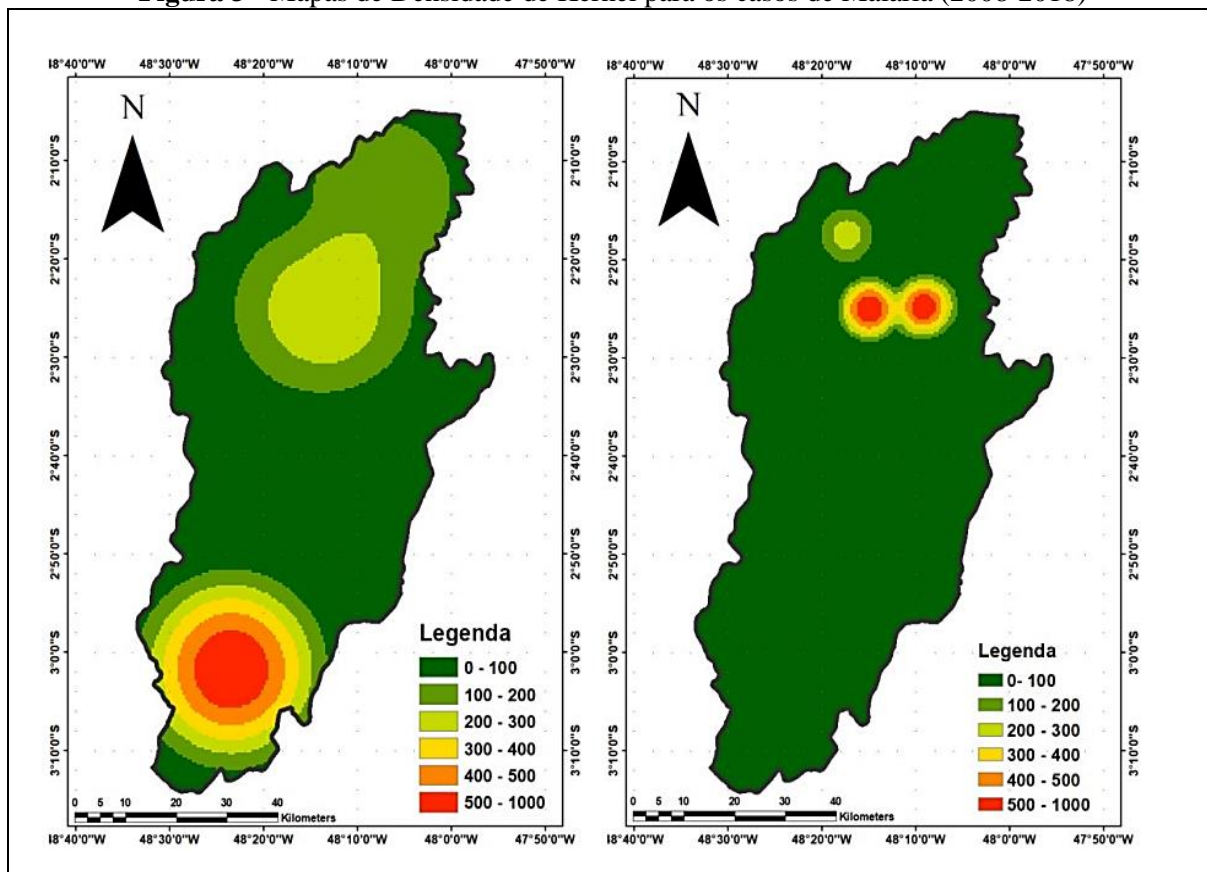
O ano de 2018 proporcionou a distribuição com os casos registrados centralizados na área urbana, sendo um caso na Sede, um no distrito de Quatro-Bocas e o outro na comunidade rural Socorro, como apresentado na imagem direita da Figura 3. Além da região da comunidade Manga Larga, em outros locais houve concentração de Malária, entretanto, o número das ocorrências foi menor. Os locais foram: distrito de Quatro-Bocas, com três casos



confirmados; comunidade Vila Nova, Vera Cruz, Diamante, Santa Maria e Água Branca totalizando 12 casos registrados, porém não confirmados.

Nas demais áreas como Ramal do Meio, Jutaí, Glória e Marupiara, que são comunidades rurais, houve apenas casos isolados registrados, totalizando apenas cinco casos, um em cada região.

**Figura 3** - Mapas de Densidade de Kernel para os casos de Malária (2008-2018)



Fonte: Autores, 2020.

Para os casos de Malária, o Índice de Moran apresentou o valor de 0,39 e p valor igual a 0,01, com o resultado foi p valor  $< 0,05$ , os dados demonstraram-se significantes para o estudo. Com o z-score: 2,44, há menos que 5% de probabilidade de que esse padrão de agrupamento seja resultado ao acaso.

A partir do exposto acima, o presente estudo, pioneiro para o município de Tomé-Açu/PA, obteve informações essenciais referentes ao perfil epidemiológico das doenças infecciosas e parasitárias causadas pela Leishmaniose Tegumentar e pela Malária. Os resultados obtidos pela análise do banco de dados do SINAM-PA e pela visualização da distribuição espacial dos casos, que apresentam uma densidade nos mapas em regiões próximas à área urbana e dentro da área urbana, podem servir como base para resolução de condutas da vigilância epidemiológica estadual.

Observa-se ainda que em todos os mapas gerados, as DIPs concentram-se, principalmente, na região norte do município, em todos os anos e locais analisados é visível esse mesmo padrão de distribuição. Desse modo, com o mapa temático gerado a partir da classificação supervisionada, é possível verificar a geomorfologia da paisagem no que diz respeito às áreas com maior cobertura vegetal densa, como vegetação primária e as de menor cobertura vegetal, como a vegetação secundária, pasto, área urbana e solo exposto.

A gestão dos recursos naturais demanda uma caracterização constante, além do monitoramento contínuo, para fins de aproveitar e melhorar o uso dos recursos com foco no controle e uso racional adequado (GAROFALO *et al.*, 2015). Além disso, o controle de epidemias também pode ocorrer através do uso do SIG, como na Figura 1 que proporciona uma visão ampla e apresenta a situação das áreas verdes no município, mais preservadas ou exploradas com mais intensidade, além das regiões de pasto ou solo exposto.

O processo de monitoramento dos recursos naturais é importante no sentido de controle epidemiológico, como mostra o trabalho de Silva *et al.* (2017), no qual os casos de Leishmaniose Visceral situados nas áreas rurais do município de Abaetetuba/PA, estão fortemente relacionados às condições ambientais que propiciam o aparecimento da doença, como o processo de desmatamento e ocupação desordenada do território pelas pessoas.

Nesse sentido, nota-se a importância de relacionar as condições ambientais aos problemas de saúde coletiva presentes em determinadas regiões, além de que a elaboração de mapas temáticos contribui como um instrumento de extrema importância para a visualização de modo mais amplo, pois através dele é possível observar as áreas naturais e ocupadas em larga escala (NASCIMENTO; MORAES, 2019).

A análise espacial da distribuição da ocorrência de casos de Malária em 2008 registrou 69 casos, sendo 42 na zona rural Manga Larga, localizada a 143 km da sede municipal. Esse predomínio pode ser explicado pelo uso indevido do solo, como desmatamento de áreas extensas, grandes migrações com formação de aglomerações desprotegidas e a falta de estrutura da saúde (BRAZ; BARCELLOS, 2018).

Além disso, Braz e Barcellos (2018) realizaram análise da distribuição dos municípios em 2008 e, de acordo com a classificação da variação da incidência da Malária, verificaram os municípios que estavam em processo de eliminação da doença. Segundo os autores, o município de Tomé-Açu/PA participou desse processo e apresentou o Índice Parasitário Anual (IPA) de 1 caso para cada 1.000 habitantes. No presente estudo, com a avaliação da distribuição espacial da frequência de novos casos, é possível demonstrar a eficácia no processo de redução dos casos da Malária, que em 2008 apresentaram 69 casos confirmados, decaindo para 3 casos em 2018.

Diferentemente das outras doenças, a Leishmaniose apresenta padrões epidemiológicos extremamente diversos, não depende apenas de uma região geográfica distinta e está mais relacionada com fatores socioculturais, como ocupação de áreas recentemente desmatadas (COSTA, 2005).

Assim como a análise realizada por Catete *et al.* (2017), nos anos de 2007 a 2017, no município de Barcarena/PA, referente a distribuição espacial dos casos de Leishmaniose, demonstraram a ocorrência na extensão das áreas degradadas (24,86km<sup>2</sup>), concentrada em áreas urbanas, em seguida os autores observam um aumento de áreas urbanas proporcional aos casos de Leishmaniose, corroborando a associação de modificações sociais e ambientais com o aumento dos casos.

De acordo com o cálculo geométrico das classes, o pasto ocupa 32,6% do solo no município, essas modificações no habitat dos flebotomíneos para criação de animais para consumo, influenciam o vetor da Leishmania a ir ao ambiente domiciliar para se alimentar (SERPA *et al.*, 2017). O predomínio dessa doença em áreas urbanas ocorre devido aos locais onde os flebotomíneos se desenvolvem sofrerem com a falta de saneamento adequado, visível no perímetro da cidade, pois os mosquitos de flebotomíneos preferem águas lentas, sombreadas e com matéria orgânica para depositar seus ovos (SERPA *et al.*, 2017).

A Região Norte inclui os estados mais afetados com doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado, entre as doenças está a Malária que apesar de não ser transmitida pela água está estritamente relacionada a ela. Uma vez que seus vetores transmissores de Malária dependem da água para se desenvolverem. E, levando em

consideração os dados do IBGE de 2010, o município de Tomé-Açu/PA possui apenas 2,6% de Saneamento Adequado e apenas 8 estabelecimentos de saúde. Esses fatores favorecem a questão da disseminação de DIPs no município (MOURA; LANDAU; FERREIRA, 2016).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho conclui-se que os métodos utilizados nele, como o mapeamento das áreas de maior densidade de determinadas doenças no município de Tomé-Açu/PA, bem como as características da paisagem nos locais acometidos, podem contribuir para o entendimento de onde devem ser intensificadas ações de vigilância e controle para melhorar a saúde da população com atividades preventivas.

Além disso, outra contribuição advinda deste trabalho se dá pelo estabelecimento de pontos estratégicos para verificação das áreas de influência das DIPs. Uma vez que os pontos estratégicos estão sugeridos nas diretrizes nacionais para a prevenção e controle de epidemias de doenças infecciosas e parasitárias, esta abordagem pode ser utilizada em outros municípios, com o intuito de saber se os pontos estratégicos vão influenciar ou não na ocorrência das doenças. Caso exista o predomínio de DIPs próximos aos pontos estratégicos, a prefeitura pode reforçar a fiscalização e remoção de criadouros para os vetores de Leishmaniose Tegumentar e Malária naqueles locais.

Observa-se ainda que apenas os dados do SINAM não foram suficientes para determinar a epidemiologia de determinado local, pois eles apresentam o total de casos registrados sem apresentar os casos positivos, sendo necessário outros dados para completar sua significância. Dessa forma, devem-se validar os casos na Secretaria de Saúde do município, assim como foi realizado no presente estudo, a fim de se obter o número de casos confirmados.

De acordo com os resultados deste estudo, as DIPs analisadas possuem forte correlação espacial entre os locais de ocorrência, levando em consideração o padrão de agrupamento que se concentra principalmente nas áreas rurais com atividade pecuária (pasto), como mostra o mapa temático e nas áreas urbanizadas.

Por fim, se faz necessário elucidar que há algumas limitações com relação à abordagem e métodos utilizados neste trabalho, já que outros fatores também podem influenciar na incidência das doenças, dentre eles os fatores climáticos como umidade, índice pluviométrico e temperatura que podem estar relacionados com a proliferação. Logo, os resultados obtidos no presente trabalho<sup>3</sup> podem ser complementados com futuros estudos sobre a influência desses fatores.

#### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Duarte de. Polarização Epidemiológica no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 1, n. 2, dez./jan. 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v21n4/v21n4a02.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

BARATA, Rita Barradas. Epidemiologia e Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 16, n. 1, p. 3–17, 2013. Disponível em:

---

<sup>3</sup> Agradecimentos aos discentes de graduação da Universidade Federal Rural da Amazônia: Leandro Nascimento, Maria Letícia Marques pela colaboração no presente estudo com análises de georreferenciamento e o discente Esteferson Santana Quadros pela execução dos dados científicos obtidos do DATASUS.



<https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v16n1/1415-790X-rbepid-16-01-0003.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

BARBOSA, Ana Paula *et al.* Comparação de métodos de Classificação de Imagens na Identificação de Áreas Cultivadas com Citros. **Energia na Agricultura**, Botucatu, v. 26, n. 3 p. 14-25, 2011. Disponível em: <http://revistas.fca.unesp.br/index.php/energia/article/view/270>. Acesso em: 24 maio 2019.

BARRETO, Maurício *et al.* Sucessos e Fracassos no Controle de Doenças Infecciosas no Brasil: o contexto social e ambiental, políticas, intervenções e necessidades de pesquisa. **Saúde no Brasil**, v. 3, p. 47–60, 2011. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/artigo\\_saude\\_brasil\\_3.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/artigo_saude_brasil_3.pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

BONFIM, Cristina; MEDEIROS, Zulma. Epidemiologia e Geografia: dos primórdios ao geoprocessamento. **Revista Espaço para a Saúde**: revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino nas Ciências da Saúde da Faculdade Pequeno Príncipe, Londrina, v. 10, n., p. 53–62, dez. 2014. Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXII\\_1/agb\\_xxii\\_1\\_web/Rev\\_AGB\\_dez2018-completa.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXII_1/agb_xxii_1_web/Rev_AGB_dez2018-completa.pdf). Acesso em: 24 maio 2019.

BRAZ, Rui Moreira; BARCELLOS, Christovam. Análise do processo de eliminação da transmissão da malária na Amazônia brasileira com abordagem espacial da variação da incidência da doença em 2016. **Epidemiologia e Serviços da Saúde**, Brasília, v.27, n.3, p. 01-13. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2237-96222018000300303&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2237-96222018000300303&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 24 maio 2019.

CARMO, *et al.* Soroepidemiologia da Infecção pelo *Toxoplasma gondii* no Município de Novo Repartimento, Estado do Pará, Brasil. **Pan-Amazônia da Saúde**, Ananindeua, v. 7, n. 4, p. 79–87, 2016. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-62232016000400079](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000400079). Acesso em: 24 maio 2019.

CATETE, Clístenes Pamplona *et al.* Geotecnologias aplicadas ao monitoramento de áreas degradadas e sua relação com casos de Leishmaniose, Barcarena (Pa), Brasil. *In: SIMPÓSIO NACIONAL RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS*, 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Revendo princípios / validando conceitos. Sobrade, 2017. p. 1-12. Disponível em: [http://www.sobrade.com.br/download/Anais%20SINRAD\\_edicao%20completa.pdf](http://www.sobrade.com.br/download/Anais%20SINRAD_edicao%20completa.pdf). Acesso 24 maio 2019.

CHIARAVALLOTTI-NETO, Francisco. O Geoprocessamento e Saúde Pública. **Arquivos de Ciências da Saúde1**: revista da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP), São Paulo, v. 23, n. 4, p. 01-02, fev. 2017. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/661>. Acesso em: 24 maio 2019.

COSTA, Marília Millena Remígio da. *et al.* Dengue: aspectos epidemiológicos no município de Salgueiro do Sertão Pernambucano, Brasil. **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, n.1 p. 260–266, jul./set. 2018. Disponível em:

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/678/577>. Acesso em: 24 maio 2019.

COSTA, Jackson Mauricio Lopes. Epidemiologia das Leishmanioses no Brasil. **Gazeta Médica da Bahia**, n. 1c, p. 3–17, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/9808/2/Costa%20JML%20Epidemiologia%20das%20leishmanioses....pdf>. Acesso 24 maio 2019.

DE ALMEIDA, Fabiane Ferreira.; MELO, Sérgio. **Phytoplankton Community Structure in an Amazon Floodplain Lake (Lago Catalão, Amazonas, Brazil)**. Neotropical Biology and Conservation, v. 6, n. 2, p. 112–123, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/neotropical/article/view/nbc.2011.62.06>. Acesso 24 maio 2019.

EASTMAN, Ronald. **Idrisi 15: The Andes Edition**. Worcester, MA: Clark University, 2006.

GAROFALO, Danilo Francisco Trovo *et al.* Análise Comparativa de Classificadores Digitais em Imagens do Landsat-8 Aplicados ao Mapeamento Temático. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 50, n. 7, p. 593–604, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pab/v50n7/1678-3921-pab-50-07-00593.pdf>. Acesso em: Acesso 24 maio 2019.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama *et al.* Pequenos Produtores de Tomé-Açu e Viseu, Pará: da “Agricultura de Toco” a SAFS, Uma Mudança Possível?. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 56., 2018, Campinas. **Anais [...]**. Brasília, DF: SOBER, 2018. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1094569>. Acesso em: Acesso 24 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2019.

LIMA, Sandra Souza *et al.* Análise Espacial da Tuberculose em Belém, estado do Pará, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, Ananindeua, n. 2, p. 57–65, nov./dez. 2017. Disponível em: <http://revista.iec.gov.br/submit/index.php/rpas/article/view/399/308>. Acesso em: 24 maio 2019.

MARINHO, Jamille Salim *et al.* Original Doenças Infecciosas e Parasitárias por Veiculação Hídrica e Doenças Respiratórias em Área Industrial, Norte do Brasil. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.4, out./dez. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2016000400443&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2016000400443&script=sci_arttext). Acesso em: 24 maio 2019.

MOURA, Larissa; LANDAU, Elena Charlotte; FERREIRA, Adriana de Melo. Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado no Brasil. *In: LANDAU, Elena Charlotte.; MOURA, Larissa (Ed.). Variação geográfica do saneamento básico no Brasil em 2010: domicílios urbanos e rurais*. Brasília: DF: Embrapa, p. 189-211, 2016.

MOREIRA, Mauricio Alves. **Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001.

NASCIMENTO, Leandro Silva; MORAES, Maria Letícia Marques. **Avaliação da Distribuição Espacial de Quatro Doenças Infecciosas e Parasitárias no Município de Tomé-Açu/PA**. 2019. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Faculdade de Ciências Biológicas, Universidade Federal Rural da Amazônia, Tomé-Açu, 2019.

PEREIRA, Maria Dias; LOPES, Junnia Duque; NEVES, Maria da Graça Camargo. Leishmaniose Visceral em Criança: um relato de caso sobre a recidiva da doença. **Comunicação em Ciências da Saúde**, v. 26, n.03/04, 2015. Disponível em: <http://www.escs.edu.br/revistaccs/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/316/143>. Acesso em: 24 maio 2019.

PEREIRA, Rafael Alves; ALVES-SOUZA, Rosana Aparecida; VALE, Jéssica Sousa. O Processo de Transição Epidemiológica no Brasil: Uma Revisão de Literatura. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, n. 1, p. 99–108, 2015. Disponível: <http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/322/387>. Acesso em: 24 maio 2019.

RODRIGUES, Aline De Freitas; ESCOBAR, Ana Lúcia; SOUSA-SANTOS, Reinaldo. Análise Espacial e Determinação de Áreas para o Controle da Malária no Estado de Rondônia. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 41, n. 1, p. 55–64, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0037-86822008000100011&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0037-86822008000100011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 jun. 2019.

SERPA, Hellen Dayane de Freitas. *et al.* Fatores Ambientais e Comportamentais do Homem Relacionados à Incidência de Casos de Leishmaniose Tegumentar Americana na Área de São José do Meriti, Ibatiba-ES. *In: V SEMINÁRIO CIENTÍFICO DO UNIFACIG*, 5., 2019, Manhuaçu. **Anais [...]**. Minas Gerais: UNIFAG, 2017. Disponível em: <http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/1190/1099>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SILVA, Brenda Caroline Sampaio *et al.* Análise Espacial da Leishmaniose Visceral no Município de Abaetetuba/PA, no período de 2007 a 2015. **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**, n. 1, p. 1–9, 2017. Disponível em: <https://patua.iec.gov.br/bitstream/handle/iec/3681/An%20c3%a1lise%20espacial%20da%20leishmaniose%20visceral%20no%20munic%20de%20Abaetetuba/PA%20no%20per%20de%202007%20a%202015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SILVA, Richard Marques da *et al.* Modelagem Geoespacial e Temporal da Hanseníase entre 2001 e 2011 no Município de Bayeux, Paraíba. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 8, n. 1, p. 89–103, dez. 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-45132012000200013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132012000200013). Acesso em: 19 jun. 2019.

SILVEIRA, Fernando Tobias. *et al.* Revisão Sobre a Patogenia da Leishmaniose Tegumentar Americana na Amazônia, com Ênfase à Doença Causada por *Leishmania (V.) braziliensis* e *Leishmania (L.) amazonensis*. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, n. 1, mar. 2008. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?pid=S010159072008000100002&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?pid=S010159072008000100002&script=sci_arttext&tlng=en). Acesso em: 19 jun. 2019.

SILVERMAN, Bernard Walter. **Density Estimation for Statistic and Data Analysis**. New York: Chapman and Hall, 1986.

SKABA, Daniel Albert *et al.* Geoprocessamento dos dados da saúde: o tratamento dos endereços. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 1753-1756, nov./dez. 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000600037&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2004000600037&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 19 jun. 2019.

VASCONCELOS, Cintia Honório *et al.* Uso do Sensoriamento Remoto para Estudar a Influência de Alterações Ambientais na Distribuição da Malária na Amazônia Brasileira. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 517-526, mar. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2006000300006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2006000300006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 19 jun. 2019.

WERNECK, Guilherme Loureiro. Fórum: Geographic Spread and Urbanization of Visceral Leishmaniasis in Brazil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 12, dez. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008001200023&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008001200023&script=sci_arttext). Acesso em: 19 jun. 2019.

XIMENES, Ricardo Arraes de Alencar *et al.* Vigilância de doenças endêmicas em áreas urbanas: a interface entre mapas de setores censitários e indicadores de morbidade. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.1, jan.-mar. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v15n1/0035.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2019.

## A DIVERSIDADE DE PRÁTICAS PRODUTIVAS DE FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS NA AMAZÔNIA

Alciene Oliveira Felizardo<sup>1</sup>  
Carla Giovana Souza Rocha<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho visa caracterizar as práticas produtivas de famílias agroextrativistas amazônicas, evidenciando o processo de inserção da criação de aves proporcionado pela participação em projeto local. Para isso foram entrevistadas onze famílias das Ilhas do Capim, Caripetuba e Xingu, município de Abaetetuba no Pará. O estudo identificou que as famílias agroextrativistas das Ilhas do Capim, Caripetuba e Xingu são heterogêneas no que se refere à disponibilidade de bases de recursos (sociais e materiais), composição, organização e funcionamento do sistema família-estabelecimento. As famílias agroextrativistas foram enquadradas em três tipos: tipo I, com base restrita de recurso material com predominância de renda externa, tipo II, com base de recurso material com média diversidade e renda centrada no extrativismo do açaí, peixe e camarão e, tipo III, com base de recurso material com alta diversidade e múltiplas fontes de renda. Isso revela que as famílias agroextrativistas beneficiárias do projeto local desenvolvem práticas distintas orientadas pelas particularidades do sistema família-estabelecimento que implicam na permanência ou resistência diante de projetos desenvolvimento agrícola padronizados.

**Palavras-chave:** Agroecossistemas familiares. Sistema de produção. Agroextrativismo. Práticas produtivas.

### ABSTRACT

The present work aims to characterize the productive practices of Amazonian agroextractive families, evidencing the process of insertion of bird breeding provided by participation in a local project. For that, eleven families from the Capim, Caripetuba and Xingu Islands, Abaetetuba municipality in Pará, were interviewed. The study identified that the agroextractive families from the Capim, Caripetuba and Xingu Islands are heterogeneous with regard to the availability of resource bases (social and materials), composition, organization and functioning of the family-establishment system. Agroextractive families were classified into three types a) type I: restricted base of material resources with predominance of external income; type II: material resource base with medium diversity and income centered on the extraction of açaí, fish and shrimp; and, type III: material resource base with high diversity and multiple sources of income. This reveals that the agroextractive families that benefit from the local project develop different practices guided by the particularities of the family-establishment system that imply permanence or resistance in the face of standardized agricultural development projects.

**Keywords:** Family agroecosystems. Production system. Agroextractivism. productive practices.

**Data de submissão:** 31.08.2020

**Data de aprovação:** 20.10.2020

---

<sup>1</sup> Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8476-6649>. E-mail: [alcifelizardo@yahoo.com.br](mailto:alcifelizardo@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Altamira. ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-7066-0480>. E-mail: [crocha@ufpa.br](mailto:crocha@ufpa.br).

## INTRODUÇÃO

O agroextrativismo é uma das expressões do campesinato amazônico (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009). Para estas autoras, o camponês possui uma característica marcante, a diversidade historicamente construída por meio de formas distintas de apropriação e uso da terra e de outros recursos naturais. Os camponeses apresentam “indissociabilidade entre a unidade de produção e a unidade de consumo, pois tanto uma como a outra fazem apelo aos mesmos membros da família e estão regidas pelos mesmos padrões de autoridade doméstica” (GARCIA JÚNIOR; HEREDIA, 2009, p. 223).

Os camponeses agroextrativistas manejam recursos naturais em três microbiomas amazônicos: a várzea, a terra firme e o mar (CRUZ, 2007). Os igapós, os aningais, os igarapés e as lagoas e lagos formam um ambiente diversificado favorável à vida, onde são mantidas interações biológicas e atuam mecanismos que proporcionam equilíbrio desses ecossistemas, como o caso das inundações provocadas pelos rios (FALESI; SILVA, 1999). Além desses aspectos, fatores como o espaço físico, as condições, habilidades do agricultor e tecnologias influenciam na transformação do meio (REIJNTJES; HAVERKORT; WATERS-BAYER, 1999).

Na Amazônia há uma diversidade de lógicas de reprodução social que, diferente das lógicas agroindustriais reguladas por processos mercadológicos, estão ligadas a formas familiares de reprodução socioambiental<sup>3</sup> no campo (HURTIENNE, 1999). Estas lógicas são marcadas por processos de autonomia e sustentabilidade que são obtidos em contextos diversos, principalmente no caso da heterogeneidade presente em realidades amazônicas (HURTIENNE, 1999) marcadas pela forte presença do extrativismo.

Como afirma Carvalho e Silva (2015), o extrativismo é, em grande parte, responsável por garantir a reprodução social das famílias, por meio tanto da comercialização quanto do consumo. Essas realidades agroextrativistas possuem uma natureza multifacetada, o que exige uma análise metodologicamente adequada, inclusive para condução e avaliação dos impactos e eficiência de projetos agrícolas de desenvolvimento nos sistemas de produção agroextrativistas amazônicos, que muitas vezes seguem um modelo homogeneizador e programático. Por isso, é importante o uso de abordagens como a sistêmica, em função da crescente complexidade de sistemas organizados e manejados pelo ser humano (PINHEIRO, 2000).

Ao desenvolverem projetos de desenvolvimento agrícola muitas instituições privadas, órgãos públicos, Organizações Não Governamentais (ONGs) etc. consideram os agroextrativistas enquanto grupo homogêneos, assim, propõem projetos padronizados e ignoram a diversidade de estratégias produtivas e as particularidades da constituição dos sistemas família-estabelecimento (FELIZARDO; ROCHA, 2019). Para Niederle (2007), a diversidade de estratégias utilizadas pelos camponeses em seus estabelecimentos, resulta da combinação de diferentes lógicas sociais e produtivas. Essas estratégias são resultantes de processos de trabalho, investimento em capital, ciclo produtivo e reprodução do grupo familiar. A heterogeneidade implica em respostas diferenciadas mesmo diante de circunstâncias estruturais que aparentemente possam apresentar-se enquanto homogêneas (LONG; PLOEG, 2011). Portanto, mesmo diante intervenções por projetos padronizados, as famílias podem desenvolver práticas distintas com variações de acordo com suas estratégias particulares. Diante disso, o presente trabalho visa analisar as práticas produtivas de famílias agroextrativistas para verificar suas respostas diante de intervenções por projetos de desenvolvimento agrícola.

---

<sup>3</sup> A reprodução socioambiental é aquela que resulta da “capacidade das populações rurais de ajustar seus meios de vida aos ecossistemas em que vivem e produzem” (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p.86).

## 1 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no município de Abaetetuba (Estado do Pará) em novembro de 2017 no âmbito da dissertação de mestrado da primeira autora. Foram entrevistadas 11 famílias em três ilhas distintas: Ilha do Capim, Caripetuba e Xingu. As famílias foram selecionadas em função de serem beneficiárias do Projeto Produzindo a Inclusão implementado pela Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA). Este projeto foi financiado pelo Banco da Amazônia em 2012 e visou, dentre outras ações, a inserção de criação de frango de granja nos estabelecimentos familiares agroextrativistas.

As informações coletadas visaram a caracterização geral dos sistemas de produção agroextrativistas locais e o aprofundamento sobre as práticas desenvolvidas no sistema de criação. O questionário e o roteiro foram as principais ferramentas utilizadas atrelados à técnica de observação participante (MARCONI; LAKATOS, 1996; FLICK, 2004). Para isso foram acessadas informações referentes a trajetória da família, constituição dos sistemas produtivos, estrutura e o funcionamento do sistema família-estabelecimento e posteriormente realizou-se um aprofundamento do sistema de criação para detalhar as práticas. As entrevistas identificaram aspectos como: composição familiar, ocupação dos membros, composição e estrutura dos subsistemas, tamanho das áreas, acesso à terra e aos demais recursos naturais, produção e renda, finalidades dos produtos e de cada subsistema, conhecimentos adquiridos, acesso às informações, aos serviços públicos, aos mercados e ao crédito, uso e disponibilidade de mão-de-obra ao longo do ano.

O tratamento dessas informações consistiu na criação de tipologia em que a homogeneização das famílias agroextrativistas foi orientada pelas similaridades referentes às características ambientais, sociais e produtivas dos estabelecimentos. Foram definidas categorias ou tipos de sistemas de produção baseado em Garcia Filho (1999). A tipologia foi utilizada para analisar a diversidade de estratégias produtivas dos agroextrativistas. Diante disso, foram caracterizadas as peculiaridades desses sistemas de produção, detalhando os subsistemas que o compõem.

Posteriormente analisou-se as práticas ligadas ao subsistema de criação que recebeu o projeto implementado pela AMIA para compreender como as criações de frango advindas do projeto de desenvolvimento agrícola foram implementadas e/ou adaptadas pelas famílias. Além disso, buscou-se também dados sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas de produção agroextrativista, buscando identificar adaptações e/ou mudanças que foram feitas no processo de execução e verificar o que permanece atualmente no sistema.

O estudo das práticas no sistema de criação foi realizado a partir de duas entradas complementares propostas por Landais: a modalidade e a oportunidade (LANDAIS, 1987 *apud* LANDAIS; DEFFONTAINES, 1988). A modalidade, busca fundamentalmente caracterizar as práticas, tendo esta entrada um aspecto mais descritivo e a oportunidade centra-se na família (subsistema de decisão), visando identificar o que condiciona o agricultor a realizar as práticas adotadas em seus sistemas de criação. Essas possibilidades de análise permitiram o detalhamento das práticas desenvolvidas pelas famílias. Realizou-se ainda, uma síntese do funcionamento do subsistema de criação através da modelização de fluxos. Esse aprofundamento das práticas foi realizado para mostrar a diversidade de estratégias desenvolvidas pelas famílias agroextrativistas.

Foram utilizados os aportes teórico-analíticos da abordagem sistêmica por permitirem analisar os estabelecimentos familiares desde os níveis mais restritos, como as práticas, até níveis mais abrangentes, como as estratégias produtivas. Essas estratégias serão entendidas neste trabalho como ações particulares que abrangem a organização e o funcionamento do

sistema de produção que visam atender aos objetivos do centro de decisão. Assim, considera-se que o sistema de produção agroextrativista está inserido em um sistema família-estabelecimento regulado pelo centro de decisão e que não se trata de uma parte isolada, mas de um conjunto de elementos em interação (MAZOYER, 1985 *apud* BROSSIER, 1987).

## 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas Ilhas do Capim, Caripetuba e Xingu (Abaetetuba, Pará) foram identificados um conjunto de particularidades nos sistemas família-estabelecimentos. Essa diversidade se expressa nas estratégias produtivas, situadas no nível da reprodução material (RAYNAUT, 1994), adotadas pelas famílias entrevistadas (n=11). Trata-se de sistemas compostos por centros de decisão que interrelacionam os subsistemas (extrativista, cultivo, criação, processamento e atividades anexas) e diferentes formas, de acordo com suas estratégias específicas.

Os sistemas família-estabelecimento possuem diferenças em suas bases de recursos material e social (PLOEG, 2008). Para este autor, a base de recurso material refere-se ao conjunto de bens disponíveis em cada estabelecimento (terra, animais, plantas, entre outros) e a base de recursos social refere-se ao conhecimento e à eficiência técnica do trabalho. Conforme Ploeg (2008) o fortalecimento continuado da base de recurso representa a principal estratégia de construção da autonomia das famílias. Os sistema família-estabelecimento, embora apresentem similaridades entre si, possuem especificidades internas, o que permitiu homogeneizá-los em três tipos distintos, como descritos a seguir:

**Tipo I:** Agroextrativistas (n=3, Capim, Caripetuba e Xingu) com base de recurso material restrita e com predominância de renda externa. Estas famílias do tipo I (n=3) desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas. Tratam-se de famílias que possuem membros que são funcionários públicos e profissionais autônomos que possuem pequenas extensões de terra. Portanto, os centros de decisão realizam atividades promotoras de renda não monetária como sua principal estratégia de trabalho no estabelecimento.

**Tipo II:** Agroextrativistas (n=7, Capim, Caripetuba e Xingu) com base de recurso material com média diversidade e renda centrada no extrativismo do açaí, peixe e camarão. Estas famílias possuem base de recursos material maior que as famílias do tipo I e fonte de renda centrada no subsistema extrativista. Diferente das famílias do tipo I, as famílias do tipo II possuem seu próprio estabelecimento (subsistema extrativista) como fonte principal de renda (monetária e não monetária).

**Tipo III:** Agroextrativistas (n=1, Xingu) com base de recurso material com alta diversidade e múltiplas fontes de renda. O grupo doméstico incluído neste tipo (n=1) desenvolve, além das atividades agrícolas, algumas não agrícolas. Trata-se de uma família que possui membros que são funcionários públicos, profissionais autônomos e que possui extensão de área de terra bem acima da média. Além destes aspectos, a alta densidade conectiva entre os subsistemas é um elemento contrastante dentre os demais tipos que tem influenciado no aumento contínuo de sinergias internas no estabelecimento e na diversidade de atividades produtivas promotoras de recursos monetários e não monetários.

A base de recurso material pode ser mobilizada por circuitos mercantilizados (venda de excedentes) e não mercantilizados (autoconsumo). Ocorre também a possibilidade de existência de estoque nos estabelecimentos. Esses estoques são recursos endógenos não mobilizados pelo sistema família-estabelecimento (PETERSEN *et al.*, 2017). Trata-se de recursos que representam potenciais intrínsecos aos sistemas e que podem ser mobilizados para atender as necessidades estabelecidas pelo centro de decisão.

Os tipos I, II e III identificados mostram as particularidades das bases de recursos (sociais e materiais) das famílias agroextrativistas e revelam a heterogeneidade dos sistemas



família-estabelecimento das Ilhas do Capim, Caripetuba e Xingu. Para compreender as respostas diferenciais diante das intervenções advindas de projetos de desenvolvimento agrícola fez-se necessário o detalhamento das práticas produtivas desenvolvidas pelas famílias agroextrativistas que acessaram o projeto de criação de frango.

## 2.1 AS PRÁTICAS PRODUTIVAS DE FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS NA CRIAÇÃO DE FRANGO DE GRANJA

Nesta seção apresentam-se as práticas de uma família representante de cada tipo (I, II e III) identificado anteriormente.

### 2.1.1 PRÁTICAS PRODUTIVAS EM ESTABELECIMENTO COM BASE RESTRITA DE RECURSO MATERIAL E PREDOMINÂNCIA DE RENDA EXTERNA

A família representativa deste tipo era constituída por 2 membros em 2012, ano que foi executado o projeto. O casal possui uma área pequena, situada na Ilha Caripetuba, equivalente ao “quintal da casa” com a presença somente de área de várzea. O recurso financeiro responsável pela manutenção da família advém prioritariamente do serviço público, do conserto de motores, ambos realizados pelo marido, e da “debulha do açai”, realizada pela esposa. Esta última é realizada em estabelecimentos familiares próximos a residência do casal, quando necessitam de renda extra para fins específicos, como a compra de materiais de higiene pessoal. Essa organização interna possibilita ao casal e sua filha, a garantia das necessidades para sua reprodução social. A família obteve acesso a 40 frangos que foram criados em um primeiro momento de forma extensiva (*solto*) no “quintal da casa” e em um segundo momento foi criado de forma intensiva (*preso*) em um galinheiro em outro estabelecimento.

A família tinha disponibilidade restrita de trabalho no momento do acesso ao projeto de criação de frango, mesmo assim, a criação destes animais não interferiu nas demais atividades já realizadas no estabelecimento. Isso ocorreu devido a esposa, principal membro responsável pelo manejo das aves, não possuir trabalho fixo fora do estabelecimento e ter disponibilidade de dedicação ao manejo dos animais. A alimentação era fornecida duas vezes ao dia, pela manhã e no final da tarde. Quando havia trabalho de “debulha de açai” a esposa acordava cedo para, antes de sair para os açazais, realizar o manejo das aves.

A experiência de criação nesta família do tipo I caracterizou-se pelo choque entre as práticas de criação voltadas para a convivência com o ecossistema e práticas de redução de limitações ambientais impostas pelo “Projeto Produzindo a Inclusão”, conforme Petersen *et al.* (2017). Isso pode ser verificado pelos seguintes fatores: a seleção de aves com baixa rusticidade (frango de granja); a infraestrutura artificializadora do ambiente exigida para o desempenho produtivo satisfatório das aves; e, a necessidade de ração balanceada.

A seleção do frango de granja resultou na dificuldade de garantir as condições ambientais favoráveis à criação, devido sua baixa rusticidade. As consequências disso podem ser verificadas no depoimento da agroextrativista:

Essa [galinha] de granja é muito melindrosa. Qualquer coisa elas estão morrendo, a comum é melhor porque pode criar solto. Eu perdi nessa época 3, morreu de repente, não sei se foi cobra na época. Amanheceu os 3 no mesmo lugar, não sei, até hoje nunca descobri. Já estavam grandão, foi uma pena, nem pode aproveitar porque a gente não sabia porque foi que morreu (E. C., Ilha Caripetuba, 2017).

A baixa rusticidade das aves (*muito melindrosa*) implicou em sua dificuldade de sobreviver ao ambiente de várzea. Isso resultou em prejuízos, visto que a família *nem pode*

*aproveitar* os animais que morreram. O projeto não deu alternativas de selecionar animais mais adaptados ao ambiente de várzea. Como pode ser percebido no depoimento, a responsável pela criação reconhece que: “a [galinha] comum é melhor porque pode criar solto”. Isso mostra que as práticas de redução de limitações ambientais (*criar preso*) definidas pelo projeto, contrastam com as práticas locais de criação baseadas na convivência com o ecossistema (*criar solto*).

A imposição da prática de redução de limitações ambientais (*criar preso*) exigiu a necessidade de construir infraestrutura artificializadora do ambiente para que o desempenho produtivo das aves fosse satisfatório. No caso dessa família, o projeto requereu a construção de galinheiros suspensos para evitar o contato das aves com a água das marés. Estes galinheiros deviam ser uma contrapartida da família para acessar o projeto. A família do tipo I não conseguiu construir a instalação para a recepção das aves em função do recurso financeiro limitado e inexistência de instalações já construídas que pudessem abrigar os animais. Segundo a agroextrativista:

Foi uma experiência boa e ao mesmo tempo ruim, né? Porque eu não consegui fazer na época o galinheiro. Estava sem dinheiro, aí tive que criar solto. Aí, apesar da gente morar perto um do outro, começou a dar problema. Começaram a ir na casa do vizinho e fazer suas necessidades por lá. Eu não tive muito tempo, eu tive logo que eliminar. Não pude ficar muito tempo, em função de não ter tido condições de fazer o galinheiro, como eles orientaram. Mas foi assim mais ou menos, a gente foi chamado lá que tinha sido contemplado, aí eu peguei na época os franguinhos (E. C., Ilha Caripetuba, 2017).

As exigências de infraestrutura do projeto contrastaram com as condições econômicas da família e com as práticas de criação em convivência com o ecossistema (*criação solta*), conhecida pelo grupo doméstico.

As condições ambientais da várzea e a limitação de área para a construção do galinheiro impossibilitou com que a criação das aves continuasse sendo realizada no “quintal da casa”. Para solucionar esse problema a esposa levou os animais para o estabelecimento familiar de sua mãe, onde foi construído um galinheiro que permitiu finalizar a criação. Nesta segunda fase da criação a família sentiu dificuldades de implementar outras práticas de redução de limitações ambientais orientadas pelo projeto.

A primeira foi a dificuldade de atender a necessidade de luz orientada como prática de manejo. Isso ocorreu porque a família, assim como todas as demais estudadas, não possui energia elétrica, por isso utilizam motores de luz que funcionam a óleo diesel. Para evitar esse custo com combustível, a família optou por utilizar a luz de LED ligada a uma bateria de carro. Este tipo de iluminação foi também necessário para dificultar o ataque de morcegos. Além disso, o projeto orientava a prática de manter o chão do galinheiro com maravalha (resto de serragem de madeira) para garantir a temperatura e a coleta das fezes. Todas estas práticas exigidas pelo projeto aumentaram o custo de produção devido à dificuldade de obter localmente os recursos necessários. Isso mostra a incoerência entre a endogeneidade das práticas agroextrativistas e as práticas exógenas propostas pelo projeto local.

As práticas orientadas pela AMIA para a criação das aves exigiram a forte dependência de recursos ligados a matriz agroindustrial da agricultura. O projeto orientava a alimentação das aves com ração balanceada. Esta ração era doada pela AMIA para atender as necessidades alimentares das aves durante um ciclo de produção completo, constituído de três fases (cria, cria e engorda). Como a criação foi de forma extensiva nas primeiras semanas de criação, os animais demoraram de 3 a 4 meses para atingir o peso ideal para a comercialização.



dificuldades enfrentadas, e ao mesmo tempo foi uma experiência boa, pelo fato do projeto de criação de ter sido implementado como um recurso não reembolsável.

### **2.1.2 PRÁTICAS PRODUTIVAS EM ESTABELECIMENTO COM BASE DE RECURSO MATERIAL COM MÉDIA DIVERSIDADE E RENDA CENTRADA NO EXTRATIVISMO DO AÇAÍ, PEIXE E CAMARÃO**

A família representativa deste tipo era constituída por 4 membros em 2012, ano da execução do projeto. O tamanho da área é de 13 hectares (ha) com a presença somente de área de várzea. O recurso financeiro responsável pela manutenção da família se origina do subsistema extrativista representado pelo açaí, peixe e camarão. Essa estrutura interna implica na oscilação da renda ao longo do ano, atingindo baixos valores na entressafra do açaí. No caso do período do defeso, a situação financeira diverge desta realidade, já que a família possui acesso ao seguro-defeso<sup>5</sup>. Essa organização interna possibilita a reprodução social da família ao longo dos anos.

A representante desta família do tipo II acessou o projeto de forma diferenciada, em “sistema de parceria” com a esposa do cunhado. Esse sistema previa cada uma acessar um projeto diferente e ambas compartilharem os benefícios obtidos. A família do tipo II acessou o projeto de criação de frango, enquanto que a outra acessou o projeto de matapi. Assim, quando uma capturava camarão compartilhava<sup>6</sup> com a outra e ao terminar o ciclo dos frangos, as aves foram divididas entre as duas famílias parceiras.

Ao acessar o projeto de criação de frango de granja, a família construiu a instalação para a recepção das aves, a partir dos recursos disponíveis no estabelecimento. Foram acessados 40 frangos criados de forma intensiva (*presos*) próximo a residência da família. Segundo a entrevistada:

Foi assim, foi de duas vezes que nós pegamos esse frango. A primeira nós cuidamos aí nós dividimos o pinteiro. Aí quando já estavam maiores a gente trocava aquela maravalha. Tinha que ter esse cuidado para eles não ficarem sujos das fezes deles. A gente trocava tudinho, ia pegar lá na cidade, vinha e trocava. Ficava todo tempo limpinho, aí a gente também trocava a água e colocava a vitamina. Umas 3 ou 4 vezes por aí, a gente colocava água. Eles comem muito, de vez em quando tem que ir lá colocar água pra eles (M. P., Ilha do Capim, 2017).

Isso revela o cuidado necessário exigido pela atividade de criação inserida no estabelecimento. Mostra também a característica de externalização (orientação externa) das práticas de manejo. Esse fenômeno fica evidente pelo uso de vitamina, a necessidade de maravalha e pelos fornecimentos de água e ração.

A alimentação fornecida às aves foi de acordo com proposta pelo projeto, seguindo as fases de crescimento, como menciona a entrevistada “era dada a inicial e a engorda, não podia dar outra coisa” (M. P., Ilha do Capim, 2017). As operações de manejo não interferiram nas demais atividades já realizadas no estabelecimento, de modo que quando o principal membro responsável pelo manejo das aves possuía necessidade de sair da casa, sua filha ficava responsável por assumir a função.

A criação de frango era realizada de forma completamente isolada de outros subsistemas, visto que não havia interações entre eles por trocas de matéria e energia. A figura

<sup>5</sup> Seguro-defeso ou seguro-desemprego do pescador artesanal (SDPA) é “uma assistência financeira temporária concedida aos pescadores profissionais artesanais que, durante o período de defeso, são obrigados a paralisar a sua atividade para preservação da espécie” (INSS, 2017).

<sup>6</sup> Cabe mencionar que este sistema permaneceu até o término do projeto, após esse período, as famílias passaram a desenvolver suas atividades de forma individual.

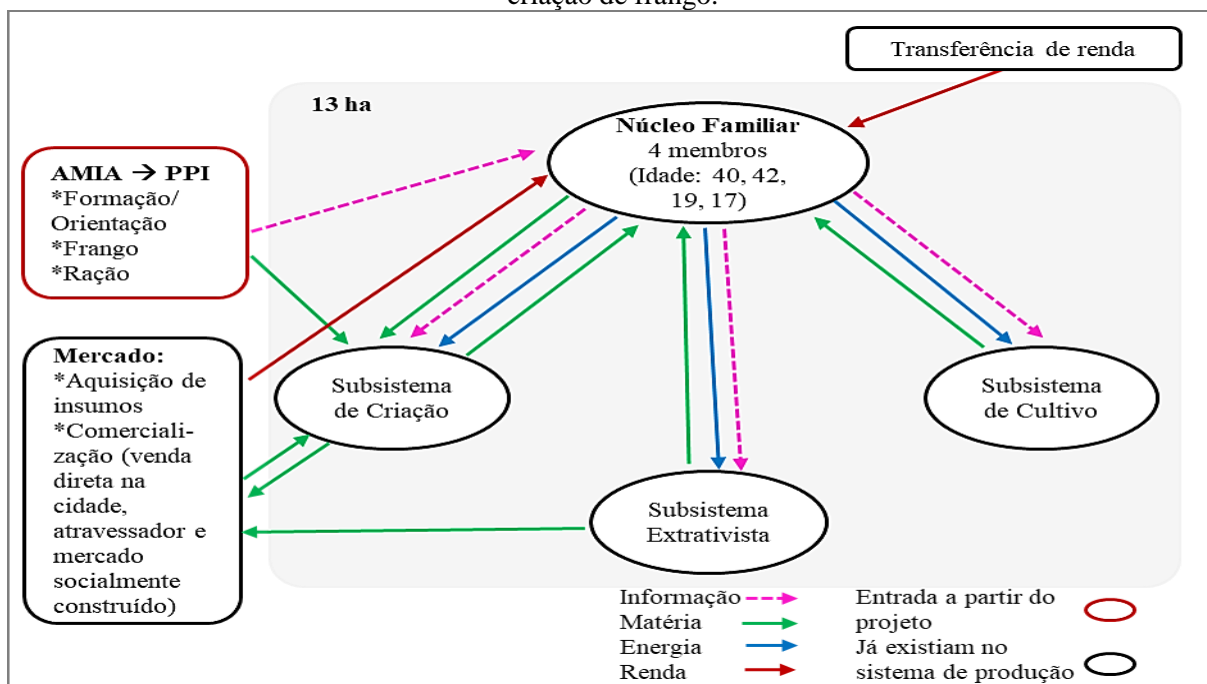
2 deixa essa realidade evidente e mostra também a elevada dependência da instituição externa (AMIA) que promovia a incorporação dos recursos (frango e ração) para iniciar a criação e das informações baseadas em repertórios técnicos padronizados. Portanto, as práticas de manejo eram realizadas de forma distanciada da endogeneidade do estabelecimento, característica fundamental da lógica de produção agroextrativista.

Não houve problema durante a criação, mesmo não deixando luzes no ambiente à noite. A família, por não possuir energia elétrica, optou pelo não fornecimento da luz noturna à criação. Como relata a entrevistada: “De tardinha deixava bem comida lá pra eles e a água tudinho, daí só de manhã” (M. P., Ilha do Capim, 2017). A família possuía motor de luz que funciona a óleo diesel. Porém, não colocava luz no galinheiro para evitar custo com combustível.

No final do ciclo produtivo, as aves atingiram em média 3kg. Neste momento encontraram dificuldades de escoar a produção. Por isso, a comercialização foi realizada durante uma semana, através de mercados socialmente construídos (venda para vizinhos e por meio de jogo). Isso foi realizado através da construção de um campo de futebol e da organização de um campeonato para a venda dos frangos. Para a realização dos jogos era cobrado uma taxa de inscrição de cada time e o prêmio para os vencedores eram os frangos de granja.

A criação não avançou para outros ciclos que pudessem ser mantidos por conta própria, como prevista pelo projeto. Isso ocorreu devido à dificuldade de manter a criação a partir dos recursos gerados pela própria criação, pois a dependência completa de insumos externos dificultou a elevação das margens de renda. Além disso, a retomada da criação ficou mais difícil devido à doença que acometeu um dos filhos. Este último fator fez com que os recursos obtidos através da criação fossem utilizados pela família para a compra de remédios e para a realização de consultas médicas.

**Figura 2** - Modelização do funcionamento do estabelecimento (tipo II) a partir da introdução da criação de frango.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Verifica-se também outros aspectos, como a proximidade de casas vizinhas. A entrevistada menciona que, antes da introdução da criação de frango de granja: “eu criava

galinhas mesmo. Eu parei de criar pato e galinha, porque meus patos só dormiam na casa dos outros” (M. P., Ilha do Capim, 2017). Essa situação gerava constrangimentos com os vizinhos e implicou na eliminação do subsistema de criação animal. A família diz que criaria de novo se o projeto fosse novamente implantado na modalidade não reembolsável. Isso mostra que o principal fator que faz com que esta família acesse os projetos é o fornecimento gratuito dos recursos necessários à criação, sem os quais não é possível mantê-los no sistema de produção.

### 2.1.3 PRÁTICAS PRODUTIVAS EM ESTABELECIMENTO COM BASE DE RECURSO MATERIAL COM ALTA DIVERSIDADE E MÚLTIPLAS FONTES DE RENDA

A família representativa deste tipo possuía 2 membros no ano de 2012. O tamanho total da propriedade é de aproximadamente 182,4 ha com a presença de áreas de várzea e terra firme, localizada na Ilha do Xingu. Os recursos financeiros responsáveis pela manutenção da família são provenientes de aposentadoria, serviço público, extrativismo, cultivos e criações. Essa organização interna implica na diversidade produtiva e nas múltiplas fontes de renda que garantem a reprodução social da família agroextrativista.

Ao acessar o projeto, a família construiu uma instalação para a recepção das aves, conforme orientado pelo projeto. Para a construção utilizaram recursos locais como a palha, a madeira e o barro. A família obteve acesso a 40 frangos que foram criados de forma intensiva (*preso*) no aviário. Segundo o entrevistado:

Foi uma iniciativa muito boa, eu gostei. Porque graças a Deus eles me deram apoio para criar e de lá pra cá eu já não parei mais. Porque a gente se enrasca aqui...Nós aqui, quando acaba, a gente sente muito, porque quando falha a bóia [alimentação] a gente vai lá, quebra o pescoço dele, aí já safa a bóia, né (F. B., Ilha Xingu, 2017).

Isso revela que, a atividade inserida foi incorporada permanentemente pelo centro de decisão no seu sistema de produção. As práticas de manejo não interferiram nas demais atividades já realizadas no estabelecimento, já que o principal membro responsável pelo manejo das aves era a esposa que trabalha no próprio estabelecimento. Conforme menciona o entrevistado:

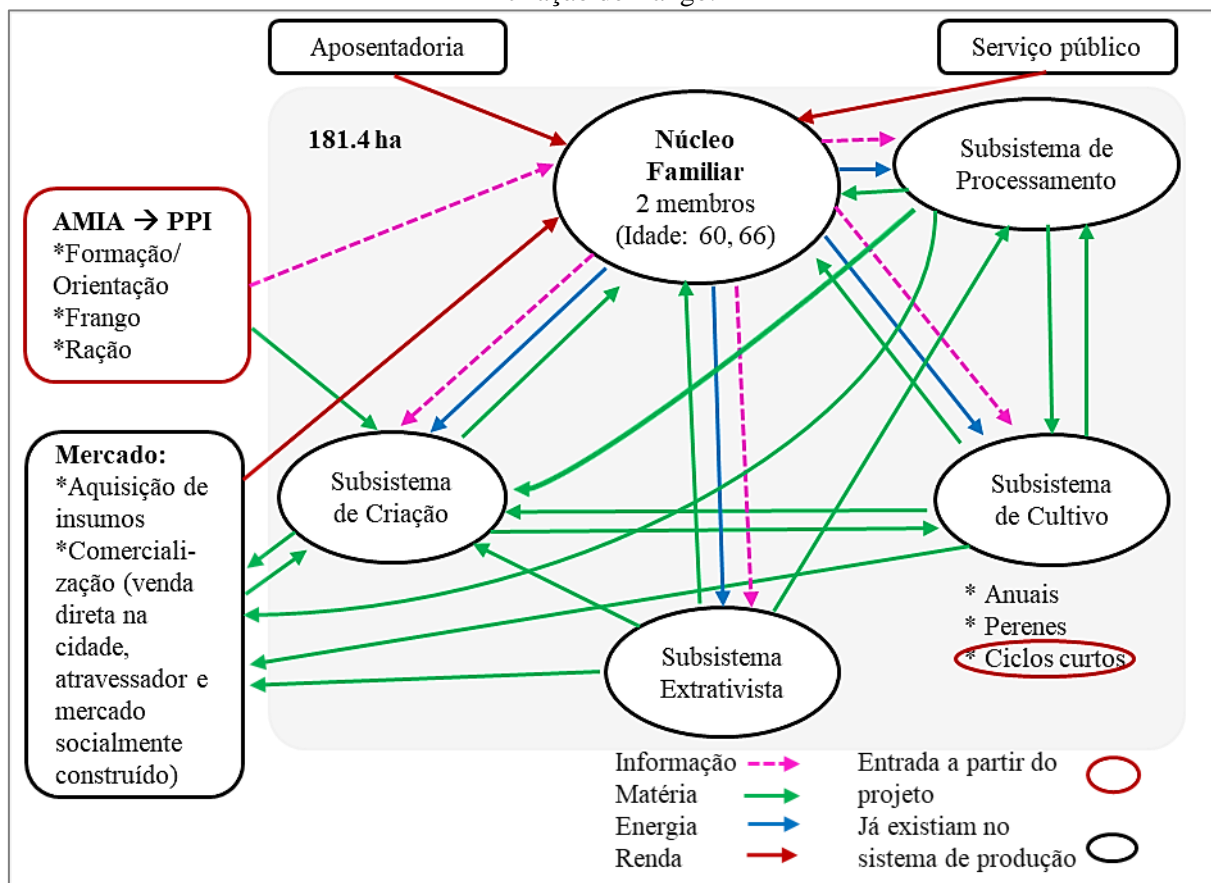
De manhã cedo é só tomar café, aí eu tenho uns baldes que eu dou [alimentação] para os outros bichos [animais do subsistema de criação], eu misturo farelo com milho, faço um mingau e vou repartindo para os outros. O [frango] da granja eu vou pra lá, lavo as vasilhas tudinho deles, boto água, abasteço a comida e coloco a vitamina. A gente usa vitamina para os frangos da granja. A *vitagold* é muito boa (F. B., Ilha Xingu, 2017).

Diante disso, verifica-se que após a inserção da criação de frango no subsistema de criação, o manejo das diferentes espécies de aves passou a ocorrer de forma distinta: o frango de granja é criado com base em orientações externas pré-estabelecidas e as demais criações são criadas soltas com alimentações não balanceada. O fluxograma (Figura 3) a seguir demonstra de forma sintética o funcionamento do sistema família-estabelecimento.

Não houve problemas sanitários na condução das aves mencionadas pela família. Segundo eles, a principal dificuldade para a criação de frango de granja é o elevado custo com insumos. Como afirma o entrevistado “o problema mais é o preço da ração que aperreia [limita a renda] aí, mas tem que comprar” (F. B., Ilha Xingu, 2017). Esse relato demonstra a dependência de insumos externos estabelecida no sistema produtivo através da inserção da criação. Na tentativa de superar estas limitações a família forneceu às aves uma alimentação diferenciada daquela proposta pelo projeto, já que além da ração, utilizou o milho quebrado. O entrevistado explicou que: “eu misturo com o milho quebrado aí fica uma galinha mais

gostosa que essa da cidade, o milho quebrado dar muito sabor na galinha, aí eu associo com a ração de engorda” (F. B., Ilha Xingu, 2017). Isso mostra que a prática foi realizada em função de duas questões principais, a redução do custo de produção (já que o milho quebrado apresenta menor custo no mercado) e a palatabilidade da carne do frango, segundo a avaliação da família.

**Figura 3-** Modelização do funcionamento do estabelecimento (tipo III) a partir da introdução da criação de frango.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Além da dependência de recursos externos como a ração, o enfoque programático (PETERSEN, 2011) orientador das práticas de manejo de frango de granja também representa uma dificuldade. Isso pode ser observado pelo uso da luz como prática no subsistema de criação. A família não possui acesso permanente a luz, pois a iluminação é feita com uso de um “conjugado” (motor a diesel acoplado em um gerador de luz) ligado apenas em horários específicos, das 18h às 22h. Deste modo, a família optou por manter a iluminação do aviário somente até as 22h. A opção pelo horário garantiu o aumento no regime de luz e evitou a geração de um custo adicional na criação das aves.

A criação foi incorporada de forma permanente nos sistemas produtivos da família do tipo III. Quando questionado quantos lotes já retirou, o entrevistado menciona:

Olha, eu não sei de cabeça. Criei uns quantos. De lá pra cá não falhou. Só falhou agora quando nós estávamos construindo a casa [reformando o aviário]. Nós paramos porque a palha caiu tudo e a manga caiu em cima e furou tudinho. E assim mesmo, debaixo da chuva, no inverno ainda tirei uma remessa [lote], mas fica muito feio, atola, ficou muito ruim, molhou muito os pintos. Aí eu parei para reformar (F. B., Ilha Xingu, 2017).

A experiência permanece desde o ano de 2012 e tornou-se um componente fundamental para a família a partir de ajustes nas práticas de manejo. Devido a intenção da família em permanecer com a atividade, a instalação foi reformada com materiais exógenos ao estabelecimento para aumentar a durabilidade do galinheiro.

Após a implementação da criação de frango pela AMIA, a família passou a utilizar as aves para consumo, comercialização e produção de insumos para o cultivo, principalmente de hortaliças. Este último fator representa um dos principais motivos pelo qual a família procura garantir a permanência da criação. A produção de hortaliças exige a necessidade de adubo que não está disponível em outros subsistemas do estabelecimento. Por isso, não é possível manter a produção de hortaliças sem a criação de frangos, já que estes produzem cama de aviário que é utilizado na adubação das hortaliças e dos demais cultivos. Desta forma, a criação de frango de granja permitiu o aumento da densidade conectiva dos subsistemas do estabelecimento, provocando a criação de sinergias (PETERSEN, *et al.*, 2017), favoráveis à melhoria da renda.

A família avançou nas práticas de criação a partir da incorporação do escalonamento da produção de acordo com a demanda local de frangos. Atualmente eles possuem um galinheiro dividido em quatro áreas e inserem 25 frangos a cada 15 dias em uma destas áreas, logo após a retirada do lote anterior. A redução da quantidade total de frangos criados e o escalonamento foi realizado para evitar custos elevados na produção e garantir a regularidade na oferta de aves em condições de abate de acordo com a procura de frangos por moradores da própria localidade. Como afirma o entrevistado:

Vai ficar de 25 em 25 [frangos] para não falhar mais. Se crescer só de uma vez tem que vender logo, senão vender dá prejuízo. Aí vendendo logo os que estão maiores, os menores vão ficando e aí não vai dar prejuízo. Já é uma ideia nossa, né” (F. B., Ilha Xingu, 2017).

Como a comercialização é realizada localmente, não há demanda suficiente para um número elevado de aves diariamente. A venda após os 45 dias de criação ocasiona perdas significativas na renda, o que justifica a estratégia de reorganização da condução para atingir a venda de acordo com a demanda local.

Mesmo com a dependência de ração e de vitaminas que a criação de frango de granja exige, o responsável pela criação afirma: “eu não parei mais de criar e até sinto falta quando falha” (F. B., Ilha Xingu, 2017). Isso mostra que a criação passou a ser incorporada como uma estratégia de melhoria do funcionamento do estabelecimento. A dependência de insumos é uma preocupação permanente, motivo pelo qual os agricultores procuram sempre criar práticas de redução no uso de recursos externos. A criação de sinergias pelo aumento da densidade conectiva é uma prática central no subsistema de produção animal. Este fator vem sendo gradativamente aprimorado para criar novas sinergias no sistema de produção. Ao final do ciclo produtivo, aproximando aos 45 dias, os frangos chegaram a atingir 4 kg. A partir de suas estratégias de criação e de comercialização, a família tem conseguido vender toda sua produção localmente.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que os agroextrativistas possuem diversidade de práticas produtivas. Essa constatação difere da compreensão dominante que entende estes atores como homogêneos. Os agricultores possuem criatividade na elaboração e implementação de suas práticas. Nem sempre os projetos de desenvolvimento pensados para melhoria das condições de vida dos agroextrativistas considera essa realidade.

O projeto de criação de frango de granja apoiou-se em um modelo agroindustrial orientado por padronizações que desconsideram a diversidade das práticas produtivas locais.



A consequência disso foi a dificuldade de manter as criações por muito tempo, implicando no abandono destas pela maioria das famílias. A única família que conseguiu manter a criação de frango realizou um conjunto de modificações na criação padronizada, ajustando-as às especificidades de suas práticas produtivas. Isso mostra que os agricultores não são passivos, visto que recriam as atividades produtivas inseridas através de projetos e ajustam às suas formas específicas de organização e funcionamento. Nesse sentido, verifica-se a necessidade de, ao propor intervenções para realidades agroextrativistas, que seja considerada a diversidade de estratégias que permeiam as práticas produtivas das famílias, de modo que, as instituições (públicas, privadas, ONGs, organizações locais, etc.) desenvolvam projetos de desenvolvimento que sejam coerentes com as particularidades dos sistemas família-estabelecimento.

## REFERÊNCIAS

- BROSSIER, J. Système et système de production: note sur ces concepts. **Cahiers des Sciences Humaines**, Paris, v. 23, n. 3-4, p. 377-390, 1987. Disponível em: <https://www.documentation.ird.fr/hor/fdi:24935#>. Acesso em: 29 de ago. 2020.
- CARVALHO, J. P. L.; SILVA, L. M. S. Lógicas agroextrativistas em contexto de mudanças socioeconômicas no Arquipélago do Marajó (Pará), Amazônia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/15760/10865>. Acesso em: 29 de ago. 2020.
- CRUZ, M. J. M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.
- FALESI, I. C.; SILVA, B. N. R. da; **Ecosistemas de Várzeas da Região do Baixo Amazonas**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999.
- FELIZARDO, A. O.; ROCHA, C. G. S. As iniciativas de desenvolvimento em comunidades agroextrativistas na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6341/5712>. Acesso em: 29 de ago. 2020.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GARCIA FILHO, D. P. **Guia Metodológico Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**. Brasília: INCRA/FAO, 1999.
- GARCIA JÚNIOR, A. R.; HEREDIA, B. A. de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2; Estratégias de reprodução social. Godoi, Emilia Pietrafesa de; Menezes, Marilda Aparecida de; Marin, Rosa Acevedo (orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- GODOI, E. P. DE; MENEZES, M. A. DE; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2; Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HURTIENNE, T. **A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. Especial. p. 442 - 466, dez. de 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/47/42>. Acesso em: 29 de ago. 2020.

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. **Seguro-desemprego do pescador artesanal.** Disponível em: <https://www.inss.gov.br/beneficios/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/>. Acesso em: 29 de ago. de 2020.

LANDAIS E.; DEFFONTAINES, J. P. Les pratiques des agriculteurs. Point de vue sur un courant nouveau de la recherche agronomique. **Études rurales.** Fait partie d'un numéro thématique :Pays. Année, 1988. Volume 109. Numéro 1. p. 125-158. Disponível em : [https://www.persee.fr/doc/rural\\_0014-2182\\_1988\\_num\\_109\\_1\\_3226](https://www.persee.fr/doc/rural_0014-2182_1988_num_109_1_3226). Acesso em : 29 de ago. 2020.

LANDAIS, E.; LHOSTE, P.; MILLEVILLE, P. Points de vue sur la zootechnie et sur les systèmes d'élevage tropicaux. **Cahiers des Sciences Humaines**, Paris, ORSTOM, v. 23, n. 3-4, p. 421-437, 1987.

LONG, N. E.; PLOEG, J. D. V. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. *In: Os atores do desenvolvimento rural, perspectivas teóricas e práticas sociais.* UFRGS, 2011. p. 21-48.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAZOYER M. **Rapport de synthèse du Comité Systèmes Agraires. Dot. provisoire.** Ministère de la Recherche, 1985.

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PETERSEN, P. **Metamorfosis Agroecológica: Un ensayo sobre Agroecología Política.** Maestría en Agroecología: un enfoque para la sustentabilidad rural. 2011. Dissertação (Mestrado em Agroecología un enfoque para la sustentabilidad rural) – Universidad Internacional de Andalucía, 2011.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato.** Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PETERSEN, P; SILVEIRA, L. M da; FERNANDES, G. B; ALMEIDA, S. G de. **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas.** Articulação nacional de agroecologia (Brasil).– 1. Ed. - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PINHEIRO, S. L. G. O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Emater, Porto Alegre, v.1, n.2,

abr./jun. 2000, págs. 27-37. Disponível em:  
[http://www.geocities.ws/grupopeap/artigos/Pinheiro\\_2000\\_ADS.pdf](http://www.geocities.ws/grupopeap/artigos/Pinheiro_2000_ADS.pdf). Acesso em: 29 de ago.  
de 2020.

PLOEG, J. D. V.D. **Camponeses e impérios agroalimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RAYNAUT, C. **O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Editora UFPR, n. 1, p.81-104, 1994.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro: uma introdução a agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Trad. John Cunha Comerford. 2. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA: Leusden Holanda: ILEIA, 1999.



## REVISÃO CRÍTICA SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA: 1960- 1980

Marcos Rogério Pinto<sup>1</sup>  
Claiton Márcio Da Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo procura analisar as concepções do processo fundiário no oeste do estado de Santa Catarina. Diante do projeto de modernização institucionalizado, houve uma caracterização dos espaços e propriedades rurais, buscando não só apenas solucionar a tensão social local, bem como efetivar uma pré-condição ao seu desenvolvimento, estabelecendo uma organização social do Estado nas linhas de fronteira. O Processo de expansão e modernização concentrado na questão fundiária, acarretou em um impacto ambiental, e aprofundamento da deterioração da agricultura nos modelos familiares, intensificando as concepções e práticas de cultivos novos propostos por um modelo caracterizado em uma representação socioeconômica distinta no capital transnacional. Procuo fazer uma revisão crítica literária dos elementos históricos constitutivos desse processo para fundamental compreensão de conflitos sociais e ambientais que se estenderam na formação da fronteira da região sul do oeste de Santa Catarina.

**Palavras-chave:** Regularização Fundiária. Modernização. Tensão Social. Produção agrícola. Faixa de Fronteira.

### ABSTRACT

The present study seeks to analyze the conceptions of the land process in the west of the state of Santa Catarina. Faced with the institutionalized modernization project, there was a characterization of rural spaces and properties, seeking not only to solve the local social tension, but also to make a precondition for its development, establishing a social organization of the State on the frontier lines. The expansion and modernization process focused on the land issue, resulted in an environmental impact, and deepening the deterioration of agriculture in family models, intensifying the conceptions and practices of new crops proposed by a model characterized in a distinct socioeconomic representation in transnational capital. I try to make a critical literary review of the historical elements that make up this process for a fundamental understanding of social and environmental conflicts that extended in the formation of the border of the southern region of western Santa Catarina

**Key words:** Land Tenure Regulation. Modernization. Social Tension. Agricultural Production. Border Band.

**Data de submissão:** 14. 09. 2020

**Data de aprovação:** 20. 10. 2020

### INTRODUÇÃO

O presente estudo procura analisar as concepções do processo fundiário no oeste do estado de Santa Catarina. Diante do projeto de modernização institucionalizado, houve uma caracterização dos espaços e propriedades rurais, buscando não só apenas solucionar a tensão

---

<sup>1</sup> Graduação em História (2016), Mestrando em Ciência e Tecnologia Ambiental (2020), Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS/Campus Erechim/Rs. E-mail: marcosrogeriop@gmail.com

<sup>2</sup> Graduação em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (1999), Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e Doutorado em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz, 2009), com estágio de doutorado (sanduíche) na University of Guelph, Ontário, Canadá, Pós-Doutorado em Science, Technology and Society (STS) no Massachusetts Institute of Technology (MIT) Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS/Campus Chapecó/SC. E-mail: claiton@uffs.edu.br

social local, bem como efetivar uma pré-condição ao seu desenvolvimento, estabelecendo uma organização social do Estado nas linhas de fronteira. O Processo de expansão e modernização concentrado na questão fundiária, acarretou em um impacto ambiental, e aprofundamento da deterioração da agricultura nos modelos familiares, intensificando as concepções e práticas de cultivos novos propostos por um modelo caracterizado em uma representação socioeconômica distinta no capital transnacional. Procuo fazer uma revisão crítica literária dos elementos históricos constitutivos desse processo para fundamental compreensão de conflitos sociais e ambientais que se estenderam na formação da fronteira da região oeste no sul de Santa Catarina.

Das razões que procuro nesse trabalho reunir uma revisão crítica de outros específicos estudos realizados até então sobre os processos de colonização da região oeste catarinense entre no espaço dos anos de 1960 e 1980, onde parto de dois princípios: Uma tentativa de levantar um esboço de um quadro de linhas de pesquisa associadas a esse tema historiográfico, onde poderemos viabilizar nessa tarefa um índice de apontamentos nas pesquisas mais atualizadas produzidas por esses pesquisadores. E num segundo momento, busco revisar nessas pesquisas, onde apontam especificamente para o processo de formação e transformação do modo de vida para sustentar um modelo econômico baseado na produção agroindustrial, onde a mudança da paisagem, os novos commodities, e em conclusão, as alterações no cenário, economicamente e socialmente, são colocadas entre o espaço de tempo proposto.

A questão agrária no Brasil suscitou estudos clássicos nas áreas de história, ciências sociais, bem como em estudos ligados às ciências agrárias, notadamente os estudos voltados ao desenvolvimento. No decurso do século XX, autores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães, criticaram a herança do latifúndio na formação da sociedade brasileira e buscaram entender formas no que tange as relações econômicas e de organização de trabalho. Após a guerra, os estudos agrários se firmaram a partir de uma perspectiva crítica à injusta concentração de terras nas mãos de um pequeno número de latifúndios, cada vez mais pautados em estudos críticos sobre o avanço das fronteiras agrícolas, a violência nos campos, entre relações sociais e a repressão política.

[...] entendemos que o empreendimento colonizador iniciado na década de 1930, objetivando a integração da região ao estado e à nação disputou e se consolidou frente à tradição política característica da primeira república – coronéis, fazendeiros locais, patrimonialismo, e aos grupos sociais hoje chamados de tradicionais – populações indígenas e caboclas. Tal consolidação ficou evidenciada no controle social exercido pela atuação do estado em aliança com a igreja e as companhias colonizadoras [...] (SILVA, 2017, p. 32).

A estrutura agrária de um país, bem como uma relação de distribuição organizacional política e equidosa, pressupõe passar por uma intervenção intrínseca do Estado, buscando entre mudanças naturais e impostas economicamente e socialmente proporcionar corrigir e adequar a ocupação dos indivíduos nesses espaços.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O Brasil tem em seu histórico uma continuidade de conflitos e desdobramentos ligados ao ambiente rural e concentrado principalmente na questão de posse. Diante desse tema, vários autores proporcionaram estudos em questões de problemas ambientais, territórios de ocupação indígenas e quilombolas, disputas de movimentos sociais e grandes proprietários. Os conflitos entre as organizações camponesas, as lideranças da Igreja católica, e partidos políticos foram visitados pelo trabalho do autor José de Souza Martins (MARTINS, 1981), onde esse busca uma compreensão das disputas desses grupos no conceito da reforma agrária.

Os autores Carlos Teixeira Silva e Maria Yedda Linhares (TEIXEIRA, LINHARES 1981), publicaram trabalhos quanto aos debates políticos econômicos e agrários e o processo de industrialização, estabelecendo a relação com os clássicos de Caio Prado Junior e Alberto Passos Guimarães. E por fim, a preocupação do tema também foi resgatada mais adiante nos trabalhos de Angela Kageyama (KAGEYAMA, 1993), onde essa ressalta as abordagens dos clássicos quanto aos aspectos sociais da vida dessas populações que “vivem do campo”.

O problema dissimulado quanto a questão agrária ratifica o estudo aprofundado de discussões que permeiam nossa sociedade suscetivelmente anos após anos, seguidos de impasses. No recorte histórico final, procuro tomar como referência os autores com trabalhos atuais que debruçaram sobre essas fontes, contextualizando para este a questão agrária no Oeste Catarinense.

Nos trabalhos apresentados em História da Fronteira Sul, elaborados com propósito de percorrer um campo da historiografia regional evidenciando acerca de fontes históricas em muito ignoradas sobre a colonização da região oeste<sup>3</sup>, aponta-nos a compreender as representações que foram produzidas no processo histórico da colonização. O livro nos traz uma coletânea com 16 textos onde os conceitos políticos, geográficos, culturais e a memória desses ambientes são transformados e disputados pelos agentes desse registro histórico, como mencionado em:

A história da região pode ser entendida como um caso de guerra de histórias, e o resultado dessa disputa influencia diretamente na interpretação sobre a formação social do território e, também, pode ter implicações na elaboração nas políticas públicas para a região (ZARTH, 2015, p.11).

A temática desses estudos apresentava uma carência de registros mais aprofundados onde os pesquisadores abordaram paulatinamente conceitos ignorados nos registros de fontes despercebidas nessa disputa histórica, atribuindo uma complexidade nas construções do que se determina uma região Fronteira Sul, onde delimita-se o Oeste Catarinense.

Cada texto em seus capítulos atenta nos ressignificados na história, trabalhando de forma completa um estudo multidisciplinar, diante da região, “As fronteiras e os países não estiveram sempre onde estão, bem como não existiram sempre. Ambos não são mais que construções da história humana, resultado e expressão de processos sociais. (HEINSFELD, 2015, p.30)”

O aspecto possivelmente com maior enredamento na formação posterior a colonização, tem apontado nos textos como a ação das empresas colonizadoras, que modificaram totalmente as relações de ocupação do homem e o meio ambiente em todos aspectos. Com vemos em:

Temos a modernização da agropecuária nas décadas de 1960-1980, que intensificou radicalmente os processos mais antigos de intervenção sobre o ambiente como a pecuária e a indústria madeireira e criou novos tipos de problemas ambientais, como a poluição por agroquímicos (SILVA, C. BRANDT, M. CARVALHO, M, p. 27).

Os autores também atentam para esse cenário de mudanças principalmente após os anos de 1950/60 como se segue:

...contexto de industrialização, é cada vez mais evidente a necessidade de sincronia entre campo e cidade, intensificando a produção agrícola através de técnicas e tecnologias consideradas modernas e, por consequência, liberando a mão de obra

---

<sup>1</sup> Ainda que seja inadequado falar em identidade regional no singular, pois a população da região participa de ambientes culturais bastante distintos, é possível perceber algumas características comuns no processo de formação do espaço da Mesoregião Grande Fronteira do Mercosul. ZARTH, Paulo A.

excedente para as atividades urbano-industriais. O processo iniciado na década de 1950 alcança um grau de complexidade já na década de 1970, momento em que a região Oeste passa a ser considerada o “celeiro catarinense”. (SILVA, C. BRANDT, M. CARVALHO, M, p. 272/288).

Nos registros históricos regionais se fazem presente muitas vezes uma retratação de uma colonização de progresso, de um momento divisor de uma fundação da estrutura da região como apresenta-nos:

A história dos municípios originados do processo de colonização produziram a ideia de que tudo começou com a fundação das colônias, numa espécie de mito fundador. As histórias locais, geralmente, se dividem entre antes e depois da colonização. Ainda que os povos indígenas e caboclos sejam mencionados, a fundação das colônias sempre aparece como ponto de inflexão na história e associada à ideologia do progresso e do pioneirismo. (ZARTH, 2015. p. 14).

A pesquisa apresentada nas linhas de História da Fronteira Sul nos faz observar com clareza as demarcações que são apontadas nos registros históricos ignorados, muitas vezes por detrimento das disputas de uma memória empurrada por uma cultura de progresso, indígenas e caboclos são ocultados nos registros para uma determinada cultura histórica dominante.

De certa forma, a preocupação com a questão agrária no Oeste de Santa Catarina surgiu nos anos 1980, mais especificamente no contexto da redemocratização. Desta forma, tenho por objetivo revisar criticamente a bibliografia sobre a questão agrária nacional e local, como forma de disponibilizar um “ponto de partida” crítico para as discussões subsequentes. Busco um diálogo que venha nos trazer a possibilidade de uma pesquisa voltada para interdisciplinaridade entre variadas áreas das ciências ambientais e humanas, em uma reunião das principais discussões, e fatores epistemológicos presentes nessas produções mais atuais, historicizando esses questionamentos na estrutura agrária da região oeste de Santa Catarina.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 UM OLHAR DOS CLÁSSICOS E OS CONFLITOS QUANTO A QUESTÃO AGRÁRIA

Caio Prado Junior, intelectual brasileiro que propôs e consolidou seu pensamento nos processos de conhecimento da realidade brasileira, distinguindo-se dos seus contemporâneos marxistas. Buscou no materialismo histórico além dos conhecimentos adquiridos em sua formação em Geografia e Filosofia pela USP, uma metodologia não-dogmática, conferindo-lhe uma visão crítica e uma ferramenta de concepções sobre dominância até então pouco consolidadas em outras obras brasileiras. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro, exercendo crítica em toda sua trajetória política e intelectual direta por meio de produção de seus trabalhos.

A questão agrária para Caio Prado Júnior seguia uma concepção tal, como podemos ver onde esse afirma que não se trata de uma escolha de transição entre a Colônia e a Nação, mas, uma complexa relação dos momentos da evolução histórica brasileira, que o mesmo identifica como período “decisivo”, por se constituir, ao mesmo tempo, “uma síntese” dos três séculos de colonização e a “chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje” (PRADO JÚNIOR, 1972, p.9), como aponta no seguinte:

Completam-se assim os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil Colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três



elementos se conjugam num sistema típico, a “grande exploração rural”, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos, é isto que constitui a célula da economia brasileira (PRADO JR. 1976, p.122-123).

Predomina na análise de deus trabalhos uma visão de que o Brasil partia de uma herança de uma forma de feudalismo que transcendia o presente até então, que o curso de desenvolvimento da sociedade brasileira herdara resquícios enraizados nos modos perante a economia e cultura. Em sua obra *A questão Agrária no Brasil*, sua perspectiva analítica atribui a uma matriz europeia que exerce uma autoridade na orientação política e social na realidade brasileira, como segue:

Essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, não logrou superar inteiramente esse passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta (PRADOR JR, 1979, p. 49).

Para o autor, as práticas das funções do brasileiro no campo remetiam a um aspecto do passado, onde buscava em seus estudos afirmar que o período colonial ainda havia de estar sendo superado em processos e métodos desde a mão de obra a forma de concentração da propriedade de terra. A perspectiva de Caio Prado Junior trás para seus estudos um enquadramento de todo um processo que se estende desde a colonização, em uma constatação quase de passividade na contribuição dos sujeitos e suas complexidades na formação da sociedade agraria brasileira, submetendo o contexto rural ao urbano no processo de avanço dos anos.

Ao autor Alberto Passos Guimarães, foi um intelectual que em seus trabalhos *Quatro Séculos de Latifúndio* (1963), e *A crise agrária* (1978) incide nas questões aqui estudadas. Natural de Alagoas, intelectual que partilhou das reflexões quanto a relação da ocupação do homem do campo, e as diretrizes que se estabeleciam dessa entre o Estado, recorria aos desenvolvimentos de pensamentos teóricos na reforma agrária e sua ligação de características com o feudalismo, entre essas projeta:

Durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal e seu semelhante, o sistema escravista de plantação, lançaram mão dos mais variados meios a seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam a ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando aqui e ali fizeram, longe do núcleo principal das plantações e a seu derredor, eram, mais cedo ou mais tarde, expulsas coma dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes senhores (GUIMARÃES, 2009, p. 45).

Para o ensaísta Alberto P. Guimarães, observamos em vários momentos de suas reflexões uma aproximação ao conceito de feudalidade-prussiano, vindo de Lênin, objeto de estudo e pesquisa na obra do autor. No trabalho quanto a *Revolução Agrária* de Raimundo Santos quanto a Alberto P. Guimarães onde podemos ter esses pontos trabalhados:

[...] já tínhamos registrado a presença da hipótese prussiana em outros intelectuais da geração de Ivan Ribeiro que, como este, buscam conferir alcance estratégico à política de resistência democrática ao regime de 1964. Eles tentam assentar esta valorização da democracia representativa em uma nova visão da nossa modernização (ver, por exemplo, Konder, 1980; Vianna, 1976, especialmente 1981). Quanto ao conceito de feudalismo, então observávamos que o seu uso tinha em Sodré e em Passos Guimarães um sentido instrumental. Em tal acepção – de

“residualidade feudalista” contemporânea –, esta noção segundo a fórmula leniniana também adquire relevância no comunismo brasileiro. (SANTOS, 2008, p. 34).

Os autores que buscavam nesses conceitos um sentido em compreender todo contexto do mundo agrário. Defrontavam com “ver outras dimensões na imagem de Brasil que possuíam (SANTOS, p. 35). Alberto P. Guimarães, identificava no processo de modernização, uma possibilidade de revelar o uma política conservadora, sugerindo um reformismo democrático de frente única permanente, direção à qual os comunistas já vinham caminhando. (SANTOS, p. 35).

O pensamento do autor se perpassa principalmente na preposição de que o passado colonial exercia relação com a estrutura fundiária. Suas reflexões procuravam e propagavam uma ruptura, como vemos em:

Suas ideias sobre o “período intermediário” e a sucessão das etapas diziam muito do sentido progressivo da nova política: “Assim como no curso da primeira etapa poderá haver fases táticas diversas, como modificações de grau na composição dos governos de caráter nacional e democrático que nos aproximarão do último limite da revolução burguesa, assim também no curso da segunda etapa poderá haver fases táticas diversas e sucessivas nas modificações diversas na composição do governo, à medida que fosse crescendo o peso específico dos operários e seus aliados naturais e particularmente no seio das forças anti-imperialistas e antifeudais. (SANTOS, p. 47).

Essa posição vê-se afirmar muitas vezes na sua postura de militância no campo da política dos Anos 60. O autor foi personalidade que ocupou importante cargo no PCB, envolvendo-se em projetos que delinearam a organização nas atividades do debate político do partido. No que podemos ver propunham os autores até então mencionados, um protagonismo não só, mas principalmente nas questões econômicas, com condicionantes externos, atribuindo a relações de herança feudais a suas teses e reflexões.

No próximo momento pretendo trabalhar outros autores que também referenciam no que diz respeito entre os anos de guerra e pós guerra.

## 2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL EM 1945

Os autores que nesse momento proponho, são os que buscaram um diálogo sobre as questões quanto ao Governo e os Movimentos Sociais que entre os anos Pós-Guerra e o período do Governo Militar, apontaram “ressaltar que até meados do fim dos anos 1970, os estudos voltados à questão agrária no Brasil eram mais restritos à Economia e Sociologia Rural (DAROSSO, p.2)”, apresentaram inúmeros desencontros e disputas políticas, reuniram um registro de informação das transformações que acompanharam o campo e a modernização dos elementos constitutivos da questão agrária.

Por agora pretendo apresentar as ações políticas que autores como José de Souza Martins aponta no regime de propriedade da Terra no Brasil, como cita abaixo:

A propriedade fundiária não se concentra nem se divide sem a mediação do capital. [...] a terra não é, no capitalismo, unicamente um instrumento de produção. Se me limito a ver na chamada estrutura fundiária, na distribuição da terra em propriedades grandes, médias e pequenas, apenas quantidades, mais concentração fundiária, menos concentração, estou vendo o supérfluo, não estou vendo o essencial. Não estou vendo que por trás de diferentes tamanhos de propriedade, de diferentes quantidades, existem situações e relações de qualidades diferentes. A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. A propriedade da terra é uma relação social (MARTINS, 1980, p. 42).

Na concepção de Martins, a interpretação de autores como Caio Prado Jr, diminuiu ou ignorou a existência do campesinato no país. Para ele “a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política”. (MARTINS, 1983, p. 25.). A questão abarca com um problema social, antes de tudo, deflagrado por uma estrutura com diferentes modos na produção e no trabalho para arrecadação nesse capital.

Martins é possivelmente considerado atualmente um dos maiores sociólogos com trabalho voltado a questão rural. Seus trabalhos publicados entre os anos 70, transcorrem sobre compreender os conflitos de apropriação de terras, as disputas envolvidas dos processos de imigrações, e os processos de expansão do capitalismo no campo. Como expõe Marcia Motta:

Naqueles anos, ainda em plena ditadura, muitos autores buscavam entender o rural e as raízes socioeconômicas da pobreza no campo e da concentração fundiária no país. A criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, cuja missão era a de identificar as mazelas rurais sofridas pelos camponeses e lhe fornecer apoio, inclusive jurídico nas demandas contra os latifundiários, contava com o engajamento de muitos intelectuais em ascensão, como José de Souza Martins (MOTTA, 2014, p.158).

Entre seus trabalhos Martins retrata os impasses sociais e políticos que acompanham a questão agrária no Brasil, abordando toda dimensão econômica e social integrando as questões quanto a reforma agrária, mesmo em publicações mais atualmente:

O mesmo se pode dizer da questão agrária. O regime de propriedade foi instituído pela Lei de Terras, de 1850, já como parte da estratégia dos grandes fazendeiros de assegurar o controle político sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Esse regime começou a dar significativos sinais de obsolescência cem anos depois, nos anos cinquenta. Mas, o protesto social organizado, contra ele, só ganhou alguma robustez nos anos oitenta, trinta anos depois do problema se manifestar, quando começara a se intensificar a expulsão de trabalhadores residentes das grandes fazendas e sua substituição por trabalhadores assalariados temporários. (MARTINS, 2001, p. 4).

Outro sociólogo e antropólogo que debruçou sua atenção aos estudos do campo, e os modelos econômicos e suas fronteiras, que em sua obra: *Capitalismo autoritário e campesinato*, Otávio Guilherme Velho, apontou comparativamente os elementos de contraste desse tema, e interpretou suas mudanças orgânicas como podemos observar em:

Nada nos leva a crer que na ausência das revoluções burguesas *strictu sensu* o feudalismo sobreviveria. A centralização já era um fato, assim como a transformação do capital comercial ele próprio em outras formas de capital e o desenvolvimento de manufaturas e indústrias com o apoio do Estado, especialmente em face de necessidades militares. De certa maneira, podemos considerar essas revoluções não como vitórias do capitalismo sobre o feudalismo, mas como a supremacia dum desenvolvimento capitalista burguês sobre outro, mais próximo organicamente do passado, mas que não se esgotava nele. (VELHO, 2009. p.18).

Nessa passagem pode se associar os elementos que o autor vem retratando em seu percurso histórico, sistematizando o processo de transformação dos modelos econômicos dentro da realidade do campo, para buscar aproximar os elementos constitutivos no campesinato, como segue:

Dentro dessas diferentes regiões [...] indivíduos conhecidos por vezes como *caboclos* ou *caipiras* que tentavam reproduzir-se basicamente através de uma agricultura voltada para o autoconsumo, mantendo laços frouxos com o mercado e que, como estereótipo, eram conhecidos por serem preguiçosos e sem ambição,

apenas interessados na mera sobrevivência, sem estarem dispostos a qualquer esforço suplementar. Muitos desses indivíduos na verdade constituíam uma espécie de “exército agrícola de reserva” para a *plantation* em seus momentos de expansão cíclica. Muitos outros, no entanto, nunca foram apanhados pela expansão da economia de *plantation*. (VELHO, 2009, p. 107).

Otávio Velho nos propõe um conceito de leitura do capitalismo como “nos seus traços fundamentais, o mesmo poderia ser dito em geral do que estamos chamando de capitalismo (de dominância) autoritário (VELHO, 2009, p. 38)”. Nos estudos apresentados em seu trabalho, o autor busca nesse momento caracterizar o processo de fase de mudança do capitalismo “de acumulação primitiva ou original é muito misturada com a acumulação propriamente capitalista. (VELHO, 2009, p. 38)”, revendo vários paradigmas de modelos capitalistas em suas semelhanças e diferenças a outros modelos de forças produtivas.

Como tal, a tese prontifica a um esclarecimento das vinculações caracterizadas burguesas e as forças produtivas, onde nessa inter-relação, manifestam uma dominação política e econômica.

Quanto a Maria Ieda Linhares, seus trabalhos se tornaram alicerce para os apontamentos quanto a questão agrária, economia e desenvolvimento no Brasil. Em seus textos expõe as controvérsias na explicação do desenvolvimento econômico, seu curso e influência na população rural, bem como suas pesquisas resultaram em uma trajetória para defesa do estudo da história rural.

As discussões de sua obra buscavam primordialmente um engajamento ao contexto social, colocando um percurso do desenvolvimento histórico, as controversas crises econômicas em exposição distinguindo e explicando-as, trabalhando em diversas áreas com interdisciplinaridade. O posicionamento das suas pesquisas quanto as fontes e sua identificação na história agrária, sua busca estendeu por toda uma visão embasada pela proposta dos *Annales*, “com um forte viés marxista, capaz de extrair dos documentos uma visão impressionante da estrutura fundiária, dos grupos sociais, das formas de organização do trabalho, da mobilidade social e, enfim, da família, da herança e das fortunas. (ESTUDOS HISTÓRICOS; V8, 1995, p. 17)”.

Outro apontamento dos estudos da autora cabem a distinção da história agrária como um campo da historiografia com suas próprias características separando-o da história econômica. Partindo dos conceitos de fronteira e região, apontou os variados problemas quanto aos trabalhos unidos entre história e geografia como segue:

No segundo ponto, o recorte geográfico, a situação foi e, acreditamos, permanece diferente. Logo em 1977, quando da elaboração de um primeiro trabalho, sentimos a extrema necessidade da definição das relações entre história econômica tradicional, a história agrária não poderia ser uma história “nacional”. ... A extrema necessidade de levantamentos de dados, o caráter maciço e serial das fontes, o aspecto de arquipélago da ocupação e do desenvolvimento da sociedade no país, a sucessão de áreas ocupadas e abandonadas, tudo indicava que uma generalização apressada... Desde então nos afigurava impossível justificar como limites de trabalho as fronteiras atuais do país, e, ademais, o esforço para tal seria necessariamente fadado ao fracasso. (ESTUDOS HISTÓRICOS, V8, 1995, p. 17-18).

Como elucidação propôs alguns pontos que formaram indiscutível relevância as pesquisas na história agrária, em foco objetivando as origens das áreas e seus limites no momento estudado, como vemos em:

Em primeiro lugar, cabia claramente determinar os limites da documentação: sendo a história agrária, tal qual nós a ela nos dedicávamos, um imenso esforço de identificação de novas fontes, homogêneas e, sempre que possível, seriais, a

definição do recorte espacial do nosso objeto deveria claramente acompanhar a produção dessa documentação. (ESTUDOS HISTÓRICOS, V8, 1995, p. 20).

O Estudos desses lugarejos deveriam ser encontrados pelas relações de identificação da região, sejam: administrativamente, agrupamentos rurais, municipais ou mesmo comunidades. Maria Ieda Linhares, particularmente estabelece os critérios para os elementos da pesquisa.

### 2.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL DISCUTIDA APÓS ANOS 1960/70

Dois autores revelam em seus trabalhos explanações quanto a realidade histórica brasileira da sociedade, nessa reunião crítica são as publicações Octávio Ianni e Angela Kageyama que aponto de grande contribuição as leituras dos trabalhos de seus antecessores.

Inicialmente as produções de Angela Kageyama, propõe uma perspectiva onde os debates clássicos, principalmente vindos de Furtado (1972), Guimarães (1977) e Prado Junior (1978), enfatizavam a razões onde a busca de introduzir os modelos capitalistas na agricultura brasileira perpassava por grandes dificuldades diante da estruturação arcaica e com heranças enraizadas coloniais, como dispõe referidamente em dois grupos distintos:

No primeiro grupo podemos inserir Rangel e Alberto Passos, cuja perspectiva comum é a de que configura-se uma questão agrária devido as dificuldades que a implementação do sistema capitalista encontra, suscitadas pela estrutura arcaica da agricultura, herança dos restos feudais da economia colonial. Desse ponto de vista, a superação da questão pressupõe a superação dos obstáculos ao pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. (KAGEYAMA, 1993, p.14).

E seguindo, o segundo grupo:

No segundo grupo podemos incluir Caio Prado e Celso Furtado, que compartilham a ideia geral de que os problemas agrários são suscitados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, sendo problemas próprios desse tipo de economia, dentro de cujos marcos deverão ser interpretados e atacados. (KAGEYAMA, 1993, p. 15).

Autora expõe os pontos de convergência e discrepância dos autores, buscando aprofundar as reflexões do debate voltado a população do campo, e a forma empregada de força de trabalho. Os trabalhos são relacionados dentro de suas complexidades, buscando nesses protagonistas da questão agrária uma leitura incisiva as soluções discutidas, e as repercussões integradas destes.

Octavio Ianni, sociólogo que buscou apresentar os debates colocados pelo cenário intelectual e político de seus antecessores, buscando dirigir um estudo que constituía todo percurso dos debates das questões sociais da sociedade brasileira, como a questão agrária desde seu início e posterior aos anos 60, para Ianni:

[...] como sempre, os desenvolvimentos históricos da sociedade brasileira, em conjunto, e de suas regiões em especial, recolocam a questão da criação e recriação das desigualdades. Além das desigualdades entre as classes sociais, entre as raças e etnias, entre os homens e as mulheres, criam e recriam-se as desigualdades regionais. Mas essas desigualdades não se reproduzem nunca em termos do que os governantes federais e as burguesias regionais imaginam ser a dinâmica peculiar, curiosa, exótica do lugar: Nordeste, Piauí, Amazônia, Rio Grande do Sul, São Paulo. O que acontece é que essa dinâmica, que parece local, está sempre governada, altamente determinada, pela dinâmica da produção predominante na sociedade, no conjunto do subsistema econômico brasileiro. (IANNI, 1981<sup>a</sup>, p.127).

Em seus trabalhos Ianni fundamenta muitos dos estudos das desigualdades sociais brasileiras, entre suas questões principalmente em seu trabalho *Origens agrárias do Estado Brasileiro*, e tratado a dimensão do campo, as tensões, leis, medidas dos governos e circunstâncias ao que compunha a dimensões e fronteiras do campo.

Quanto as relações de trabalho no campo sua fundamentação se propõe aos modelos de materialismo econômico e luta de classes, construindo um diálogo com a história, alcançando os papéis das desigualdades ao longo da história do país, como evidencia em:

Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades e desigualdades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas as formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo, cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e idéias. (IANNI, 1984, p. 243).

As consequências na formação do país, atravessaram os séculos, como foram apontadas, mesmo diante de contradições, Ianni (1984, p. 248) afirma que “Sob várias perspectivas, a história do Brasil parece ser a história de um povoamento que não termina.” Esses autores detiveram leituras importantes desses momentos, onde formaram a base do conhecimento a ser estudado e referenciado, no entanto Ianni dedica assinalar que a realidade trazida nos estudos anteriores detinha um legado de reflexão eurocêntrica, apontando o processo das alterações absorvidas que apontavam esse paradigma.

Como é demonstrado em:

A realidade social, econômica, política e cultural com a qual se defrontavam intelectuais, escritores, políticos, governantes, profissionais liberais e setores populares não se ajustavam facilmente às ideias e aos conceitos, aos temas e as explicações tomadas emprestadas às pressas de sistemas de pensamentos elaborados em países da Europa. Estava em curso uma fase importante no processo de construção de um pensamento capaz de pensar a realidade nacional. (IANNI, 2004, p.18).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 A QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA NO OESTE CATARINENSE

Discutir a formação do eixo do Oeste Catarinense perpassa por todo processo de construção das relações entre discussões geográficas, sociológicas, antropológicas e sua contextualização histórica. A forma desses estudos entrelaça-se no andamento de entrada dos imigrantes no século XIX, que aceleraram o crescimento demográfico e constituíram movimentos de conflitos sociais-demográficos. Como expõe Renk:

Uma região não surge espontaneamente; mas, é construída processualmente, com avanços e recuos, deixando ilhas a serem incorporadas posteriormente. Nos discursos de seus mediadores, isto é, daqueles que falam pela região, aparenta ser homogênea. No entanto, diferentes forças contribuem para que se elabore heterogeneamente, como mosaico. A região (substantivada) pressupõe sempre uma história comum, que será fatalmente uma história entre outras. A invenção de uma tradição comum é o passaporte para a constituição da identidade regional. (RENK, 2008, p.10).

A narrativa de formação da região oeste de Santa Catarina da corpo na constituição dos processos de colonização imigrante como atores-chave, promovendo uma ideia de

formação das fronteiras da região, ignorando inúmeros elementos constitutivos do espaço em momentos passados principalmente por povos indígenas e caboclos<sup>4</sup> e também identidades nacionais limítrofes.

O Caboclo juntos dos indígenas, seria no contexto histórico alvo desse trabalho de pesquisa, considerado não apenas como um sujeito vindo de uma espécie simplificada de ideia de miscigenação, mas sim como uma constituição mescla de identidades herdadas de uma construção também social, contribuindo na concepção conjunta em uma identidade, como descreve Poli:

O caboclo sempre teve sua vida à margem de sociedade, servindo de mão-de-obra a fazendeiros, ervateiros e madeireiros. Embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos. Raramente conseguiam obter a propriedade de uma pequena área de terra, para se manterem com suas pequenas roças caboclas [...] conceituar o caboclo, realmente, é uma tarefa difícil. Os autores que definem ou tentam definir, esforçam-se em determinar suas origens étnicas, buscando raças básicas que o formaram. Alguns autores, contentam-se em defini-lo como resultante da miscigenação do branco com o índio. Outros colocam-no como cafuso, mameluco ou mulato. Na realidade, o caboclo do Oeste não é simplesmente originário de cruzamento racial puro, mas do cruzamento de indivíduos já miscigenados. O mais importante é saber que a conceituação de caboclo é muito mais social e econômica do que racial. (POLI, 1995, p. 175).

Na formação redesenhada pelo Estado, as atividades e ocupações de povos anteriores é perpassada como insignificantes perante ao que se determinava uma sociedade com identidade brasileira. Era então necessário formalizar com elementos civilizados:

[...] do atual Oeste Catarinense, as fronteiras administrativas do Império do Brasil, no século XIX, têm um recorte indefinido entre o Brasil e a Argentina, somente resolvido em 1895. Depois, na República, de leste e a norte, acentua-se o conflito referente aos limites internos entre Paraná e Santa Catarina, apenas clareados em 1916, após sucessivas disputas judiciais. A categoria “Oeste” foi precedida, até as duas primeiras décadas do Século XX, por “serra”, termo utilizado para designar tudo o que se situasse na Região Oeste do planalto catarinense. (RENK, 2018. p.11).

O principal movimento feito quanto a angariar uma civilidade que coubesse nos moldes do Estado se estabeleceram pelo trabalho e propriedade de terras para manuseio. A autora Arlene Renk, em seus textos descreve a narrativa por parte “da identidade dos chamados colonos de origem como uma categoria de imigrantes descendentes de europeus distinguindo em oposição aos brasileiros caboclos” (RENK, p. 239). Esse que estariam habituados no que se diziam o “trabalho do campo”, o agricultor ou nos moldes chamados pioneiros colonos. “Este é numa categoria polissêmica, constitutiva das identidades camponesa e étnica, construída como referencial das virtudes étnicas em oposição à população brasileira” (RENK, p. 240).

Inicialmente a imigração formou-se principalmente por italianos, sucedidos de poloneses e alemães, a partir de 1870. Esses grupos formaram-se vilarejos, vilas e pequenos municípios economicamente ligados a extração de madeira e extração de erva mate, atividades econômicas mais rentáveis, seguido desde o início da persistência dos troperismos até a região do Rio Grande do Sul.

---

<sup>2</sup>. O significado de Caboclo, pode ser definido como: “o homem pobre da roça, seja qual for sua etnia, ou pode ser sinônimo de caipira” (MARQUETTI, 215, p. 109). Podendo ser atribuídos aos grupos de sujeitos que ocupavam as terras anteriores historicamente as quais o Estado e as empresas colonizadoras viriam adentrar. Esses, “descendentes da miscigenação entre branco (especialmente portugueses) com negros escravos ou libertos e indígenas, que recebeu nome de luso-brasileiro”. (MARQUETTI 2015. p.109).

A disponibilidade de terras de campo nos Campos de Palmas, onde se inseriu o atual Oeste de Santa Catarina, favoreceu o estabelecimento das fazendas de criar. As posses foram estimuladas como consequência da Carta Régia de 1808 e legalizadas com a Lei de Terras (1850). Havia interesse da monarquia e, posteriormente, do Império no povoamento dessa região para a contenção do avanço dos argentinos em território brasileiro. A abundância de erva-mate – espécie arbórea com ocorrência nas florestas ombrófila mista e estacional decidual, características na região – era o principal atrativo para os extrativistas. (RENK, 2018. p.11).

No trabalho *A Luta da Erva*, a autora remete aos conceitos históricos da formação do Oeste Catarinense, na observação constante sobre as disputas narrativas na História do Estado. Prematuramente na formação das fronteiras territoriais, a disputa entre Portugal e Espanha, entre Brasil e Argentina, entre Paraná e Santa Catarina, seguida da Guerra do Contestado, “só onde” por fim, o território foi então apropriado de um intenso processo do que foi tratado como colonização, buscando suprimir indígenas e caboclos, esse denominados em toda região desde o Paraná até Rio Grande do Sul, por todo sudoeste, anteriores a essas fronteiras do então Estado Novo.

As fontes históricas trabalhadas, emancipam disputas historiográficas de enquadramentos políticos administrativos apontados como oficiais na história voltada aos progressismos da região, como podemos ver em RENK, p.7: A região Oeste de Santa Catarina era considerada praticamente “despovoada”. Nesse sentido como: Os povos indígenas e caboclos, possuíam um modo de vida diferente, nada voltado a comercialização, e tão pouco para títulos de propriedade, e as autoridades não viam neles uma ligação com o Estado. A Erva mate já do conhecimento da população cabocla anterior aos colonos estabeleceu uma atividade de renda além da agricultura de subsistência e do comércio de madeira. A produção da erva provocou entrelaçamentos das atividades e saberes quanto ao campo dos saberes caboclos, buscavam muitas vezes desinfamar as práticas que acabam por apoderar-se:

A atividade ervateira (corte e enfardamento em “raídos”) envolveu, igualmente, população acostumada à vida sem conforto e aos obstáculos naturais. A figura do caboclo, presente nos relatos das disputas de divisas territoriais entre Paraná e Santa Catarina, é marcante na região por sua história e cultura. Praticava a agricultura de subsistência, criava porcos e galinhas para consumo próprio e possuía hábitos nômades. Não estabelecia relação de apropriação com a terra, tampouco pensava em acumular bens, “fazendo para viver”. (RENK, 2018. p.12).

O colono por outro caminho detinha uma relação com a terra em uma perspectiva de posse, de bem de território e de gerenciamento, de produção e privado. Contabilizava na mesma uma dádiva de recursos naturais para sua apropriação. Como vemos em:

Outro traço comum desses imigrantes é a identidade étnica. Eram, na quase totalidade, descendentes de alemães, italianos e poloneses. Compravam as terras como estratégia de reprodução social camponesa. No discurso dos colonos encontramos alguns marcos fundantes, tais como a figura do herói fundador, o ascetismo justificando a sociodiceia e, eventualmente, a reconversão de trajetória de agricultor em comerciante ou congêneres. (RENK, 2018. p.14).

A promoção e estabelecimento dos conflitos dessas “culturas da terra” perpassaram por todo processo de imigração e reproduz uma ressonância na sociedade até os momentos atuais.

Como vemos o processo de entrada do Estado na reorganização do espaço no Oeste Catarinense foi catapultado pelo emprego de empresas privadas Colonizadoras, essas que na iniciativa de promoção de trabalho em um modelo de concepção de progresso, de mercado e



valor, esses que conflitavam com a concepção de vida dos habitantes locais. Um dos fatores que viriam a ser dominantes nessa “reunião de culturas”, seria o objeto, ou melhor objetivo da terra, suas formas de relações com os recursos naturais e a razão dessas relações. O que nos leva a um autor que Renk recorre em vários momentos no que consiste ao valor apossado a terra:

Acontece, porém, que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis de mercado. [...] O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente *não* são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que é produzida pelo homem. [...] A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. (POLANYI, 1980, p. 83-86).

Diante dessa perspectiva as atividades de ambos grupos e modelos sociais inevitavelmente entrariam em conflitos. Ao tratar a terra com a abordagem de mercadoria, a regularização dessa viria como um obstáculo em construção acerca do espaço e os usos dele na história, constituindo processos de “avanços” construindo uma narrativa de posse regida por uma ideia judicial, designando regulamentação obrigatória e administrativa as ocupações dessas áreas, como aos moldes das cartas de doações durante as da Leis das Sesmarias<sup>5</sup>. Essas divisões geopolíticas reverberaram desde âmbitos colono/colonizadora, Estado/Estado, até País/País, como vemos:

Seja qual for a narrativa da história (ou a contra história que narra a região), é inevitável que esta apresente múltiplos planos. Estes planos, no entanto, não se encaixam uns aos outros, obrigatoriamente, na suposta linearidade dos contornos. Vejamos o caso da geopolítica, com seus limites. No caso em questão, do atual Oeste Catarinense, as fronteiras administrativas do Império do Brasil, no século XIX, têm um recorte indefinido entre o Brasil e a Argentina, somente resolvido em 1895. Depois, na República, de leste e a norte, acentua-se o conflito referente aos limites internos entre Paraná e Santa Catarina, apenas clareados em 1916, após sucessivas disputas judiciais. A categoria “Oeste” foi precedida, até as duas primeiras décadas do Século XX, por “serra”, termo utilizado para designar tudo o que se situasse na Região Oeste do planalto catarinense. Instituições ali inseridas, como as eclesiásticas, tinham sede fora de seus limites, quando não fora do estado catarinense. Nas primeiras décadas da colonização feita por agricultores oriundos do Rio Grande do Sul (século XX), o atendimento médico, os jornais que circulavam

---

<sup>3</sup> SESMARIAS sam propriamente aquellas que se dam de terras, casas, ou pardieiros, que foram ou sam d’alguõs senhorios, e que já em outro tempo foram lauvradas e aproueitadas, e agora o nom sam, as quaes terras, e os bens assi danificados e destruidos, podem e deuem seer dados de Sesmarias polos Sesmeiros que pera esto forem ordenados, os quaes Sesmeiros a Nós soamente pertence de os dar, e poer nos Lugares onde ouuer terras, onde se as Sesmarias ouuerem de dar, forem foreiras ou tributarias a Nós, ou aa Coroa de Nossos Reynos, quer se os foros e tributos arrecadem pera Nós, quer pera outrem, a que os Tenhamos dados, Acustumamos dar por Sesmeiros os Nossos Almojarifes dos Lugares, ou Almojarifados onde, os taees bens, ou terras esteuerem. (Ordenações Manuelinas. p.164. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797; reprodução “fac-simile”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984).

pelas colônias, o comércio para a banha, entre outros, eram recursos buscados naquele Estado. (RENK, 2018, p.11).

Seria estabelecida em dicotomia a condição de ocupante do espaço da terra no campo, adjetivando uma população (indígena e cabocla) que residiam em terras anteriores a chegada dessas empresas colonizadoras, como vemos em:

Num grupo, os brasileiros, além de não terem ‘papéis’, tinham outra concepção de terra. Essa era do ‘Brasil’, do ‘Governo’, ou de ‘Deus’ e não havia porque comprá-la. ‘Tinha terra à vontade. Cada um tirava o seu sitiozinho’, contam. Os de origem europeia, ao contrário, prezavam os papéis, faziam questão de tê-los. Tinha também outra concepção de terra. Essa era um capital a ser transmitido aos filhos. Era indispensável para serem considerados colonos (RENK, 1999, p. 16).

Nessa construção de narrativas, foram formalizados os “posseiros” ou de forma pejorativa: “intrusos”, diante da ausência de documentação territorial, o chamado “Título de Posse” segurado pela Lei de Terras de 1850<sup>6</sup>, critério matriz da efetividade de posse da propriedade, geraria o componente de disputas de inúmeras transformações sociais e territoriais.

O processo que corresponde as posses de terras legitimava o proprietário de um documento, esse emitido em cartório, que afirmava o detentor de “dono da terra”. O que se demonstrou uma falha legislativa, onde várias famílias e moradores anteriores nem ao menos detinham conhecimento ou condições dessa regularização. Essa iniciativa ainda revelou problemas, onde “ocupantes de terras nativos” eram retirados de suas terras, e outros “colonizadores” aproveitavam a condição para ocupar terras dizendo-se proprietários anteriores a vinda da empresa Colonizadora, designando equívocos na expressão categorizada de “intruso”.

Essa iniciativa de declaração de concessão de terras procurava promover uma exploração dos recursos naturais, em suas florestas, para condições econômicas perfazendo uma formação de território e sociedade, buscando solução na criação de municípios e identidades sociais. O Ecossistema dessa floresta possibilita inúmeras riquezas e recursos naturais, mas em primeiro plano busco analisar o fator determinante da relação do homem em sua convivência de exploração especificamente aqui mostrada nas condições de extração de

<sup>4</sup> Após a iniciativa organizacional do Estado Brasileiro da LEI DE TERRAS, de nº 601 de 18 de setembro de 1850, promulgada por Dom Pedro II:

“Dispõe sobre as terras devolutas no Império e acerca das quais não possuídas por títulos de sesmarias sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica, e determina que, medidas e demarcadas, as primeiras sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.” (Preâmbulo da lei 601/1850).

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100 \$, além de satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos actos posseiros entre heróicos confinantes.

Art. 12º O Governo reservará das terras devolutas as que julgas necessárias para a colonização dos indígenas; para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos, para a construção naval.

Art. 18º O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colônias nos logares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM601.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM601.htm) 30/07/2020.

madeira, fonte principal econômica nos estabelecimentos da ocupação das empresas colonizadoras na região.

E necessário mencionar o conflito da Guerra do Contestado, como possivelmente um dos movimentos iniciais do Estado quanto a expropriação de terra, buscando raízes que contextualizariam a disputa desse território por sua biodiversidade rica em sua floresta de araucárias<sup>7</sup>.

Durante toda contenda da demarcação dos Estados de Santa Catarina e Paraná reunia-se um agrupamento de pessoas sertanejas que em meio interesses de forças governamentais em disputa, despontou um conflito armado entre forças militares e caboclos desalojados de suas terras, como vemos em:

No ano de 1911, ocorreram os primeiros despejos de antigos moradores da região do Contestado, expulsos das proximidades da ferrovia, cujas terras ago-ra pertenciam à *Brazil Railway Company* (VINHAS DE QUEIROZ, 1977). Era gente que há quase um século povoara estes campos devolutos e de repente foi surpreendida com a notícia da venda ou do arrendamento a terceiros, que, armados do título de propriedade, não tardaram a procurar desalojá-los como intrusos (Jornal *A Tribuna* – Curitiba 05/11/1914). Cabe conferir também que o primeiro ajuntamento de sertanejos na região do Contestado ocorreu em seguida, no ano de 1912. Alguns fatos ocorridos, no ano que antecedeu aquilo, chamam a atenção. Os sertanejos juntaram-se em torno de José Maria, um benzedor e curandeiro que receitava ervas, dava conselhos e exercia práticas anteriormente realizadas pelo velho monge João Maria. Com José Maria, principiou a aglutinação que gerou a Guerra do Contestado iniciada em 1912, estendida até 1916. (HIS. FRON. S, 2016. p.237).

Após o encerramento do conflito afirmou-se as propostas de colonizadoras, que se viabilizaram por meio de novas Leis implantadas em repercussão de concessões feitas nesse momento.

A partir concretização dos processos de burocratização e legislação novos impulsionados pelo crescimento da região no arranque da extração de madeira e construção de ferrovias emparelhadas ao Estado, as empresas colonizadoras configuraram uma ascensão exponencial constituindo um dos fatores fundamentais na voracidade do desaparecimento da araucária, objeto principal dessa economia. O crescimento e transformação populacional exigia maiores demandas, que alavancavam maiores avanços em processo de extração e manuseio de madeira por serrarias, bem como transporte e principalmente espaços para desmatamento como expõem os autores:

---

<sup>5</sup> Esta Floresta, também conhecida como “mata de araucária ou pinheiral”, é um tipo de vegetação do planalto meridional, onde ocorria com maior frequência. Esta área é considerada como o seu atual “Climax Climático”, contudo esta floresta apresenta disjunções florísticas em refúgios situados nas serras do Mar e Mantiqueira, muito embora no passado tenha se expandido bem mais ao norte, porque a família Araucariaceae apresentava dispersão paleogeográfica que sugere ocupação bem diferente da atual. Constataram-se recentemente fósseis (fragmentos de caules) em terrenos dos períodos jurássico -cretáceo no Nordeste brasileiro, evidenciando que dentro da “plataforma brasileira” encontravam-se coníferas, pois tais fósseis são também encontrados em pontos isolados da borda sul do planalto meridional, como por exemplo em Santa Maria da Boca do Monte, no Estado do Rio Grande do Sul. Como o vulcanismo, iniciado durante o cretáceo e terminado no Terciário Superior, foi o responsável pelo despovoamento vegetal do planalto meridional, a hipótese de que a **Araucária angustifolia**, atualmente existente neste planalto, penetrou através do “Escudo Atlântico” que se achava unido à grande plataforma afrobrasileira no Paleozóico, parece estar comprovada.

A composição florística deste tipo de vegetação, dominada por gêneros primitivos como **Drymis** e **Araucaria** (australásicos) e **Podocarpus** (afro asiático), sugere, em face da altitude e da latitude do Planalto meridional, uma ocupação referente a partir de refúgios alto montanos. Apresenta quatro Formações distintas: Aluvial, em terraços antigos ao longo dos flúvios; Submontana, de 50 até mais ou menos 400 m de altitude; Montana, de 400 até mais ou menos 1000 m de altitude; Alto montana situada a mais de 1000 m de altitude. (VELOSO. 1991.p.70)

Dezenas de grupos empresariais se formavam paralelamente a tendência do beneficiamento ou elaboração crescente dos produtos madeireiros. Enquanto a produção madeireira do passado se resumia praticamente a venda de toras in-teiras, ou mais frequentemente tábuas, vigamentos e outras peças de madeira serrada, a partir da década de 1940, passam a se introduzir novos processos técnicos para elaboração de novos produtos madeireiros. Entre estes produtos destacavam-se inicialmente a pasta mecânica, e depois compensados, celulose e papel, que proporcionavam lucros muito maiores aos empresários e com um volume menor de madeira como matéria-prima do que o necessário nas ser-rarias tradicionais (madeira serrada). (HIS. FRON. SUL, 2016. p.271).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendo apontar nesse trabalho a evolução quanto aos conceitos e concepções quanto a transformação e apropriação do homem e aos espaços geográficos no que se vem a se constituir o campo.

Inevitavelmente o impacto dessas atividades na região apresentada aqui alterou consideravelmente sua estrutura, reunido do crescimento e constituição desses assentamentos, as práticas de expansão pecuária e agrícola transformaram todo cenário na contemporaneidade, e posteriormente com surgimento de órgãos regularizadores regido por Leis de propostas de Reformas pelo Estado, essas viriam modificar toda relação do homem e o espaço que ocupou-se nessa região.

Disputas socioeconômicas formam o complexo quadro dessa relação e pode-se apontar que nenhuma solução definitiva e um avanço final está próximo de acontecer. O processo de expansão e modernização concentrado na questão fundiária, acarretou em um impacto ambiental, e esse agravou-se em inúmeros problemas que podem ser facilmente identificados nas proximidades desse campo ou área rural, bem quanto a cidades que predominam o destino dessas populações e recursos gerados.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília: 5 out. 1988.

BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. *Coleção Mendonça das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850.

BRASIL. Presidência da República. **Metas e bases para a ação do governo**. Brasília, 1970.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice S; MORETTO, Samira P. Org; **História ambiental e migrações: diálogos**. São Leopoldo: Oikos; Chapecó: UFFS, 2017.

IANNI, Octávio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

INST. NAC. COLONIZAÇÃO REFORMA AGRÁRIA. Internet; MEDEIROS, L. *Reforma agrária*; PALMEIRA, M. *Estado*; SILVA, J. *Caindo*; VEIGA, J. *Reforma*.

KAGEYAMA, A. & BERGAMASCO, S. M. P. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, 12/13, pp. 55-72, 1989/90.

KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 23, n° 3, pp. 5-17, 1993.

KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C. *et al.* (Org.) **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, pp. 112-223, 1990. (Série IPEA, n° 127)

KAGEYAMA, A. **O subemprego agrícola nos anos 90**. Campinas, SP: IEIUNICAMP, março 1997. 16 p. (Texto para Discussão, n° 57)

LINHARES, Maria Yedda; DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes históricas**/Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). Cap. – Fontes Impressas. História dos nós e por meio dos periódicos. - 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do contestado: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARCIO; BRANDT; MORETTO. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. Chapecó: Argos, 2017.

MARQUETTI e SILVA, Cultura cabocla nas Fronteiras do Sul. In: **História da Fronteira Sul**. Organizadores: José Carlos Radin, Delmir José Valentini e Paulo A. Zarth- Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, 10 (19), 1980, p. 31-47.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI”, FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Santiago do Chile, 2001.  
MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O rural à lá gauche: campesinato e latifúndio nas interpretações de esquerda (1955-1996)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

ORDENAÇÕES, Manuelinas. In: Collecção da Legislação Antiga e Moderna do Reino de Portugal – Parte I – Da Legislação Antiga – por resolução de S. Magestade de 02 de setembro de 1786. Coimbra: Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1797; reprodução “fac-simile”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

POLANYI, Kar. **A grande Transformação** – As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó SC, Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1979.

RADIN, José, VALENTINI, Delmir José, ZARTH, Paulo A. **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: UFFS, 2015.

RENK, Arlene. **A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional**. Cadernos do CEOM. v. 31, n. 49 Território, migração e diversidade.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2ª ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, Arlene. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 239-258, nov. 2000.

RENK, Arlene. **Migrações: de Migrações ontem e de hoje**. Chapecó: Grifos, 1999.

SILVA, Claiton Marcio da; HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 338 - 374. maio/ago. 2017.

VELHO, Otavio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

VELOSO, Henrique Pimenta. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**/ Henrique Pimenta Veloso, Antonio Lourenço Rosa Rangel Filho, Jorge Carlos Alves Lima Rio de Janeiro IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: história e historiografia. In: ZARTH, Paulo; RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José. **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Letra e Vida, 2015.

ZARTH, Paulo. **História do campesinato na fronteira sul**. Porto Alegre: Letra e Vida. Chapecó: UFFS. 2012. p. 115-132.

## IGREJA E TERRITÓRIO, ENTRE O TEMPO, O ESPAÇO E OS CONFLITOS: DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE BELO MONTE

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda<sup>1</sup>

### RESUMO

A implantação do complexo de Belo Monte suscitou manifestações de ordem favoráveis e contrárias ao projeto de desenvolvimento na Amazônia. Vários setores e atores ligados à sociedade civil e governamental se envolveram na formulação de estratégias que permitiram discutir: os modelos de desenvolvimento, as questões ambientais, as alternativas e posturas que resultam em várias manifestações envolvendo o campo e a cidade, com repercussão em nível nacional e internacional. O presente texto apresenta o contexto das contradições referentes às concepções sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte. As questões pertinentes sobre território, identidade, realidade, desenvolvimento e progresso – as quais pontuam os governos, os consórcios, os movimentos sociais e a Igreja Católica – suscitam ampla discussão na sociedade brasileira. Os dados utilizados foram obtidos no levantamento de campo realizado em Altamira entre os agentes de pastorais, comunidade local, Movimento Xingu Vivo para Sempre e lideranças da Prelazia do Xingu. Foram tratados segundo a metodologia qualitativa e quantitativa utilizando a técnica de pesquisa do discurso do sujeito coletivo. À época observou-se a estreita relação da Igreja com movimentos e grupos, que encampam a luta na região do Xingu. Identificou-se também que não é o todo da Igreja do Xingu que compartilha a resistência ao desenvolvimento e progresso que o estado e consórcio idealizam. Demonstra que há divergências e mudanças internas, na Igreja Católica e nos Movimentos Sociais, e na atual conjuntura as divergências e separações estão em pleno vigor.

**Palavras-chave:** Igreja. Movimentos Sociais. Território. Desenvolvimento.

### RÉSUMÉ

La mise en œuvre du complexe *Belo Monte* a donné lieu à des manifestations favorables et contraires au projet de développement en Amazonie. Différents secteurs et acteurs liés à la société civile et au gouvernementale se sont impliqués dans la formulation de stratégies qui ont permis de débattre : modèles de développement, enjeux environnementaux, alternatives et attitudes qui se traduisent par diverses manifestations, impliquant le rural et la ville, avec des répercussions au niveau national et international. Au texte et sera présenté ici le contexte des contradictions concernant les conceptions sur la construction de l'hydroélectricité de *Belo Monte*. A cet effet, seront abordées les questions pertinentes aux discours, développées par les acteurs sociaux impliqués. Il y aura un premier. Les questions pertinentes sur le territoire, l'identité, la réalité, le développement et le progrès - qui ponctuent les gouvernements, les consortiums, les mouvements sociaux et l'Église catholique - soulèvent un large débat dans la société brésilienne. Les données utilisées ont été obtenues lors d'une enquête de terrain réalisée à Altamira, auprès d'agents pastoraux, de la communauté locale, du *Movimento Xingu Vivo para Sempre* et des dirigeants de la Prélatrice de *Xingu*. Les données ont été traités selon la méthodologie qualitative et quantitative en utilisant les techniques de recherche sur le discours du sujet collectif, aussi que la recherche bibliographique, documentaire et des entretiens. À l'époque, la relation étroite de l'Église avec les mouvements et les groupes sociaux a été observée, ce qui a conduit à la lutte dans la région de *Xingu*, en raison de son histoire d'insertion dans le lieu et l'option de défense des droits de l'homme. Il a également été identifié que ce n'est pas l'ensemble de l'Église du Xingu. Cela montre qu'il y a des divergences et des changements internes, dans l'Église

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciada Plena em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Especialista em Estudos Culturais da Amazônia - UFPA. Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Estadual do Pará UEPA. Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA – UFPA). ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-8476-6649>E-mail: [taniamiranda18@yahoo.com.br](mailto:taniamiranda18@yahoo.com.br).

catholique et dans les mouvements sociaux, et dans la conjoncture actuelle les divergences et les séparations sont en pleine vigueur.

**Mots-clés:** Église. Movements sociaux. Territoire. Développement.

**Data de submissão:** 07.10.2020

**Data de aprovação:** 18.10.2020

## INTRODUÇÃO

A proposição concernente a *Igreja e território: entre o tempo, o espaço e os conflitos. Discursos e práticas sobre Belo Monte*<sup>2</sup>, situa a Igreja Católica no território brasileiro, desde a colônia aos dias atuais, atravessando as suas ações pelo tempo na região do Xingu. Esta temática demonstra que os caminhos percorridos levaram a instituição citada a optar por um tempo de Igreja que se contrapõe e resiste à instalação do sistema hidrelétrico de engenharia Belo Monte no rio Xingu – sistema este situado em Altamira, no sudoeste do estado do Pará. Compreende também que o sistema hidrelétrico de Belo Monte seguiu a perspectiva dos Grandes Projetos, planejados para o “progresso e desenvolvimento” na Amazônia, representados pela Transamazônica, a Ferrovia de Aço, a Usina de Itaipu, Usina de Tucuruí, o projeto Carajás, iniciativas construídas no contexto de crise internacional do petróleo ocorridas no início da década de setenta (1970), quando à defesa do pensamento da construção de hidrelétricas a evidenciava como única alternativa para o alcance de metas estabelecidas pelas políticas desenvolvimentistas. Evidencia ainda que a Igreja do Xingu em conjunto com os movimentos sociais, intelectuais orgânicos, sindicatos e partidos de esquerda elaboraram concepções sobre uma variedade de temas que influenciaram significativamente a prática social de muitos militantes que se expressam no pensamento sobre progresso e desenvolvimento para a região.

A presente discussão segue em primeira instância o tempo de Igreja e sua atuação no espaço, lugar e território vistos a partir da análise do discurso e sua relação com o processo histórico de ocupação evangelizadora da Amazônia, resultantes da associação com o estado português, ora desvinculada das ações das relações estatais. A abordagem de uso do território será a referência de objeto de análise social, pois no decorrer da revisão histórica foi possível apreender o território amazônico como apropriado e cada vez mais dependente de decisões externas. *O uso do território* analisado segundo os autores, Santos (1994); Rodrigues (2010) e Silveira (2011) têm como premissa as noções de utilização do lugar, do espaço em competitividade, no qual os atores são reordenados de acordo com o tempo e objetivos do uso do território.

A proposição fomenta a observação de que a compreensão específica da realidade empreendida pela Igreja do Xingu<sup>3</sup> a coloca como protagonista das ações em defesa dos Direitos Humanos junto às comunidades de Altamira e/ou regiões pastorais de atendimento desta Prelazia, aos povos indígenas, aos quilombolas e às mulheres. As informações obtidas na pesquisa dão conta de que esta região do Xingu chamou a atenção devido à acontecimentos como o assassinato de trabalhadores rurais em 1982; a Greve dos canavieiros – evento ocorrido em 1983, causador não só da prisão do bispo e de duas lideranças de Pacoval, como também na tentativa de assassinato ao bispo, da liderança da CPT e do padre Tore, assim

<sup>2</sup> O presente texto tem origem na pesquisa que resultou na dissertação de mestrado em Ciências da Religião, defendida em 2013 no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião (PPGCR) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Linha de Pesquisa: Movimentos e Instituições Religiosas na Amazônia, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Marize Duarte.

<sup>3</sup> Em nível Regional Norte II a Igreja Indígena é assim reconhecida alcançando a toda a Região do Xingu – demarcação do eclesiástica e demarcação administrativa do Estado.



como na morte do referido padre, em 1983; o caso dos meninos emasculados de Altamira; o I Encontro dos Povos Indígenas em 1989 – com cenas de manifestação dos índios contra Kararaô<sup>4</sup>; o assassinato, em 2005, da Missionária Dorothy Stang; o II Encontro dos Povos Indígenas, em 2008. Diante destes acontecimentos e eventos, considera-se que nos últimos anos, a Igreja citada constitui uma das vozes mais contundentes em resistência a construção de Belo Monte.

Adotou-se como base de referência metodológica o discurso do sujeito coletivo eleito como técnica para análise. Inicialmente para a composição da análise foi realizado: a) as referências bibliográficas, a fim de aprofundar o significado dos discursos referentes às argumentações favoráveis e resistentes ao projeto Belo Monte, com particular leitura aos debates sobre as categorias de análises pertinentes ao objeto de estudo.

Considerando o tempo da pesquisa e as reais transformações no território com a efetivação da Hidrelétrica de Belo Monte, assim como das mudanças eclesiais em sua administração e sucessivamente das posições de pensamento e ação pastoral, situa-se este trabalho no posicionamento da Igreja Católica, movimentos sociais atuantes na região do Xingu em resistência a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, pautado no conhecimento dos direitos ambientais, étnicos e territoriais. E ainda as previsões dessas entidades quanto aos impactos destrutivos a região.

Os discursos contrários ao projeto Belo Monte e os favoráveis ao mesmo projeto expõe os grupos à época do início da construção da hidrelétrica. As entrevistas foram realizadas em pesquisa de campo, no entanto foram além das motivações acadêmicas, pois abrange o envolvimento de mais de vinte anos desta pesquisadora nas atividades, não apresentou apenas caráter profissional, mas também caráter militante que, aliás, permitiu a percepção acerca das várias articulações, mobilizações e espaços de formação política.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 IGREJA E TERRITÓRIO: ENTRE O TEMPO, O ESPAÇO E OS CONFLITOS

Para efeito de compreensão quanto ao espaço e lugar, se faz importante diferenciar as categorias: território, territorialidade e desterritorialização. O espaço pode ser definido como “abstrato e genérico e o lugar concreto e abstrato”. (LITTLE, 2002, p. 10). A identificação dos lugares sagrados por um grupo determinado representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado (DELÓRIA, 1994 apud LITTLE, 2002). A noção de lugar também se expressa em valores diferenciados que um grupo social atribui aos diferentes aspectos do seu ambiente. O pertencimento a um lugar refere-se a grupos que se originaram sejam eles primeiros ou não. Tanto os povos indígenas quanto os grupos que historicamente se assentaram numa área, independente do processo, contam com esse lugar como o seu lugar verdadeiro, seu lar, sua casa, seu território. A definição de lugar verdadeiro se dá em especial pela relação com o espaço físico. Para Little (2002, p. 9) “o sentimento de pertença pode se ampliar à medida que assume-se a identidade de um grupo que passa, entre outras coisas, pela relação com os territórios construídos com base na experiência, história e nas suas respectivas cosmografias”. E sua continuidade permanece viva nos bastidores da memória coletiva.

Ainda Little (2012, p. 10) considera que “o território grupal está ligado a uma história cultural”, ou seja, cada grupo constrói sua memória coletiva por fatores novos e circunstanciais e movimentos diferenciados. A memória coletiva sacraliza o lugar mesmo que tenha partido do caos. Sobre o lugar, alguns autores afirmam “que uma ligação emocional é

---

<sup>4</sup> Na língua Kaiapó significa – um grito de guerra. Em 1989 o governo se manifesta para construir a hidrelétrica que era KARARAÔ, mas então eles mudaram para Belo Monte.

criada e mantida através da edificação do lugar sagrado”. (TUAN, 1979 e 1980 apud ROSENDAHL, 2005, p. 4). E ainda a posse do território é seguida de um ritual que simboliza o ato da criação. A comunidade consagra o lugar e o reconhece como seu. O processo no Xingu resulta neste sentido de ocupação, sacralização e permanência na história construída pelos religiosos, missionários e aventureiros e ainda pela cobiça de novos empreendimentos.

No campo das ciências sociais, a ideia de território está vinculada à gestão de uma determinada área. Vincula-se a ideia tanto de poder público estatal quando a do poder das grandes empresas, que estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, mas ignoram as fronteiras políticas. Algumas empresas em determinados locais são tão importantes que determinam a distribuição do espaço muito mais do que o Estado-nação. No período de construção da Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, toda e qualquer manifestação de precariedade no campo da educação e da saúde, a população recorre ao Consórcio Norte Energia como se o consórcio fosse o Estado. Este processo acompanha aquilo que se denomina de globalização, de mundialização da economia que são estudadas por autores como: Santos (1994); Santos (2002) e Rodrigues (2010).

Para Santos (1994), território e globalização partem da motivação de competitividade na busca de maior produtividade que depende das condições oferecidas nos lugares de produção, de circulação e de consumo. Para Rodrigues (2010), Belo Monte é um caso exemplar de território usado com tendências a serem funcionalizados, segundo o processo de regularização institucional e corporativo e, neste sentido, o Brasil, por seus governantes, é um espaço permissivo.

Percebe-se que em cada período e em cada tempo de Igreja há necessariamente a presença simultânea de heranças do passado, de elementos do futuro, mas o discurso se coloca de acordo com o pensamento sobre desenvolvimento do local. Observa-se também que o território preexistente condiciona e reflete os impactos da ação dos agentes propagadores da inovação, assim, não é surpreendente dizer que a organização do espaço amazônico aparece imergida em contextos socioespaciais, ora como protagonista do arranjo espacial momentânea, ora como coadjuvante em uma dada época específica na qual o arranjo se transformou.

Mas a realidade em Altamira à época da pesquisa e, para tanto na atualidade, é resultado de um processo iniciado ainda no período militar que defendia o discurso de desenvolvimento e progresso na Amazônia ou mais atualizado na nomenclatura de neodesenvolvimentismo que se assemelha, segundo Cândido Grzybowski (2010), ao período de Juscelino Kubitschek (1956 e 1961), ou seja, o Estado presta-se antes de tudo ao fortalecimento do capital privado. Com o governo de Juscelino, se deu a formação do tripé Estado, empresas estrangeiras e empresas nacionais. O papel do Estado é o de responder às demandas de infraestrutura, de energia e logística para atender aos interesses do capital privado nacional e transnacional. Assim o presidente Juscelino procurou realizar o seu modelo de desenvolvimento, que na atualidade é o que propõe o atual modelo econômico, através do Programa de Aceleração da Economia (PAC), acelerar sem desenvolver.

Este modelo de desenvolvimento tem suas explicações baseadas em que,

[...] é um processo social, global e dialético, consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial, cujo mecanismo básico consiste: para engendrar e sustentar seu progresso científico e o seu crescente bem-estar: em criar um centro ou uma metrópole e uma sucursal onde se instaura a dependência, o estancamento econômico, os desequilíbrios sociais e as tensões políticas sem saídas autônomas. [...] O desenvolvimento a partir dessa teoria não tende sair do subdesenvolvimento, mas a manter a relação de dependência. (ANDRADE FILHO, 1982, p. 20).

O desenvolvimento e progresso, neste sentido, é um problema político, consequência do sistema capitalista, onde há um espaço que absorve a matéria-prima e outro que fornece a ciência e a técnica, por isso o investimento em rodovias, ferrovias e hidrovias. Não só Belo Monte, mas as hidrelétricas nascem com intencionalidade mundial e nacional. Assim, de acordo com os acontecimentos, Belo Monte foi concebida segundo as concepções militares, principalmente a partir de 1975, momento em que houve a responsabilidade de elaborar o projeto básico de Engenharia e os Estudos de Impacto Ambiental – EIA/Rima –, ou seja, os primeiros estudos sobre como aproveitar o rio Xingu para produzir eletricidade. Em quatro anos de estudo, o Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) chegou à conclusão de que seria possível construir cinco (05) usinas hidrelétricas no rio Xingu. Prevista para iniciar em 1993 a primeira hidrelétrica Kararaô, com produção de um pouco mais de 11.00 MW, representando assim muita eletricidade com capacidade de sustentar as fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro (PONTES, 2010).

Este processo inicial com o passar do tempo se modifica em questão de condicionamentos colocados em pauta por meio de estudos, debates e posicionamentos de grupos de esquerda e ainda devido a posição da Igreja, representada pela presença de padres, freiras, indígenas, agentes de pastorais, sindicatos e partidos de esquerda. Em 1989, no I Encontro dos Povos Indígenas, encontro organizado para este momento, a batalha foi vencida, motivado pela pressão da organização e “pelo cancelamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) houve o cancelamento de todo o financiamento para as hidrelétricas na Amazônia”. (PINTO, 2002, p. 30-31). O projeto foi arquivado, porém não esquecido.

A Prelazia do Xingu acompanha o processo de desenvolvimento da sua própria região até os dias atuais e se coloca resistente à construção de Belo Monte, isto se deve, segundo esta pesquisa, a sua história de inserção na região fomentada por meio do contínuo esforço em dar visibilidade às situações ocorridas nas localidades, haja vista, a mesma cumpre o papel de incentivadora e promotora de debate em universidades, na mídia e também entre as autoridades. Afirma-se, então, que a partir de tais ações desta instituição católica na região pontua conceitos e teorias. Demonstra-se ainda que a Igreja do Xingu contribuiu no processo de formação dos movimentos sociais, entre eles o reconhecido como Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS). Percebe-se a construção do discurso de atuação da Igreja do Xingu evidenciando a gênese, as concepções acerca da contraposição à Belo Monte e suas influências no pensamento e lutas desenvolvidas pelos movimentos em volta do Xingu.

Sobre os discursos e representações de Belo Monte, tratou-se pela perspectiva do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) que em síntese “é o sujeito que fala – ou o discurso coletivo representado em um sujeito” (LEFEVRE, 2000, p. 3). O depoimento é singular – na primeira pessoa – mas sempre nesta percepção de encontrar o efeito da opinião do coletivo em um único sujeito de discurso. O DSC, de acordo com Lefevre (2000), tem o arcabouço na Teoria das Representações Sociais que, por sua vez, elenca uma série de operações sobre a matéria-prima de depoimentos coletados em pesquisas empíricas de opinião por meio de questões abertas, que se concretiza em depoimentos coletivos vinculados a depoimentos individuais.

O rio Xingu revela-se como símbolo de um novo movimento, em que a comunidade está exposta, pelos impactos que certamente ocorrerão, em função da construção da hidrelétrica. Nas entrevistas realizadas e nas manifestações expressas em relação à Barragem, esta é identificada como uma ameaça ao modo de vida de vários grupos do Xingu. Em contraposição a este novo tipo de desenvolvimento, há uma rede de resistências tecidas por inúmeros grupos sociais, com a particular presença de protagonistas pertencentes à Igreja do Xingu, que ao longo de sua existência, neste espaço eclesial, se colocam em favor da causa das populações atingidas pelos grandes projetos na Amazônia.

## 2 IGREJA DO XINGU TERRITÓRIO ECLESIÁSTICO: CENÁRIO DE LUTAS E CONQUISTAS

Na Amazônia brasileira, quando se aprecia a diversidade e a complexidade, percebe-se claramente a presença de mecanismos de dependência acumulados e reproduzidos no curso de um período recente (a partir de fins do século XIX), a presença de tais mecanismos impõe conflitos marcados por enfrentamentos de políticas de colonização posta em operação a partir dos anos de 1950, durante a ditadura militar. O programa de Integração Nacional das regiões norte e nordeste do Brasil, com perspectiva de mudar a realidade das desigualdades regionais do país. Assim, o “modelo desenvolvimento” que envolveu uma grande parte da Amazônia brasileira chega a Região do Xingu, decolando situações de muitos conflitos, mas também de resistências, mobilizações interligadas entre Igreja Católica, movimentos sociais, partidos de esquerda, intelectuais orgânicos, entre outros em defesa do território, do meio ambiente e das populações tradicionais.

A Prelazia do Xingu, com sede em Altamira, percebe-se na cidade os vários espaços como contribuição da Congregação Preciosíssimo Sangue de Cristo (CPSC) que recebeu a estrutura seguindo a lógica de assistência ou das necessidades existente nas dioceses e Prelazias da região, mas não se limitou a sua sede da Prelazia, está em processo de extensão pastoral. O elemento estrangeiro arrecada em seu país de origem, geralmente europeu, recursos para construir infraestrutura para atendimento da comunidade. A exemplo deste elemento de condições físicas em Altamira, a CPSC construiu: o hospital São Rafael em 1968, a 1ª Escola de nível secundário Instituto Maria Matias em 1976, O Cine João XXIII na década de 60 e contribuiu com equipamentos vindos da Alemanha para a construção da 1ª Cerâmica de São Sebastião (UMBUZEIRO, 2012).

Assim, as dioceses e as Prelazias, para suprirem o atendimento à comunidade em seus municípios-sede, acabam assumindo papéis que obrigatoriamente seriam do Estado, ou seja, na ausência destas organizações, assumem este papel. As demandas crescem com os movimentos migratórios que geralmente são acompanhados por pesados investimentos em infraestrutura, mudando de forma contundente as relações fundiárias no país, no entanto, a história tem mostrado que os pesados investimentos sempre ficam inacabados, deixando em situação de calamidade após sua saída.

O território eclesiástico do Xingu é delimitado do sul ao norte do estado. A Prelazia do Xingu representa um campo de observação dos processos de transformações territoriais dentro do território eclesiástico. O sentimento regional se desenvolve ou se atenua com a intensidade de evangelização, se desenvolve também com a identidade que acentuaram os conflitos e sucessivamente com as transformações em volta da Terra do Meio, assim chamada por se localizar entre dois rios importantes da Bacia Amazônica, Tapajós e Xingu, região localizada no meio do Pará.

As ações da Prelazia do Xingu que historicamente estão presentes em seus documentos – com marcas de denúncias e pregações – objetivam a preservação de sua *territorialidade* “compreendida aqui e marcada pelo movimento de apropriação e reprodução das relações sociais”. (CARA, 1994, p. 262-263). Tais concepções estão estritamente vinculadas à cotidianidade e são vistas pelas múltiplas dimensões dos grupos sociais, nascidos e fortalecidos sob a identidade católica no Xingu, que envolvem processos marcados pela identidade e cultura religiosa. Os missionários consideram o Xingu como um lugar sagrado, pois se estabeleceram neste espaço a partir da participação e da memória histórica, no tempo e no espaço da região. Certamente, “o território identitário religioso não é apenas ritual e simbólico ele é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio, das quais se afirmam e vivem as identidades”. (ROSENDAHL, 2005, p. 5).

Considerando a diocese e a Prelazia como unidades político-administrativas que atuam no processo de regulação das ações de controle pastoral, em si, observa-se que estas constituem uma unidade de representação do território de aproximação entre o regional e o universal, do cotidiano constituído no local e das ações de escala no mundo. Percebe-se no Xingu que o grau de participação da igreja na vida da comunidade ao longo de sua permanência, no qual foi capaz de criar símbolos e representações, articulam através do meio ambiente a sua própria história. Verifica-se, portanto, uma identidade espacial e comunitária onde os conceitos de territorialidade e identidade, ou seja, “a qualidade subjetiva do grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida”. (RAFFESTTIN, 1977, p. 130 apud CARA, 1994, p. 262). O local, o regional, o nacional podem ser analisados segundo a conceitualização de territorialidade como “continuidade e descontinuidade espacial que voluntariamente se constrói a identidade, o sentido de pertença, de tomada de consciência no local em que habita, convive, almeja, sacraliza o seu ambiente” (CARA, 1994, p. 262-263). Logo, a construção da identidade territorial do Xingu, segundo seus objetivos e ações, formaram uma territorialidade particular de movimentos em favor das minorias existentes no local, mas em especial, a partir de um tempo de igreja considerada “profética”<sup>5</sup>.

As concepções proféticas resultam de um processo de formação de lideranças religiosas e leigas, construídas pela Igreja a partir da década de setenta (1970) e fundamentadas na teologia da libertação – movimento que desenvolveu “em sua prática religiosa e política a construção de uma utopia na América Latina e no Brasil”. (SCHERER–WARREN, 1993, p. 27-28) e, assim, “contribuiu direta ou indiretamente para uma nova compreensão da realidade brasileira”. (IOKOI, 1996, p. 67). Esta Igreja proporciona, a partir da década de oitenta (1980), mecanismos de apoio à dinâmica de lutas e resistências de conteúdos que visam ações transformadoras à sociedade e que “serviu de apoio e expressão da fala e da luta dos pobres da cidade e do campo”. (MARTINS, 1991, p. 29).

Quanto à gestão eclesial vivenciada pela Igreja Católica, faz-se diferenciada da lógica dividida pelo estado – nação, IBGE ou região academicamente reconhecida. Por meio de decisões eclesiais, em particular no Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se configura em divisões regionais, sendo estes espaços denominados de Regional Norte II. A pesquisa fez o recorte espacial demarcado pela divisão da territorialidade católica identificada em sua origem pela distribuição de suas unidades, em diocesanas e preláticas, associadas em suas atividades pastorais e suas reflexões nas dimensões espaciais desde os primeiros missionários chegados ao Xingu.

Esta divisão eclesial não segue a divisão do Estado-nação que se dá por meio de acordos diplomáticos delimitados juridicamente, mas representa uma abstração instituída politicamente e reconhecida legalmente pela escala nacional e, ao mesmo tempo, é subordinada ao controle da legislação internacional. Assim são fixadas as normas, os regulamentos e os obstáculos para proteger o território e suas melhorias a partir de medidas político-administrativas outorgadas. Devido ao tempo de colonização que ampliou o espaço eclesial por meio de “ocupações, invasões, os conflitos e ambição dos portugueses, pois apesar da bandeira dos portugueses em editar a fé, mas por excelência seus objetivos eram comerciais.” (FRAGOSO, 1992, p. 181-184).

---

<sup>5</sup> No Primeiro Testamento (Bíblia Cristã), os profetas foram referência, pois não aceitavam uma sociedade injusta, mas lutavam pelo cumprimento da aliança com Moisés e suas Leis. Condenavam especialmente a opressão social, ou seja, não admitiam que os mais ricos explorassem os que nada tinham, (Am 4, 1). Também pregavam contra a bajulação aos ricos, usada para conseguir qualquer favor (Am 6, 1). Ao fazer referência sobre o assunto, Macedo (1986, p. 59) diz que: “O tom profético da Igreja Católica se constituiu como uma das poucas instituições nacionais capazes de enfrentar o Estado”.

No Xingu, segundo levantamento histórico, já havia todo um processo de colonização e sucessivamente de evangelização, pois, logo depois da expulsão dos holandeses, a partir de 1636, a Companhia de Jesus iniciou a catequese e a ocupação territorial, sua permanência durou até 1760 implantando no baixo e médio Xingu centros de aldeamentos. A própria Companhia de Jesus ensinou ofícios aos índios para a construção de seus colégios e suas Igrejas. (ACEVEDO, 2010, p. 4).

Nascida juridicamente para atender as determinações da Santa Sé, a Prelazia do Xingu foi confiada aos cuidados da Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue (CPPS) de origem austríaca. No período de 1935 a 1948 a Prelazia foi governada por administradores apostólicos: Dom Amando Bahlmann, OFM (1935) e Padre Clemente Geiger, CPPS (1935-1948). 1º Bispo D. Clemente Geizer (1948 - 1971) e 2º Bispo D. Eurico Krätler (1971 – 1981). O 3º prelado estava sob a responsabilidade de Dom Erwin Krätler, no qual foi presidente do Conselho Indígena Missionário (CIMI) de 1983-1991, de 2006 aos dias atuais do CIMI. Dom Erwin Krätler, durante oito anos, foi o responsável nacionalmente pela Dimensão Missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atualmente é bispo prelado emérito do Xingu, e vice-presidente da REDE Eclesial Pan-Amazônica (REPAM).

A Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM) foi fundada em setembro de 2014, em Brasília (DF). Entidades fundadoras: Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Secretariado da América Latina e Caribe de Caritas (SELACC), Confederação Latino-americana e Caribenha de Religiosos e Religiosas (CLAR). O nascimento se dá a partir de uma provocação da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, em Aparecida (SP), em que sugeriu “[...] Estabelecer entre as Igrejas locais de diversos países sul-americanos, que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas para criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum”. (DOCUMENTO DE APARECIDA, 2007, (475), p. 73).

Desde então se inicia um diálogo de maturação até se criar a REPAM que abraçasse a realidade da Pan-Amazônia que envolve os nove países que têm a floresta amazônica em seu território: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname.

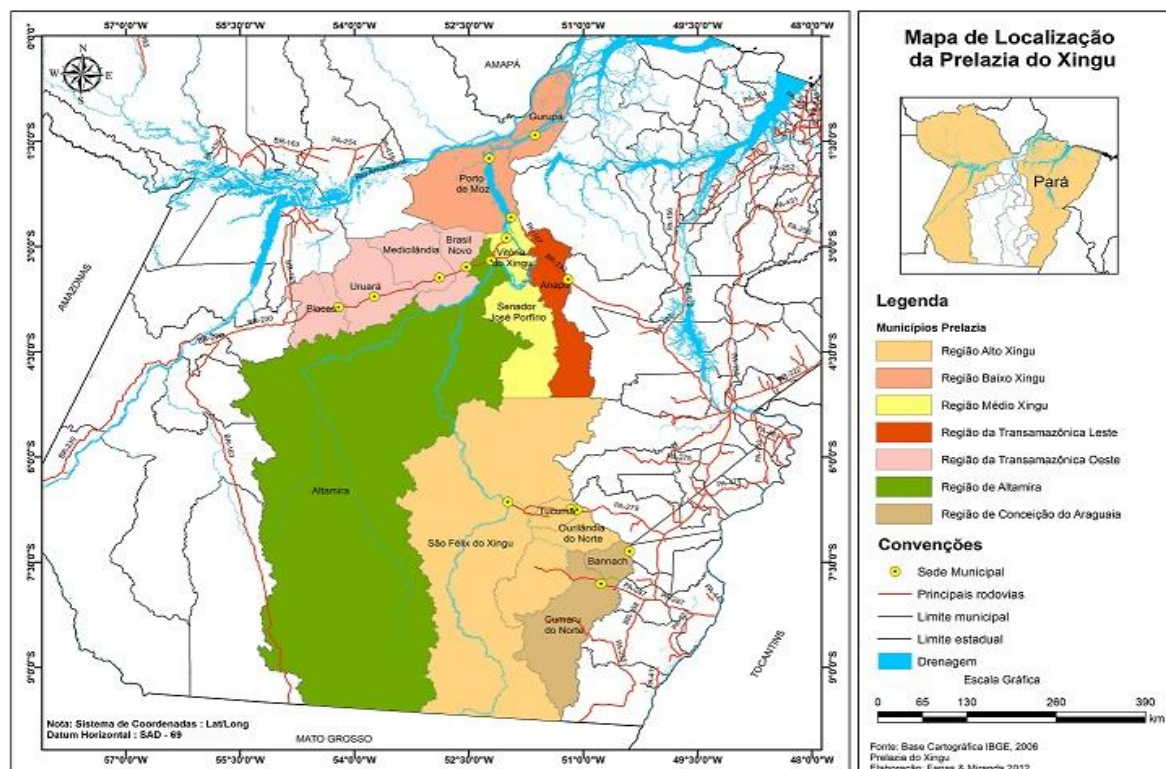
Em 2012, contando os anos do 2º bispado e do 3º bispado totalizam um pouco mais de setenta (70) anos no Xingu, significa dizer que a Prelazia acompanhou as principais mudanças referentes ao lugar. Em 2015, por limite de idade, D. Erwin Krätler renunciou deixando a vacância para um novo episcopado e novos “espíritos” na Igreja. A Prelazia até o ano de 2019, era o maior Vicariato Brasileiro, em termos de extensão territorial que abrangia uma área de 368.086km<sup>2</sup>, e a Prelazia do Xingu era responsável pelos espaços abaixo com sede em Altamira.

**Tabela 1** - Aspectos demográficos dos municípios que compõem à Prelazia do Xingu

MUNICÍPIO	AREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO TOTAL
<b>Altamira*</b>	159.533	14.983	84.092	99.075
<b>Anapu</b>	11.895	10.710	9.833	20.543
<b>Brasil Novo</b>	6.303	6.899	8.791	15.690
<b>Gurupá</b>	8.570	19.482	9.580	29.062
<b>Medicilândia</b>	8.272	17.769	9.599	27.368
<b>Placas</b>	7.173	19.080	4.854	23.934
<b>Porto de Moz</b>	17.423	19.373	14.583	33.956
<b>Senador José Porfírio</b>	14.419	6.470	6.575	13.045
<b>Uruará</b>	10.791	20.359	24.470	44.829
<b>Vitória do Xingu*</b>	4.751	8.069	5.362	13.431
<b>TOTAL</b>	<b>280.678</b>	<b>143.194</b>	<b>177.739</b>	<b>320.933</b>

Fonte: IBGE, 2010.

Em 06 de novembro de 2019, com a reestruturação eclesial do Regional Norte 2, o Papa Francisco elevou a Prelazia do Xingu à categoria de Diocese do Xingu com sede em Altamira-PA. Na ocasião, criou a Prelazia do Alto Xingu com sede em Tucumã-PA. Para a Diocese do Xingu, foi nomeado como primeiro Bispo Diocesano: Dom Frei João Muniz Alves, OFM. A instalação da Diocese e posse do Bispo ocorre em 1º/02/2020, em Altamira. Quarto e atual Bispo Prelado: Dom João Muniz Alves, OFM (2016-2019). Continua sendo o maior Vicariato Brasileiro, o mapa abaixo demonstra sua extensão de norte a sul do estado do Pará. Além da extensão, o trabalho pastoral realiza-se na área conhecida como Terra do Meio. Abaixo a extensão do território de norte a sul do Pará.

**Mapa 1** - Extensão territorial da Diocese do Xingu

Fonte: Adaptado da Prelazia do Xingu pelo Maicon Farias, 2012/2020.



A Terra do Meio é uma área de floresta tropical Amazônica relativamente intacta que se estende por 8,3 milhões de hectares entre os Rios Xingu, Tapajós, Curuá, Xipaia e Iriri. A terra do Meio faz divisa ao Norte com os territórios indígenas Arara, Kararaô e Cachoeira Seca do Iriri; ao Oeste com a Estrada Cuiabá-Santarém; ao Leste com o Rio Xingu; ao Sul com as terras indígenas Kayapó. Pelos menos dois territórios indígenas (Xipaia e Curuá) estão dentro da área, mas ainda não foram demarcados ou formalmente reconhecidos pelo Governo Brasileiro. (PONTES; BELTRÃO, 2005). Em 2001 emergiu um conflito na região da Terra do Meio na área indígena dos Apiterewa-Parakanã. Esta área indígena foi regularizada em 1992 com uma extensão de 980.000 hectares. Apesar disso, o INCRA criou um assentamento (São Francisco) dentro da área e os madeireiros há anos vêm explorando sistematicamente o mogno nos limites das terras dos (Apiterewa-Parakanã.). Quando se fala em Terras Indígenas homologadas, delimitadas e identificadas, localizadas na região do Médio Xingu estão aquelas com a existência da população de 8.450 denominadas de Paquisamba, Boa Vista, Laranjal, Cachoeira Seca, Arara do Maia, Araweté, Koatinemo, Kararaô, Baú – Mekrãnoti – Kayapó – Badjonkore, Kuruaya, Parnará, Apyterea, Xipayá, Trincheira – Bacajá-Tukum.

A Prelazia do Alto Xingu é formada pelos municípios de Tucumã (Sede da Prelazia), São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Bannach, Cumarú do Norte (pertenciam a Diocese de Conceição do Araguaia) e Água Azul do Norte (pertenciam a Diocese de Marabá). A Prelazia possui 4 Paróquias: Paróquia Nossa Senhora Aparecida (Catedral Prelatícia, em Tucumã (Pará), Paróquia Santa Rita de Cássia, em Ourilândia do Norte, Paróquia São Félix, em São Félix do Xingu.

Com base nas concepções prioritárias de defesa dos direitos humanos, compromisso com a realidade local, ressalta-se também que a Prelazia do Xingu acompanha o processo de desenvolvimento da sua própria região e se colocava resistente à construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, colocando em pauta um grande debate na sociedade brasileira que ultrapassou os limites do local e se configurou em debates e intervenções internacionais. Isto se deve, segundo nosso entendimento, a sua história de inserção na região fomentada por meio do contínuo esforço em dar visibilidade às situações ocorridas nas localidades, haja vista, a mesma cumpre o papel de promotora de debate em universidades, na mídia e também entre as autoridades. Isso se configura até os dias atuais. Demonstra-se ainda que a Igreja do Xingu contribuiu no processo de formação dos movimentos sociais entre eles o que é reconhecido como Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS). À época, se evidenciou veementemente em conjunto com a Igreja do Xingu, principal presença e articulação nas lutas desenvolvidas pelos movimentos em volta do Xingu. Afirma-se, então, que a partir de tais ações desta instituição católica na região pontuou-se conceitos e teorias.

Autores como Lefèvre e Lefèvre (2006, 2002) e Brandão (1996), são os teóricos que evidenciam o discurso social em articulação com suas representações sociais da ação coletiva em “conexões individuais construídas pelo sujeito em sua interação com a realidade social, do mesmo modo que a realidade social constitui-se da multiplicidade de experiências individuais”. (AVANTARA; VESCE, 2008, p. 6). Afirma-se, por conseguinte, com a adoção da tese de tais teóricos, que as representações sociais abordadas em relação ao Xingu, situam-se entre o particular e o universal. Dentro da temática abordada é demonstrado que as observações em relação às opiniões e às discussões acerca das questões sobre Belo Monte foram tratadas pelos entrevistados como próprias dos sujeitos da pesquisa. O trabalho a partir da técnica do discurso do sujeito coletivo permitiu compreender que as ideias e os posicionamentos não se centralizam sobre determinado tema, mas traduzem reconstruções e significados, pelas relações interpessoais ampliadas e as relações sociais (AVANTARA; VESCE, 2008).



Portanto, o discurso do sujeito coletivo junto às ações coletivas são os principais pontos para relacionar os conceitos de território e territorialidade com as perspectivas de confiança ao modelo de desenvolvimento sustentado por gestores oficiais enquanto processo planejado para superar o atraso especialmente nas décadas de 1980 e 1990. As entrevistas foram obtidas no período de estadia em Altamira.

Considerando as representações sociais, as mesmas entendidas como “a expressão do pensar ou achar determinada população sobre determinado tema. Este pensar por sua vez, pode se manifestar, dentre outros modos, através do conjunto de discursos verbais emitidos por pessoas dessa população”. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 3).

### **3 ALTAMIRA: UM CONTEXTO E UMA HISTÓRIA DOS ACORDOS DE DEPENDÊNCIA**

Em sua dimensão territorial, Altamira possui uma área de 159 695,938 km<sup>2</sup>, o que o torna o maior município do Brasil e o terceiro maior do mundo. Os seus limites estão ao Norte – Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis; ao Leste – Senador José Porfírio, São Félix do Xingu e Vitória do Xingu; ao Sul – estado do Mato Grosso; e a Oeste – Itaituba, Trairão e Novo Progresso. Altamira é também região de fronteira.

Muitos processos em Altamira mudaram o cenário da cidade, tem-se como exemplo: a construção das primeiras estradas amazônicas – Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, que nos anos sessenta e setenta foram construídas com a função de acesso à Região Norte para colonos, garimpeiros, fazendeiros, comerciantes e grandes empresas, procedentes de outras regiões de dentro e de fora do país. As ações dos governos militares com o interesse de implantar múltiplos projetos de desenvolvimento nas regiões, tais como: Zona Franca de Manaus, Grande Carajás, a construção de hidrelétricas Balbina, Samuel e Tucuruí no estado do Pará. (LITTLE, 2002, p. 12). As migrações que detêm como tendência a permanência daquelas que vieram com suas famílias e se tornam cidadãos altamirenses.

Na região do Xingu, a abertura da Transamazônica é considerada um marco histórico como muitas mudanças na década de setenta (1970). Trouxe para a cidade de Altamira o presidente militar, Emílio Garrastazu Médici, que viajou para o Xingu com o objetivo de abrir oficialmente os trabalhos da construção da Transamazônica, que liga Belém a Porto Velho, passando pela selva virgem da Amazônia. Os reais investimentos estavam na descoberta de riquíssimos recursos em ouro, diamantes, ferro, madeira e outras riquezas presentes na Amazônia. A rodovia Transamazônica (BR 230), ao ser construída, cortou o território de inúmeros povos indígenas e nessa região está situada a maioria das terras indígenas que se encontram no estado do Pará (CIMI, 2010, p. 137). O acesso à terra foi a principal motivação deste processo de migração, objetivando melhores condições de vida, partindo de várias partes do país no sentido da Transamazônica.

É no município de Altamira que se inicia a “volta grande do Xingu”, trecho sinuoso e cheio de cachoeiras do Rio Xingu onde, no final do trecho, será construída a Hidrelétrica de Belo Monte. Essa hidrelétrica, com capacidade de 11.182 MW, será a terceira maior do mundo, após Três Gargantas, na China, e Itaipu, entre o Brasil e Paraguai, inundará cerca de 400 km<sup>2</sup>, principalmente nos municípios de Vitória do Xingu e a própria cidade de Altamira. A intenção de construção de hidrelétricas no Xingu teve início – em 1975 – em pleno regime ditatorial que apresentava como base o discurso do desenvolvimento e do progresso na região. A Eletronorte realizou estudos de aproveitamento do rio Xingu para produzir eletricidade e, no mesmo ano, contratou a firma Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC), pertencente à Empresa Camargo Correa, para pesquisar onde poderia construir as hidrelétricas nos rios Xingu e Iriri. Em 1979, o CNEC finalizou os estudos e na época concluiu que seria possível construir cinco (05) hidrelétricas nos rios Xingu e Iriri. A primeira Hidrelétrica

estava marcada para iniciar a construção em 1993, junto com esta seria construída a barragem de Juruá, cuja função seria desviar a água do rio Xingu até a casa de força Kararaô<sup>6</sup>. A hidrelétrica de Kararaô produziria 11.000MW, que representa alta produção de energia, mas que sua eletricidade seria levada através de linha até o sul do país para uso das fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro. A Hidrelétrica de Belo Monte movimentou e/ou mobiliza um número acentuado de trabalhadores migrantes cujos fatores primordiais desta migração são apontados por muitos estudiosos (SCHAAN; BEZERRA NETO; ALENCAR; SARGES, 2010) como os fatores de ordem econômica, que mobilizam força de trabalho diferenciada, mas sem condições efetivas de desenvolvimento regional, como se pode observar através dos grandes projetos implantados na Amazônia. As pessoas se sentem atraídas por oportunidades de trabalho ou terra para cultivar. A política implantada tanto pelos governos militares como pelos governos ditos de esquerda não modificam as políticas que atendem esta força de trabalho migrante, pois continuam desengavetando projetos da época do governo militar que favorecem os grandes deslocamentos de força de trabalho.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

##### 4.1 DISCURSOS E PRÁTICAS SOBRE O “NOVO” E O “VELHO” DESENVOLVIMENTO E PROGRESSO

Cheguei em Altamira por volta de quinze horas, numa tarde muito quente, na segunda-feira santa.<sup>7</sup> Já no caminho da cidade indaguei ao motorista o porquê da grande fileira em frente ao prédio todo azul? Em resposta ele mencionou: hoje é dia de pagamento dos peões que vão fazer à hidrelétrica. Novamente olhei um lugar sem cobertura, o sol fervendo e os trabalhadores com macacões de cinza claro, ou cor de terra preta misturada com areia. A cidade estava bastante barulhenta, com o trânsito intenso de carros, motos e muitos homens. Em busca de posicionamentos sobre a situação inicial em que se encontrava Altamira, em plena Semana Santa, no período de abril de 2012, cheguei, enfim, nesta cidade. Ao chegarmos ao endereço, o motorista perguntou meu nome, de onde eu vinha e se estavam me esperando. Anunciou minha chegada, o portão foi aberto e fui recebida com gentileza, mas com desconfiança por parte do segurança que fez questão de pegar minha pequena bagagem. Entendi depois a preocupação com a bagagem<sup>8</sup>. Além dele, mais dois homens em pé e duas mulheres estavam de cócoras descascando mandioca, em seguida, outra surgiu e foi me abraçar.<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Na língua Kaiapó significa um grito de guerra.

<sup>7</sup>Notas de Diário de Campo - abr./2012: Chegando em Altamira, ao pegar o táxi da vez perguntei ao motorista: Tem muita gente aqui mesmo como estão falando por ai? Não! Moça tem mais do que estão falando! Muito mais! Você vai pra onde? Para a casa do bispo. Neste endereço. Casa do bispo! Onde é a casa do bispo? Perguntou a outro motorista. É a casa de D. Erwin, a Praça Mattias, está em construção, a entrada é pela lateral. O senhor não mora aqui? Moro, mas estou aqui há pouco tempo. Ele tá na praça há trinta (30) anos, eu estou há três (03) meses. O senhor é de onde? Sou de Uruará, passei no Concurso da Guarda de Trânsito aqui em Altamira, mas sou baiano. Faça um extra no táxi! É bom o extra? É [...] todo dia chega gente neste aeroporto! Dá pra ganhar um dinheirinho bom!

<sup>8</sup> Notas: Diário de Campo - abr./2012: A casa vive em um verdadeiro sistema interno de vigilância eletrônica alcançando a orla, a praça, ou seja, ao redor da Prelazia. É um sistema vivido por D. Erwin há oito (08) anos. Está ameaçado de morte pelas várias denúncias contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, das crianças emasculadas, devastação da Amazônia e hidrelétrica de Belo Monte. Ao falar sobre o assunto diz que perdeu sua liberdade exterior, não pode mais caminhar na orla, caminha na casa rezando três (03) terços, não vai a festas de aniversários e casamentos, pois sempre tem que levar mais duas (02) bocas.

<sup>9</sup> Notas: Diário de Campo - abr./2012: Você é Tânia? Sim! D. Erwin me falou de você. Fez boa viagem? Meu nome é França. Está muito quente! Agora, mas mais tarde é chuva. Preparei o quarto, para uma pessoa, ele me disse que você viria sozinha. Eu levo as suas coisas. Você não quer logo falar com ele? O que a senhora me diz?

Os diálogos nas notas de rodapé nos dão a noção da acolhida por parte da Igreja, dos encaminhamentos para viabilizar a pesquisa e do interesse em apresentar suas ideias em relação às suas exposições contrárias à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, a opinião nada contrária a energia limpa e sobre o desenvolvimento e progresso do país. A Prelazia do Xingu se manifesta em favor dos ribeirinhos, dos indígenas e populações que necessitem de seu acompanhamento. São concepções amadurecidas, coerentes e consistentes com os princípios e os valores humanistas da Igreja Católica. É a conversão pela convivência e o modo simples de viver o Evangelho.

Na oportunidade da semana – momento em que os cristãos estavam em sintonia com o período considerado santo – foi, então, possível verificar os posicionamentos favoráveis ou contrários de outras Igrejas. No decorrer da pesquisa, a coleta nas igrejas – Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e Assembleia de Deus (AD) – a abordagem foi um pouco mais complicada, porém, seguindo os passos de Malinowski (1990), não ficar esperando e procurar buscando informações em outros espaços, mesmo que pareçam inacessíveis, ou ainda, “buscar o dados e isolar e relacionar uns com os outros e compreender pela qual eles se integram” (MALINOWSKI, 1990, vol. I, p. 317 apud FERNANDES, 2011, p. 121) foi necessário e importante para a pesquisa abordar oportunamente e entrevistar neste período sagrado para os cristãos que é a Semana Santa. Após várias tentativas e com muito custo conversei e consegui as entrevistas, ressalta-se que tudo eles falaram utilizando meias palavras, pois estavam sem a autorização do pastor.

Não há técnicas para estreitar laços, mas a confiança adquirida para o relato dos fatos, em particular pela situação<sup>10</sup> em que encontravam-se as lideranças do Movimento Xingu Vivo para Sempre e da Prelazia e também da própria comunidade no momento desta etapa da pesquisa, foi necessariamente importante. Pois, isso depende “do grau de interesse e o grau de intimidade podem combinar-se para aumentar ou diminuir o anonimato da experiência” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 52), portanto, acredita-se que o viés escolhido por meio dos laços pastorais foram essenciais para compor o quadro orientado na pesquisa. Por isso, com as entrevistas autorizadas e gravadas para aprofundar a temática acerca da Igreja do Xingu, do Movimento Xingu Vivo para Sempre e da comunidade do Xingu, nos propomos analisar os dados coletados.

Ora tudo parecia rotineiro, ora as problemáticas pareciam para mim como fatos para as questões levantadas. “O tempo que encontro na realidade diária é contínuo e finito” e ainda complementado quando é afirmado que o face a face o outro é plenamente real “[...] contudo, nenhuma outra forma de relacionamento social pode reproduzir a plenitude dos sintomas da subjetividade presentes na situação face a face”. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 45 e 47).

Para alguns setores da sociedade e, principalmente, para os governos federal e estadual a inserção de grandes projetos de infraestrutura na região amazônica representa efetivamente desenvolvimento para a região. Esta percepção, como visto anteriormente, é hegemônica, mas

---

São 15h e sei que muitos padres têm a sua sesta até esse horário. D. Erwin tem, mas é uma sesta [cf. Dicionário de Português Online Michaelis: tempo de descanso após o almoço, à hora do maior calor] bem leve.

<sup>10</sup> No dia 2 de abril, o juiz estadual da comarca de Altamira, Wander Luís Bernardo, deferiu parcialmente uma ação do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) contra o Movimento Xingu Vivo para Sempre, contra a coordenadora, Antonia Melo, e o jornalista, Ruy Spozati, e outras duas pessoas vinculadas a luta social em Altamira. O Juiz emitiu um mandado proibitório, em caráter liminar, impondo multa de até cem (100) mil reais caso os citados cometam “qualquer molestia\* à posse” do consórcio ou ao exercício das atividades dos trabalhadores ou ainda impeçam seu acesso aos canteiros. A liminar acusava o Movimento de incentivo à Greve dos trabalhadores da obra. A liminar saiu para os três líderes, mas, no momento da greve, somente o jornalista do MXVPS estava cobrindo o evento. Várias reuniões estavam acontecendo ao mesmo tempo com os advogados da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) que prestam serviços ao MXVPS. Em virtude desse fato, tivemos dificuldades para efetivação das entrevistas, que mesmo marcadas antecipadamente, foram adiadas e outras não realizadas como, por exemplo, no caso da representação do CIMI de Altamira. \* [cf. Dicionário de Português Online Michaelis *molestar* significa: Enfadar, incomodar, importunar].

não é compartilhada por todos os grupos sociais, direta ou indiretamente, envolvidos nos conflitos daí decorrentes. Assim, formam-se dois blocos de discussões acerca de Belo Monte que enfatizam posicionamentos diversos sobre a vida e o processo de desenvolvimento e suas relações com o capital global.

#### 4.2 DOIS DISCURSOS: UM A FAVOR DA VIDA E OUTRO A FAVOR DO NEGÓCIO A QUALQUER PREÇO

Por parte dos representantes da Igreja Católica e do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), suas propostas enfatizam a criação divina, as necessidades dos ribeirinhos, dos indígenas e a defesa da vida em abundância, assim como o seu significado centrado em “água boa, alimentação, escola, lazer, ambiente, tranquilidade”. (ANTÔNIA MELO, ENTREVISTA CONCEDIDA À AUTORA, ABR., 2012). Dentro destas perspectivas de pensar as comunidades regionais, o processo de aceleração vislumbrado pelo paradigma da globalização está longe de atender as concepções de desenvolvimento e progresso almejadas por estes grupos.

As propostas encaminhadas pelo Estado tratam da realidade objetiva para direção da infraestrutura do território e compreendem o processo de uma organização social na qual se vende o trabalho, se arrenda a terra e se investe livremente o capital. Associado a este contexto, se organiza o poder político centralizado e monopolizado, separando a sociedade civil da gestão política que rege o território (HOUTART, 2011). Para Santos (1994), é uma tendência da globalização se consolidando com a lógica de extroversão e fragmentação do território.

Estado e Consórcio Belo Monte estão diretamente associados às formas de organização do capitalismo no processo atual da globalização que procura atender as novas tecnologias, sendo estas estendidas à base material de sua reprodução – a informática e a comunicação – que dão, portanto, ao capitalismo uma dimensão realmente global, onde o sujeito passa a viver este processo assumindo a postura de um agente global. Neste contexto, a busca por novas fronteiras constitui um dos objetivos dos grandes consórcios e defensores da nova divisão social do trabalho e do modo de industrialização acelerado. A crise do capital financeiro e produtivo trazem novas frentes, tais como a agricultura camponesa – que deve ser convertida em uma agricultura produtivista –; os serviços públicos – os quais devem passar ao setor privado – e a biodiversidade, como base de novas fontes de energia e de matéria-prima. “O resultado é que agora todos os grupos humanos sem exceção, estão submetidos à lei do valor, mulheres, nativos, trabalhadores do campo e da cidade, mais uma vez o capitalismo enquanto projeto destrói as duas principais fontes de riqueza: a natureza e os seres humanos”. (HOUTART, 2011, p. 422-424).

Os aspectos referentes à defesa da vida apontados pela Igreja e pelo MXVPS, os credenciam para difusão do projeto em favor da vida na região do Xingu. Estas ideias e debates sobre o desenvolvimento e progresso, na região amazônica, foram refletidas e incorporadas ao projeto com base em vários documentos produzidos pela hierarquia da Igreja Católica no Brasil e suas representações no regional. Esta compreensão é evidenciada abaixo com exatidão pelo Papa Paulo VI quando afirma que:

O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista, não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento das civilizações em que ele se incluiu. O que conta para nós é o homem, até se chegar a humanidade inteira. (ENCÍCLICA *POPULORUM PROGRESSIO* (§ 14) 1967 apud RODRIGUES, 2010, p. 202).

Desse modo, a perspectiva cristã de desenvolvimento está na preocupação de desenvolvimento humano integral, proferida pela Igreja como um desenvolvimento que deve ser “de todo o homem e do homem todo” no sentido de uma visão “humanista do ambientalismo”. (RODRIGUES, 2010, p. 201).

No período da pesquisa, o Instrumento de Coleta de Dados foi aplicado para diferentes grupos de atuação na Prelazia, assim como para outros que foram envolvidos na construção da hidrelétrica e moradores na área afetada pelo processo de Belo Monte; com base na técnica de entrevista realizada em Altamira. Este processo apresentou as perspectivas de lideranças da Igreja Católica, do MXVPS, bem como de outras Igrejas. Na época foi importante sentir a cidade, o movimento em plena situação de alvoroço, em vista dos primeiros dias de construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Anterior ao início da construção, as opiniões estavam divididas entre a favor x contra a construção da hidrelétrica. A tabela a seguir, coletada no início da construção, acrescentou “agora sou contra, agora não tem jeito”.

**Tabela 2** - Perspectivas dos entrevistados da Igreja, Prelazia do Xingu, Movimento Xingu Vivo e Comunidade sobre a construção de Belo Monte

Entrevista dos/ Opiniões diversas	Quantidade								Total	
	Igrejas (ieq/urd)		Prelazia do xingu		Movimento xingu vivo		Comunidade			
	bs.	%	bs.	%	bs.	%	bs.	%	bs.	%
<b>Contra</b>	-	-	4	2,2	2	1,1	2	1,1	8	<b>44,0</b>
<b>A favor</b>	2	1,1	-	-	-	-	3	6,6	5	<b>28,0</b>
<b>Não sabe</b>	-	-	-	-	-	-	1	5,5	1	<b>6,0</b>
<b>Não tem jeito não</b>	1	5,5	-	-	-	-	1	5,5	2	<b>11,0</b>
<b>Agora é contra*</b>	-	-	-	-	-	-	2	1,1	2	<b>11,0</b>
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>7,0</b>	<b>4</b>	<b>2,0</b>	<b>2</b>	<b>1,0</b>	<b>9</b>	<b>0,0</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo. Entrevistas em Altamira. Abr./2012. Elaborado pela autora.

O sentido favorável dado a construção da hidrelétrica é a noção de progresso, “onde tem abelha tem barulho, por isso tem construção, onde tem barulho tem progresso” ou “quem tem dinheiro tem poder” “não adianta lutar”.

Nós estamos há TEMPO ASSIM. Sem estrada. Ninguém passa no inverno e no tempo de sol é muito pó. O Jornal Nacional veio aqui e mostrou alguma coisa? Que nada. Mostraram o Canteiro? Mostraram nada, são da Rede Globo. Eles lá vão mostrar, eles são unha e carne com a CCBM, tem dinheiro, eles lá vão dizer o que povo tá passando. Vão nada. Mostrou a rodoviária, que tá cheia de gente atrás de trabalho. E só. Não mostram a verdadeira realidade. Sou a favor do progresso, esse início vai passar e aí teremos o progresso na região. (Entrevista em Altamira, abr./2012).

O tempo de referência é o investimento na transamazônica nas décadas de 1970-1980, no qual houve um acirramento da ocupação da Amazônia brasileira, incentivado pelo governo militar que via na ocupação deste “vazio demográfico”, a possibilidade de garantir o domínio e a soberania nacional sobre a região, bem como a implementação de grandes projetos na perspectiva desenvolvimentista. Atualmente, o tempo de referência é outro, muito barulho e, assim, a comunidade se manifestou e se expressou em relação ao início de construção da Hidrelétrica de Belo Monte,

A cidade tá barulhenta, muito acidente, de carro, de moto. Não era assim muitos deram razão a Igreja Católica ou ao bispo “ele tem razão em defender a cidade, o meio ambiente, os índios”. “Pois depois que a construtora chegou em Altamira há

uma falta de respeito pelo trabalhador. As políticas básicas não estão sendo feitas como prometidas, um desastre social. Eu não concordo com Belo Monte. Eu não sei, mas não concordo. (Entrevista em Altamira, abr./2012).

“Onde tem barragem tem cheia”. Sobre a resposta “não tem jeito não. Já tai”. Ou ainda “a gente não pode fazer nada, não adianta concordar ou discordar”, ou “Eles têm dinheiro”. Quem disse que pobre tem vez. Minha Irmã tá difícil. A gente não queria. Mas tai. Mas a gente não concorda não. (Entrevista em Altamira, abr./2012).

As entrevistas acima e a seguir foram feitas de forma casual, andando pela cidade, na orla, nas igrejas, nas comunidades, durante as missas e procissões no período denominado pelos cristãos de Semana Santa.

Para os participantes da comunidade, na área da colônia e acima de 60 anos, as questões acerca do desenvolvimento envolvem as alterações na qualidade de vida na cidade, as mudanças no padrão habitacional, que se expressam no relato “[...] a cidade não dá valor a nada, agora vai ter desenvolvimento, muito no comércio, moradia, movimento grande. As colônias agora tem casa quando que nos vivia em barracas. Não tenho nada contra ao que traz desenvolvimento”. (Entrevista em Altamira, abr./2012).

Os discursos mais elaborados dizem que Belo Monte é inviável, não se sustenta. Belo Monte “é um crime ambiental, um crime social ainda maior contra comunidades indefesas e um crime econômico-financeiro contra o país, que vai despender trilhões incluindo dinheiro público do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)”. (SANSON, 2010, p. 2). É um processo, segundo alguns estudiosos, muito mais grave do que se imagina, pois está na raiz da tensão dos acontecimentos sociais e ambientais. É um modelo exógeno de exploração implantado na região à custa das riquezas das populações locais.

Discursos favoráveis a Belo Monte concordam com o desenvolvimento e o progresso, mas a cobrança pela infraestrutura da cidade afirma que tem que ser feita a Prefeitura, pois foi ela quem autorizou a construção de Belo Monte. Com ou sem autorização, Altamira e os estados nacionais, a partir da década de 1980, assumem o crescimento econômico e o progresso técnico como os únicos caminhos para garantir sustentabilidade. É um processo de ajustes institucionais, fiscais e jurídicos com incentivos para inovações, empreendedorismo e investimentos, com a capacidade de fornecer condições para um sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços à população (SANSON, 2010). Assim, o país desenvolvido estaria no mesmo patamar de consumo de países já desenvolvidos.

Na perspectiva do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), tem-se como análise a memória de um tempo considerado especialmente unitário para o fortalecimento das atividades que exigia um corpo de lideranças que caminhava em direção à resolução de situações de conflitos na região. Havia um opositor a cada tempo: o Estado brasileiro, a ditadura, o neoliberalismo. Durante a transição do regime autoritário para o democrático, nos anos 1980, o conjunto de representações da Igreja do Xingu atuou na Assembleia Constituinte em favor das emendas populares à Constituição e do combate à pobreza, onde seu foco de ação recaiu sobre a defesa da justiça social, da moral sexual tradicional e de uma crítica velada ao modelo neoliberal.

**Tabela 3** - Apoio recebido de entidades e grupos à Igreja e ao Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVS) em resistência à construção da hidrelétrica de Belo Monte

Ideia central	Expressões chave
E.1 A Igreja e o Xingu Vivo para Sempre - apoio financeiro, moral e logístico para as atividades muito mais de grupos de fora. Existe o nosso grupo, era muito mais forte quando todos estavam do mesmo lado inclusive o partido dos trabalhadores.	E. 1 Recebemos muito apoio. De muita gente do regional da CNBB, claro não de todos os bispos, no sentido de assinar, assinam, mas nós sabemos que alguns dizem não ter nada a ver com minha diocese. Apoio é para o bispo, mas fora do país e até de fora, mas temos apoio. Dos movimentos de dentro, nós estamos em torno dos que são tradicionais. O MAB, CIMI, GREN PEACE e outros...Os grupos envolta do povo do Xingu, são os que são diretamente atingidos pela barragem
E.2 A história política do MXVS e da Igreja também mudou devido as estratégias do PT eles defendem a proposta do capitalismo ditatorial. Se machuca o capital eles reagem. Se já gastaram tanto dinheiro parar por quê? Então o brasileiro vale é o capital. E esse estupro do capital no ecossistema.	E.2 Fizemos muitas lideranças inclusive as que estão hoje no PT. Que é a maior tristeza da minha vida uma grande decepção. Por isso, não queremos saber quem é de esquerda e quem é da direita. Se machuca o capital eles reagem. Se já gastaram tanto dinheiro parar por quê? Então o brasileiro vale é o capital. E esse estupro do capital no ecossistema. O governo não vale o cultural, os povos indígenas, aqui moram muitos. Vão acabar com a cultura, vão ser introyetados de outras culturas.
E.3 Os políticos dizem que é preciso ter barragem para desenvolver a região. Pergunte ao colono o que ele quer, ele vai responder: semente selecionada, assistência técnica, transporte, a segurança de que seu produto seja vendido, saúde, educação é isso que eles vão pedir.	E.3 Altamira foi a primeira igreja ao Brasil a falar em ecologia, meio ambiente e desenvolvimento João XXIII chama a atenção para isso, mas aqui digo que o grande marco da Amazônia foi o documento de Santarém. Que deu o tom para a evangelização na Amazônia claro houve influência de em toda a América latina. A igreja tem o dever de ficar do lado dos pobres, dos excluídos, dos atingidos.

Fonte: Pesquisa de campo. Entrevistas em Altamira. Abr./2012. Elaborado pela autora.

Ao analisarmos os discursos da Prelazia do Xingu e o seu potencial em estabelecer questionamentos e resistências à construção da hidrelétrica de Belo Monte, observamos que a Igreja Católica em seu conjunto teve um papel fundamental na mudança na Região do Xingu. Defende-se, devido a estas evidências, que no processo de territorialização e desterritorializações formatou espaços, criou ambientes, se apropriou de identidades, de lutas, não somente para se manter plausível, mas também para sustentar a própria sobrevivência enquanto estrutura que se recria diante das transformações da sociedade.

A Amazônia, descrita sempre em números grandiosos e com muitos superlativos, oferece abundância de recursos florestais, minerais e hídricos que se tornou objeto de interesse nacional e internacional, entra na lógica do processo acentuado pela globalização onde o território brasileiro é visto como plataformas ofensivas da economia mundial ou de exportação, como sustentam alguns autores como Santos (2000) e Ianni (1997). Por estes fatores, entre outros, o território que corresponde a região amazônica brasileira, continuará sendo palco da grande teoria global de desenvolvimento aliado ao crescimento e progresso.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje analisa-se que mesmo com a aliança de comunidades indígenas e tradicionais aliada a ambientalistas internacionais e se colocando em oposição a construção da barragem, mesmo com peregrinação das autoridades eclesiais junto aos órgãos competentes e assim fazer com que os olhos do mundo estivesse voltados para a região, é preciso entender que foi um insucesso, pois todos os danos previstos, tais como: Dezenas de milhares de indígenas e povos tradicionais foram forçados a abandonar suas casas e seu meio de subsistência, tal

como a pesca. No centro da cidade de Altamira, após o período de fundação e efetivação da hidrelétrica, 50 mil trabalhadores abandonaram a cidade. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em 2016, o desmatamento aumentou em 75%. Segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD/IMAZON, 2020), “Altamira registrou a maior área de desmatamento em toda a Amazônia Legal, totalizando 92km<sup>2</sup>”.

A indenização paga às comunidades indígenas durante a construção da barragem – até US\$ 10 mil por mês por aldeia indígena durante dois anos causou o reverso – a súbita explosão de dinheiro vivo estimulou uma corrida das comunidades rurais para adquirir bens de consumo e serviços modernos. Há vários processos judiciais contra a Norte Energia, acusando de destruição da cultura indígena.

A situação acima foi prevista pelos especialistas da área. Após o licenciamento para iniciar a construção da barragem, além das manifestações em vários lugares do país e fora dele e, na cidade de Altamira, aconteceram várias reuniões para discutir os itens reivindicatórios para o atendimento das demandas das comunidades que serão atingidas pela hidrelétrica.

Por outro lado, a Igreja e o Movimento Xingu Vivo para Sempre em suas demandas se mantiveram coerentes em seus projetos, compreenderam as mudanças latentes das questões ambientais, políticas, culturais, etc. e souberam ampliar suas articulações, associando, então, a luta local com as lutas da América Latina e do mundo. Dizemos não ser possível viver na atualidade sem que os novos paradigmas sejam impostos pela secularização, globalização e pós-modernismo. Hoje, as necessidades são imprescindíveis para as novas articulações, entendemos que o trabalho em rede viabiliza ações – moções que são pertencentes ao mundo – consoante, afirmam alguns estudiosos quando dizem que: “a extinção de espécies, de etnias, de símbolos, de línguas não pertence ao Xingu, mas a humanidade”. (MAGALHAES, 2007, p. 129). No entanto, “apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal” (SANTOS, 1994, p. 16) o local, as especificidades, as identidades continuam presentes e em processo de mudança, muito mais no lugar, na casa, no lar. No entanto, “novos espíritos eclesiais” tanto para uma Igreja voltada para as soluções vindouras dos céus, como os novos espíritos com os 10 Mandamentos do Sínodo para a Amazônia.

São processos irreversíveis para os povos do Xingu, eles perderam sentimentos, paisagens, biodiversidade, funções climáticas, funções espirituais; no entanto enfatiza-se, não só a Amazônia, mas a humanidade perdeu esses valores.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa Marin. **Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica**. PAPERS DO NAEA, Nº 276. Universidade Federal do Pará, Pará, 2010.

ANDRADE FILHO, Francisco Antônio. **Igreja e ideologias na América Latina**. Segundo Puebla. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

ANDRADE, Manuel Correa. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC-ANPUR, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.



AVANTARA, Anelise Montanes; VESCE, Gabriela Eyng Possolli. As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa. *In*: VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE e III CONGRESSO IBERO - AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS – CIAVE, 2008, Paraná. **Anais Eletrônicos**. Paraná: PUC, 2008.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1985.

BOFF, Leonardo. **Mística e Espiritualidade**. 6ª ed., rev. e amp. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARA, Roberto Bustos. Territorialidade e identidade regional no sul da Província de Buenos Aires. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC-ANPUR, 1994.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **[Relatório] Violência contra os Povos Indígenas no Brasil** – dados de 2010. Localização: Arquivo CIMI/ Pará. ISSN 1984 7645. 2010. Disponível em: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2010-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2010-Cimi.pdf). Acesso em: 30 abr. 2011.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante**. *In*: IANNI, Octavio (org.). 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FRAGOSO, Hugo. A era missionária (1686 -1759). *In*: HOORNAERT, Eduardo. (org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992. p. 139-209.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Belo Monte: Uma obra emblemática**. Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT. Curitiba, Paraná. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/Instituto Humanitas Unisinos-IH>. Acesso em: 30 abr. 2011.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *In*: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier, GONZÁLEZ, Sabrina, (org.). **A teoria marxista hoje problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular e. CLACSO Livros, 2006. (Coleção Campus Virtual).

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses**. Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no campo Brasil e Peru 1864-1986. São Paulo: FAPESP - HUCITEC, 1996.

LEFÈVRE, *et. al.* **O discurso do sujeito coletivo: uma nova metodologia em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul, EDUCS, 2000.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. O sujeito coletivo que fala. Comunicação. Saúde, Educ. **Interface** (Botucatu) [online] USP, São Paulo, v, 10, n. 20, p. 517 - 524, jul./dez., 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832006000200017>. Acesso em: 30 abr. 2011.

LITTLER, PAUL E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: [s.n.], 2002, p. 2 – 23. (Série Antropologia).

MAGALHÃES, Sonia Maria Simões Barbosa. **Lamento e dor**: Uma análise sócio antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Área de Concentração em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém, Pará, 2007.

MARTINS, José de Sousa. A chegada do estranho. (Prefácio). *In*: HEBETTE, Jean. **O cerco está se fechando**. (org.). Belém: NAEA/UFGA. 1991, p. 15-33.

MIRANDA, Tânia Nazarena de O. **Igreja, território e poder**: discursos e práticas em resistência à Belo Monte. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade do Estado do Pará. Belém, Pará, 2013.

PINTO, Lucio Flávio. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editora, 2012.

PONTES, Felício; BELTRÃO, Jane. Xingu, Barragens e Nações Indígenas. *In*: SEVÁ, A. Osvaldo (org.). **TENOTÁ-MÕ**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Networ, 2005.

PONTES, Felício. A Visão do MPF. *Jornal Diário do Pará*, Belém, 12 set. 2010, 31 out. 2010. Caderno Economia.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Território e soberania na Globalização**: Amazônia, jardim de águas sedento. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica do estudo da religião. *In*: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais**. Universidade de São Paulo. 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/38.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2011.

SANSON, Cesar. **[Documento]** Análise de Conjuntura – 2012. Localização: Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos movimentos sociais. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; SETUBAL, Mariana; LEHER, Roberto. (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. [Fevereiro, 2000]. Entrevistadores: Odete Seabra, Monica de Carvalho e José Correa Leite. Entrevista concedida a Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 16ª ed., São Paulo: Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

SCHERER – WARREN, Ilse. **Rede de movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KRÄUTLER, Erwin. **Os povos da Amazônia e a voz de seus pastores**. Belém: CNBB Norte 2, 2005.

KRÄUTLER, Erwin. **Servo de Cristo Jesus**: memórias de luta e esperança. *In*: SUES, Paulo (org.) São Paulo: Paulinas, 2009.

UMBUZEIRO, Antônio. **Altamira e sua história**. 4ª ed. Belém: Ponto Press Ltda., 2012.



## ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EJA SOB A ÓTICA DISCENTE: PROBLEMATIZANDO AS PRÁTICAS ESCOLARES

Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo<sup>1</sup>  
Léia Gonçalves de Freitas<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa problematiza as possíveis dificuldades enfrentadas no percurso formativo dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA de uma escola pública no município de Porto Moz – PA, cujo objetivo central foi analisar as prováveis dificuldades encontradas no processo de alfabetização e letramento, a partir da concepção dos alunos. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, acrescida de questionário semiestruturado aplicado aos alunos da 2.<sup>a</sup> etapa da referida escola, que após analisado evidenciou os seguintes resultados: o processo de alfabetização e o letramento ocorrem desarticulados, evidenciando a existência apenas do primeiro ato, já que esse processo não compreende o mundo sociocultural dos estudantes; estes, por sua vez, percebem a aprendizagem da leitura e da escrita a partir da contextualização das práticas sociais, de modo que o indivíduo se torne, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. E, embora os estudantes da EJA tenham percepção dessa articulação, reconhecem que na escola, há esforço dos docentes por trabalhar as experiências e as vivências comunitárias e profissionais dos alunos.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; Letramento. Literatura. Prática social.

### ABSTRACT

This research discusses the possible difficulties faced in the formative path of students of Youth and Adult Education - EJA from a public school in the municipality of Porto Moz - PA, whose central objective was to analyze the probable difficulties encountered in the process of literacy and literacy, from students' conception. The methodology used was a field research with a qualitative approach, plus a semi-structured questionnaire applied to students in the 2nd stage of the school, which after analyzing the following results: the literacy process and literacy occur disarticulated, showing the existence only the first act, since this process does not understand the students' sociocultural world; these, in turn, perceive the learning of reading and writing from the context of social practices, so that the individual becomes, at the same time, literate and literate. And although EJA students are aware of this articulation, they recognize that at school, there is an effort by teachers to work on the students' community and professional experiences.

**Keywords:** Youth and Adult Education; Literacy. Literature. Social practice.

**Data de submissão:** 04.10.2020

**Data de aprovação:** 08.11.2020

### INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada aos alunos que não concluíram os estudos no Ensino Fundamental, na idade própria, dura em

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica – São Paulo. Professora de Didática, Teoria do Currículo e Avaliação Educacional da Faculdade de Educação e colaboradora da Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará (UFPA) Campus Universitário de Altamira. Lattes: <http://lattes.cnpq/7426651393268725>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7075-6503>. E-mail: [irlanda@ufpa.br](mailto:irlanda@ufpa.br).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará. Professora de Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado da UFPA/Faculdade de Educação/Campus de Altamira. ORCID:<http://orcid.org/0000-0003-1852-1106> E-mail: [leiafreitas@ufpa.br](mailto:leiafreitas@ufpa.br).

média nove anos, como prevê o Capítulo II, Seção V, artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9394/96, que estabelece: “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, cabendo aos sistemas de ensino assegurar gratuitamente oportunidades educacionais apropriadas para o acesso, permanência e conclusão sem perdas, consideradas as “características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante recursos e exames” (BRASIL, 1996).

Na EJA, alfabetizar e letrar vão além da transmissão de conteúdo. É compreender a vivência do aluno e seu cotidiano, por isso requer do professor a compreensão da totalidade das dificuldades preexistentes dos alunos, especificamente no tocante à aquisição da leitura e da escrita. Para Demo (1994), a escola e o professor precisam se interessar pelo aluno, seu mundo, vivências e realidades. É preciso que ele “[...] busque conhecer suas motivações e seus contextos culturais, estabeleça com ele um relacionamento de confiança mútua, tranquila, sem decair em abusos e democratismos. Trata-se sempre de aprender junto, instituindo o ambiente de uma obra comum, participativa” (DEMO, 1994, p. 17).

Nesse contexto, “a experiência do aluno será sempre valorizada, inclusive a relação natural hermenêutica de conhecer a partir do conhecido” (DEMO, 1994, p. 17). O respeito pelas diferenças, culturas e os saberes empíricos contribuem para a melhoria do ato educativo, como afirmam Gomes e Garcia (2014, p. 477), isso requer “a compreensão da realidade [sendo] a primeira de inúmeras ações que podemos realizar antes de sugerir mudanças”.

Neste contexto problematizamos: Quais as possíveis dificuldades encontradas pelos alunos da EJA, no município de Porto Moz – PA quanto à alfabetização e ao letramento? O objetivo geral foi analisar as prováveis dificuldades encontradas no processo de alfabetização e letramento, a partir da concepção dos alunos.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, acrescida da aplicação de questionário semiestruturado, aos alunos do primeiro segmento dessa modalidade, alunos da 2ª etapa de uma escola pública municipal da rede escolar do Município de Porto de Moz – PA. Assim, “na condição de princípio científico, a pesquisa [qualitativa] apresenta-se como a instrumentação teórica metodológica para construir conhecimento” (DEMO, 1994, p. 33). Também visa à produção de saberes empírico e conhecimento teórico socialmente fidedigno “que preenche uma lacuna importante em determinada área” (LUNA, 2000, p. 15).

No tocante ao questionário semiestruturado, Severino (2007) aponta como “um conjunto de questão, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo” (SEVERINO, 2007, p. 125).

Estruturalmente, a composição do artigo está organizada em três seções. Sendo a primeira seção com a contextualização do campo, a caracterização socioeconômica dos alunos a partir das informações contidas no Projeto Político Pedagógico da escola e a análise sobre as metodologias utilizadas pelos professores durante a alfabetização e o letramento.

A segunda seção refere-se à análise dos dados coletados através do questionário sobre as dificuldades encontradas pelos docentes da Educação Jovens e Adultos, sob o olhar dos estudantes. Por fim, a terceira seção apresenta as considerações finais com os resultados alcançados na pesquisa.

## **1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DA SEGUNDA ETAPA DA EJA**

Freire (2001) concebe o processo de alfabetização como a aprendizagem do ato de ler e escrever o mundo criticamente, refletindo um ato político e um ato de conhecimento, no

qual os educandos são sujeitos e não objetos de sua aprendizagem. A alfabetização de jovens e adultos se constrói a partir das necessidades destes, suas especificidades e trajetórias. Assim, é preciso ensinar-lhes a leitura de mundo, o que significa dizer que “o educando pode começar a aprender a ler, a escrever, a contar e se situar no mundo letrado a partir de sua própria vivência” (FREIRE, 2001, p. 18). Conforme os estudos de Tfouni (2002), a alfabetização diz respeito:

[...] à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual (TFOUNI, 2002, p.9).

Com posições diferenciadas, mas com princípios formativos comuns, Freire (2001) e Tfouni (2002) concordam que o ato de ler e escrever é mais que saber copiar do quadro. O conhecimento é construído por meio das interações socioculturais, respeitando as diversas experiências dos educandos.

Ao se posicionar sobre essa questão, Soares (2003) defende que a alfabetização se difere do letramento. Para a autora, alfabetizar e letrar são processos diferentes, mas articulados, na medida em que alfabetização e letramento se complementam, pois, a alfabetização é um componente do letramento. Nessa perspectiva, a leitura e escrita precisam ser trabalhados de modo que o indivíduo não somente decodifique o sistema alfabético, mas compreenda o que lê. Isso requer dos professores, qualificação e atenção às demandas formativas dos estudantes. De acordo Ribas e Soares (2012, p. 5):

[...] faz-se necessário uma qualificação dos profissionais envolvidos neste processo. É fundamental que a equipe docente esteja bem preparada, por este motivo é extremamente importante uma formação continuada, onde todos tenham a oportunidade de repensar a sua prática. Pois, a formação continuada é um processo possível para a melhoria da qualidade do ensino, dentro do contexto educacional contemporâneo.

Para as autoras, a formação continuada dirigida aos docentes que atuam nas turmas de EJA é determinante para uma aprendizagem mais significativa. Nesta conjuntura, o artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases – Lei n.º 9394/96 prevê que os sistemas de ensino devem promover a valorização dos profissionais da educação, bem como o aperfeiçoamento profissional continuado.

Para atender essa demanda, em 2002 foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. No artigo 1º prevê a referida Lei que a formação de professores da Educação Básica far-se-á ao nível superior, em curso de licenciatura e se constitui como “um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino” (BRASIL, 2001, p. 1).

Entretanto, nos muitos municípios brasileiros, em especial na região da Transamazônica e Xingu, no Sudoeste Paraense, ainda encontramos professores atuando na EJA com formação inadequada e pouco conhecimento teórico-prático sobre essa modalidade de ensino, tal como afirma Gadotte; Romão (2002, p. 122):

Os professores que trabalham na EJA, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são professores leigos ou pertencentes ao próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que, na formação de professores, em nível médio e superior, não se tem observado preocupação com o campo específico da educação de jovens e adultos. Deve-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração dos docentes.

No entendimento de Guedes; Monteiro (2011), o professor deve estar preparado para interagir com seus alunos, estabelecendo com eles diálogo, problematizando e refletindo questões atuais e históricas, bem como sua prática docente. Assim,

[...] a formação continuada deve ser desenvolvida de modo a favorecer ao professor o autoconhecimento da sua prática e a possibilidade de refletir sobre as atividades de ensinar e de aprender no contexto da educação, superando assim os modelos que se ocupam de treinamentos, reciclagens e atualizações que muitas vezes são realizados e que em pouco ou quase nada contribuem nesse processo de se autoconhecer Guedes e Monteiro (2011, p. 11).

A formação continuada possibilita ao professor aperfeiçoamento, por conseguinte, abre um leque de novos saberes e conhecimentos, bem como, melhora a prática e inova as estratégias metodológicas. Em Porto de Moz, essa prerrogativa, na concepção dos atores pesquisados, foi um balizador importante, já que para eles a falta de formação continuada acerca das estratégias metodológicas sobre as especificidades da EJA tem contribuído para a desistência/evasão escolar de muitos alunos, como evidenciado na Proposta Pedagógica da escola. Além dessas evidências o referido documento também apontou:

1) que a escola atende 784 alunos, desse total, 180 estão matriculados na EJA. Esses alunos são oriundos de quatro bairros da periferia da cidade, sendo a maioria carente e com família numerosa, pais não alfabetizados, desempregados e muitas famílias são beneficiários do Programa do Governo Federal, Bolsa Família; 2) a escola é de médio porte contendo dez salas de aula, laboratório de informática, espaços para leitura, atividades administrativas, de gestão e de coordenação pedagógica; 3) a escola tem como missão desenvolver uma educação de qualidade, [...], priorizar uma educação articulada ao mundo sociocultural dos alunos, o envolvendo as famílias e a comunidade, com o intuito de formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres perante uma sociedade que está a cada época mais exigente em relação à qualificação profissional; 4) os planejamentos são realizados pelos docentes tendo como base as necessidades educativas do aluno no ato da matrícula, buscando a efetivação de um ensino eficaz que gera aprendizagens significativas; 5) o cotidiano desses jovens e adultos se divide entre as atividades escolares e extraescolares, subdivididas em projetos educativos existentes na escola, aulas de informática e projetos sociais, ofertado pela Secretaria Municipal de Ação Social (SEMUTS) e realizados no contraturno. Projetos como “Banda Marcial” e “Amigos da paz”, acontecem durante o ano letivo, com diversas apresentações, cujo objetivo é possibilitar ao aluno, processos de socialização, educação e formação cidadã; 6) os alunos da EJA são trabalhadores e muitos chegam à escola, desmotivados, outros sem histórico de escolaridade. Sentem-se perdidos em relação à escola, à aprendizagem da leitura e da escrita e dos conteúdos escolares. Também há registros de alcoolismo, casamento e problemas de saúde. Alguns alunos infelizmente não tiveram e não tem incentivos dos pais para continuar a vida escolar. Porém, há àqueles que sonham com a continuidade da vida acadêmica; 7) Sobre a formação das professoras, identificamos que elas têm curso superior em Licenciatura em Pedagogia; estão há mais de quinze anos na profissão e a mais de cinco trabalham com essa modalidade de ensino (PPP, 2015).

A partir desse levantamento no PPP da escola, buscamos identificar qual a percepção dos alunos acerca da atuação prática de seus professores. Para eles, elas [professoras] são profissionais comprometidas com a aprendizagem e com a escola. Os alunos afirmaram que as professoras defendem que a escola é um espaço de acolhimento, permitindo a participação ativa de todos. A escola é um espaço de aprendizagens, aberta “[...] ao acolhimento dos alunos, que é alguém especialmente receptivo à aprendizagem, repleto de curiosidades e que vai para a sala de aula deseioso de novas experiências, como, por exemplo, aulas interativas,



criativas, reflexivas, fáceis e participativas” (SOUSA; CUNHA, 2010, p. 03), questões importantes para o trato da alfabetização e do letramento.

Essa ideia corrobora com os dados identificados, já que na concepção dos alunos, na escola eles aprendem a ler, a escrever e a interpretar textos mais facilmente, devido às metodologias usadas pelos professores. Neste caso, questionamos: você ver diferença entre alfabetizar e letrar? (J. V. S, 2019) afirma: “sim, pois a alfabetização é o ato de aprender a ler e a escrever. Já o letramento, relaciona-se a interpretação dos diversos textos”. Na concepção deste discente a alfabetização está direcionada apenas ao ato de ler e escrever, contudo, lembramos que ela é sistêmica, contínua, assim como o letramento e, nesse processo, ambos se complementam, bem como afirma (M. F, 2019) “letramento está associado à alfabetização, à leitura da nossa realidade”. Essa concepção se assemelha ao pensamento de Soares (2001), ao afirmar que alfabetização e letramento pressupõem “ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se torne, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado” (SOARES, 2001, p. 47).

Essas percepções estão ligadas a diferentes visões de mundo dos alunos, bem como, de suas diversidades de saberes e conhecimentos socioculturais, sendo, portanto, um desafio aos professores, pois, foi identificado nos trechos dos questionários relatos que indicam a dificuldade dos professores em estabelecer essa relação, na prática e nas estratégias metodológicas utilizadas durante as aulas. Houve indícios também do esforço dos docentes por trabalhar o contexto do aluno, sua vivência comunitária e profissional, como afirma (N. P. A, 2019): “alguns utilizam muitas atividades como leituras de jornais, revistas, livros, jogos de palavras e números. Às vezes trabalham com nossa realidade”. Nesse sentido, Gasparin (2001, p. 8) lembra que esses jovens: “vivenciam a paixão, o sentimento, a emoção, o entusiasmo, o movimento. Anseiam por liberdade para imaginar, conhecer, tudo ver, experimentar, sentir”.

Quanto ao planejamento escolar, o estudante (T.L.M, 2019) diz que “quando os professores dão muitas atividades e diferentes, penso que ela planeja bem suas aulas”. Isso indica a existência do ato de planejar pela docente e a percepção desse ato pelo aluno. Para Vasconcellos (2000), somente por meio do planejamento que a definição dos objetivos, metodologias, avaliação e outros elementos do fazer docente são materializados. O professor ao se planejar estabelece propósitos, escolhe melhor os materiais didáticos e os métodos a serem usados, pois, ele é um instrumento que permite intervenção, direciona o trabalho e organiza as ações didáticas. Nos dizeres do autor:

O planejamento deve ser compreendido como um instrumento capaz de intervir em uma situação real para transformá-la. Como vemos fica reservado ao planejamento à função de direcionar o trabalho de forma que esta aconteça de forma consciente e capaz de organizar e proporcionar mudanças (VASCONCELLOS, 2000, p. 34).

O planejamento deve conceber a realidade dos educandos, de modo a transformá-la. Noutros termos, significa que o planejamento consiste na valorização das atividades, possibilita a reflexão reconstruída quando necessária. Isso porque um planejamento consistente e viável permite ao aluno à apropriação da alfabetização e do letramento de forma mais rápida e segura, pois, há a apropriação da linguagem escrita e da leitura, por meio de atividades metodológicas pensadas para eles.

Como estratégia didática, o planejamento oportuniza pensar em atividades específicas para determinados alunos, de saber o melhor momento para a intervenção didática, considerar os níveis de aprendizagens e limites dos alunos, pois se trata de “[...] uma ação reflexiva, viva, contínua. Uma atividade constante, permeada por um processo de avaliação e revisão sobre o que somos” (FARIAS *et al*, 2009, p.107). Há que se considerar ainda problemáticas sociais e políticas da sociedade, assim como o cotidiano e a curiosidade do educando, tal como propõe

Freire (1999, p. 18): ao afirmar que na educação requer formas interessantes de trabalho, debater questões sociais e políticas e a “curiosidade dos educandos”.

Na orientação de Freire (1999), o planejamento deve partir da realidade dos educandos e em seguida da organização do professor em relação a esta realidade, problematizando a vivência dos alunos, a importância dos conteúdos, as experiências e o contexto dos sujeitos. Como exemplifica Freire (1986, p. 23):

A palavra tijolo, por exemplo, se inseriria numa representação pictórica, a de um grupo de pedreiros, por exemplo, construindo uma casa. Mas, antes da devolução, em forma escrita, da palavra oral dos grupos populares, a eles, para o processo de sua apreensão e não de sua memorização mecânica, costumávamos desafiar os alfabetizando com um conjunto de situações codificadas de cuja decodificação ou “leitura” resultava a percepção crítica do que é cultura, pela compreensão da prática ou do trabalho humano, transformador do mundo. No fundo, esse conjunto de representações de situações concretas possibilitava aos grupos populares uma “leitura” da “leitura” anterior do mundo, antes da leitura da palavra.

Devido a sua singularidade, a educação de jovens e adultos, não podem pautar-se em práticas bancárias<sup>3</sup> de educação, porque é uma clientela que por motivos diversificados de negações de direito não conseguiram acesso às políticas educacionais na idade certa, resultando em demandas educativas que necessitam de acompanhamentos específicos. Neste sentido, uma das questões investigada foi a maior dificuldade percebida pelo aluno durante as aulas, (J.P, 2019) respondeu: “aprender os conteúdos; muitos de nós não entendemos o que o professor está querendo repassar, pois, está fora da nossa realidade”.

A organização pedagógica-curricular no cotidiano da EJA e seus desdobramentos na prática educativa, em Porto de Moz, se caracteriza pelas orientações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), fundamentado no modelo da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), no entanto, tanto a equipe pedagógica quanto a equipe de professores são orientados a realizarem diagnósticos junto aos alunos para adequar o ensino a realidade local.

Um problema apresentado por Brandão; Feitosa; Amaral (2009) na organização pedagógica-curricular, geralmente é confundida pelas escolas como currículo, mas eles são conhecimentos científicos que por vezes, desarticulados dos saberes de mundo. Desconsideram-se nesse processo os conhecimentos e os saberes já adquiridos, suas experiências e vivências socioculturais, pois, “[...] bem mais do que distribuir alguns saberes temáticos ao longo de um tempo de estudos, precisa integrar estes saberes, a serem ensinados com as experiências de vida trazidas pelos participantes da comunidade aprendente de uma turma de EJA” (BRANDÃO; FEITOSA; AMARAL, 2009, p. 20).

Não basta a transferência de conhecimentos, a EJA requer um “currículo” contextualizado, integrando espaços/tempos dos alunos, diálogo entre culturas e interação entre saberes empíricos e os conhecimentos das diversas áreas de ensino. O currículo é o ponto de partida para uma educação de qualidade, conhecer os anseios dos alunos da EJA por meio do diálogo é estabelecer uma oportunidade de aprendizagem e experiências entre culturas através de pessoas, de modo que viabilize sempre a qualidade de ensino.

É integrar espaços/tempos educativos, de tal modo que através de encontros de vidas, de identidades, de afetos, de saberes individuais e de significados culturais, pessoas em interação dialoguem e, assim, mutuamente se ensinem e aprendam.

<sup>3</sup> “Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que se julgam Sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro” (FREIRE, 1999, p. 33).

Elaborar um currículo é trazer para um campo da educação momentos e dimensões de uma cultura. De um modo de vida próprio de uma comunidade cultural, que deve ser retraduzido e sintetizado em um currículo, como uma proposta de saberes e sentidos que devem ser dialogicamente ensinados e aprendidos (BRANDÃO; FEITOSA; AMARAL, 2009, p. 20).

A reflexão sobre o currículo demanda uma análise mais profunda das concepções sobre a escola, sobre os sujeitos e sobre as intenções educativas da instituição escolar. O currículo em sua perspectiva mais ampla não se acentua somente nas dimensões técnicas e instrumentais elencadas pelos professores, mas nas concepções de educação e de mundo dos sujeitos. Para Sacristán (2013, p.34), o currículo é “o projeto seletivo de cultura, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada”.

Nas vozes dos alunos, uma das justificativas utilizadas pelos professores para o ensino da matriz curricular proposta pela SEMED é a transmissão do conhecimento científico, porém, (A. M, 2019) quer mais, para ela os “professores devem ensinar o que é importante para a vida”. Sobre a questão proposta, indica Brasil (2001, p.163):

A complexidade da vida moderna e o exercício da cidadania plena impõem o domínio de certos conhecimentos sobre o mundo a que jovens e adultos devem ter acesso desde a primeira etapa do ensino fundamental. Esses conhecimentos deverão favorecer uma maior integração dos educandos em seu ambiente social e natural, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida.

Somente assim é possível pensar num processo formativo completo. Compreendemos a partir de Brandão (2002, p. 76) que “a educação deve ser pensada e deve ser praticada como um cenário multifocal de experiências culturais, de trocas de vivências destinadas à criação de saberes e à partilha da experiência do exercício inacabável de aprender”. Quanto ao questionamento aos alunos: Você tem dificuldades na escola, se sim, quais? “não aprendi a interpretar textos (R. M. S., 2019); “gostaria de aprender a fazer carta e redação” (P. G. B, 2019); “não sei fazer continhas e escrever textos” (A. F., 2019); “minha dificuldade é ler e escrever, por enquanto, mas acredito que vou melhorar” (P. F. A., 2019). Nessas falas, percebemos que os alunos têm diversas dificuldades relacionadas à alfabetização e ao letramento. Isso nos faz lembrar Freire (2001, p. 11) ao afirmar que: “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele [...] a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 2001, p. 11).

Freire (2001) ainda reforça que longos períodos de ausência da escola, contribuem para as dificuldades apresentadas pelos alunos, além disso, velhas práticas docentes, sem reflexão da realidade e sem o exercício da ação do fazer acabam por influenciar no processo de aprendizagem, assim faz-se necessário refletir na/pela ação, já que esses sujeitos concretos, flutuantes e inacabados, têm especificidades múltiplas.

Para superar esse distanciamento, deve o educador envolver-se com a realidade do educando, ouvir suas experiências e planejar seguindo princípios dialógicos; além disso, sua prática educativa deve ser subsidiada com auxílio de materiais didáticos que representam e façam sentido para a vida dos alunos, proporcionando momentos reflexivos que contribuem para uma aprendizagem mais libertadora e motivada.

## 2 DIFERENTES OLHARES SOBRE O PERCURSO FORMATIVO DO ALUNO DA EJA

Na vivência da escola, afirmam os alunos, sentir dificuldades, cita-se a falta de incentivo para permanecer na escola, pois, o que se aprende raramente se associa com a realidade e o mundo sociocultural, causando reprovação e desistência. Nesse sentido, perguntamos a eles quais as principais dificuldades que os impediram de continuar os estudos?

Na verdade, eu tive que escolher entre trabalhar e estudar. Eu estudei até a 4ª série e desisti, pois eu morava no interior e mexia com roça. O que me fez desistir de estudar foi que eu chegava muito cansado na sala de aula e às vezes eu dormia na sala, e a professora não passava assuntos muito interessantes. Aprendi a ler e escrever um pouco com o meu pai (A. F., 2019);

Meus pais sempre trabalhavam na roça, eu estudei até a 3ª série e não tive, mas condições de frequentar as aulas. Me casei e tive filhos muito cedo, por esses motivos não tive tempo de estudar, meu marido sempre me incentivava a ir à escola, mas meu dia era muito cansativo (S. A., 2019).

Esses relatos indicam vários fatores que contribuíram para o insucesso da vida escolar dos alunos, uns casaram cedo, isso exigiu cuidados com a família e maior dedicação ao trabalho; outros, não tiveram os incentivos, por isso sentem-se desvalorizados.

O aluno trabalhador que frequenta as classes noturnas do supletivo normalmente já passou por várias experiências escolares. Essas experiências geraram no aluno sentimentos de incapacidade e desvalorização pessoal. Esses estigmas na escola autoritária são reforçados em várias situações da prática pedagógica do professor (ABRANTES, 1991, p.34).

A partir disso, nos interessou saber: por quais motivos você decidiu voltar a frequentar a escola? “um dos motivos foi à dificuldade para conseguir um emprego” (R. M., 2019); “terminar meus estudos e fazer um concurso público” (A.F, 2019); “meus pais são analfabetos, isso me fez refletir muito” (P. G. F., 2019). Isso para Gadotti (2008) está ligado à sobrevivência:

[...] os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e o adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego [...] (GADOTTI, 2008, p.31).

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos têm um traço de vida bastante incomum em relação à escolaridade: a situação socioeconômica, o fator geracional e ritmos de aprendizagem, mas, pensam diferentes. A que se considerar que esses traços se manifestam multifacetado no cotidiano da escola, causando-lhes vergonha e constrangimentos. “Às vezes riem de mim porque já passei da idade de estudar” (A. G. F., 2019); “fico constrangido por estar na EJA” (S. A, 2019); “algumas pessoas que trabalham aqui na escola nos olham de uma forma muito diferente, não sei porquê” (A. M, 2019); “vejo meninas da minha idade que fazem ensino médio e outras até faculdade, minha prima tem a minha idade e já é até professora” (P. F. A., 2019). Para Arroyo (2011), esses sujeitos trabalhadores vivem o mundo do trabalho e esquecem a escola, são alunos com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais cultivados a partir de seus conhecimentos empíricos, do ambiente e da

realidade sociocultural em que estão inseridos e isso deve ser relevado no processo educacional.

[...] essas diferenças podem ser uma riqueza para o fazer educativo. Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo possível. Quando só os mestres tem o que falar não passa de um monólogo. Os jovens e adultos carregam as condições de pensar sua educação como diálogo. Se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores, mestres e alunos (as), quando esses interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial (ARROYO, 2011, p.35).

Ao optarem por dar continuidade à vida escolar, os jovens e os adultos anseiam por uma educação voltada para o diálogo. Muitas vezes, trata-se de um processo contínuo de idas e vindas, de ingressos e desistências. Ir à escola para esses homens e mulheres é antes de tudo, um desafio, um projeto de vida. O espaço escolar é lugar de satisfação, um ambiente de transformação para o acolhimento dos sujeitos curiosos, buscando novas experiências, como, por exemplo, aulas interativas, criativas, reflexivas, fáceis e participativas, exigindo do professor, responsabilidades com as aprendizagens. Nesta perspectiva, assevera Freire (1996, p. 73):

A responsabilidade do professor é sempre grande. Sua presença na sala é de tal maneira exemplar que nenhum professor escapa ao juízo que dele fazem os alunos. Seja quem for o professor: autoritário, sério, incompetente, irresponsável, licencioso, mal amado, com raiva do mundo, burocrático, frio, amoroso [...] nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca.

Na sala de aula, a timidez, retração e vergonha em participar das aulas, são características comuns. Fatores como vergonha do professor e a relação conturbada entre professor-aluno pode interferir no processo de aprendizagem. O papel do professor é decisivo para que ambos se sintam bem, assim, nos interessou saber como se dava a relação, professor-aluno em sala de aula, e se essa relação influenciava ou dificultava na alfabetização e no letramento:

Minha relação com a professora é muito amigável, acho por que eu costuro algumas roupas pra ela (risos), essa relação me ajuda bastante na aula, por que eu me sinto mais à vontade com ela, eu acho que se fosse com outro professor não seria assim (R. B. S., 2019);

Sou tímido, mas sempre que eu preciso dela ela me ajuda, onde ela me ver na rua ela fala comigo, pra mim ela é uma ótima professora (P. G. B., 2019);

Eu sou bem entrosada com a professora, ela me dar conselhos (A. G. F., 2019);

Eu tenho pouca intimidade com a pessoa, mas na sala de aula ela me dar à devida atenção, isso acaba me ajudando na hora de completar minha atividade (P. S., 2019).

Percebemos a partir dos relatos, que a relação, professor e aluno fundamentam-se no respeito, diálogo e proximidade como destacado por Freire (1999), ao afirmar que a relação de ensino e aprendizagem deve ser alicerçada no diálogo, de modo a superar práticas de autoritarismo no cotidiano escolar. Situação a ser considerada, pois, a desmotivação causada pelas sucessivas desistências e até mesmo por reprovação marcam as vivências escolares. A partir do enunciado questionamos aos alunos se depois de terem retornado à escola, pensaram em desistir, se sim, por quê? Eles responderam:

Não. Por que hoje eu sei o quanto é importante estudar, a aprender a fazer o nome da gente e ler jornais, revista, bíblia e principalmente ensinar meus filhos (R. M. S., 2019);

Não. Pois quero realizar meu sonho de ser policial, e só vou conseguir se eu estudar (P. M. G., 2019);

Não. Por que se eu estudar eu vou conseguir um emprego melhor e comprar uma casa pra mim. Mas penso que os professores deveriam fazer aulas mais dinâmicas para nos incentivar (A. F., 2019).

Apesar das dificuldades, os alunos são unânimes em pontuar que não pensam em desistir da escola, mas alertam sobre a importância de metodologias e materiais didáticos mais atraentes para uma aula mais dinâmica e prazerosa. Perguntamos então sobre a qualidade dos recursos didáticos e a frequência com que são usados em sala de aula:

Materiais são poucos, às vezes a professora muda o jeito de dar e aprendo mais fácil (J. V. S., 2019);

Eu não gosto quando ela só escreve na lousa, gosto quando ela traz jogos e brincadeiras (P. F. A., 2019);

Ela traz esses novos meios de ensinar para facilitar a nossa aprendizagem. (S. A., 2019);

Acho divertido quando ela faz brincadeiras sobre os assuntos que ela passa pra gente (P. F. F., 2019).

As professoras se esforçam para utilizar diversas metodologias e os poucos recursos existentes para dinamizar as aulas e propor estratégias diferenciadas, tornando-as mais lúdicas e envolventes. Nesta acepção, afirmam Costa, Álvares; Barreto (2006, p. 11):

Os jovens e adultos buscam na escola, sem dúvida, mais do que conteúdos prontos para serem reproduzidos. Como cidadãos e trabalhadores que são, esses alunos EJA querem se sentir sujeitos ativos, participativos e crescer cultural, social e economicamente.

Essas ações aproximam os sujeitos ao mesmo tempo, em que facilita a aprendizagem dos conteúdos propostos. Ao realizar isso, os professores possibilitam aos alunos, múltiplos olhares acerca do cotidiano escolar, das trajetórias humanas, da diversidade sociocultural e outros fatores que interferem no percurso formativo do aluno da EJA. Questão a ser consideradas em função das heterogeneidades:

[...] os sujeitos da EJA hoje são diversos: trabalhadores, aposentados, jovens empregados e em busca do primeiro emprego; pessoas com necessidades educativas especiais, para citar alguns. Daí decorre também a preocupação com o conceito de diversidade cultural no contexto da EJA. Os sujeitos da EJA atualmente são o trabalhador experiente e o jovem com outro tipo de experiência no mundo (SOUZA, 2011, p. 20).

Essas diferenças qualifica o cenário escolar, melhora a aprendizagem e facilita o domínio das vivências. Esses indivíduos buscam na escola, motivos para o sucesso pessoal e profissional, como percebido nas falas dos estudantes (R. M. S, 2019) e (A. F, 2019) quando se referem aos motivos do regresso ao mundo das letras, seja, melhores oportunidades de trabalho, realização de um sonho ou melhores qualidades de vida. Porém, quando retornam à escola, muitos se deparam com outra realidade, convivem com pessoas de diversas idades, comportamentos, temperamentos, ideias e desejos.

Ao docente, cabe a tarefa de melhorar esse ambiente, por vezes hostil e facilitar o convívio por meio do diálogo, da inovação das aulas, da proximidade sociocultural e por fim, do comprometimento ético e político tão necessário atualmente. Partindo disso, perguntamos aos alunos se a diferença de idade, cultura, classe social ou comportamentos interferem nas aulas, a maioria afirmou não enfrentar esses problemas, mas, apresentaram questões

relevantes para o debate, como observado nas falas de (R. M. S, 2019), (M. F, 2019) e de (P. M. G, 2019), respectivamente:

Esses problemas não tenho, mas tenho vista curta. Outra coisa que me incomoda é o barulho do ventilador, me dar dor de cabeça de vez enquanto);  
Sinceramente chegar cansado na sala de aula, essa é o meu maior problema.  
A falta de material didático, principalmente os livros.

Para esses alunos, os maiores problemas e dificuldades encontradas no cotidiano da escola, além dos já pontuados anteriormente, referem-se à estrutura da escola, o cansaço e problemas pessoais. Para eles, esses aspectos causam desinteresses e dificultam o desenvolvimento do educando. Também identificamos a indicação do fato em conciliar família, trabalho e escola. Tais questões dificultam o acesso, permanência e o sucesso escolar desses sujeitos.

Além das dificuldades de acesso e permanência na escola, os jovens enfrentam a realidade de instituições públicas [...], isso implica em dizer que as escolas têm se apresentado como instituições pouco abertas para a criação de espaços e situações que favoreçam experiências de sociabilidade, solidariedade, debates públicos e atividades culturais e formativas de natureza curricular ou extraescolar (CARRANO, 2007, p.60).

As questões levantadas pelos alunos e reforçadas nos estudos de Carrano (2007) evidenciam problemas e dificuldades existentes no cotidiano da EJA em Porto de Moz. Considerando que para o autor elas se manifestam desde o ingresso do aluno à instituição, até sua saída, aconselha-se à escola e aos professores, o desenvolvimento da sensibilidade e o princípio da empatia. Ao ter que lidar com uma série de problemáticas cotidianas, os alunos quase sempre acaba por transferir tais questões para o âmbito do acadêmico, prejudicando, portanto, sua continuidade na escola e as condições de aprendizagem tornam-se desfavoráveis, perpassando pelo currículo escolar que ofertam conteúdos que não condizem com a realidade dos alunos. Assim, indagamos: a falta da escola e dos estudos tem prejudicado sua vida, se sim, como?

Sim. Se eu não estivesse parado de estudar com certeza hoje eu teria uma condição de vida melhor e não pediria para que os outros lessem pra mim. (R. M. S., 2019);  
Sim. De maneira que fez perder várias oportunidades de emprego e até mesmo de concursos públicos aqui da cidade (A. F, 2019);  
Sim. De maneira que me fez de deixar realizar muitas coisas na minha vida. (S. A., 2019).

Para os entrevistados, a falta de estudo é condicionadora de prejuízos pessoais e profissionais, dificulta a realização de sonhos, além de impedir a melhoria de vida. Medeiros (2008, p. 19), ao refletir sobre a situação afirma que:

Jovens e adultos, mulheres ou homens que deixaram de estudar em outros momentos, ao buscar a EJA demonstram arrependimento ou mesmo vergonha, buscando agora a oportunidade de concretizar projetos de crescimento pessoal e profissional. Mas ao mesmo tempo, demonstram orgulho de sua condição de agora estudante, de alguém que está correndo atrás do tempo perdido.

Para a autora, apesar do tempo perdido, os alunos da EJA sentem orgulho por ter voltado à escola, e por se tornar aluno outra vez, mas isso não os impede de viver dificuldades. Sem apoio e incentivo de familiares, amigos, escola e dos professores, fadam-se ao fracasso, como expressa (A. M, 2019): “muitos alunos desistem, depois do retorno à escola

porque não tem apoio da escola, direção e coordenação e também dos professores, já sentimos falta do apoio da família, sem não puder contar com a escola, como fazer?”.

Outros alunos também manifestam essa preocupação:

A falta de incentivo da escola, tanto para nós, quanto para os professores é difícil. Por vezes eu fico olhando alguns funcionários e percebo que não estão nem aí pra gente, a professora trabalha de forma muito sozinha, essa é a minha opinião, apesar disso nos esforçamos muito (S. A., 2019).

Perguntamos para os alunos, o que era um aluno esforçado, para eles e para os professores, (J. V. S, 2019), responde:

[...] para alguns professores, um aluno esforçado é aquele que faz todas as atividades escolares e não falta, mas temos as limitações das rotinas diárias, para mim a escola precisa ter mais atenção quanto ao acompanhamento da turma, formada por alunos entre 18 e 38 anos, com histórias de vidas diversas, e ainda, com níveis de conhecimentos diferentes.

Não considerar esse processo é alijar a aprendizagem do aluno, suas histórias, os diferentes conhecimentos e as múltiplas experiências. Isso para nós prejudica a construção e o desenvolvimento da leitura e da escrita de forma própria, não primando por um letramento e alfabetização de forma dinâmica, significativa e consistente. Ao contrário, sentem-se os alunos desmotivados em não corresponder às expectativas da sociedade, da escola e, principalmente, dos docentes, “muitas vezes, a escola e os professores não acreditam em nós, acham que somos incapazes para aprenderem” (M. F. (2019).

Abrantes (1991, p.34), chama nossa atenção para a questão quando afirma que:

[...] a baixa expectativa que o professor tem sobre o aluno também reforça a sua auto desvalia: aligeirar o conteúdo, porque o futuro lhe reservou apenas essa ‘chance’ de estudar: acreditar que esses alunos são menos inteligentes que os da escola particular; imaginar que jamais poderão ascender profissionalmente face à sua incapacidade intelectual, é terrível.

Nessa mesma linha de pensamento, Di Pierro (2001) problematiza a situação do aluno-trabalhador ao pontuar que em muitos estados brasileiros, em função da localização das escolas, difícil mobilidade dos alunos e garantia à segurança, as aulas são reduzidas, isso contribui para desistência e evasão, como percebemos na fala de um aluno: as aulas reduzidas são ruins. “Muitos alunos chegam tarde à sala de aula por causa do serviço e a professora ainda libera mais cedo, pela dificuldade de os alunos voltarem para casa muito tarde, isso às vezes é desestimulador” (T. L. M., 2019).

Todavia, reflete sensibilidade do professor, já que para Di Pierro (2001, p. 122) “é preciso pensar em um modelo de escola mais flexível e conectada com a vida”.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A educação de jovens e adultos no Brasil é um grande desafio. Em Porto de Moz, isso não se difere, já que muitas lutas existem para que não haja desistência, evasão e retrocesso no processo de ensino e aprendizagem. As perdas e os danos são resultados da provação e da negação de direitos aos homens e mulheres desejantes de estudos diversificados, voltados às múltiplas aprendizagens e uma educação diversificada.

Atenção às especificidades desses alunos é cogente, pois se trata de trabalhadores e trabalhadoras, que em razão do não acesso à escola na idade própria, retornam aos estudos buscando melhor sua vida pessoal e profissional.



A complexidade da modalidade acentua-se na riqueza de saberes, conhecimentos empíricos e experiências que transforma suas vivências, dificultando aos professores a compreensão de uma educação mais flexível, dinâmica e contextualizada. Situação proveniente, da formação docente, das políticas públicas e da falta de sensibilidade e alteridade em ver e entender o mundo da EJA, como ricas possibilidades de mudanças teóricas e práticas da ação docente.

Em relação ao processo de Letramento e Alfabetização da EJA, destacamos várias questões, a saber:

O uso de práticas e métodos tradicionais de leitura e escrita interferem no processo de uma aprendizagem significativa, assim, cabe ao professor a utilização de meios, técnicas e estratégias inovadoras para incentivar ao hábito da leitura e escrita. A necessidade de se (re) inventar é preciso, já que os estudantes se sentem desestimulados.

A alfabetização e o letramento ocorrem desarticulados da realidade dos alunos, evidenciando a existência apenas do primeiro ato, já que esse processo não compreende o mundo das vivências e das experiências dos sujeitos pensantes, multifacetados e complexos, evidenciando uma ampla descontextualização das práticas sociais, culturais e políticas.

Contudo, há por parte dos alunos o reconhecimento dos esforços da escola e dos professores em abordar situações vivências da comunidade e da sociedade durante as aulas, embora isso ocorra sutilmente.

Em razão de inúmeros fatores como falta de incentivo familiar, escolar e dos próprios docentes, além do trabalho, mobilidade e segurança, acabam desistindo, mesmo sabendo da importância de estudar.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Wanda Medrado. **A didática da educação básica de jovens e adultos: uma construção a partir da prática do professor**. Rio de Janeiro, 1991.

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Orgs.). **Miguel Gonzáles Arroyo: educador em diálogo com nosso tempo**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FEITOSA, Sonia Couto Souza; AMARAL, Rutléa. Princípios curriculares orientadores para a EJA. *In*: **Enceja Caderno 2**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 143, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 9 do 8 de maio. de 2001**.

BRASIL. Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Plano Plurianual de Alfabetização**. Salvador/BA, 2007. Disponível em: <http://www.sec.ba.gov.br/topa/ppalfa2007>. Acesso em: dez. de 2019.

BRASIL. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental**: proposta curricular. 1º segmento /coordenação e texto final de Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p.

CARRANO, Paulo. Educação de jovens e adultos e juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. **Revej@**: revista da educação de jovens e adultos, v. 1, n.0, ago. 2007. Disponível em: [www.reveja.com.br/sites/default/files/REVEJ@\\_0\\_PauloCarrano.pdf](http://www.reveja.com.br/sites/default/files/REVEJ@_0_PauloCarrano.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

COSTA, Elisabete; ÁLVARES, Sônia Carbonell; BARRETO, Vera. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos**. BRASÍLIA, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO; Vera Masagão. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos, ano XXI**. Nº 55. Novembro de 2001. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/acedes](http://www.scielo.br/pdf/acedes). Acesso em: 25 de ago. de 2020.

FARIAS, Maria Isabel de. *et al.* **Didática e Docência**: aprendendo a profissão. Brasília: Liberlivro, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 42. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época, 13).

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos**: Teoria, Prática e Proposta. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.) **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002. Guia da escola cidadã; v. 5.

GASPARIN, João Luiz. **Motivar para aprendizagem significativa**. Jornal Mundo Jovem. Porto Alegre, n. 314, p. 8, mar. 2001.

GOMES, André Taschetto; GARCIA, Isabel Krey. **Perfil sócio-educacional de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA)**: um estudo de realidades e interesses acerca do conceito Energia. Departamento de Física, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2014.

GUEDES, Neide Cavalcante; MONTEIRO, Adriana Lima. **Formação continuada: o conceito e suas implicações na atividade docente**. Piauí: UFPI, 2011. (Comunicação oral).

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000, p.108.

MEDEIROS, Luzia Bernardete. **Os sujeitos da EJA e suas marcas**. Portal da Educação, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1548-6.pdf>. Acesso em: ago. de 2020.

RIBAS, Marciele Stiegler; SOARES, Solange Toldo. Formação de professores para atuar na educação de jovens e adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente. *In: Reunião Anual da ANPED*, 35., 2012, Porto de Galinhas. Anais[...], Porto de Galinhas: Armazém das Letras Gráfica e Editora Ltda, 2012. p. 1-16. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1026/448>. Acesso em: set. de 2020.

ROMÃO, José E. Compromisso do educador de jovens e adultos. *In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta*. São Paulo: Cortez, 2006. v. 5.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas do Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: autêntica, 2003.

SOARES, Solange Toldo. **Formação de Professores**. São Paulo, Cortez: 2001.

SOUSA, Kesia Costa; CUNHA, Nathan da Silva. Perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos de Teresina. *In: VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI*, 2010, Teresina. **Anais [...]**. UFPI, 2010. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.19/GT\\_19\\_03\\_2010.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.19/GT_19_03_2010.pdf). Acesso em: set. de 2020.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação de Jovens e Adultos**. 2 ed. Curitiba: Xibpex, 2011.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da nossa Época; v. 47).

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: Projeto de Ensino – Aprendizagem e projeto Político Pedagógico**. 9 ed. São Paulo: Libertad. 2000.



## UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL NA ABORDAGEM DA CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE JURUTI VELHO EM FACE DO ADVENTO DA ALCOA EM SEU TERRITÓRIO, ESTADO DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL<sup>1</sup>

Lindomar de Jesus de Sousa Silva<sup>2</sup>  
Maurílio de Abreu Monteiro<sup>3</sup>  
Lílian Regina Furtado Braga<sup>4</sup>  
Tânia Nazarena de Oliveira Miranda<sup>5</sup>

### RESUMO

As comunidades de Juruti Velho, no oeste paraense, desenvolveram um processo de resistência e mobilização em defesa dos seus direitos tradicionais e territoriais frente ao advento da mineradora norte-americana *Aluminum Company of América* (ALCOA). Esse processo pode ser lido na perspectiva da decolonização, na medida em que foi desencadeado pelas comunidades, tendo como substrato os direitos territoriais, a ancestralidade, a relação com natureza e um modo socioeconômico não orientado pelos valores da sociedade capitalista. A resistência ocorreu a partir da organização comunitária, do *puxirum*, e da conexão com um contexto marcado pela validação dos direitos tradicionais e territoriais na constituição cidadã (1988), na ratificação da Convenção 169 da OIT, de junho de 1989, e na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). O presente artigo foi baseado em pesquisa de campo e foca nos processos que conduziram essas comunidades a obterem da empresa e do Estado o reconhecimento da sua tradicionalidade e dos seus direitos territoriais, passando a participar dos resultados da lavra com autonomia, da gestão dos recursos recebidos pela sua própria entidade e da titulação coletiva do PAE Juruti Velho, com o repasse pelo Incri do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Concluímos que esse processo constitui um importante exemplo de resistência ao poder econômico e político, como também a reconfiguração do espaço e sua interiorização da submissão a um modelo colonial. Juruti Velho insere-se dentro de um contexto de desconstrução de saberes coloniais e afirmação de uma perspectiva decolonial.

**Palavras-chave:** Comunidade. Grande Projeto. Decolonial.

### ABSTRACT

The communities of Juruti Velho, in western Pará, developed a process of resistance and mobilization in defense of their traditional and territorial rights in the face of the advent of the American mining company Aluminum Company of America (Alcoa), which intensified in the early 2000s. The process

---

<sup>1</sup> O presente texto tem origem na pesquisa que resultou nos trabalhos de pesquisas de Lindomar Silva (2014), Tânia Miranda (2019) e Lílian Braga (2020), referentes ao processo ocorrido em Juruti Velho, situado no extremo oeste do estado do Pará, região conhecida como Baixo Amazonas.

<sup>2</sup> Sociólogo, D.Sc. em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pesquisador da Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus, AM. E-mail: lindomar.j.silva@embrapa.br - <https://orcid.org/0000-0002-4816-486X>

<sup>3</sup> Professor, doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. E-mail: maurilio.monteiro@unifesspa.edu.br - <https://orcid.org/0000-0002-0494-1751>

<sup>4</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSD) e Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) – E-mail: lreginabraga@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0002-8596-6773>

<sup>5</sup> Antropóloga, Dra.Sc em Ciências Humanas – Sociologia – E-mail: taniamiranda18@yahoo.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-7170-5126>

can be read from the perspective of decolonization, insofar as this process was triggered by the communities having as substrate the traditionality, the territory, the people-nature relationship and a socioeconomic mode not guided by the capitalist system. Resistance based on factors related to strategies for experiencing and overcoming personal and collective limitations: community organization and puxirum, in connection with a context marked by the validation of traditional and territorial rights in the citizen's constitution (1988), the ratification of Convention 169 of the ILO, of June 1989 and the Convention on Biological Diversity (CBD) and others that started to give security and legitimacy to the demands of the traditional Amazonian community, in particular. This article focuses on the process that supported the formation of resistance and mobilizations that led communities to sui generis victories in the history of relations between communities and large mining companies in the Amazon, in the period spanning 2000 to 2010. These communities obtained, from its organization, mobilizations and articulations, the condition of going from invisibility to the negotiating table with Alcoa, imposing the company and the state the recognition of its traditionality and its territorial rights, starting to participate in the mining results, with full autonomy over the management of the resources received by its own entity and the collective title of the PAE Juruti Velho, with the transfer by Inbra of the Real Use of Rights Concession Contract (CCDRU). We conclude that this process constitutes an important example of resistance and confrontation with economic and political power, as well as the attempt to reconfigure the space and its interiorization of submission to a colonial model, that is, the action of the communities of Juruti Velho, inserts within a context of deconstruction of colonial knowledge and affirmation from a decolonial perspective.

**Keywords:** Community. Great Project. Decolonial.

**Data de submissão:** 05.10.2020

**Data de aprovação:** 09.11.2020

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta os fatores que fundamentaram a luta das comunidades tradicionais na região de Juruti Velho, município de Juruti, Oeste paraense no período de 2000 a 2010, com o advento do processo de instalação da mina de exploração de bauxita pela *Aluminum Company of America* (Alcoa).

A Alcoa e o Estado brasileiro adotaram a mesma postura de invisibilizar as comunidades tradicionais, desconsiderando a ancestralidade e os direitos territoriais adquiridos ao longo de uma extensa história de convívio coletivo e interação com o ecossistema, que justificou a intervenção da Amazônia pelo governo militar durante o período de 1964 a 1985 e que reverbera até os dias atuais<sup>6</sup>.

Ocorre que as comunidades de Juruti Velho não aceitaram a imposição empresarial e estatal e passaram a construir um intenso processo de mobilização e organização que foi capaz de legitimar a sua ancestralidade e os seus direitos territoriais.

O presente artigo busca fazer uma análise focada nos fatores internos que fundamentaram as mobilizações e resistências das comunidades frente aos avanços das estruturas capitalistas e seus arcabouços ideológicos, que são as vivências comunitárias enquanto organização coletiva que definem estratégias e ações sobre determinado território, e

---

<sup>6</sup> A imagem da Amazônia como um espaço vazio ganha a condição de campanha publicitária durante o Governo Médici sob o slogan “Amazônia, terras sem homens, para homens sem terra”. Para Morbach (2001, p. 4), o vazio se constituiu em um elemento que “permeia magistralmente as elaborações sobre o Mito, funcionando de maneira exemplar, ora como garantia de sucesso aos projetos de ocupação, ora para esconder as reais intenções dessas ações”, e os “militares estarão empenhados em descrever esse vazio como esperança, como possibilidade, como um novo lugar: a partir do vazio, tudo pode ser construído”.

o *puxirum*<sup>7</sup>, forma de cooperação que permite a superação das limitações individuais e coletivas, e ao mesmo tempo introjeta, na esfera pessoal e familiar, a consciência, visto que somente a organização coletiva amplia a possibilidade de conquistas do bem-estar individual e comunitário.

A comunidade e o *puxirum*, como dois lados da mesma moeda, foram as bases para a construção de um movimento capaz de unificar os comunitários de Juruti Velho em torno da defesa dos seus direitos territoriais, resistindo a toda tentativa de cooptação e divisão realizada pela Alcoa. Os fatores internos também se somaram às condições presentes no contexto nacional e internacional, como a constituição de 1988, a ratificação da Convenção 169 da OIT, de junho de 1989, a convenção sobre a diversidade biológica (CDB) e outras conquistas que passaram a dar legitimidade e respaldo às lutas e reivindicação das comunidades tradicionais, como também permitiram às autoridades e à própria sociedade maior compreensão de questões relacionadas às terras tradicionalmente ocupadas, à identidade, aos direitos territoriais, à ancestralidade e à relação entre as populações humanas e a biodiversidade.

Para a garantia desse processo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) teve de enfrentar duas questões altamente relevantes: a ocupação de um território arrecadado pela União, que lhe deveria, por força legal<sup>8</sup>, ser destinado; e o requerimento de lavra mineral de bauxita para a mesma unidade locacional. A comunidade apresentou pedido de regularização fundiária do território ocupado tradicionalmente<sup>9</sup>, nascedouro do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho (PAE – Juruti Velho). O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) concedeu direito de lavra à Alcoa na área ocupada pelas comunidades que se organizavam em torno do Lago Juruti Velho, com operação licenciada pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará.

---

<sup>7</sup> O *puxirum* é uma prática dos comunitários da Vila de Juruti Velho que é definida por Galvão (1955, p.37) como o trabalho “cooperativo nas roças, através dos puxirões, em que um roceiro convida as famílias vizinhas para ajudá-lo, é outro traço que induz maior solidariedade” entre moradores da região amazônica. Para Miranda (2019, p. 128), é uma forma “singular de trabalho, que preza pelo coletivo, organizado por uma família ou por uma pessoa visando à economia de tempo e melhores resultados com determinada atividade ou tarefa, que de outra forma levaria dias para ser terminada” sendo que, no caso de Juruti Velho, o *puxirum* pode ser convocado em “diversas ocasiões, principalmente para cumprir tarefas consideradas mais árduas ou urgentes” como: “fazer a roça; produzir a farinha; abrir picadas, caminhos e estradas; limpar terrenos para realização de festas e torneios de futebol como forma de angariar dinheiro; ou ainda na construção de casas, barracões, igreja, casa de farinha, etc.”. Nesse sentido, o *puxirum* para as comunidades de Juruti Velho é mais de que prática de superação das limitações das pessoas e comunitários, é uma atitude de construção do bem-estar em todas as suas dimensões. A palavra que melhor traduz a ideia do *puxirum* para os não comunitários e moradores de Juruti Velho é *mutirão*, porém os estudos empíricos permitem afirmar que o *puxirum* vai de simples associação voluntária de um só dia, como descreve Russo (2007, p.199) ao resgatar a origem da palavra na língua “nhengatu” e que, remetendo ao Brasil Colônia, significa “reunião de esforços em prol de um objetivo comum”. Ele está na constituição e manutenção de uma forma rememoração da ancestralidade e tradicionalidade, como pontuou o depoimento de um comunitário a Lopes: “*puxirum* é como os índios faziam, é como a gente chama, quando vai todo mundo trabalhar em um local na comunidade”. (LOPES, 2012, p. 112).

<sup>8</sup> Constituição Federal: Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. § 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional. § 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária.

<sup>9</sup> Decreto 6040/2007: Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A abordagem que realizamos identifica o processo das comunidades de Juruti Velho como uma ação que pode ser lida dentro do aparato teórico da decolonização<sup>10</sup> do pensamento, da ação e dos saberes. A decolonização está no fato de a mobilização e a resistência estarem alicerçadas na comunidade e no *puxirum*, e não em modelos organizativos forjados em outras realidades e tempos históricos, na valorização do conhecimento local, na ancestralidade, tradicionalidade e no território.

Os resultados das mobilizações e resistências das comunidades foram a passagem da invisibilidade para a mesa de negociação com a Alcoa, com o pleno reconhecimento dos seus direitos territoriais e a participação nos resultados da lavra com total autonomia de gerenciamento através de sua própria organização: Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (Acorjuve)<sup>11</sup>.

Além das conquistas junto à empresa, as comunidades conseguiram receber, em 2009, a titulação coletiva do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho, através do contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), uma luta de décadas. Todas essas conquistas eram impensáveis em períodos e décadas anteriores.

É evidente que as conquistas impõem novos desafios e questionamentos às comunidades de Juruti Velho e a todos que militam diretamente em movimentos, desenvolvem ações e estudos vinculados aos processos de decolonização e que compreendem que ela não ocorre como um passo de mágica, visto que exige um exercício constante de reflexão, de luta diária e enfrentamento de todos os processos sociais, econômicos, políticos e ideológicos que conduzem à perpetuação das dimensões coloniais. Estas dimensões coloniais estão interiorizadas em muitos agentes sociais, na elite política e econômica, como também em práticas e ações governamentais e institucionais.

O processo de mobilização e conquista das comunidades representou apenas alguns passos em direção à autonomia que, na visão de Paulo Freire (1996, p. 156), é a busca da libertação, emancipação e superação das opressões que restringem ou anulam a liberdade e, como um ensaio de construção de um “ser para si”, a busca de condições para a superação da heteronomia, condição de oprimido e alienado ou de “ser para outro”. Neste sentido, a luta precisa continuar, diariamente e de modo permanente, até a emancipação integral.

Dado, portanto, às complexidades geradas pelas pós-conquistas das comunidades de Juruti, percebe-se a necessidade de uma análise mais profunda de como os ganhos políticos e econômicos influenciam, limitam ou potencializam os processos de emancipação das

<sup>10</sup> Segundo Quintero (2019, p. 4), não existe um “consenso quanto ao uso do conceito decolonial/descolonial, ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao dismantelamento de seus principais dispositivos”, já que no campo dos debates relacionados há autores como Aníbal Quijano, que utiliza descolonialidade, e outros autores que utilizam decolonidade. O autor diz, citando Catherine Walsh, em livro organizado pela autora intitulado *Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época* (2009), que a “a supressão do “s” não significa a adoção de um anglicismo, mas a introdução de uma diferença no “des” castelhano, pois não se pretende apenas desarmar ou desfazer o colonial”.

<sup>11</sup> O ambiente organizativo constituído nas comunidades serve de base para a formação das associações das comunidades de Juruti Velho, as quais possuem uma estrutura voltada a estimular a participação do conjunto das comunidades. Diante das distâncias e da fragilidade de comunicação, circulação das informações e locomoção de pessoas, a melhor forma de organização foi a constituição de polos englobando comunidades próximas. Esses polos realizam as discussões e apresentam propostas que depois vão ser submetidas às assembleias com representantes das comunidades. O processo de constituição da Acorjuve foi gestado durante todos os processos de mobilização, que iniciaram a partir do ano de 2000, culminando com a sua fundação em 2004 em assembleia que reunia mais de 2 mil pessoas das 45 comunidades que compõem a associação. Essa organização “se estrutura com reuniões nas comunidades, por áreas: Miri, Uxituba, Vila Muirapinima, Maravilha, Pompom, Galileia, Rio Mamuru; reuniões de diretores e conselheiros, assembleias de polos e assembleia geral e ou assembleias informativas quando há necessidade de repasse de informações ou consulta aos moradores a respeito de determinadas questões” (Entrevista com assessora da Acorjuve, em agosto de 2012).



comunidades. Este artigo se limita ao período de construção da resistência e foca no período anterior, nos fatores que foram as bases para a resistência e a mobilização.

Compreendendo que todo esse processo consiste em um ensaio amazônico de construção da autonomia e da emancipação que dialoga diretamente com a concepção decolonial e expõe elementos essenciais para pensar a crítica ao capitalismo, entende-se ser preciso valorizar o conhecimento local e a dimensão étnica das comunidades amazônicas, para a construção de um projeto que ao “haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis”. (ACOSTA, 2016, p. 40).

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Lander (2005, p. 10), colonização na América<sup>12</sup>, em 1492, é o momento inaugural “dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo”, em que passa a existir uma “organização colonial do mundo” concomitante à “constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (MIGNOLO, 1995) e do imaginário” (QUIJANO, 1992), marcado pelo genocídio e etnocídio, que é a “destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição”(CLASTRES, 1980, p. 83).

A compreensão de Lisboa (2014, p. 503) assinala que a chegada dos europeus no novo continente significou a eliminação das “denominações originais dos povos que aqui viviam há milênios”, a ocultação de “toda alteridade” e o início de “uma projeção de si próprios, representando o novo mundo como um *continuum* da Europa”. Isso torna a chegada dos europeus não “uma descoberta”, e sim o “encobrimento”, a “negação do outro” e a “ocultação da miríade de outridades aqui presentes”, o que significa que os “povos, a fauna e a flora [seriam] apenas um substrato a conquistar, explorar, massacrar”.

A emergência do “circuito comercial do Atlântico”, segundo Mignolo (2005, p. 34), acelerou a economia capitalista, a transformação da “concepção aristotélica da escravidão exigida tanto pelas novas condições históricas quanto pelo tipo humano (por ex. negro, africano) que se identificou a partir desse momento com a escravidão e estabeleceu novas relações entre raça e trabalho”.

Em volta deste mesmo pensamento, Santos (2010, p. 14) compreende que a colonização montou uma “gramática social muito grande que atravessa a sociabilidade, o espaço público e o espaço privado, a cultura, as mentalidades e as subjetividades”, tornando mais difícil o processo de decolonização.

Neste contexto, as comunidades tradicionais têm resistido e enfrentado a dominação colonial a partir dos seus sistemas de vida que envolvem a relação com os ecossistemas e seus sistemas sociais, econômicos e culturais.

Diegues (2000, p. 82) inicia a construção do conceito de populações tradicionais anotando que são “sociedades que desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos”. Desse início de desenvolvimento conceitual, ao

---

<sup>12</sup>Porto-Gonçalves (2005, p. 4) lembra que a América é um “continente sem-nome próprio, ao contrário da Ásia e da África que se deram seus próprios nomes”. O nome dado ao “novo mundo” é uma homenagem ao Italiano Vespúcio, que fincando-se nessa vasta faixa de terra, teve “um papel protagonista, subalternizado é certo, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou”.

pensar comunidades e populações tradicionais na Amazônia, Almeida (2008, p. 30) aponta que a tradicionalidade estaria ligada ao

fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão “tradicional” de relações políticas.

### 1.1. A NECESSIDADE DE SUPERAR OS PARADIGMAS COLONIAIS

O grande desafio de movimentos, organizações e comunidades que buscam superar o paradigma colonial é compreender que o projeto modernidade/racionalidade tem noções complementares e harmônicas entre si, o que significa que não há modernidade sem colonialidade. (QUIJANO, 1992).

Para Castro (2019, p. 35), desde o século XXI, observa-se a necessidade de “repensar as transformações econômicas, tecnológicas e comunicacionais que têm produzido efeitos importantes na vida social e ao planeta, e nos instiga a buscar outras epistemologias para compreender e interpretar o nosso tempo”. Neste repensar, Lander (2005, p. 17) lembra que:

Nesta construção eurocêntrica, desaparece do campo de visão o colonialismo como dimensão constitutiva destas experiências históricas. Estão ausentes as relações de subordinação de territórios, recursos e populações do espaço não-europeu. Desaparece assim do campo de visão a presença do mundo periférico e de seus recursos na constituição do capitalismo, com o qual se reafirma a ideia da Europa como único sujeito histórico.

Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 102), em seus escritos na “Sociologia das Ausências” (2008), torna “objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças”. Desta forma, são possíveis as formas de produção da não existência, que uma vez realizadas “resulta na subtração do mundo e na contração do presente, e, portanto, no desperdício da experiência”. (SANTOS, 2008, p. 104).

A perspectiva de pensar a partir da sociologia da ausência permite, como diz Trouillot (1995, p. 82), pensar o que era considerado “impensável” e superar as “alternativas disponíveis” hegemônicas pela estrutura de pensamento, que há muito tempo estabelece as perguntas e respostas.

Com a sociologia da ausência, é possível romper com a perspectiva da monocultura, em que há a produção da não existência, e transformar a ausência em presença; ela também possibilita focar nas experiências invisibilizadas. Para isso, é necessário operar na perspectiva das ecologias e, assim, transformar “um vínculo entre o conhecimento e a experiência (a ecologia como a ciência da experiência transformativa, baseada no reconhecimento da continuidade da mente, do corpo e do mundo)”, o que, “por sua vez, tem consequências na maneira como estabelecemos os vínculos entre a natureza e a experiência”. (ESCOBAR, 2005, p.67).

A primeira ação voltada a romper com a dominação colonial está na construção de uma epistemologia que denuncie a supressão e valorize “os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos”. (SANTOS; MENESES, 2009, p.13). Para Santos (1995, p. 508), é preciso guiar-se pela epistemologia do Sul, que significa: “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul”. Considerar a epistemologia a partir do Sul impõe a necessidade de abraçarmos a ecologia dos saberes, como contraposição à lógica da monocultura e a

“identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não existentes pela razão metonímica”. (SANTOS, 2002, p. 250).

A adoção de uma epistemologia do Sul e a superação do pensamento abissal, o que Santos (2009, p. 45) chama de pensamento pós-abissal, exigem uma “copresença radical”, que significa “que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários”, e há o abandono da “concepção linear de tempo”, o “reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”. Na mesma perspectiva, a epistemologia do Sul possibilita “o novo surgimento político de povos e visões do mundo do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global, isto é, a globalização contra-hegemônica” e “é uma proliferação sem precedentes de alternativas que, contudo, não podem ser agrupadas sob a alçada de uma única alternativa global”.

A contribuição do pensamento epistemológico do Sul e da pós-colonialidade permite a construção de alternativas ao colonialismo, e dão às comunidades tradicionais latino-americanas, em especial, instrumentos para o levante de lutas pautadas pelos conhecimentos ancestrais que sempre foram marginalizados pela matriz colonial e o modelo hegemônico de poder “instaurado desde a conquista, que articula raça e trabalho, espaço e pessoas, de acordo com as necessidades do capital e para o benefício dos brancos europeus”. (ESCOBAR 2003,p.62).

No âmbito da contribuição, está a superação da ideia de desenvolvimento como “eixo principal das reflexões teóricas” e que embasou “um conjunto de correntes e debates que buscaram apresentar diagnósticos e propostas de superação da situação de subdesenvolvidos em que se encontravam os países latino-americanos” (SILVA, 2014, p. 20). Para Sachs (2004, p. 26), isso tornou-se uma “armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as majorias dominadas”.

Para a Amazônia, conforme indica Monteiro (2006, p. 6), a concepção de desenvolvimento semeou a necessidade de “criar estruturas e espaços homogêneos como vetores capazes de impulsionar o desenvolvimento na Amazônia” nas últimas décadas do século passado, dando “um caráter axiomático nas tentativas de modernização de uma área, considerada pelos planejadores como social e economicamente periférica”.

Escobar (2007, p. 2), ao analisar o desenvolvimento como matriz orientadora para a evolução de povos e comunidades, diz que ele significa “sacrificar entornos, solidariedades, interpretações e costumes tradicionais, sempre valorizando a assessoria de peritos”, já que “não se pode confiar no próprio nariz; tem que confiar nos peritos, que o levarão a um desenvolvimento”. É nesse sentido que a corrente do “pós-desenvolvimento, segundo Amaro (2017, p. 82), permite pensar fora do pressuposto do desenvolvimento e afirma o pós-desenvolvimento como o “*fim da era do desenvolvimento* e o início de uma nova era, liberta das influências negativas de um conceito dominado por *intenções geoestratégicas* de natureza capitalista, colonialista e patriarcal”.

Uma segunda forma do aspecto essencial no pensamento pós-colonial e pós-desenvolvimentista, e a compreensão do lugar onde há particularidades e interações socioeconômicas, ambientais e culturais, contrapõem a ideia que sempre excluiu e negou voz aos grupos e comunidades amazônicas e impôs grandes projetos econômicos.

Compreender o lugar com a ótica pós-colonial permite, como diz Coronil (1997, p. 74), deixar de legitimar e desmontar “a representação da periferia como a encarnação do atraso bárbaro, desmitifica-se a autorrepresentação europeia como a portadora universal da razão e do progresso histórico”.

O resgate do lugar, para Escobar (2005, p. 70), possibilita contrapor um dos temas negados pelo desenvolvimento. Nesse sentido, nas palavras do autor: “o desaparecimento do

lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas. Somente nos últimos anos é que percebemos este fato”.

Zhour e Oliveira (2010, p. 445) compreendem o lugar como o principal caminho para resistência e a “fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino”.

A perspectiva analítica de Escobar (2005, p. 72) ressalta que é preciso compreender o conhecimento local como “não puro, nem livre da dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até de terror; são históricos e estão conectados com o mundo através de relações de poder, e de muitas maneiras, estão determinados por elas”.

Através das reflexões de Escobar (2005, p. 72), ao adotarmos uma visão pós-desenvolvimentista do lugar<sup>13</sup> e do conhecimento local, podemos compreender que “os modelos locais da natureza não dependem da dicotomia natureza/sociedade. E ele complementa: “Além do mais, a diferença das construções modernas com sua estrita separação entre o mundo biofísico, o humano e o supranatural, entende-se comumente que os modelos locais, em muitos contextos não ocidentais, são concebidos como sustentados sobre vínculos”. Para Descola (1996, p. 14), isso significa compreender que em sociedade de natureza as “plantas, animais e outras entidades pertencem a uma comunidade socioeconômica, sujeita às mesmas regras que os humanos”.

Benatti (2008, p. 32), ao tratar do conceito de posse agroecológica, perspectiva de acionamento ao direito de permanência no território amazônico, o desenvolve indicando que:

A finalidade da terra para seringueiros, ribeirinhos, remanescentes de quilombos é inconciliável com a destinação dada pelas grandes empresas mineradoras, empresas agropecuárias e, na maioria das vezes, pelos grandes projetos governamentais. Nesses momentos de conflito, a definição da faixa de terra necessária para que esses segmentos de camponeses desenvolvam suas atividades agroextrativistas, torna-se essencial para estruturar os vínculos de solidariedade e forjar uma coesão social capaz de enfrentar seus adversários, como também para garantir o controle sobre sua área.

Destaca-se neste cenário o grau de coesão e solidariedade existente no grupo, tendo em vista o acesso aos recursos naturais e pode ser estrategicamente organizado com a finalidade de atender à necessidade do grupo, assim como vai colocar os limites dessas possibilidades em vista de eventuais conflitos.

Os conceitos levantados acima subsidiam a reflexão sobre as mobilizações e resistência das comunidades de Juruti Velho e permitem olhar tais processos como um ensaio decolonial. Ballestrin (2013, p. 1) considera que a expressão decolonial “não deve ser confundida como mera descolonização”, já que a descolonização em “termos históricos e temporais” significa uma “superação do colonialismo” e a decolonialidade procura “transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder”, como também as posições de facetas pós-coloniais calcadas num excessivo culturalismo, no eurocentrismo e sob a forte influência pós-moderna de caráter ocidental.

<sup>13</sup> Escobar (2005, p. 76) indica que a compreensão do lugar, como também do conhecimento local, é a forma de ter consciência do lugar e de sua especificidade e de dar ao mundo significado (ESCOBAR, 2001), exige lançar mão da etnografia e assim identificar as “resistências ao capitalismo e à modernidade em ambientes diversos”, e “tornar visíveis as práticas e os processos que revelavam que havia múltiplas formas de resistência ativa ao próprio desenvolvimento”, como diz Castro (2019,p.32). O autor diz que a etnografia evidencia “como as pessoas sempre criam ativamente e reconstróem seus mundos de vida e seus lugares”, e tornam “visíveis outras epistemes presentes no universo do conhecimento do mundo, e ainda, as emergentes”.

Walsh (2009) argumenta que o termo decolonial, com a retirada do “s” permite a distinção da palavra descolonização em sua concepção costumeira. Sendo assim, Colaço (2012, p. 7) resume a distinção entre a descolonização e o decolonial, dizendo que: “a intenção não é desfazer o colonial ou revertê-lo, ou seja, superar o momento colonial pelo momento pós-colonial”, já que sua aceção busca fomentar e “provocar um posicionamento contínuo de transgredir e insurgir.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 A CONSTRUÇÃO DA LUTA DAS COMUNIDADES DE JURUTI VELHO/PA

Na logística do desenvolvimento ocidental, a região Amazônica é transformada em um espaço destinado à acumulação do capital e, na busca por acumular o capital, sob o rótulo do desenvolvimento, as comunidades tradicionais são invisibilizadas e transformadas em obstáculos ao progresso, o que justifica a expropriação de territórios e dos recursos naturais, muitas vezes de forma violenta.

A empresa *Aluminum Company of America (ALCOA)*<sup>14</sup> chegou em Juruti em 2001, partindo da lógica da invisibilidade e expropriação das comunidades amazônicas. Esse advento é celebrado pelas elites e autoridades locais como o desenvolvimento que acontece e que se justifica pela perspectiva da modernidade capitalista, já que tudo que existia antes do empreendimento está ligado ao “atraso”.

A Alcoa, um grande empreendimento capitalista, reivindicou para si um território historicamente habitado por pescadores, agricultores familiares e extrativistas (SILVA, 2014). Dados do Incra (2007) indicam que mais de 60% da renda familiar destes tem origem em atividades de roça e coleta de produto extrativista, e uma forte economia não monetarizada é identificada nas trocas de produtos extrativos, como caça e pesca, com destinação para o autoconsumo, o que é uma prática “comum nos relatos dos moradores”, que têm “Juruti Velho como um lugar comunitário e de uso coletivo”. (SILVA, 2014, p. 138).

A implantação da Alcoa em *habitat* histórico coloca em questão a *natureza capitalista versus natureza orgânica*, que contrapõe o modelo racional, ocidental de uma grande empresa mineradora (Alcoa) com a tradicionalidade e a necessidade de comunidades cujo território e prática calcada no conhecimento tradicional são a base da vida de milhares de agricultores e extrativistas. (SILVA, 2014).

O lugar onde essa população ribeirinha desenvolve suas relações tem uma fração de 109.000 hectares do território da Gleba Vila Amazônia, destacada e arrecadada pela União. Através do INCRA, este território foi destinado para compor o Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho, definido por Parecer Técnico Multidisciplinar (Proc. INCRA - SR-30/STM – 54501.004431/2007-15 – Vol. I, p. 130), com a modalidade de:

assentamento destinado a populações tradicionais, para exploração de riquezas extrativistas, por meio de atividades econômicas viáveis e ecologicamente sustentáveis, introduzindo a dimensão ambiental às atividades agroextrativistas. Tais áreas, de domínio público, serão administradas pelas populações assentadas, através de sua forma organizativa, que receberá a concessão de direito real de uso.

Na construção da resistência ao projeto da Alcoa, as comunidades realizaram um intenso processo de valorização de sua ancestralidade e tradicionalidade e abriram mão de

---

<sup>14</sup> A criação da Alcoa data de 1888. Atualmente, a empresa opera em mais de 200 localidades em 31 países e é a principal produtora de bauxita, refinamento de alumina, alumínio primário e industrial do mundo (SILVA, 2014).

programas compensatórios e concessões disponibilizadas pela empresa. Elas optaram pela mobilização e resistência, pelo reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, como também pelo respeito e valorização a sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Sua pauta mobilizadora no embate com a Alcoa era: 1) A reafirmação de comunidade tradicional (descendentes dos Mundurucu); 2) Direitos a território historicamente habitado; 3) Garantia da coletividade; 4) Autonomia para defender e decidir sobre o futuro. (SILVA, 2014, p.163).

A tradicionalidade passou a ser a *pedra angular* das ações e mobilizações da comunidade. Em ofício enviado e protocolado no dia 22 de março de 2005 ao Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ARCOJUVE) apresentou-se como uma organização que congregava “mais de 1.500 associados, representando 45 comunidades, todas situadas na área de influência direta do projeto ALCOA, ocupadas e habitadas imemorialmente por moradores nativos descendentes dos Muirapinima e Munduruku” (SILVA, 2014, p. 194).

Desta forma, as comunidades subverteram a ordem e impuseram a necessidade de serem vistas e ouvidas, e desafiaram um sistema que há mais de 500 anos pratica junto aos territórios, povos e comunidades formas de “extermínio”, que vão do “massacre físico ao massacre da caneta” (CASTRO, 2019, p.21), como também, em nome da civilização, impõe a “homogeneização dos comportamentos”, a “invisibilidade da identidade étnica” e a “exploração e subalternização” das comunidades tradicionais. A ação de Juruti Velho corrobora com o pensamento de Escobar (2005, p. 3), que entende a invocação da “defesa dos territórios ancestrais e a proteção do meio ambiente como as mais notórias formas de resistência em face dos projetos de exploração capitalista dos recursos naturais”.

A resistência calcada na tradicionalidade significa “uma consciência de si como grupo distinto, com identidade coletiva própria e formas de organização intrínsecas que não se reduzem à ocupação econômica ou à relação com os meios de produção”. (ALMEIDA, 2010, p. 105).

Na história da Amazônia há um conjunto de grandes empreendimentos econômicos e territoriais que tiveram sua legitimidade justificada pela ideia de desenvolvimento e modernização e que sempre prevaleceu sobre os direitos territoriais étnicos das comunidades tradicionais da Amazônia. Exemplos como a Hidroelétrica de Tucuruí<sup>15</sup>, que segundo Corrêa (2009, p. 44), com base no depoimento de lideranças e atingidos pela hidrelétrica e de lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)<sup>16</sup>, expõe que os agricultores e ribeirinhos que habitavam as áreas atingidas foram “arrancados de suas terras, expulsos e seduzidos com a promessa de emprego e melhor qualidade de vida para onde iam ser deslocados”, com a justificativa de que a barragem viria trazer “desenvolvimento, trabalho, renda e melhor condição de vida para as populações”, fatos que até hoje não se comprovaram.

<sup>15</sup>Estima-se que a hidrelétrica “inundou uma área de 2.830 km<sup>2</sup> e remanejou mais de 25.000 pessoas, atingindo sete municípios à montante da barragem e mais outros à jusante dela”. A CPI das Barragens (1991, p. 05) *apud* Corrêa (2009, p.44) concluiu que a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí se “constituiu num abuso de poder do Governo Federal que a projetou e a construiu sem ouvir sua população, além de realizar estudos precários sobre o Impacto Ambiental na área de influência da barragem”.

<sup>16</sup> O Site do MAB informa que o “Movimento dos Atingidos por Barragens tem uma longa história de resistência, lutas e conquistas. Nasceu na década de 1980, por meio de experiências de organização local e regional, enfrentando ameaças e agressões sofridas na implantação de projetos de hidrelétricas. Mais tarde, se transformou em organização nacional e, hoje, além de fazer a luta pelos direitos dos atingidos, reivindica um Projeto Energético Popular para mudar pela raiz todas as estruturas injustas desta sociedade”.

A hidroelétrica de Balbina<sup>17</sup>, na cidade de Presidente Figueiredo, no Amazonas, impactou o modo de vida e os direitos territoriais dos povos indígenas Waimirí Atroarí. Já a Hidroelétrica de Belo Monte<sup>18</sup> suprimiu territórios e direitos de diversas comunidades que sobreviviam às margens da bacia do Rio Xingu, entre terras indígenas e territórios ribeirinhos. (ARAUJO *et al.*, 2014).

Os exemplos citados e mais uma centena existente têm como consequência a desestruturação da vida econômica e social das comunidades e a desorganização territorial.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA EM JURUTI VELHO /JURUTI – PARÁ

Silva (2014, p. 209) considera a luta e resistência das comunidades de Juruti Velho como um ensaio na luta decolonial, principalmente por conseguir conectar a existência de “elementos internos, ligados à composição orgânica dessas comunidades, que servem de potencialidade, possibilitando a coesão capaz de impulsionar as ações coletivas, dificultado a cooptação e a divisão no interior das comunidades”. Para o autor, há dois fatores que são essenciais para a emergência da força comunitária capaz de fazer frente e redefinir as estratégias da Alcoa na região: a vivência comunitária e o *puxirum*.

O primeiro aspecto é o fator comunidade. Existe na história de Juruti Velho uma longa tradição dos agricultores e extrativistas de se organizarem em comunidade, com objetivo de superar limitações individuais e coletivas; essa também é uma forma de alçarem ganhos socioeconômicos e vivenciarem a religiosidade e a espiritualidade. A ideia de comunidade em Juruti vai de encontro com a ideia de Bauman (2003, p. 10), para quem “não ter comunidade é não ter proteção”.

Na história da formação das comunidades de Juruti Velho, há uma forte tradição da organização comunitária, que vem desde os núcleos dos índios Mundurucu e que serviu de base para ação da Igreja Católica<sup>19</sup> através dos seus missionários. Esse trabalho de evangelização remete a 1818, período de grande presença dos índios Mundurucu no lago Juruti (hoje Lago de Juruti Velho). A ação da igreja nessa fase estava sob a direção missionária com forte presença nos núcleos familiares e comunitários, que tinham uma estreita relação com os indígenas, agricultores e extrativistas e entre suas ações estava a de

---

<sup>17</sup> A Usina Hidrelétrica de Balbina é uma hidrelétrica no rio Uatumã, localizada na parte nordeste do Estado do Amazonas. A localização fica sob a jurisdição do município de Presidente Figueiredo, a 170 km de Manaus, pela BR/174.

<sup>18</sup> Segundo Costa *et al.* (2019, p.233), os dados indicaram que ao “final da instalação, uma área com cerca de 515,3 Km<sup>2</sup> (Tabela 05) foi alvo de supressão vegetal, isto é, aproximadamente 51.530 ha de floresta nativa foram retirados para possibilitar a implantação de todo o sistema e infraestrutura do projeto (barragens, vertedouros, canais, reservatório, casa de força e outros)”.

<sup>19</sup> A Igreja Católica constitui um importante organismo da sociedade ocidental, que na história teve um papel essencial em impõe a lógica colonial nas mais diferentes comunidades no interior da Amazônia. Ocorre que as missionárias da congregação das Irmãs Franciscanas de Maristella, que chegaram à região de Juruti na década de 1970, tinham um compromisso “com a realidade concreta do homem e do lugar pelo conhecimento e pela convivência com o povo, na simplicidade e na amizade do dia a dia” (QUEIROZ, 2019, p.129). Essa comunidade de religiosas desenvolveu junto às comunidades uma pedagogia voltada à formação de consciência crítica a partir de um compromisso com a Teologia da Libertação e a Pedagogia do Oprimido, a qual, durante anos, contribuiu para a formação e organização das comunidades, possibilitando, assim, o surgimento de lideranças políticas, sindicais e sociais em Juruti. Nesse sentido, a célula da igreja católica na região de Juruti Velho, no caso a congresso das Irmãs Franciscanas de Maristella, subverte a ordem e assume um compromisso com uma ação que, além de evangelizar, objetivo principal do congresso, conduz a comunidade a uma consciência da necessidade de decolonizar como única via capaz de garantir a emancipação e autonomia.

incentivar a organização dos núcleos comunitários, como condição de organizar o recebimento do sacramento.

O trabalho dos missionários no século XIX definiu territórios comunitários, enraizou e legitimou a Igreja Católica nas regiões, rios e lagos de Juruti como instituição importante para a formação e organização dos agricultores e extrativistas de Juruti Velho. Em muitos casos, a Igreja católica, durante muito tempo, era a única ligação das comunidades com o mundo externo e principal. Ela tinha que “ensinar o povo” que o apego ao solo e à agricultura superaram a itinerância do extrativismo, como também contribui na “organização familiar” e no auxílio à organização social. (MACEDO 1884, p. 11 apud MARTINS, 2005, p. 46).

Em 1966, a região de Juruti Velho recebeu os padres Paulo Suess e Pedro Mair e em 1971 as Irmãs Franciscanas de Maristella. Esses religiosos valorizavam o diálogo, a participação e a formação socioeconômica e cidadã de agricultores e extrativistas de Juruti Velho, dando ênfase na interpretação popular da Bíblia e em documentos como o Vaticano II (1962-1965), Medellín (1968), Puebla (1979) e a teologia da libertação, que revelam e/ou retratam as situações de pobreza e injustiças sociais.

É neste contexto que os missionários incentivam e assessoram a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), comunidade para prática religiosa e sociopolítica. É comum nos relatos a lembrança da participação das Irmãs Franciscanas de Maristella e dos Padres em atividades sociais, formação e organização de ações voltadas a buscar os direitos e os bens das comunidades. Para Lopes (2012), as Irmãs Franciscanas prestaram apoio “intelectual” com ampla contribuição na formação e organização das comunidades.

Queiroz (2014, p. 74) expressa como a relação da vida religiosa e a luta social permeou e contribuiu para a formação de uma maior incidência dos comunitários na busca do bem comum e da preservação da natureza: “Aqui a luta pelo direito de permanecer na terra, pela preservação da natureza com sua rica biodiversidade e para garantir que as chamadas políticas públicas cheguem aos que dela necessitam, tornou-se parte da missão”.

A ação da Igreja com Padres, Irmãs e agentes pastorais contribuiu diretamente para a consolidação da comunidade enquanto espaço coletivo onde, além do espiritual, organizaram estratégias para ações coletivas voltadas ao bem comum. A liderança abaixo dá o seu depoimento:

**Liderança:** [...] a gente não era respeitado pela ALCOA. Quando eles chegaram aqui em 2000, corriam de alto a baixo [...]. Em reunião da Igreja (Católica), foi decidido verificar o que o pessoal queria aí [...]. Se não me engano, em 18 de fevereiro de 2001 ou 2002 mandamos ofício em nome da Omnia Minérios. Veio um cidadão que representava a Omnia Minérios, um da ALCOA na pessoa do Charles [Charles Ferreira – então Superintendente de Meio Ambiente da ALCOA em Juruti] e a Senior [Senior Engenharia], que prestava serviço para eles. O assunto foi: o que eles estavam fazendo aqui? Quem eram eles? Aí eles foram se identificar [...], explicar que o interesse deles era minerar, exploração de bauxita, que eles não queriam nada do que estava em cima da terra [...]. Aí eu disse: “mas me diga uma coisa, pra vocês chegarem lá onde vocês querem [...] vocês têm que esculhambar tudinho aqui o solo [...], então vocês vão fazer um dano perigoso aí pra nós [...]. O temor que eu tenho aqui é de vocês expulsarem todos esses ribeirinhos daí” (Entrevista concedida ao autor, junho de 2011).

Além do fator comunitário, como prática constante e organizada do lugar, existe o *puxirum*, que nas comunidades de Juruti é uma ação coletiva com forte capacidade de moldar atitudes e mudanças pessoais, possibilitando a coletividade como estratégia de superação dos limites econômicos e sociais típicos das regiões amazônicas.

Nas comunidades tradicionais de Juruti Velho, o *puxirum* constitui-se em uma ação em que o indivíduo toma consciência de suas limitações e das limitações de outros. O *puxirum* como prática social possibilita superar ambas, pois se estabelece em clara relação da



superação, da alienação em relação a sua espécie, à natureza e a si mesmo. Nesse sentido, ele possui uma ação pedagógica e política na medida em que age diretamente sobre o indivíduo, permitindo a sua descoberta, de sua comunidade e “assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, como eles lutam”. (FREIRE, 1997, p. 05).

Desta forma, o *puxirum* é um exercício essencial para fortalecer a comunidade como agente coletivo composto de indivíduos, já que como ação de grupos de famílias e parentes permite colocar as relações vividas em um novo patamar, compreender a situação em que se encontra e, mais do que nunca, aprender a importância da cooperação para alterá-la. Nesse sentido, o *puxirum* enquanto práxis está em constante movimento direcionado para um objetivo da prática com a prática e/ou ação-reflexão capaz de permitir a compreensão da limitação pessoal e coletiva. Equivale aqui referenciar a expressão cabal de Paulo Freire (1997, p. 71): “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Enquanto a vivência em comunidade constituir um corpo coletivo e moldar a ação política conjunta, o *puxirum* possibilitará a experiência pessoal dos resultados da cooperação entre indivíduos, o que vai fortalecer a integração do indivíduo ao grupo, e na medida em que os resultados vão surgindo, a participação vai ser tornando mais sólida. A combinação da vivência comunitária e o *puxirum* é que ambos são duas práticas que fortalecem a ação coletiva e a consciência individual e mostram a importância da cooperação e da solidariedade para a garantia do bem-estar pessoal, familiar e comunitário. Assim, essas duas ações ampliaram e consolidaram o enfrentamento ao estranho, no caso, a Alcoa.

Silva (2014, p. 160) compreende que em Juruti há um encontro de potencialidades internas (comunidade e *puxirum*) e oportunidades externas no contexto institucional e político, que “interagem e possibilitam o avanço do processo de mobilização e conquistas comunitárias”. Essas oportunidades criaram um ambiente e um aparato que favoreceu o avanço da pauta das comunidades. Podemos citar como oportunidades a Constituição de 1988, a ratificação da Convenção 169 da OIT de junho de 1989, a convenção sobre a diversidade biológica (CDB) e outras. Essas oportunidades fazem emergir a compreensão sobre as terras tradicionais, a autodefinição, a ancestralidade, o direito territorial, o modo de vida das comunidades tradicionais e a “estreita relação entre populações humanas e a biodiversidade”. (SILVA, 2014, p. 162).

As potencialidades internas e as oportunidades externas, somadas à interação e à ligação das instituições com atuação local, principalmente as Irmãs Franciscanas de Maristella, ampliaram a voz das comunidades<sup>20</sup>, que desde então iniciaram sua articulação com organizações sociais como sindicatos, colônias de pescadores, via campesina e órgãos como Ministério Público Federal e Estadual – instituições essenciais para garantir a fala da comunidade –, como consta em uma das atas de audiência pública (2005), em que o promotor Raimundo Moraes se manifestou da seguinte forma:

“Solicito ao presidente da mesa o direito de ceder parte do meu tempo para um representante da comunidade o que foi negado pelo Dr. Paulo Koury que diz não ser possível, pois cada um tem seu espaço de tempo assegurado pelas inscrições”. O promotor Raimundo Moraes diz que “não será isso que irá impedir que aquelas comunidades falem porque a quarta audiência pública em Juruti Velho foi a comunidade que requereu” (AUDIÊNCIA PÚBLICA, Abril/2005).

<sup>20</sup> Conforme Silva (2014), as primeiras ações voltadas a organizar a resistência das comunidades frente à Alcoa são uma viagem de um grupo de comunitários de Juruti ao município de Barcarena para conhecer os impactos de projetos de mineração junto às comunidades desse município com o apoio das irmãs franciscanas. Entre as tentativas de ampliar a voz das comunidades está o relato da ação das irmãs franciscanas de denunciarem a presença da Alcoa em eventos diocesanos, estadual, regional, nacional e internacional da Igreja Católica, como também o envio de uma carta relatando o que estava acontecendo com o advento da empresa para a embaixada da Alemanha.

Com a capacidade de articular fatores internos e externos e a construção de uma extensa rede de relação com organizações sociais e instituições públicas, as comunidades alcançaram grandes vitórias frente à maior mineradora do mundo (Alcoa). Consideramos que essas vitórias foram alcançadas com uma pauta focada num processo de resistência que pode ser relacionado à histórica luta decolonial das comunidades amazônicas.

Uma das vitórias foi o reconhecimento da tradicionalidade pela gigante da mineração mundial, como também a Acorjuve como entidade representativa das comunidades. Assim diz o comunicado: “A Alcoa já reconheceu as comunidades de Juruti Velho como tradicionais, bem como reconhece que elas detêm direitos e os eventuais danos e prejuízos causados com a instalação da mina serão compensados e amplamente superados” (COMUNICADO DE ESCLARECIMENTO, 2009).

Uma segunda vitória foi o reconhecimento da Acorjuve como entidade representativa das comunidades e como organização capaz de gerir os 1,5% da participação nos resultados da lavra pelas comunidades. Este é um caso *sui generis* na relação de uma grande empresa mineradora mundial e as comunidades amazônicas.

Importa destacar que empreendimentos do porte como da mineração de bauxita em Juruti impactam grandemente toda a região de implantação do projeto a partir das intervenções de ordem socioambiental e econômica. São identificados impactos em razão do deslocamento de trabalhadores, mudanças nas condições de vida de famílias camponesas, além da emergência de conflitos, violência e pobreza no entorno dos empreendimentos e aumento das taxas de desmatamento e continuidade na matriz extrativista. (CASTRO, 2017, p. 33).

Os debates propostos pelas comunidades de Juruti Velho se iniciam pela observação da ocupação dos roçados por pessoas estranhas ao território. O bem mais tangível daquelas comunidades era seu roçado, sua casa de farinha, o lago, os furos e os igarapés para pesca. Roland indica que o direito das sociedades tradicionais da África negra parece dar um espaço menos amplo aos direitos individuais do que o direito ocidental moderno. Nesse compasso, questiona o que há de distintivo nestas relações comunitárias:

Essas sociedades, como sabemos, em sua maior parte, têm um modo de produção pluralista. Nossa noção de indivíduo lhe é dificilmente transferível, na medida em que a ela prefere uma organização pluripolar da personalidade (em geral diferenciada no aspecto corporal do ser humano, seu espírito e a força vital que o anima). Plural, a pessoa não está sozinha (a imagem do indivíduo em face do Estado é específica da cultura ocidental moderna). (ROLAND, 2003, p. 272-273).

A comunidade, na sua interconexão, aos poucos vai verificando que uma ocupação silenciosa está ocorrendo e começa a indagar quais as razões para que pessoas estranhas estejam fazendo buracos no meio dos roçados. Experiências como estas se espalham por muitas cidades amazônicas. Eunápio Dutra do Carmo (2017, p. 71) assinala o seguinte:

Entende-se que a visão contemporânea da gestão territorial considera as relações sociais e as tramas de poder e redes no contexto da geoestratégia da economia global, pois o sistema territorial pressupõe diversas manifestações sociais, econômicas, políticas e ambientais e várias escalas, com destaque para as dinâmicas transterritoriais, como são aquelas sentidas no município de Barcarena. Nestes termos, a relação local-global é essencial e imprime o caráter dinâmico, processual, multidimensional e multiescalar da gestão territorial em Barcarena, com a correlação de força dos atores sociais e suas redes, estratégias, temporalidades, linguagens, saberes e poderes.

Voltando para Juruti Velho, a titulação coletiva da área onde foi criado o Projeto de Assentamento Agroextrativista Assentamento Juruti Velho<sup>21</sup> era um sonho antigo dos comunitários. A resistência à mineração pressupunha a titulação da área que significava, segundo o diretor da Acorjuve, “o reconhecimento pelo estado e pela empresa do território da comunidade, que tradicionalmente vive no lugar”.

Na luta pelo domínio do território, a organização da comunidade “reivindicava a titulação coletiva de seu território”, enquanto a empresa fazia o lobby para a titulação individual. Segundo Gerdeonor Pereira, presidente da Acorjuve, “a empresa queria que a titulação do Incra fosse individual”, o que significava para o presidente a intenção da empresa em “manipular” futuramente os moradores do assentamento. (ALMEIDA, 2012, p. 200). A titulação individual facilitaria o processo de cooptação futura e, conseqüentemente, a redução da resistência. (SILVA, 2014, p. 205).

A titulação coletiva ocorreu em 2009, uma conquista marcante não somente para Juruti, já que foi “a primeira vez que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concedeu o documento coletivo a populações tradicionais da Amazônia. A entrega ocorreu no próprio assentamento, localizado no município de Juruti, no Oeste do estado Pará”<sup>22</sup> pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

## 5 CONSIDERAÇÕES

Desde a colonização, as comunidades amazônicas passaram a sofrer de expropriação por interesses capitalistas e, a partir da segunda parte do século XX, os grandes projetos, concretizados pelas grandes empresas mineradoras, projetos homogeneizadores agropecuários e grandes estruturas de produção de energia e recursos naturais passaram a brotar aceleradamente em detrimento do modo de vida das comunidades amazônicas.

O histórico de invisibilidade de povos e comunidades tradicionais amazônicos, dificilmente não assumindo uma posição nos debates pela democracia, direitos, melhoria da infraestrutura, explica-se pela negativa de reconhecimento da diversidade social e geográfica dos grupamentos encontrados no território brasileiro; assim é ainda pelo “velho costume” *top bottom*, que caracteriza grandes grupos econômicos que chegam ao interior em busca do lucro fácil com a exploração dos recursos naturais da região, repetindo o *modus operandi* desenvolvimentista. Para estes grupos transnacionais, os povos tradicionais e originários são incapazes de tomar a frente em ações de reivindicação de melhorias para seus territórios – seus modos de vida são considerados ‘atrasados’ pelos que vêm de fora, o que justifica a operacionalização de seus projetos.

Após 200 anos, no início do século XXI, as comunidades de Juruti foram vitoriosas de forma *sui generis* e obtiveram a titulação coletiva do PAE Juruti Velho, com o repasse pelo Incra do contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). Somando as conquistas junto à empresa, esta é uma vitória de uma luta que se arrastava desde a década de 1970.

---

<sup>21</sup> A titulação do PAE Juruti Velho – assentamento criado em 2005 – foi concedida por meio de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), assinado pelo superintendente regional do Incra no Oeste do Pará, Luciano Brunet, e pelo presidente da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (Acorjuve), Gerdeonor Pereira (INCRA, 2007). A titulação do PAE Juruti Velho – assentamento criado em 2005 – foi concedida por meio de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), assinado pelo superintendente regional do Incra no Oeste do Pará, Luciano Brunet, e pelo presidente da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (Acorjuve), Gerdeonor Pereira (INCRA, 2009).

<sup>22</sup>Cf. portal do Incra, disponível em <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-deimprensa/noticias/10455-incra-concede-primeiro-titulo-coletivo-a-populacoes-tradicionais-naamazonia>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Entende-se que há uma singularidade das ações desenvolvidas em Juruti Velho, no sentido de ampliar as discussões para garantir a cultura material e imaterial no que tange aos seus modos de vida locais e as relações com o meio ambiente. Tais elementos foram alimentados pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por meio das mulheres religiosas vinculadas à Igreja Católica, que assim criaram um ator coletivo defensor não somente das terras, mas do movimento de preservação dos rios e das águas.

Além desta prioridade de defesa do meio ambiente de forma integral homem-natureza-homem, as comunidades priorizaram debates sobre direitos e cidadania que conseguiram ultrapassar a linha da discussão meramente fundiária. Terra, território, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, são agendas introduzidas com a chegada das empresas exploradoras do minério. No entanto, o movimento em Juruti pautou um tipo de desenvolvimento local de interesse da comunidade.

Além da titulação coletiva do PAE Juruti Velho, considera-se a gestão dos *royalties*, pagos como contrapartida ao direito de lavra da bauxita, realizada pelas comunidades com a finalidade de promover o desenvolvimento do território, um divisor de rios, em Juruti Velho. Do período desta pesquisa até os dias atuais, são praticamente dez anos de atividades da mineradora em Juruti Velho e desta gestão de recursos pelas comunidades. Com isso, pode-se perguntar: quais mudanças ocorreram? De que forma elas afetaram o modo de vida tradicional das comunidades?

Inúmeros são os conflitos em volta da gestão do patrimônio engessado naquele ambiente. Afinal, as instituições de referência nesses rincões são e continuam sendo os movimentos católicos, os sindicatos, partidos progressistas ou à esquerda, organizações não governamentais e os coletivos sociais clássicos: ou isso, ou continuam largados à própria sorte, seguindo suas trajetórias sem quaisquer perspectivas de mudança, sem renovação, com as mesmas lideranças, utilizando os mesmos instrumentos de ação. (MIRANDA, 2019, p. 122).

A pesquisa se centrou no período de construção da resistência e negociação das comunidades contra a maior mineradora de alumínio no mundo. Cabe lembrar que a decolonização é um processo contínuo, que envolve resistência e luta a fatores socioeconômicos, políticas, culturas e ideologias que permanentemente buscam conduzir a recolonização, que seria quando a “natureza insubmissa”, apresentada durante o processo de mobilizações, resistência e lutas que levaram a conquistas dos direitos territoriais passa a ser “enfim domada”, como o diz Fanon. (2005, p. 212).

O estudo conclui que o processo vivenciado em Juruti Velho constitui uma importante etapa da luta decolonial das comunidades amazônicas, cuja resistência está na valorização dos elementos que foram invisibilizados ao longo da história e pelas instituições capitalistas.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outro mundo. Trad. Tadeus Breda. São Paulo: Editora Elefante, São Paulo, 2016.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos**: Terras tradicionalmente ocupadas. 2ª edição. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: Direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *et al* (org.). **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais**: Fronteiras da Acumulação no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-142.

ALMEIDA, Rogerio. **Pororoca pequena**: Marolinhas sobre a(s) Amazônia (s) de Cá. Belém: Smith, 2012.

AMARO, Rogerio Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e ... Noflay. **Cadernos de Estudos Africanos**. n. 34, p. 55 – 87, jul./ dez. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1645-37942017000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-37942017000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 3 ago. 2013.

ARAÚJO, Mayara Moreno Vasconcelos; PINTO, Karina de Jesus; MENDES, Flávio de Oliveira. A Usina de Belo Monte e os impactos nas terras indígenas. Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Macapá, n. 6, p. 43-51, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/1651/MayaraN6.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA [Ata]. Belém: [s.n.], 20 abr. 2005.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11m p. 89-117, 2013. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010333522013000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s010333522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 3 ago. 2013.

BENATTI, José Heder. **Posse Agroecológica e Manejo Florestal**: um estudo das concepções jurídicas sobre os assentamentos das populações tradicionais na Amazônia Brasileira, 2018.

CASTRO, Edna. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. *In*: CASTRO, Edna. **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas Edna Castro (Brasil). *In*: CASTRO, Edna. **Pensamento crítico latino-americano** (org.). Edna Castro— São Paulo: Annablume: 2019.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial**. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2012.

CORRÊA, Sergio Roberto O. Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 12, nº. 15, pp. 34-65, jul-dez./2009.

COSTA, Savannah Tâmara Lemos; TEIXEIRA, Deisianne de Souza; FARIAS, Layla Jasmim de Sousa; MARQUIORO, Giovanna Saraiva; ANDRADE, Sarah Maria Santos; SILVA, José Antônio de Castro. Usina hidrelétrica de belo monte: análise multitemporal da produção de energia e impactos ambientais. **Revista Brasileira de Energias Renováveis**, v.8, n.1, 2019, p. 224- 237. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rber/article/view/55258>. Acesso em: 3 ago. 2013.

CARMO, Eunápio Dutra do. Desastres e tensões em Barcarena à luz de disputas territoriais. **Territórios em transformação na Amazônia** - saberes, rupturas e resistências – Belém: NAEA, 2017, p. 71.

CORONIL, Fernando. **The Magical State. Nature, Money and Modernity in Venezuela**. Chicago: Chicago University Press, 1997.

DESCOLA, Philippe. Constructing Nature: symbolic ecology and social practice. *In*: DESCOLA, Philippe. (Ed.). **Nature and Society: anthropological perspectives**. London and New York: Routledge, 1996. p. 82-102.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed, São Paulo, USP, 2000.

ESCOBAR, Arturo. “**Culture sits in place**: reflections on globalism and subaltern strategies of localization”, *Political Geography* 20, 2001. p. 139–174. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.557.6912&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO: 2005.

ESCOBAR, Arturo. “Mundos y conocimientos de otro modo: El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano”. *In*: **Tabula Rasa (1)**. Bogotá, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercer Mundo: construcción e desconstrucción del desarrollo**. Bogotá: Norma, 2007.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1997.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**. Um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA/SR-30. **Aspectos históricos e socioeconômicos do projeto de assentamento agroextrativista: PAE Juruti Velho**. Santarém, ago. 2007. (mimeo).

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**, Buenos Aires: Clacso, 2005. (Colección Sur Sur)

LISBOA, Armando Melo. **De América a Abya Yala** - Semiótica da descolonização. R.Educ.Públ. Cuiabá, v.23, n.53/2. p.501-531, maio/ago. 2014. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1751>. Acesso em: 3 ago. 2013.

LOPES, Luís Otávio Canto. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial:** mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARTINS, Karla Denise. **Cristóforo e a Romanização do Inferno Verde:** as propostas de D. Macedo Costa para a civilização da Amazônia (1860-1890). 2005. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

MENESES, Maria Paula. Corpos de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimento no Moçambique contemporâneo. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina-CES, 2009. p. 23-73

MIRANDA, Tânia Nazarena de Oliveira. **Recomposição socioterritorial em contexto de mineração:** utopia e distopia do PAE Juruti Velho - Pará, Baixo Amazonas. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia) – Programa de Pós - Graduação em Sociologia e Antropologia Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MIGNOLO, Walter. D. A. Colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In:* LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires: Clacso, 2005. (Colección Sur Sur).

MIGNOLO, Walter.D. **The Darker Side of the Renaissance. Literacy, Territoriality and Colonization**. Ann Arbor: Michigan University Press, 1995.

MONTEIRO, Maurilio de Abreu. A opção possível e desejável por um novo modelo de desenvolvimento. *In:* MONTEIRO, Maurílio de Abreu.; CARVALÓ, Dion Márcio. (org.). **Desafios na Amazônia:** uma nova assistência técnica e extensão rural. Belém: NAEA; UFPA, 2006.

MORBACH, Marise Rocha. A publicidade no período Médici: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia. *In:* INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande. **Trabalhos Apresentados [...]**. Mato Grosso do Sul: UNIDERP, UCDB, UFMS, 2001. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP3MORBACH.PDF>. Acesso em: 3 ago. 2013.

PORTO-GONÇALVES. **Apresentação da edição em português.** *In:* LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas, Buenos Aires: Clacso, 2005. (Colección Sur Sur).

QUEIROZ, Ivoneide. O despojamento como elemento essencial na missão. **Convergência**, Brasília, ano 49, n. 468, p. 63-78, jan./fev. 2014.

QUEIROZ, Ivoneide. Vida religiosa feminina na Amazônia: contribuições para uma ecologia integral. **Caminhos de Diálogo**: revista brasileira de diálogo ecumênico e inter-religioso, Curitiba, ano 7, n. 11, p. 187-195, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/caminhosdedialogo/article/view/26003>. Acesso em: 3 ago. 2013.

QUIJANO, Anibal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 16, 1992. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9600/11169>. Acesso em: 3 ago. 2013.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. MASP Afterral, 2019.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito**: antropologia jurídica da modernidade. São Paulo: Martins, 2003, p. 272-273.

RUSSO, Kelly. **Quando 'outros mundos' se encontram**: movimentos indígenas e a construção de uma identidade étnica transnacional no Fórum Social Mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/mato/Russo.pdf> Acesso em: 3 ago. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 5-10, mar. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/689#text>. Acesso em: 3 ago. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Almedinav CES, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Toward a new common sense**: law, science and politics in paradigmatic transition. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a um ecologia dos saberes. *In*: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina-CES, 2009. p. 23-73.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 63 | 2002. Disponível em <http://journals.openedition.org/rccs/1285>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.



SILVA, Lindomar de Jesus de Silva. **Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo-Amazonas**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência do Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2014.

TROUILLOT, M. R. **Silencing the Past. Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, sociedad**: luchas (de) coloniales de nuestra época. Quito: UASB / Abya-Yala, 2009.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade e processo de territorialização. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 439-462.



## RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: O NEGRO NO SABER HISTORIOGRÁFICO E SABER HISTÓRICO ESCOLAR

Elton Luis da Silva Júnior<sup>1</sup>  
Silviane de Carvalho Farias<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo objetiva investigar as Relações Étnico-Raciais no contexto do saber historiográfico e saber histórico escolar no ensino de História. Para tanto, buscamos identificar as Relações Étnico-Raciais que historicamente foram demarcadas por contextos de invisibilidade, sobretudo quando relacionadas a historiografia africana e afro-brasileira. As discussões sobre as imagens dos negros nos saberes produzidos na historiografia brasileira nos remetem à análise das principais interpretações e debates historiográficos desenvolvidos sobre as observações equivocadas sobre o negro no Brasil. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa com aplicação de pesquisa bibliográfica. Os resultados revelam que é necessário estabelecer um ensino de História que evidencie uma educação para as Relações Étnico-Raciais, mostrando a História do Brasil como uma sociedade multirracial e pluriétnica por meio da reversão de valores e conceitos centrados em uma perspectiva eurocêntrica que coloca o negro a margem da construção histórica e cultural do Brasil. Concluímos que desde que o ensino de História passou a ser uma disciplina escolar no Brasil o foco estrutural dela foi se modelando de acordo com determinado momento histórico, fazendo com que por muitos anos houvesse a invisibilização do negro na formação cultural do país.

**Palavras-Chave:** Ensino de História. Relações Étnico-Raciais. Saber Historiográfico. Saber Histórico Escolar.

### ABSTRACT

This study aims to investigate Ethnic-Racial Relations in the context of historiographic knowledge and school history knowledge in the teaching of History. To this end, we seek to identify the Ethnic-Racial Relations that have historically been demarcated by contexts of invisibility, especially when related to African and Afro-Brazilian historiography. The discussions about the images of the Negro in the knowledge produced in Brazilian historiography leads us to the analysis of the main interpretations and historiographic debates developed about the mistaken observations about the Negro in Brazil. The research presents a qualitative approach with the application of bibliographic research. The results reveal that it is necessary to establish a teaching of History that shows an education for Ethnic-Racial Relations showing the History of Brazil as a multiracial and multi-ethnic society through the reversion of values and concepts centered in a Eurocentric perspective that puts black people at margin of the historical and cultural construction of Brazil. We conclude that since history teaching became a school subject in Brazil, its structural focus has been modeled according to a certain historical moment, making blacks invisible in the country's cultural formation for many years.

**Key Words:** History Teaching. Ethnic-Racial Relations. Historiographic Knowledge. Historical School Knowledge.

**Data de submissão:** 22. 09. 2020

**Data de aprovação:** 26. 10. 2020

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Bragança/PA. Graduado em Licenciatura em História (UFPA). E-mail: eltonluis@ufpa.br.

<sup>2</sup> Mestranda do programa de pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Campus Bragança/PA. Graduada em Licenciatura em História. E-mail: silvianefarias@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Para tanto, buscamos identificar as RER que historicamente foram demarcadas por contextos de invisibilidade, sobretudo quando relacionadas à historiografia africana e afro-brasileira. Para Gomes (2001); Munanga (2004) e Coelho (2009) as Relações Étnico-Raciais são um campo de conhecimento, de reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e Africana, na perspectiva das múltiplas dimensões que envolvem a história, a cultura e a vida do negro no Brasil. Elas são compreendidas como uma categoria das relações sociais e partem de identidades culturais entre grupos que empregam e estruturam suas ações a partir do convívio social.

Consideramos dizer que o saber historiográfico está relacionado ao conhecimento acadêmico, ao saber que o egresso em formação deve apreender, e que é a principal referência do saber histórico escolar. Contudo, o saber escolar não se configura como um saber científico simplificado, tampouco é a simples difusão em linguagem apropriada a faixa etária de alunos do conhecimento produzido em Universidades ou Instituições de pesquisa. O Saber Histórico Escolar é o saber construído no dia a dia escolar, considerando o processo sócio cognitivo do aluno (MONTEIRO, 2003).

Monteiro (2003) compreende o saber escolar como um fator estruturante na perspectiva educativa. Esse caráter educativo estabelece que os saberes de referência estejam a serviço de uma proposta pedagógica que opere e atribua sentido ao saber interdisciplinar. Para a autora, a função pedagógica na prática educativa se insere em dois elementos estruturantes que são a axiologização (os valores que permeiam a formação oferecida) e a didatização, ou seja, as transformações a que o saber historiográfico é submetido com vistas aos propósitos educativos.

As discussões sobre as imagens do negro nos saberes produzidos na historiografia e no ensino de História nos remete à análise das principais interpretações e debates historiográficos desenvolvidos sobre as representações equivocadas sobre o negro no Brasil. Essas abordagens têm pautado diversas pesquisas de autores como Skdimore (1976), Munanga (2004), Pinsky (1994), Schwarcz (1993); Ortiz (2006), Coelho (2009), Santos (2009) que discutem as Relações Étnico-Raciais no contexto educacional brasileiro. Nesse sentido, o presente trabalho irá abordar as RER forjadas pelo discurso histórico do ensino de história a partir do diálogo com o saber historiográfico e saber histórico escolar.

Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica, a partir da análise interpretativa. De acordo com Severino (2010) esse tipo de método de pesquisa busca interpretar e dialogar com autores a partir de determinada temática, buscando explorar as ideias proposta nas obras selecionadas para o estudo.

A primeira etapa de interpretação consiste em situar o objetivo central do estudo a partir das discussões teóricas dos autores selecionados. Em seguida, buscamos identificar os pontos comuns e/ou divergentes entre os teóricos elegidos. A análise das obras selecionadas para a pesquisa nos possibilitou estabelecer uma interpretação crítica acerca do tema estudado.

Ao analisar os dados o estudo foi organizado a partir de uma discussão sobre os discursos raciais do final do século XIX, momento em que a representação do negro foi difundida negativamente pelas teorias raciológicas, biologizantes, tal como a ideia de inferiorização racial, que contaminaram os saberes produzidos no ensino de História, cujo imaginário racial foi construído em cima de páginas brancas a partir de construções epistemológicas que inferiorizam o negro no processo de construção social, racial e cultural no Brasil.

Em seguida, abordamos o processo de mudança de perspectiva historiográfica que primou por uma História social em detrimento de uma História tradicional permitindo que

grupos, como africanos e afro-brasileiros, outrora marginalizados pelo saber historiográfico e saber histórico escolar pudessem emergir como agentes construtores da formação cultural do Brasil.

Na fase da leitura desenvolvemos a sistematização das ideias iniciais de construção da pesquisa, colocadas pelo referencial teórico constituindo interpretações das informações coletadas no estudo. Realizou-se a leitura geral das obras selecionadas, a fim de sistematizar as operações necessárias para a análise. Nesta fase o ponto de partida foi construir análises sobre como se configura as Relações Étnico-Raciais no ensino de História em sua articulação com saber historiográfico e saber histórico escolar.

Nesse sentido, o estudo bibliográfico se realizou por meio de matrizes teóricas diversas, ganhando formas particulares nas mãos de diferentes autores, tais como: Skidmore (1976), Munanga (2004), Bento (2014), Guimarães (2015), Bitencourt (2011), Monteiro (2003), Caimi (2015), entre outros que se dedicaram aos estudos, em suas distintas abordagens sobre Relações Étnico-Raciais, Ensino de História, saber historiográfico e saber histórico escolar.

Atualmente, a estrutura curricular, dos diferentes níveis de ensino, encontra-se mais flexível quando se fala nas possibilidades historiográficas de discussão sobre o tema em tela, aberto a um diálogo interdisciplinar e pluriétnico, permitindo que outras vozes pudessem emergir sob a ótica da História social. Um longo caminho ainda precisa ser trilhado, mas os avanços possibilitados pelas legislações (Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais) e pelos documentos oficiais que norteiam a educação no Brasil orientam para uma nova perspectiva curricular no ensino de História no que se refere inserção da temática Étnico-Racial, o que pode favorecer a edificação de novos conhecimentos sobre a temática no saber historiográfico e no saber histórico escolar.

## **1 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA: INTERFACES COM O SABER HISTORIOGRÁFICO E SABER HISTÓRICO ESCOLAR**

No ensino de História o domínio da historiografia nos faz refletir sobre alguns aspectos que permeiam o ensino de História: o saber histórico escolar e o saber historiográfico. Para Coelho e Coelho (2019) o saber histórico está remetido aos subsídios que oferece à formação escolar, tal como, o incentivo ao amadurecimento cognitivo, ao desenvolvimento do pensamento formal em História, a partir do contato com o saber disciplinar. Nesse sentido, as abordagens sobre o passado conformam um conhecimento que visa, entre outros propósitos, a assimilação de competências e habilidades que tornem o estudante capaz de exercer a análise e a crítica da memória histórica.

Por sua vez, o saber historiográfico remete-se a uma das principais balizas da atuação do professor de História por constituir-se de um saber adquirido na formação docente. Concordamos com a análise de Coelho e Coelho (2019) que compreendem o Saber Historiográfico como um conjunto de atividades ocupadas com o conhecimento histórico. São as atividades que buscam dar conta da origem e do percurso da Disciplina, além de seus fundamentos teóricos e metodológicos. Comportam, portanto, atividades voltadas para a familiarização com períodos ou temas, aquelas que estabelecem diálogos com outras disciplinas e as responsáveis pelo tratamento de aspectos conformadores do ofício do historiador.

Nesse sentido, o conhecimento consistente sobre a disciplina implica em conhecer não apenas a estrutura do conhecimento histórico (saber historiográfico), mas também na apropriação de conhecimentos pedagógicos (saber histórico escolar) que lhe permitam a mobilização de estratégias e recursos que transformem o saber historiográfico em saber para

ensinar, ou seja, em saberes válidos socialmente pertinentes às características e finalidades da escola por meio de processos de transposição didática (CAIMI, 2015).

O saber historiográfico e o saber histórico escolar são duas categorias que nos ajudam a compreender e identificar os contextos em que as Relações Étnico-Raciais, sobretudo a historiografia do negro no Brasil, estiveram negligenciadas ou apresentadas de maneira estereotipada no ensino de História.

Neste estudo concordamos com a análise de Gomes (2001); Munanga (2004) e Coelho (2009) em que compreendem o conceito de raça a partir de uma construção política. O termo, nessa perspectiva, passa a conter um componente de combate ao racismo e a luta contra as formas de segregação baseadas na cor.

Igualmente, Gomes (2001) compreende raça como um termo que engloba os diversos grupos étnicos e raciais que formam o nosso país. Para ela, muitos pesquisadores têm rejeitado o termo raça em detrimento do termo étnico, como sendo o mais adequado para se entender às relações entre brancos e negros no Brasil pelo fato de o conceito de raça está ligada a ideia de um processo de dominação político-cultural.

Nos estudos sobre Relações Étnico-Raciais, outro conceito utilizado é o de etnia. Munanga (2004) e Gomes (2001) destacam o termo como um grupo que possuem um nível de coerência, origem e interesses em comum. Destacam ainda que *etnia* ajuda a definir os traços dos diferentes grupos humanos marcados por características históricas e culturais.

Um vocábulo que passou a ser utilizado no Brasil foi à expressão étnico-racial. O sentido está ligado às tensas relações raciais estabelecidas no Brasil, que estão além das diferenças de cor da pele ou de traços fenotípicos, que correspondem também a raiz cultural brasileira baseada na ancestralidade africana e indígena que se difere da visão de mundo, valores e princípios da origem europeia (BRASIL, 2004). É, portanto, uma dimensão política e cultural.

Nesta pesquisa, assumimos a dimensão das Relações Étnico-Raciais, como campo de conhecimento relacionados à dimensão política e cultural do termo, e, reportamo-nos que essa questão é de extrema relevância para ser discutida no processo de Formação de Professores, compreendendo que a formação para as Relações Étnico-Raciais não se encerra apenas com a inclusão de conteúdos específicos, mas se concretiza na experiência acadêmica, no âmbito universitário e para além das salas de aula.

## 1.1 TEORIAS RACIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Os saberes produzidos na historiografia brasileira acabaram sendo contaminados pelas teorias raciais do final do século XIX, em que um imaginário racial foi construído em cima de páginas brancas onde representação do negro foi difundida negativamente. Para Schwarcz (1993) no século XIX o termo raça surge como um mecanismo que classificava grupos humanos caracterizados como heranças físicas. Coelho (2009, p.35) estabelece que a emergência do termo esteja “[...] associada a toda uma série de calamidades impostas a certos grupos humanos por outros, tendo por base a crença infame que os homens se distinguem em raças”, ou seja, no século XIX a conceituação de raça estava alicerçada na classificação hierárquica de grupos humanos em que a imagem do “*homem branco*” estava no topo do desenvolvimento cultural e social.

A História enquanto disciplina escolar no Brasil, com objetivos específicos definidos e caracterizados com um conjunto de saberes originados da produção científica com métodos pedagógicos próprios, ocorreu após a independência do Brasil quando se constituía o Estado Nacional e no processo de estruturação de um sistema de ensino para o império que colocava a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação brasileira (FONSECA, 2011).

A principal característica historiográfica nesse período era baseada na História política. No final do século XIX o historiador mais evidente no ocidente era Leopold Von Ranke, suas obras centravam-se no Estado, ou seja, a antiga história política recuperou a predominância (BURKE, 2012).

Nesse período histórico os governos europeus passaram a considerar a história como um meio de promover a unidade nacional, de educar para a cidadania, ou um meio de fazer propagandas nacionalistas, a História ganhava um teor mais “científico” a partir das análises de documentos oficiais (BURKE, 2012). Esse modelo historiográfico se perpetuou por muito tempo refletindo na maneira com que se ensinava a história, centrada apenas em grandes feitos e em grandes personalidades políticas da história.

A História tradicional privilegiava como fontes os documentos escritos, oficiais e não oficiais, sítios arqueológicos, edificações etc. Os sujeitos desse modelo historiográfico eram personalidades jurídicas, religiosas e militares, atores que apareciam como sujeitos individuais e únicos construtores da História (GUIMARÃES, 2015).

No Brasil, o ensino de História passa a ser um mecanismo do estado para formas “cidadãos” obedientes as leis e ao estado. A conformação de um indivíduo à vida civil passaria pela construção de um sistema educacional controlado pelo governo, e unificando seus pressupostos didático-pedagógicos em seus programas e currículos (FONSECA, 2011).

Analisando o ensino de História e os saberes produzidos, percebe-se um movimento duplo, que convergiam para negligenciar o negro no saber historiográfico e no saber Histórico escolar: primeiro, as teorias raciais postulavam a inferiorização do negro enquanto um agente possuidor da própria qualidade de ser humano; e segundo o ensino de História não privilegiava a História social, mas sim uma história que tinha por base os registros oficiais e a centralização de “grandes personagens da História”.

Até abolição da escravatura o negro não existia como cidadão, sua ausência no plano literário refletia diretamente nas ciências sociais. Segundo Ortiz (2006) é no final do século XIX que se engendra o mito das “três raças” onde a raça branca era tida como superior ligada ao gosto pelo trabalho, a força e persistência.

Com o fim do sistema escravocrata houve um intenso fortalecimento das cidades letradas, aliada a um discurso de um projeto nacionalista em que teorias raciais ganharam um novo sentido: o de classificar as raças em bases hierárquicas de inferioridade. Após a abolição os pensadores brasileiros centravam-se em uma questão crucial: a de estabelecer uma nação e uma identidade nacional. Mas, para se constituir estes elementos a elite brasileira teria que lidar com uma nova categoria de cidadãos: os ex-escravos negros (MUNANGA, 2004).

Para resolver o “problema” do negro no Brasil, a solução brasileira foi a tentativa de postular a ideia de “branqueamento” da população brasileira. Segundo Skidmore (1976) a teoria brasileira do branqueamento era uma teoria peculiar do Brasil, poucas vezes apresentadas como fórmula científica e jamais praticada em países europeus ou no continente norte-americano.

A tese do branqueamento baseava-se na suposição de superioridade da raça branca. Essa presunção inicial juntava-se a mais duas: a primeira era a de que a população negra diminuía progressivamente pela sua própria condição “natural” de desorganização, suposta taxa de natalidade mais baixa e maior incidência de doenças. A segunda, a miscigenação produzia “naturalmente” uma população brasileira mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais resistente e em parte as pessoas estavam procurando parceira com a pele mais clara (SKIDMORE, 1976).

Nessa postulação racial o branco aparece como o modelo universal, alvo do desejo dos não brancos. Considerando seu grupo como padrão de referência de toda a espécie humana a elite brasileira fez uma apropriação simbólica crucial que fortaleceu a autoestima e o

autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, essa apropriação acabou por legitimar sua supremacia no meio social, racial, político e cultural no Brasil (BENTO, 2014).

Paralelo a política do branqueamento, no ensino de História pouco eram os espaços destinados a outras maneiras de se construir conhecimentos históricos, o saber historiográfico produzido centrava-se em questões que enalteciam personagens individuais, o que refletia diretamente no saber histórico escolar produzido no cotidiano das escolas brasileiras. Nesse modelo, a historiografia do negro limitou-se ora ao vitimismo escravocrata que os ligava ao trabalho pesado, ao castigo físico e a violência, ora mostrando o negro em uma harmonia racial com o branco.

## 1.2 O NEGRO NA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA

Até meados do século XX a produção historiográfica brasileira continuava caracterizada por traços tradicionais, comumente chamado de positivista<sup>3</sup>. Segundo Fonseca (2011), os livros didáticos de História acompanharam essa tendência, onde a História apresentada centrava suas discussões especialmente em questões militares e políticas. As temáticas construía uma abordagem profundamente nacionalista, dando a alguns acontecimentos históricos no Brasil um caráter de consolidação da identidade que excluía dessa identidade nacional a população afro-brasileira.

Esse modelo historiográfico influenciou diretamente o ensino de História no Brasil<sup>4</sup> no que se refere a invisibilidade da população negra e sua contribuição cultural na historiografia brasileira, percebe-se que durante muito tempo identificar a História da África e dos afro-brasileiros a partir da perspectiva social e cultural era praticamente improvável nas produções historiográficas. Pinsky (1994) faz críticas ao reducionismo historiográfico, que colocou os povos africanos ligados uma visão simplista (economicista) e coisificada sobre a introdução de escravos negros no Brasil e aos interesses mercantis do tráfico negreiro.

Em 1930, operava-se no Brasil concepções, que buscavam novos caminhos para as indicações políticas do país, tendo como principal orientação o desenvolvimento social do Brasil. Porém, essa orientação não podia ser nos moldes das teorias raciais do final do século XIX, tomadas como obsoletas. Foi então que Gilberto Freyre (1934) fez seu aparecimento na historiografia para atender a essa demanda (ORTIZ, 2006).

Segundo Munanga (2004) Freyre retoma a temática racial deslocando o eixo da discussão, operando a passagem do conceito de “raça” ao conceito de cultura. Para Ortiz (2006) essa passagem de conceitos permitiu um maior distanciamento entre o biológico e o cultural, bem como eliminar diversas dificuldades colocadas a respeito da herança atávica do mestiço.

Freyre (1971) identifica a sistematização da ideia de uma democracia racial no Brasil, ao mesmo tempo em que teria se distanciado do racismo, prevalente nas Ciências Sociais no início do século XX, teria criado também uma imagem idílica do Brasil colonial. Segundo o

---

<sup>3</sup> Na França, os anos de 1920, testemunharam um movimento rumo a um novo tipo de história, conduzido por dois professores da Universidade de Estrasburgo, Marc Bloch e Lucien Febvre. A revista fundada por eles, *Annales d'Histoire économique et sociale* (Anais de História Econômica e Social), fez críticas implacáveis a historiadores tradicionais (Positivistas). Febvre e Bloch, apunharam-se ao predomínio da história política (BURKE, 2012). Segundo Burke (2012), Febvre e Bloch ambicionavam estabelecer uma história mais ampla e mais humana, que abrangeria todas as atividades humanas e estaria menos preocupada com a narrativa de eventos do que com a análise das estruturas, termo que se tornou o preferido de historiadores franceses da chamada “Escola dos Annales” (BURKE, 2012). A História Social proposta por Febvre, Bloch e Braudel influenciaram as novas gerações de historiadores, percebendo os processos históricos a partir do cotidiano, da cultura e do social.



autor, os escravos que viviam nos engenhos eram, de modo geral, bem tratados, e sua sorte menos miserável do que as dos trabalhadores europeus.

Na concepção do autor a cordialidade entre a casa grande e a senzala era harmônica, do contrário, para Hasenbalg (1979) o mito da democracia racial freyreana serviu como uma reconstrução fantasiosa do passado da população brasileira, uma falsa ideologia e falsa ilusão definida pela “[...] ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, pela existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos” (HASENBALG, 1979, p. 242).

Segundo Munanga (2004) a grande contribuição de Freyre foi ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente no modo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina Rodrigues, causava danos irreparáveis ao Brasil, era vista por Freyre como uma vantagem imensa que permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada no Brasil.

O mito da democracia racial baseada na dupla mestiçagem, biológica e cultural, exerceram uma forte influência na sociedade brasileira. Exaltava-se a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todos os grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular desigualdades e impedindo que aqueles tidos como não brancos percebessem os sutis mecanismos de exclusão racial no Brasil (MUNANGA, 2004).

Skdimore (1976) destaca que Freyre não privilegiou em sua análise as assimetrias históricas de poder entre os senhores e escravos, em sua perspectiva reforçou a ideia de branqueamento, mostrando que a elite (branca) adquirira traços culturais positivos em detrimento dos negros brasileiros.

Essa linha interpretativa da escravidão no Brasil representada por Freyre exerceu uma forte influência no saber histórico escolar, em especial, nas décadas de 1950 e 1990. Monteiro (2003), constatou que ao fazer referência a “escravidão” os professores optaram por construir conceitos a partir da imagem do africano relacionando-o ao processo escravocrata, como sendo uma condição natural do negro africano, não problematizando que a escravidão se deu em um processo histórico e não étnico.

A autora destaca que o africano e o indígena são colocados em um demasiado processo simplista que sempre os ligam a historiografia europeia, ora na experiência portuguesa com os escravos africanos, ora na possibilidade de utilizar o indígena na disponibilidade do manejo das terras no período colonial brasileiro, o que acaba gerando uma visão negativa sobre aqueles grupos.

O negro na História ensinada prevalece sendo representado por meio de uma lógica unilateral, que o coloca em uma condição ligada a escravidão e dificilmente são mostrados em situações que possibilitem uma nova maneira de construir epistemologias positivas sobre a população negra. O negro escravo do passado tornou-se sob a ótica do preconceito racial o negro marginal do presente (OLIVEIRA, 2000).

Muitos professores formados ou em formação, com algumas exceções, não tiveram em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre saberes historiográficos relacionados as relações étnico-raciais, sobretudo referente a História Africana ou a cultura afro-brasileira. Soma-se a esse relevante fator a constatação de que em muitos livros didáticos de História não reservam para a África e cultura afro-brasileira espaços adequados, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o continente africano (GUIMARÃES, 2015).

A disciplina História lecionado nas escolas brasileiras, entre as décadas de 50 e 60 do século passado, contemplava apenas “[...] a formação cívica, no intuito de ajustar os jovens para os interesses do Estado, pautada no ideal de progresso, tendo como base teórica a historiografia tradicional positivista e eurocêntrica” (MOREIRA, 2015, p. 38). Desta forma,

muitos grupos sociais não eram vistos como protagonistas da história e acabaram sendo negligenciados pelo modelo historiográfico tradicional, em especial questões relacionadas as contribuições culturais que africanos e indígenas desempenharam na formação cultural do Brasil.

Durante a década de 50 os saberes priorizados no ensino de História estava relacionada as práticas tradicionais que evidenciava a unidade e a continuidade da História, focadas no sentimento do civismo, tradição, família e nação, que pouco ou quase nada fazia referencias as relações étnico-raciais no saber histórico escolar (FONSECA, 2011).

O modelo unilateral eurocêntrico, que por muito tempo presidio a seleção dos conteúdos escolares e a sua conseqüente interferência no saber historiográfico e no saber histórico escolar, deveria ser substituído por uma perspectiva reflexiva em que no ensino a História do Brasil seja entendida em escala mais ampla, não limitada ao conhecimento baseado em uma linha cronológica eurocêntrica (BITTENCOURT, 2011).

Nas produções didáticas desse período os saberes produzidos colocavam a responsabilidade pela existência da escravidão aos próprios africanos, em um processo “natural” de inferiorização frente aos brancos. O negro africano era mostrado pela ótica da economia mercantilista, enfatizando-se a importância do tráfico de escravos e seus lucros como motivadores da chegada dos africanos no Brasil.

As produções didáticas, segundo Bittencourt (2011), têm de ser analisadas por meio de uma construção crítica, pois são importantes veículos portadores de um sistema de valores ideológicos e culturais. Os textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, raça de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa nos saberes produzidos no ensino de História.

Não diferente da década anterior, os anos 60 mostraram um ensino de História que centralizava os saberes a herança tradicional historiográfica, onde as diretrizes norteadoras enfatizavam principalmente fatos políticos e as bibliografias dos “brasileiros celebres”, entre os quais figuravam “personagens” do regime militar brasileiro (FONSECA, 2011).

Nos anos iniciais da ditadura militar o negro na História do Brasil era representado por uma visão unilateral da mão-de-obra, não apenas textualmente, mas também por meio de imagens ilustrativas nos materiais didáticos. O saber histórico escolar produzido centrava as discussões sobre o negro partindo de uma perspectiva da exploração econômica, alimentando uma visão maniqueísta da História, tirando dos afro-brasileiros e da História africana outras orientações ou ações promovidas por eles na construção cultural do Brasil (FONSECA, 2011).

Nos anos de 1970, o cenário político brasileiro foi protagonizado por novos atores sociais que entravam em cena por meio dos movimentos populares, principalmente ligados a questão de gênero e etnia, reivindicavam uma maior participação e reconhecimento de direitos e cidadania. Nesse período as questões étnico-raciais entraram na agenda de lutas, de modo especial, dos movimentos sociais de resistência da comunidade negra para que o Governo Federal instituisse políticas de ações afirmativas para a superação de desigualdades raciais no Brasil (GUIMARÃES, 2015).

Esses movimentos sociais, como o *movimento indigenista* reivindicavam do Governo Federal a demarcação de terras indígenas e o direito a própria cultura, já os *movimentos consciência negra* lutavam contra “[...] quaisquer formas de preconceito e discriminação racial, bem como pelo direito à diferença, pautada no estudo e valorização de aspectos da cultura afro-brasileira” (FERNANDES, 2005, p. 381). Para ele, é neste contexto que a valorização da diversidade étnico-cultural se insere no sistema educacional brasileiro, sinalizando a introdução de conteúdos sobre a história da África e do negro em nosso país.

Essas lutas refletiram diretamente no ensino de História, na construção de uma nova perspectiva sobre as relações étnico-raciais. Elas passaram a frequentar discussões sobre demandas educacionais para a inclusão de conteúdos referentes a História, Cultura Africana e Afro-brasileira, juntamente com a desconstrução das imagens estereotipadas que historicamente foram mostradas no saber historiográfico e saber histórico escolar da educação brasileira (GUIMARÃES, 2015).

Entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1980, o processo de redemocratização política do Brasil e suas implicações na produção acadêmica em História acabaram influenciando na elaboração de coleções didáticas para o ensino de História, construindo novas epistemologias sobre o papel do negro na formação cultural do Brasil.

Na década de 80 assistimos a “[...] uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros [...] passaram a atuar ativamente por meio dos movimentos sociais sobretudo os de caráter identitário, trazendo diversas problematizações nas formas de atuação política” (GOMES, 2010, p. 2-3). Para a autora, as reivindicações do Movimento Negro indagam o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre a sua neutralidade de posicionamento diante da centralidade da raça na formação do país.

Com o fim do regime militar, aliado a todas as influências da História Nova<sup>5</sup>, a disciplina História passou a ser percebida como uma importante ferramenta na construção de mudanças sociais. Para tanto, seria necessário modificar a estrutura curricular até então baseada em uma perspectiva unilateral que de modo sutil ou explícito excluía grupos étnicos do protagonismo historiográfico para a formação cultural brasileira no saber historiográfico e histórico escolar (GUIMARÃES, 2015).

Nos anos 90 houve um significativo processo de renovação da historiografia brasileira, sobretudo, na influência cada vez mais nítida da chamada “História Nova”. Para a autora, é nesse momento que os programas curriculares e os livros didáticos passam a incorporar novas tendências da historiografia contemporânea, como a História das Mentalidades e do Cotidiano, ainda hoje predominantes quando se fala em inovação das abordagens historiográficas. Esse novo modelo historiográfico possibilitou que atores sociais outrora negligenciados pudessem aparecer positivamente a partir de uma perspectiva social, étnica e cultural (FONSECA, 2011).

Nessa nova configuração novos temas e sentidos historiográficos surgem para a disciplina: questões sociais; direitos humanos; relações de gênero; corpo; alimentação; relações étnico-raciais (PINSKY, 1994). Isso demonstra que a disciplina passou a construir sentidos históricos por meio de temas que fazem parte do cotidiano escolar, não mais um ensino estático que pouco fazia sentido para os alunos em situação escolar.

Essa flexibilização possibilitou que as Relações Étnico-Raciais entrassem para a pauta de discussões educacionais no que se refere a inclusão da História Africana e Cultura afro-brasileira nos currículos da educação nacional. Essa nova configuração tornou-se ainda mais evidente após a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A partir da promulgação Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei Federal nº 9.394/96), diversos artigos vão fazer referência a valorização da miscigenação cultural, como

---

<sup>5</sup>A História nova, ocupa-se com tudo aquilo que homens e mulheres fizeram no passado e fazem no presente, ela considera que existem inúmeras formas de viver e representar o presente (BRAUDEL, 1992). Assim, temas outrora negligenciados pela historiografia passaram a ser objeto de investigação (BURKE, 2012). Esse modelo historiográfico abriu espaço para novas tendências da historiografia, principalmente a social. Novos sujeitos passam a emergir: Negros, índios, ricos, pobres, homens e mulheres, governantes, governados. A História passa a ser percebida não mais como individualizada, mas por movimentos sociais, pela classe trabalhadora, pelos militantes (GUIMARÃES, 2015). O historiador passa a dialogar, interrogar, analisar, confrontar e produzir conhecimentos que não são a mera descrição de registros ou documentos, mas sim uma elaboração historiográfica a partir de uma perspectiva cultural, do cotidiano, em um diálogo interdisciplinar (BRAUDEL, 1992).

o Art. 26 § 4º, ao definir que “[...] o ensino de história do Brasil levará em conta as diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro especialmente as matrizes indígenas, africanas e europeias” (BRASIL, 1996).

Portanto, apesar de ainda não estabelecer a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e indígena, a LDB nº 9.394/96 já sinalizava que deveria ser levando em consideração as três matrizes formadoras da sociedade brasileira. O debate social provocado por ocasião da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) reconfiguraram modificações educacionais como a flexibilização curricular, pautas relativas à inclusão e a reafirmação da autonomia docente.

A importância de serem discutidas as relações étnico-raciais no ensino de História está principalmente em dar visibilidade ao tema a partir de uma construção cultural, com um sentido histórico baseado na compreensão da diversidade. Questões referentes a temática necessitam de um olhar crítico dos professores de História, sobretudo, no processo de transpor didaticamente epistemologias que desconstruam elementos negativos da historiografia africana produzidos no saber histórico escolar.

Após um longo processo de lutas e reivindicações promovidas pelo Movimento Negro, é sancionada a Lei Federal nº 10.639/2003 que determinava a obrigatoriedade da inclusão no currículo das redes de ensino estudos sobre a História e Cultura africana e Afro-brasileira (GUIMARÃES, 2015).

A edição da Lei 10.639/03 ocorreu na esteira do complexo processo de reivindicações do Movimento Negro, marcado por reflexões a respeito de desigualdades raciais. Possibilitou que novas epistemologias sobre as relações étnico-raciais se intensificassem em discussões propostas no saber historiográfico e no saber histórico escolar. Suas transformações no ensino produziram tensões entre a ampliação dos direitos de cidadania do país e principalmente a crescente compreensão da necessidade de enfrentamento do racismo e suas diversas ramificações na sociedade e no âmbito educacional.

A publicação da Lei nº 10.639/03 ocorreu em um contexto social e educacional de busca por valorização das culturas afrodescendentes, em um cenário historiográfico marcado pela invisibilidade destas culturas, com forte atuação do movimento negro no Brasil. A legislação possibilitou, também, à sua maneira, o enfrentamento crítico a um ensino de História centrado em narrativas eurocêntricas, em que os registros sobre as relações étnico-raciais, sobretudo a História Afro-Brasileira, foram ignorados, invisibilizados, silenciados ou compareceram, via de regra, de forma estereotipada no saber historiográfico e histórico escolar (GUIMARÃES, 2015).

Essa legislação visa recuperar a diversidade na formação cultural do Brasil e fazer jus à riqueza da História híbrida em povos culturais. Nesse contexto, as RER passaram a ser discutido de modo “obrigatório” nos diversos níveis de ensino da educação nacional, o que gerou mudanças na maneira com que se discutia e se pensava a História da África e da Cultura Afro-Brasileira, principalmente na reconfiguração da temática no saber historiográfico e no saber histórico escolar.

Para auxiliar o disposto na Lei nº 10.639/2003, bem como a necessidade de normas complementares para os sistemas de ensino que orientassem os profissionais da educação na maneira de ser trabalhada a questão étnico-racial no âmbito escolar, o Conselho Nacional de Educação – CNE aprovou a Resolução 1 de 17/04/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A partir da elaboração das DCN/RER as escolas da Educação Básica passam a ter um documento oficial que busca aprofundar os dispositivos legais previstos na Lei nº 10.639/2003 no sentido de orientar práticas pedagógicas que construa positivamente a cultura afro-brasileira e africana (SANTOS, 2009).

A autora analisa que tanto a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e das DCNRRER vêm acrescentar às “[...] demandas que o Movimento Negro reivindicavam, bem como de intelectuais e de outros movimentos sociais na luta pela superação do racismo e da discriminação racial existente na sociedade brasileira” (idem, 2009, p. 151).

Estes instrumentos demarcadores possibilitaram também uma nova postura na inserção de componentes curriculares voltas para os cursos de formação docente em História capazes de construir saberes historiográficos adequados a promover a desconstrução da memória histórica estereotipada sobre a população negra concebida no saber histórico escolar.

Entendemos que a importância destas modificações não está necessariamente na obrigatoriedade de se inserir no ensino as temáticas sobre a História África e cultura afro-brasileira, mas sim nos desafios impostos pela lei ao saber historiográfico e histórico escolar no que pese a redefinição da memória histórica sobre a população negra na História do Brasil e enfrentar preconceitos e estereótipos e desconstruir mitos raciais.

A escola como instituição social tem um papel fundamental na necessidade de reconhecer e valorizar a História do povo negro brasileiro, sobretudo em uma nova postura que perpassa pela visibilidade do patrimônio cultural e histórico afro-brasileiro, além de mudanças no discursos que tornem possível a desconstrução do mito em que a sociedade brasileira vive em harmonia racial (SANTOS, 2009).

Empreender este tipo de investigação implica em construir epistemologias no saber histórico escolar que edifique positivamente, desde o saber historiográfico, as relações étnico-raciais em uma análise de compreensão no ensino de História sobre o protagonismo do negro na História do Brasil.

Para tanto, evidencia-se a necessidade de assegurar na formação inicial de professores de História epistemologias que promovam no saber historiográfico ações educativas que, por meio de seus componentes curriculares, sejam multiculturalmente e interdisciplinarmente orientadas. As relações étnico-raciais devem perpassar por todo o processo de formação inicial para que ao chegar ao ensino básico o professor de História tenha um aparato teórico e didático para desconstruir estereótipos e promover uma educação que valorize a diferença e seja etnicamente diversa no saber histórico escolar (GUIMARÃES, 2015).

Nesse sentido, a mudança estrutural nos currículos proposta por essas legislações abrem caminhos para a construção de uma educação antirracista e mais flexível do ponto de vista cultural, que acarreta em uma ruptura epistemológica, principalmente nos saberes produzidos nas instituições educacionais, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana nos currículos.

No texto da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, referência nacional e obrigatória para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos estados, do DF e dos municípios e das propostas pedagógicas das escolas, verifica-se conteúdos sobre a temática das relações étnico-raciais no Brasil que devem ser seguidos pela Educação Básica no Brasil. A BNCC constrói diretrizes que auxiliam nas construções dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) que deverão surgir de sua observância, bem como de outros materiais que norteiam a educação no Brasil.

O documento estabelece habilidades e competências específicas sobre as relações étnico-raciais a serem observadas no âmbito de políticas educacionais para diversas disciplinas que compõe o ensino básico do país, em nosso caso destacaremos as propostas no ensino de História.

Na área do ensino história é que se encontra a maior parte das indicações para a construção de conteúdos com foco em Educação para as Relações Étnico-Raciais, sobretudo na História e Cultura africana e afro-brasileira, respaldados nas propostas conceituais sobre a “acentuada diversidade” na formação dos povos; condições sociais; grupos migrantes; diversidade étnico-racial; cultural e cidadania.

Nas habilidades e competências percebe-se que existe uma “preocupação” da BNCC em possibilitar a desconstrução de conceitos e ressignificação dos termos e valores que deram base à análises equivocadas sobre os negros no Brasil, difundidos principalmente no saber histórico escolar ao longo dos anos.

Apesar dos aparentes avanços, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) promoveu duras críticas a BNCC, principalmente, com relação à sua metodologia de construção, além do modo duvidoso da consulta utilizada como meio de legitimar a participação popular nesse processo, uma vez que especialistas, intelectuais, associações da sociedade civil e professores, que inicialmente ocuparam esse espaço, foram sendo substituídos, sendo que sua última versão contava com a presença maciça do MEC e representantes de empresas e grupos privados (ANPED, 2017).

Dessa forma, a versão final da BNCC culminou num texto que primou muito mais pela exclusão e omissão, tornando-se um documento que não reflete a diversidade do diálogo cultural estabelecido em muitas contribuições recebidas de profissionais que agem no cotidiano educacional brasileiro (ANPED, 2017). Rocha e Pereira (2016) descrevem a BNCC como práticas de controle e tentativa de homogeneidade e uniformidade do ensino, consoante as políticas neoliberais, vinculadas às políticas de avaliação, buscando formar indivíduos flexíveis a adaptar-se ao sistema mercadológico capitalista em detrimento de uma formação emancipatória do cidadão. Também a descrevem como instrumento de regulação, reprodução da experiência internacional.

A BNCC está longe de atender as demandas propostas pela Lei nº 10.639/03 e as DCNRRER, ao priorizar uma base comum que favorece o interesse mercadológico e não o social o documento se distancia da busca de um ensino que de fato respeite as diferenças. Reforça-se nas entrelinhas da BNCC a segregação, a educação brasileira retrocede na luta por igualdade de direitos educacionais e na formação de um cidadão crítico e participativo.

Apesar dos avanços, mesmo após mais de 15 anos da promulgação da lei 10.639/2003, aspectos da cultura afro-brasileira ainda são mostrados em sala de aula como algo incidental, por meio de abordagens festivas que aparecem isoladamente do saber histórico escolar cotidianamente construindo (COELHO e COELHO, 2018).

Para eles, esse quadro está relacionado com a maneira pela qual a legislação é percebida, pois em muitos casos o entendimento é de que basta apenas inserir alguns conteúdos relacionados a história africana e afro-brasileira, “[...] o que se tem constatado ao longo dos últimos anos é um acrescentamento de conteúdos ao currículo da Educação Básica” (idem, 2018, p. 3).

Segundo os autores, desde o ano de 2003 houve um aumento dos espaços destinados a História da África e Cultura Afro-Brasileira nos livros didáticos e sua conseqüente produção no saber histórico escolar. Porém, isso não significa que houve uma alteração na perspectiva eurocêntrica acerca da História do Brasil presentes naquelas obras “[...] continua soberana a perspectiva eurocêntrica, segundo a qual a história confunde-se com a trajetória europeia, a qual intervêm e significa a trajetória brasileira” (COELHO e COELHO, 2018, p.4).

Isso requer profundas transformações nos currículos e projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores, que questionem o lugar ocupado pela historiografia africana nos saberes historiográficos construídos nos cursos superiores de História (Idem, 2015). Coelho e Coelho (2018) asseguram a importância de formar docentes capazes de concretizar as diretrizes e promover uma educação que esteja ligada ao respeito, a diferença, a pluralidade étnica, a diversidade cultural e que permaneça voltada a valorização de todo e qualquer grupo humano, e que tenham “[...] condições de subverter as estereotípias cristalizadas e disseminadas ao longo da história da educação brasileira” (SANTOS, 2009, p. 154).

As legislações não alteram o fato de que tanto a História da África quando a Cultura Afro-brasileira permanece como elementos que são externos aos currículos da educação

brasileira, sobretudo, ligados a conteúdos relacionados a episódios isolados do cotidiano escolar. Para Coelho e Coelho (2018) os escopos das legislações exigem mais do que o conhecimento do saber historiográfico; ela demanda, principalmente que o professor tenha um domínio de habilidades e competências capazes de construir uma crítica ao eurocentrismo possibilitando subsídios historiográficos que promova uma educação inclusiva.

Rever as práticas pedagógicas no currículo é não aceitar um discurso democrático falso, como uma educação igual para todos ou todos são iguais, pois isto não ameniza as diferenças sociais e étnico-raciais presentes na sociedade brasileira, pelo contrário, reforça ainda mais a desqualificação educacional e as desigualdades sociais e culturais existentes no país (GOMES, 2006).

O Ensino de História encontra-se inserido em um contexto que existe a necessidade de ser reconstruído um cenário epistemológico positivo sobre a educação para as relações étnico-raciais no Brasil, e que essa reconstrução seja refletida no saber historiográfico e saber histórico escolar. Para tanto, destaca-se que a História da África e da Cultura Afro-brasileira deve ser pensada na perspectiva da História social, respeitando as diferenças e construindo um cenário educacional mais igualitário.

## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante estabelecer um ensino de História que evidencie uma educação para as relações étnico-raciais mostrando a História do Brasil como uma sociedade multirracial e pluriétnica por meio da reversão de valores e conceitos centrados em uma perspectiva eurocêntrica que coloca o negro a margem da construção histórica e cultural do Brasil.

A Lei 10.639/03 e as DCNRRER são marcos importantes no que se refere a superação de práticas racistas e desigualdades raciais na educação brasileira, estes mecanismos institucionais vislumbram modificações e reconfigurações dos currículos e práticas pedagógicas interculturais com o propósito de suprimir práticas racistas e discriminatórias no contexto escolar.

Os desafios, os avanços e as possibilidades para a execução, em ações e práticas pedagógicas propostas na lei 10.639/03, DCNRRER são frutos de diversas reivindicações do Movimento Negro, estas conquistas refletem anseios de respeito a diferença e a valorização cultural de um povo que contribui de maneira importante em diversos momentos históricos da sociedade brasileira.

Atualmente, a estrutura curricular do ensino de História encontra-se mais flexível, aberto a um diálogo interdisciplinar e pluriétnico, permitindo que outras vozes emerjam sob a perspectiva da História social. Um longo caminho ainda precisa ser trilhado, mas os avanços possibilitados pelas legislações e pelos documentos oficiais que norteiam a educação no Brasil orientam para uma nova perspectiva curricular na inserção da temática étnico-racial, o que pode favorecer a edificação de novos conhecimentos sobre as relações étnico-raciais no saber historiográfico e no saber histórico escolar.

## REFERÊNCIAS

ANPED. **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Base nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2017. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/documento-expoe-aco-es-eposicionamentos-da-anped-sobre-bncc>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BITTENCOURTT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História Fundamentos e Métodos**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. Coleção docência em formação.

BRAUDEL, F. **História e Ciências Sociais: a longa duração**. In: Escritos Sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAIMI, Flávia Eloisa. **O que precisa saber um professor de História?** História e Ensino, Londrina, v.21, n.2, p. 105-124, jul./dez. 2015.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente**. 2º ed.- Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

COELHO, M. C & COELHO, W.B.C. **As licenciaturas em história e a Lei 10.639/2003: percursos de formação para o trato com a diferença**. 2018.

COELHO, M. C & COELHO, W.B.C. **Notas sobre a formação docente o saber histórico escolar nos cursos de formação de professores de história**. 2019.

FERNANDES, José Oriá. **Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jun. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, N. L. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: Racismo e anti-racismo na educação; repensando nossa escola. CAVALLEIRO, ELIANE (Org.). São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, N. L. **Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão**, 2008.

GOMES, N. L. **Diversidade Étnico-Racial, inclusão e equidade na educação brasileira: Desafios, Políticas e práticas**, 2010.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz. Corpo e cabelo negro como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de Ensino de História**. Papyrus Editora. 13º ed. 2015.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades sociais no Brasil**. 2 ed. Graal, 2005.

MOREIRA, A. F. **A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-200): avanços, desafios e tensões**. Revista Brasileira de Educação, nº18, p. 65-81, set./out./nov./dez. 2015.



MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. 2º Ed. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, M. A. **O negro no ensino de história: temas e representações (1979-1998)**. 2000. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito; Pereira, Maria Zuleide da Costa. **O que dizem sobre a BNCC?** Produções sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2010 a 2015. Espaço Currículo, v.9, n. 2, p. 215-236, mai./ago. 2016.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **[In]visibilidade negra: representação social de professores acerca das relações raciais no currículo escolar do Ensino Fundamental em Ananindeua (PA)**. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, PA, 2009.



## COMUNIDADES NEGRAS RURAIS E COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO: CATEGORIAS, IDENTIDADES E DIREITOS EM DISCUSSÃO<sup>1</sup>

Rita de Cássia Domingues Lopes<sup>2</sup>

### RESUMO

O texto trata da reflexão sobre as categorias: comunidade negra rural e comunidade remanescente de quilombo numa perspectiva de identidades e direitos, trazendo como estudo de caso uma comunidade remanescente de quilombo no norte do estado do Tocantins – a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, caracterizando-se como uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso. O artigo terá uma breve contextualização do estado do Tocantins e em seguida a discussão das categorias mencionadas. Como resultado é possível afirmar que grupos sociais assumem suas identidades para atender as questões jurídicas, políticas, sociais e culturais, e as comunidades negras rurais descendentes dos antigos quilombos ou dos antigos grupos de camponeses negros (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002), têm uma profunda relação com o território, que deve ser efetivado na prática porque já está garantido pela legislação.

**Palavras-chave:** Comunidade negra rural. Comunidade remanescente de quilombo. Estado do Tocantins.

### ABSTRACT

The text deals with the reflection on the categories: rural black community and remnant quilombo community in a perspective of identities and rights, bringing as a case study a remnant quilombo community in the north of the state of Tocantins - the quilombola community Ilha de São Vicente, featuring itself as a literature search and case study. The article will briefly contextualize the state of Tocantins and then discuss the categories mentioned. As a result, it is possible to affirm that social groups assume their identities to meet legal, political, social and cultural issues, and the rural black communities descended from the old quilombos or the old groups of black peasants (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002), have a deep relationship with the territory, which must be carried out in practice because it is already guaranteed by legislation.

**Keywords:** Rural black community. Remaining quilombo community. State of Tocantins.

**Data de submissão:** 25. 10. 2020

**Data de aprovação:** 09. 11. 2020

### INTRODUÇÃO

O trabalho é uma reflexão sobre as categorias: comunidade negra rural e comunidade remanescente de quilombo numa perspectiva de identidades e direitos, para pensar nas comunidades remanescentes de quilombo no norte do estado do Tocantins (LOPES, 2019). Será uma discussão teórica com apresentação de um estudo de caso sobre uma comunidade quilombola localizada na região do Bico do Papagaio – Tocantins.

O texto consistirá além da introdução, de um subitem tratando brevemente do estado do Tocantins; e outro subitem apresentando e discutindo as categorias acima mencionadas, que são o mote deste trabalho e, por fim, a conclusão.

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente apresentado no III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (III SINESPP), evento organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI, realizado em outubro de 2020.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia. Professora Adjunta na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Campus de Tocantinópolis. E-mail: ritadomingueslopes@gmail.com

## 1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O ESTADO DO TOCANTINS

O estado do Tocantins é o mais novo estado da Federação com 31 anos, foi criado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo desmembrado do Estado de Goiás e implantado em 01 de janeiro de 1989, fazendo parte da Região Norte, tendo como sua capital a cidade de Palmas. O estado tem uma área territorial de 277.620,914 km<sup>2</sup>, faz limites com seis Estados brasileiros, são eles: Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Goiás e Mato Grosso. (NASCIMENTO, 2009). Possui 139 municípios com uma população estimada pelo IBGE para 2019 em 1.572.866 habitantes. A capital Palmas, com 299.127 habitantes. As duas maiores cidades depois da capital são: Araguaína, ao norte, com 180.470 habitantes e Gurupi, ao sul, com 86.647 habitantes (BRASIL. IBGE, 2020).

No setor econômico o estado do Tocantins historicamente era conhecido pela agropecuária e a mineração, na época que fazia parte do estado de Goiás. Hoje a atividade agropecuária ainda continua, com a pecuária de corte da raça Nelore (NASCIMENTO, 2009). O agronegócio se fixou no estado “[...] onde máquinas e técnicas aplicadas às pastagens e à engorda [do gado] alcançam uma alta produtividade” (NASCIMENTO, 2009, p. 94), o agronegócio é entendido como “[...] a soma dos setores produtivos com os de processamento do produto final e os de fabricação de insumos [...]” (GUANZIROLI, 2006, p. 03), que compreende agricultura, aquicultura, pecuária, agroenergia e irrigação para produção de frutas.

Na agricultura tem-se o plantio de soja, mas há outras plantações como de arroz e milho. Têm-se, ainda, as plantações de eucalipto e seringueira, e registra-se a piscicultura, a avicultura, a suinocultura, a apicultura, a produção de biodiesel (etanol), a plantação de mandioca e a fruticultura no Estado (NASCIMENTO, 2009).

As transformações do agronegócio nos últimos anos ocorridos no Brasil atingiram também o Tocantins e que “alterou completamente a geopolítica do campo” (NASCIMENTO, 2009, p. 94). Grandes áreas de terras foram reservadas para o remanejamento dos segmentos do agronegócio como a soja e o eucalipto, enquanto os grupos sociais minoritários ficaram com o lado pobre e seco da terra considerada improdutivo, sofrendo com grandes restrições em sua forma de trabalhar. Mesmo havendo por parte do Estado a implantação de projetos agrícolas para plantação de outras culturas, principalmente, frutas, constata-se que não atingiu todos os pequenos agricultores.

Não podemos deixar de referir que desde 2015 todo o estado do Tocantins faz parte do plano de desenvolvimento agropecuário empregado na região central do Brasil denominado de MATOPIBA, um acrônimo das siglas dos quatro estados que fazem parte deste plano: Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA). Esse território abrange três biomas, 90,9% Cerrado, 7,2% Amazônia e 1,64% Caatinga, a maior parte fica no bioma cerrado (MIRANDA, 2015; BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA FILHO, 2018).

Como dito anteriormente, o estado de Tocantins faz parte geopoliticamente da região norte, e em termos ambientais encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a Floresta Amazônica, constatado na fauna e flora locais, onde é possível identificar animais e plantas das duas regiões.

No Tocantins atualmente são 45 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Além dessas, há outras comunidades que não foram certificadas pela Fundação Palmares no estado. Conforme os dados da Organização Não-Governamental Estadual, chamada Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) há conhecimento de 09 comunidades que não possuem certificação e nem estão com processo formalizado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (APA-TO, 2012), mas estimasse aproximadamente 20 comunidades que se autointitulam quilombolas sem certificação da Fundação Palmares (LOPES, 2019).

As regiões sul e sudeste do Tocantins são as regiões que se concentram o maior número de comunidades quilombolas, isso se deve ao fato de que nesta parte do antigo norte

goiano era área de mineração, para onde foram levados muitos escravos para o trabalho nas minas. No norte do estado do Tocantins há 10 comunidades quilombolas a Comunidade citada neste trabalho será a Ilha de São Vicente onde seus ancestrais foram levados escravizados do Nordeste (Maranhão) para o antigo norte de Goiás.

## 2 COMUNIDADE NEGRA RURAL, COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO: CATEGORIAS, IDENTIDADES E DIREITOS EM DISCUSSÃO

A reflexão será sobre as categorias: comunidade negra rural, comunidade remanescente de quilombo e outras denominações referentes à população negra que vive em áreas rurais e urbanas, em uma perspectiva de analisar as identidades construídas com o passar das décadas, a adequação ao momento histórico vivido e a construção teórica-acadêmica sobre os atores e sujeitos de suas histórias que são pesquisados.

Na discussão sobre as comunidades quilombolas há necessidade de recuar e recorrer à história para entender a autoidentificação das comunidades negras rurais como remanescente de quilombo, não há pretensão de se fazer um estudo histórico detalhado sobre o assunto, mas trazer alguns elementos que trarão luzes para pensar no contexto atual.

Neste sentido, recuaremos a 1740, quando o então rei de Portugal, D. João V, respondeu à consulta feita pelo Conselho Ultramarino, que definiu quilombo como sendo: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele.”<sup>3</sup> (MOURA, 1981, p. 16).

Partindo dessa definição de 1740, feita durante o período do Brasil colônia e que foi ensinada pelos antigos livros de história do Brasil, permanece até hoje a ideia de que os “quilombos são lugares de escravos fugidos”, esta é uma visão. A outra ressemantiza esse conceito e amplia a concepção de quilombo, argumentando que não necessariamente deve ser unicamente associada à fuga de escravos e ao isolamento, mas sim reconhecer a variedade de processos de ocupação do território feita pela população negra no país, de norte a sul. Além disso, os grupos que se veem e são reconhecidos como comunidades quilombolas hoje, não passaram por um único processo de formação tanto durante quanto após a escravidão.

As comunidades quilombolas passam, segundo Alfredo W. Almeida (2011, p. 21), pelo processo de ressemantização do conceito, onde “[...] a relativização nos conduz ao repertório de práticas e às autodefinições dos próprios agentes sociais que vivem e construíram as diversas situações hoje designadas como quilombo”, mas para alguns políticos, juristas e outros profissionais, essa ressemantização contraria a “[...] definição jurídico-formal historicamente cristalizada [...] e os marcos jurídicos instituídos no século XVIII [...] do suposto significado ‘original’.” (Ibid., p. 34) de quilombo, que ainda tende a perdurar até hoje. Para Almeida (Ibid.), “[...] alcançar as novas dimensões do significado atual de quilombo” é preciso colocar em dúvida e considerar arbitrária a “[...] definição jurídica congelada [...] do período colonial.” (Ibid., p. 35) e ir além.

Autores como O’Dwyer (2002), Arruti (2008) e Alfredo W. Almeida (2011) dizem que o conceito de quilombo na República foi ressemantizado. Arruti (2008) cita, pelo menos, três elementos que demonstram essa ressignificação: “resistência cultural”, “resistência política” e “resistência negra”, ampliando para um campo de luta e disputa por direitos.

No final do século XX, o conceito de quilombo foi retomado e reintroduzido na Constituição Federal de 1988, como um elemento de “sobrevivência” do conceito do passado como “remanescente” ou resíduo. Alfredo W. Almeida (2011, p. 43, grifo do autor) diz que: “De categoria de atribuição formal, através da qual se classificava um crime, **quilombo** passa a ser considerado como categoria de auto-definição [sic], provocada para reparar um dano”. No passado admitir ser um quilombola “[...] equivalia ao risco de ser posto à margem da lei e

---

<sup>3</sup> Esse é um conceito histórico-jurídico de quilombo, que remonta ao período colonial e permaneceu durante o período imperial com a política de repressão aos quilombolas.

ao alcance dos instrumentos repressivos. ” (ALMEIDA, 2011, p. 43), por isso, ao longo da história dos grupos sociais, os seus territórios tiveram outras nomenclaturas para muitas vezes não serem pegos, e o local onde moravam eram conhecidos como “terra de preto, terra de herança, terras de santo, terras de índio, bem como às doações, concessões e aquisição de terra. Cada grupo tem sua própria história, legitimando sua condição, e construiu sua identidade coletiva a partir dela. ” (Ibid., p. 43). Portanto, ressalta-se que esta nova categoria criada “remanescente de quilombo” não é uma sobra/resíduo do passado, mas sim, o reconhecimento da multiplicidade de questões identitárias, políticas, econômicas e territoriais que constituíram as comunidades de hoje.

Antes da definição constitucional de 1988, as comunidades negras vistas a partir da ótica do campesinato, que hoje se autoidentificam como quilombolas, foram chamadas em um determinado momento histórico de comunidades negras rurais (ARRUTI, 1998, 2002; O'DWYER, 2002; MAESTRI, 2005b; FIABANI, 2007; LOPES, 2008), nos trabalhos antropológicos e históricos coligidos foram encontradas outras denominações que foram organizadas em um quadro (Quadro 1), no exercício de sistematizar as categorias encontradas nos autores, a partir da década de 1990<sup>4</sup>.

**Quadro 1** - Outras denominações para comunidades negras rurais

Outras denominações	Autoras e Autores
Comunidades negras autônomas ou comunidades camponesas livres	Karasch, 1996
Comunidades negras rurais quilombolas	Ratts, 2000 e 2009
Grupos rurais negros ou grupos camponeses negros	Schmitt; Turatti; Carvalho, 2002
Comunidades de camponeses negros ou camponeses negros	Maestri, 2005 a/b
Comunidades trabalhadoras rurais brasileiras afrodescendentes	Fiabani, 2007
Comunidades rurais afrodescendentes ou comunidades negras agrárias	Fiabani, 2007 e 2012

Fonte: LOPES, 2019, p. 88

Essas denominações nos fazem pensar que não se trata somente de categorizá-las e nominá-las, mas sim entender o processo pelo qual os grupos de negros livres e os escravizados foram se organizando antes e depois da assinatura da Lei Áurea em todo o Brasil.

Moura (2012) lembra que os primeiros estudos voltados para as comunidades negras rurais estavam ligados às questões de terra, identidade étnica, política e economia, e informa ainda que desde a década de 1970 as pesquisas tinham um enfoque de “estudos de comunidades”. Esse assunto não será discutido aqui, mas deixar-se-á claro que, na produção antropológica/sociológica, houve um momento teórico em que se usava a categoria comunidades negras rurais e, hoje, a categoria utilizada é comunidades remanescentes de quilombo, que trata de uma “nova” realidade no contexto de análise das comunidades.

Reesink (2008), discute a questão das categorias que, antes, as comunidades negras rurais eram classificadas como “raciais” e que, com o passar do tempo e as pesquisas acadêmicas, passaram a ser consideradas “grupos étnicos”. O autor diz que esta categorização e mudança de abordagem teórica, muitas vezes, não são discutidas e nem detalhadas nas pesquisas. Para ele, isso decorre da interpretação parcial do conceito proposto por Fredrick Barth e também de questões políticas. Para Reesink (2008), deve-se explicar o processo, discutir a passagem de uma categoria a outra (de racial para grupos étnicos) e como isso acontece dentro das comunidades negras rurais, não basta apenas referir Barth, isso não é suficiente para explicar a presença dos grupos étnicos e a mudança conceitual que houve nos estudos sobre as comunidades negras rurais no Brasil nos últimos anos.

A mudança de abordagem nos estudos/pesquisas sobre as populações negras rurais, passando para as questões étnicas, é percebida mais acentuadamente desde 1988, quando foi inserida a nova categoria jurídica “remanescentes de quilombo”, por meio da Constituição.

<sup>4</sup> Esse quadro é o início de uma sistematização das categorias e, certamente, deve ser completado.

A obra “*Agricultura, escravidão e capitalismo*” (1979) de Ciro Flamarion S. Cardoso traz uma contribuição para pensar o capitalismo e a escravidão. Nessa obra, dentre os vários argumentos e hipóteses apresentados pelo autor destaca-se o capítulo “A brecha camponesa no sistema escravista”, o da existência de um “protocampesinato escravo”, isto é, durante o sistema escravista havia uma parcela de terra (pequena) dentro da grande propriedade do senhor destinada às plantações para subsistência dos escravos, cuidada pelos próprios escravos em um dia da semana pré-determinado e específico, e o pouco excedente que tinham podiam negociar, isso não significava “liberdade” aos escravos, mas sim, um “alívio” para os proprietários das fazendas nos gastos para alimentar e vestir os escravos nas fazendas. Outro motivo citado no livro é que assim criava-se vínculo do escravo com a terra, na tentativa de evitar as fugas, o que, porém, nem sempre acontecia. Nem todas as fazendas adotaram tal prática.

Esta característica de plantar e colher os produtos de suas pequenas parcelas de terras, mesmo sendo uma atividade secundária, segundo Cardoso (1979; 2004), indica a formação do “escravo-camponês” e de um “protocampesinato” no interior das fazendas e das *plantations*. E que, em cada região do Brasil, aconteceu de uma forma, de acordo com Cardoso (2004) citando Funes (1983), diz que, em Goiás, a produção camponesa (ou protocamponesa) tinha uma autonomia na produção em relação à fazenda. Citando Mattos (1985), sobre a região nordestina do Seridó, diz que alguns escravos tinham gado obtidos como forma de pagamento de dívidas “[...] pela compra de gêneros alimentícios [...] [demonstrando] a inserção do protocampesinato escravo nos circuitos mercantis locais.” (Apud CARDOSO, 2004, p. 106).

Silva Filho (2012, p. 91) argumenta que “[...] é razoável supor que um protocampesinato de origem mestiça e/ou negra começasse a deitar raízes na região norte da Capitania de Goiás [...] em potencialidade, será berço de toda uma ampla organização de comunidades negras rurais [na região]”. Cardoso (2004) utiliza o argumento de Sidney Mintz (1974), na definição do protocampesinato escravo, que diz: “[...] as atividades agrícolas autônomas dos escravos nas parcelas e no tempo para cultivá-las, que lhes eram concedidos dentro das *plantations*, e a venda de todo excedente eventual de alimentos assim produzidos [...]” (CARDOSO, 2004, p. 114-115), tem sido muito estudado no Caribe e no Sul dos Estados Unidos, mas foi pouco estudado no Brasil, mesmo as comunidades negras que ficaram na terra e trabalharam nela após a escravidão, e mantiveram até hoje uma produção variada de alimentos.

Na economia que existia nos quilombos Clóvis Moura (1981) e Alfredo W. Almeida (2011) citam as roças como um elemento característico de alguns quilombos. Outro elemento importante é o trabalho da unidade familiar, como disse Almeida (2011, p. 62), o “[...] acamponesamento ou a [sic] unidades do trabalho familiar autônomas economicamente em virtude do processo de desagregação das fazendas de algodão e cana de açúcar e com a decorrente diminuição do poder de coerção dos grandes proprietários territoriais”. Fora das fazendas, fora da parcela de terra cedida pelos senhores aos escravizados, havia uma produção econômica considerável que vinha dos quilombos.

Segundo Shanin (1990, p. 05), “[...] o camponês deve ser compreendido através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo”, tomando esta perspectiva de Shanin, o que os escravos faziam não era propriamente um campesinato porque trabalhavam escravizados, forçados em outras atividades, por isso Cardoso (1979; 2004) chamou de “protocampesinato”, o início, anterior ao campesinato desenvolvido hoje.

Para refletir na formação do campesinato brasileiro, deve-se levar em consideração a “via quilombola e a via escravista” (MAESRI, 2005a, p. 251), isto é, a produção advinda das populações negras rurais que estavam livres ou escravizadas. O campesinato brasileiro foi criado, dirá Marques (2008, p. 60), “[...] no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista.”. Carvalho (1978), faz referência ao que

caracteriza a sociedade brasileira e a sua estrutura rural até a segunda metade do século XIX, que foi a escravidão: “[...] os escravos se fazem presentes [...] na formação do camponês, agricultor de baixa renda ou de subsistência.” (Op. cit., p. 73). Para Carvalho, a incorporação dos ex-escravizados como camponeses se resume que esta condição lhes dava “liberdade e autonomia em sua força de trabalho” (Op. cit., p. 91) e porque, para alguns grupos, os seus costumes estavam ligados ao ambiente de características rurais.

As comunidades que hoje se autodeclaram como remanescentes de quilombo, antes de 1988<sup>5</sup>, não eram chamadas e nem conhecidas por este nome, até mesmo porque era uma categoria inexistente antes desse ano. As comunidades eram conhecidas e chamadas de “comunidades de pretos ou terras de preto” (ALMEIDA, A. W., 2009), ou, ainda “os pretos de determinado lugar”, vistos pelo viés do campesinato eram e/ou são chamadas de “comunidades negras rurais” (ARRUTI, 1998, 2002; MAESTRI, 2005b; FIABANI, 2007; JORGE, 2016); ou outras denominações apresentadas anteriormente no quadro 1, todas elas ligadas às características que se referem à população negra, que formam comunidades, que vivem e trabalham no campo/na área rural do país.

As terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombo são cobiçadas por fazendeiros, empresários, grileiros entre outros, por isso, a luta pela titulação das terras é constante. O próprio termo “remanescente de quilombos” que foi oficializado na Constituição Brasileira de 1988, no seu Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) expressa “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” garantindo automaticamente o direito de posse das terras ocupadas e/ou herdadas de seus antepassados. A lei diz isso, mas sua implementação foi e continua sendo lenta, devido há vários interesses econômicos, políticos e sociais envolvidos.

Essa categoria juridicamente nova que é a comunidade remanescente de quilombo reúne vários casos e situações diferenciadas de identificação e identidade de pessoas que não sabiam ou não queriam lembrar do passado sofrido e foram colocados, encaixados dentro deste termo. Para Gusmão “A visão exterior e desconhecimento dos que fazem as leis sobre os que lutam por direitos da realidade negra no meio rural brasileiro, ao tentar corrigir uma injustiça através do dispositivo constitucional, acrescentou a possibilidade de distorção jurídica do próprio direito pretendido e conquistado”. A autora chama atenção ainda para a “insuficiência conceitual, prática, histórica e política do termo ‘quilombo’ para dar conta da diversidade das formas de acesso à terra e das formas de existir das comunidades negras no campo.” (GUSMÃO, 1992, p. 121).

Desde a criação e implementação em 1988 algumas comunidades quilombolas veem trabalhando internamente as questões de identidade e direito entre outras questões, mas foi a partir da implementação de políticas públicas voltadas para a população negra tanto da cidade quanto do campo que esse assunto se solidificou e tornou-se público, sem medo de expressar quem são ou de exigir seus direitos.

Para muitas comunidades negras dispersas pelo país se verem como quilombola foi e está sendo uma perspectiva nova, uma identidade nova revelada, porque muitas pessoas se viam antes como sendo “dali mesmo, [daquele lugar] de uma mesma família” (CHAGAS, 2001, p. 227). Muitas comunidades negras, por fazerem parte daquele lugar há muito tempo, são conhecidas na região onde vivem, estão recuperando a história de suas comunidades e conhecendo melhor a si mesmos.

Foi o que aconteceu com a Comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente. O acionamento dessa identidade foi a partir do conflito gerado pela disputa de terra que levou ao despejo e a mobilização da comunidade pelo retorno à sua terra e fez vir à tona a história e identidade quilombola, levando aos idosos uma palavra nova que antes

<sup>5</sup> Para maiores detalhes sobre a configuração da “questão quilombola” e os discursos da Antropologia, do Estado brasileiro (Executivo e Judiciário) sobre os quilombos e quilombolas, consultar Jorge (2016).



desconheciam. O novo contexto jurídico acionou um elemento oculto em suas histórias, mas as histórias estavam lá, nas memórias e lembranças dos mais velhos da comunidade.

A Comunidade quilombola Ilha de São Vicente sofreu com as mudanças em seu meio de vida, porque, depois de iniciado o conflito pela terra, onde suas terras foram violentamente tomadas, situação que envolveu despejo, destruição e queimada de suas casas, plantações e animais de criação, demonstrando que houve forte sofrimento emocional e físico das pessoas.

Com esta situação conflituosa e um novo cenário jurídico se apresentando, pode-se dizer que passaram por um processo de mudança e de percepção sobre si mesmo, revelando e assumindo uma identidade quilombola que, como toda identidade, é uma construção e é também relacional, porque demarcamos quem é de dentro e faz parte do grupo/da comunidade e quem é de fora do grupo/comunidade, constituindo “[...] um espaço social marcado pela terra e pelo parentesco considerando a co-participação [sic] em valores e práticas culturais próprias e especificamente através da construção de formas de organização baseadas em solidariedade e reciprocidade.” (GUSMÃO, 1992, p. 117).

Acrescentando mais um elemento nesta reflexão inicial sobre identidade, há também uma questão de poder e de política, pois depende de um processo de identificação, de diferenciação e de separação das pessoas que vivem nas comunidades. Essas ações não são práticas neutras, elas estão permeadas o tempo todo por conflito e negociação. A identidade parte do pressuposto de que é construída dentro do grupo social, cada grupo demonstrará quais são seus elementos de particularidade que os distinguirá dos outros grupos, mas em suas lutas políticas, muitas vezes se reúnem para obter forças e expressão nesse mundo globalizado.

Na era da globalização, faz-se presente a defesa de certos direitos sociais, culturais e políticos advindos das demandas específicas dos grupos minoritários como é o caso dos quilombolas, dos grupos indígenas, das comunidades tradicionais na sua concepção mais ampla e podemos inseri-los na categoria de movimentos sociais minoritários e nos “novos territórios da diversidade.” (CAVALCANTI, 2013, p. 71).

Hoje as comunidades remanescentes de quilombo lutam pelo reconhecimento da sua autodeclaração de portadoras de direitos, conforme o que determina a Constituição de 1988 e a legislação em vigor, como os decretos: Decreto n.º 4.883, de 20 de novembro de 2003; Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003; o Decreto Legislativo n.º 143 (do Congresso Nacional, em 20 de junho de 2002) promulgado pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e a Instrução Normativa n.º 57 de 2º de outubro de 2009 do INCRA, entre outros.

As dificuldades que as comunidades remanescentes de quilombo têm em obter os títulos de suas terras advêm do Estado brasileiro que, com frequência, é moroso e não tem compromisso em regularizar as titulações, porque isso significaria, muitas vezes, desapropriar fazendas para atribuir títulos coletivos de terra para grupos considerados minoritários, por isso, que a luta é contínua tanto ao acesso quanto a titulação de seus territórios, isto é, a terra e todos os elementos que fazem parte de suas vidas dentro do seu território.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos sociais assumiram suas identidades para atender as questões jurídicas, políticas, sociais e culturais, as comunidades negras rurais descendentes dos antigos quilombos ou dos antigos grupos de camponeses negros (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002), que têm uma profunda relação com o território, mas que não estavam conseguindo obter seus direitos territoriais, Fiabani (2012, p. 317) afirma que “[...] o fato de que, a partir de 1988, multiplicaram-se as comunidades remanescentes não significa que todas são oriundas de quilombo [históricos]. Em realidade [...] escancarou-se o problema fundiário brasileiro no que se refere às comunidades rurais afrodescendentes”, e, através da autoidentificação e da legislação vigente, as comunidades remanescentes de quilombo viram a possibilidade para a titulação de suas terras e acesso aos direitos à saúde, à educação e à

moradia, ressalto que o conceito histórico de quilombo foi ressignificado com a Constituição Cidadã de 1988.

Giddens argumenta que “a vida é marcada por um lugar”<sup>6</sup> e que envolve elementos econômicos, produtivos, políticos, culturais e sociais. O lugar tem sua importância porque entre várias as perspectivas, uma delas trata das “relações localizadas [...] em que o lugar ainda não foi transformado pelas relações tempo-espaço distanciadas [...] o meio local é o lugar de feixes de relações sociais entrelaçadas, cuja pequena extensão espacial garante sua solidez no tempo” (GIDDENS, 1991, p. 93).

Neste sentido, as comunidades remanescentes de quilombo têm ligações com o lugar, com a terra, com o rio, com o cerrado, com a floresta, com as veredas, isto é, o modo de vida destas comunidades está ligado ao meio ambiente (ao bioma) em que vivem. A sabedoria em usar determinadas plantas que são consideradas medicinais no tratamento de doenças; saber o tempo de plantar e colher; o período das festas, danças, orações, entre outros saberes, assim, as aproximadamente três mil comunidades remanescentes de quilombos espalhadas pelo país demonstram a forma como foram se apropriando dos lugares ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. *In: Diversidade do Campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução Social – v.2.* Organização Emília P. Godoi; Marilda A. Menezes; Rosa Azevedo Marin. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2009. p. 39-66.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Quilombos e as Novas Etnias.** Manaus: UEA Edições, 2011.

APA-TO. **Os Territórios Quilombolas no Tocantins.** Tocantins: APA-TO, 2012.

ARRUTI, José Maurício. Comunidades Negras Rurais: entre a memória e o desejo. **Suplemento Especial de Tempo e Presença**, ano 20, n. 298, p. 15-18, mar./abr. 1998.

ARRUTI, José Maurício. As comunidades negras rurais e suas terras: a disputa em torno de conceitos e números. **Dimensões: Revista em História da UFES**, Vitória, v. 14, p. 243-269, 2002.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. *In: Raça: novas perspectivas antropológicas.* Organização Osmundo Pinho; Livio Sansone. 2.ed. rev. Salvador: EDUFBA/ABA, 2008. p. 315-350.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. IBGE. **Estado do Tocantins.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Estadosat/perfil.php?sigla=to>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. A economia agropecuária do Matopiba. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, p. 376-401, jun./set. 2018.

---

<sup>6</sup> Para Giddens “Lugar é melhor conceitualizado por meio da ideia de localidade, que se refere ao cenário físico da atividade social como situado geograficamente.” (1991, p. 22) e na divisão que faz entre culturas pré-modernas e modernas diz que “A comunidade local [é] como um lugar, fornecendo um meio familiar.” (1991, p. 92).

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. *In: Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1979. p. 133-154.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou Camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARVALHO, João Carlos. M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1978.

CAVALCANTI, J. S. B. “Comunidades rurais e os desafios da sociedade contemporânea”. *In: Mundo rural: mito ou realidade?* Vanda A. Silva; Renato M. Carmo. São Paulo: Annablume, 2013. p. 67-82.

CHAGAS, Miriam de Fátima. “A política do reconhecimento dos ‘remanescentes das comunidades dos quilombos” *In: Horizontes Antropológicos: Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural*. Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, julho/2001.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão:** o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FIABANI, Adelmir. O quilombo antigo e o quilombo contemporâneo: verdades e construções. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 24. 2007, São Leopoldo, RS. **Anais[...]**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2007.

GUANZIROLI, Carlos E. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações**. Economia-Textos para discussão, n.º 186. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, abril/2006.

GUIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. 5ª reimpressão. São Paulo: Ed.UNESP, 1991.

GUSMÃO, Neusa Maia Mendes. Negro e Camponês: política e identidade no meio rural brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, v. 6, n. 3, p. 116-122, jul./set., 1992.

JORGE, Amanda Lacerda. **O processo de construção da questão quilombola:** discursos em disputa. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na Capitania de Goiás. *In: Liberdade por um fio:* história dos quilombos no Brasil. Organização J. J. Reis; F. dos S. Gomes. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 240-262.

LOPES, Nei. **História e Cultura Africana e Afro-brasileira**. SP: Balsa Planeta, 2008.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. **Identidade e territorialidade na Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio-Tocantins**. 2019. 301f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFPE, CFCH. Recife, 2019.

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa no Brasil. *In: A Questão Agrária no Brasil*. Organização João Pedro Stedile. São Paulo: Expressão Popular, 2005a. V.2. p. 217-277.

MAESTRI, Mário. Terra e Liberdade: as comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil. *In: Afrobrasileiros: História e Realidade*. Organização Luiz C. Amaro; Mario Maestri. Porto Alegre: EST Edições, 2005b. p. 85-113.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – UNESP, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MIRANDA, Evaristo de. **Matopiba**: caracterização, agendas e agência. GITE/EMBRAPA, 2015.

MOURA, Clóvis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOURA, Glória. **Festa dos quilombos**. Brasília, DF: Ed. UNB, 2012.

NASCIMENTO, Júnior Batista do. **Tocantins: História e Geografia**. Revisada, ampliada e atualizada. 6º ed. Palmas: s/ed, 2009.

O'DWYER, Eliane C. Introdução: Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. *In: O'DWYER, E. C. (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2002. p. 13-42.

RATTS, Alex. (Re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. *In: Brasil afro-brasileiro*. Organização Maria Nazareth S. Fonseca. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 307-326.

RATTS, Alex. **Traços étnicos**: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2009.

REESINK, Edwin. Substantial Identities in “Rural Black Communities” in Brazil: a Short Appraisal of Some Community Studies. **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, ABA, v. 5, n.1, jan./jun., 2008.

SCHMITT, A.; TURATTI, Maria Cecília M.; CARVALHO, Maria Celina P. A atualização do conceito de Quilombo: Identidade e Território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano V, n. 10, jan./jun. 2002.

SHANIN, Teodor. “A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista”. **Estudos CEBRAP 26**, março/1990, p. 42-80.

SILVA FILHO, Geraldo. Tênuas fronteiras: escravidão, economia e sociedade no Tocantins Colonial. *In: Ensaios de Geografia e História do Tocantins para uma interpretação crítica*. Organização G. Silva Filho; R. S. Santos. Palmas: Nagô, 2012, p. 78-93.



## **CRÔNICAS ETNOGRÁFICAS**

## HISTÓRIAS ALÉM DAS JANELAS

### STORIES BEYOND THE WINDOWS

Gislene da Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Joana d'Arc Vasconcelos Neves<sup>2</sup>

Tenho pelo menos 200 vizinhos e não conhecia nenhum. Em dez anos, não sei suas origens, seus nomes, seus ofícios, suas histórias. Sobre eles, não aprendi absolutamente nada! A vida para além da abertura retangular na parede externa, com função única de trazer iluminação e ventilar meu apartamento, sempre foi um mistério, que eu, por pressa, falta de interesse, ou, simplesmente, nenhum motivo aparente, encobri com escuras cortinas e nunca procurei desvendar.

Então, de repente, um enigmático vírus descortinou-se, como um misterioso evento crítico no mundo contemporâneo. Sua forma de contágio e o curso rápido para desenvolver a doença impuseram a necessidade de isolamento.

Sintomas como tosse, febre e dificuldade para respirar já não indicam mais meras “víroses”, como genericamente se costumavam tratar. Ao contrário, trazem à tona realidades encobertas tal qual a parte encoberta de um *iceberg*. São diferenças sociais gritantes, sistemas de saúde deficitários iminentes ao colapso, interesses políticos e econômicos que se sobrepõem a vidas. Trazem a crise, o caos.

Agora são sintomas de preocupação, pânico, dor e, subitamente, alteridade. Como um enigma, por uma razão diminuta, desprovida de metabolismo independente, abriram-se janelas para um mundo além das cortinas escuras, revelando não apenas o tempo presente, mas um passado desumanizado que se desnuda diante do novo que busca os traços de humanidades:

- Bom dia! Como está? O dia está ensolarado, não é?

- Bom dia! Verdade. Resolvi aproveitar para repor um pouco de vitamina D!

Aos poucos são duas, três, quatro, muitas janelas abertas... Da minha, espreito a vizinhança. Sim, a mesma que por longos anos evitei conhecer. Descubro que o moço da frente já mora há 8 anos neste prédio. Nunca nos falamos.

Disfarçadamente observo o casal que mora à direita, tem seus três filhos. Da janela do meu apartamento, reconheço a vida adolescente, ouço suas vozes e músicas cantaroladas à altura de quem usa fones de ouvido, sem nenhuma intenção de ouvir do mundo nada além das canções dos seus ídolos musicais.

Nunca antes alguns metros quadrados foram tão agradáveis e significativos à vida dos apartamentos. Nossas pequenas sacadas, em tempo de pandemia, transformaram-se em imensos palcos que comportam os traços da humanidade, a grandeza dos gestos e a boniteza da solidariedade. Dela, contemplo cumprimentos amáveis, cantorias, preocupações sinceras, sorrisos e olhares ternos que roçam outros olhares e substituem a ausência do toque, já tão ausente antes da presença de um vírus anunciado. Ao espiar, vejo que a quarentena, definida pela reclusão do indivíduo, paradoxalmente possibilitou um movimento de aproximação. Passamos a cumprimentar nominalmente os vizinhos que não conhecíamos. Estranhamos, sentimos mesmo até falta, se no horário, implicitamente marcado, o aceno lento do senhorzinho do prédio ao lado nos falta. Ele é do grupo de risco e uma preocupação súbita nos

---

<sup>1</sup> Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA/UFPA). E-mail 100gisoliveira@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Docente do Campus de Bragança (FACED/UFPA), Coordenadora do Curso de Especialização de Jovens e Adultos para Juventude (UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPSA/UFPA). E-mail: jdneves@ufpa.br.

invade, tememos pelo tão ilustre desconhecido. Pensamos o pior... Um pouco atrasado, lá vem ele no compasso lento do seu tempo, aliviando nossa sensação de mal-estar. Atrasado?!? Para quê? Para quem? Temos tempo e os tempos são outros.

Entreabertas, as janelas nos permitem ver a aproximação familiar. Há quanto tempo não falávamos com parentes ou amigos? São primos, tios, avós. Meus Deus! Quanta gente querida, de cuja existência sequer lembrávamos ou se lembrávamos era num espaço tão breve de tempo que não tardava voltar ao esquecimento.

Esquecimento? Quem em sã consciência se esquece de visitar, procurar, ligar para seus próprios pais? Ah, lembrei! Nós, seres ditos humanos que desumanizados em nossas carreiras, na vida acadêmica, nas obrigações sociais trilhamos por caminhos retos e asfálticos, e não nos permitimos entrecortar por vielas, atalhos, veredas de sentimentos que se perderam ou deixaram aguardar empoeirados num canto da vida racional e prática.

Não, não entramos em isolamento social! Há tempos estamos isolados. Mas agora, no abrir das janelas, de repente nos aproximamos do mundo! A China nunca foi tão perto! Mesmo nas breves piadas: Nem aqui, nem na China. Pelo menos, virtualmente mais perto. São novos tempos e nada será como antes, tudo mudou, as normalidades são outras e nós estamos mudando. Estamos mais antenados, buscamos aplicativos para a realização de vídeos chamadas, reuniões, conferências, videoaulas. Certa vez, ouvi de um amigo que as reuniões de trabalho deveriam ser feitas em pé para que não demorassem tanto. Hoje, ironicamente, que falta elas nos fazem. Baixamos aplicativos para vermos pessoas que sequer ouvíamos as vozes, era deselegante enviar áudios longos e, em geral, no WhatsApp o recado era claro: **SÓ CHAMADAS URGENTES**. Hoje temos urgência em chamar, ver e ouvir através de pequenas janelas virtuais abertas em celulares ou computadores.

De janelas e sacadas, aprendemos e ensinamos novas lições, batemos e ouvimos panelas que tocam, sempre à mesma hora, uma amarga sinfonia. E da luz que agora atravessa a janela, outrora tão escura, buscamos outras formas de caminhar. Felizmente, passamos a ver e sentir o calor dos aplausos para aqueles que passaram a ser reconhecidos como os nossos heróis sem capa, sem superpoderes, sem filmes da DC ou da Marvel, sem nomes estampados em jornais e revistas, mas escritos na incrível narrativa: **A HUMANIDADE contra COVID-19**, cujos capítulos contam as muitas histórias vividas além das nossas janelas. Tenho pelo menos 200 vizinhos, conheço alguns. Da abertura de minha janela, contemplo-os. Quisera eu poder abraçá-los.





Fonte: Acervo pessoal.

**Data de submissão:** 05.08.2020  
**Data de aprovação:** 27.10.2020

## **ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS**

## RESISTÊNCIAS CIDADINAS: A REATIVAÇÃO E REOCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS NA CAPITAL PERUANA

Indira Angela Eyzaguirre<sup>1</sup>

**Data de submissão:** 13. 08. 2020

**Data de aprovação:** 02. 11. 2020

Peru foi um dos primeiros países da América Latina em declarar quarentena total em todo seu território, mas mesmo assim, atualmente é o sétimo país com maior número de contagiados e falecidos, embora sua proporção territorial seja menor comparado com outros países. A cidade de Lima, capital peruana, é caracterizada por ser uma urbe ruidosa e uma das mais populosas, mas as dinâmicas cidadinas mudaram e foram-se reorganizando a partir das imposições legislativas restritivas do poder executivo. Um país onde a maioria dos trabalhadores são informais e vivem do dia-dia, em que a ocupação das ruas e espaços citadinos é um símbolo de resistência e existência de forma cotidiana. A pandemia com certeza deixou muitos países devastados, e na capital limenha peruana não foi diferente. Este ensaio é produto do projeto fotográfico “*Diario de cuarentena por las calles limeñas*”<sup>2</sup> que documenta a narrativa imagética da rotina cidadina nas ruas do centro de Lima desde o começo da pandemia no Perú. Esta narrativa fotográfica retrata a procura da solidariedade e a adaptação para enfrentar estes tempos pandêmicos de alguns comerciantes e moradores de rua. Assim como documentar a resistência nos espaços reocupados nessa nova face da capital peruana, as fotografias foram tiradas com câmera de celular e foram cuidadosamente editadas com o aplicativo *Adobe Lightroom*.

Diversos grupos sociais estão reocupando os espaços na capital peruana, muitas pessoas ganharam o “*bono universal*” que é um tipo de bolsa que o governo ofereceu aos grupos mais vulneráveis para “subsistir” nestes tempos pandêmicos, muitas delas reocupam espaços fora dos bancos aguardando nas filas enquanto leem o jornal com notícias da reativação da economia peruana. Existiram “*bonos*” para quase todos os grupos sociais, menos para os chamados informais que são de pequeno porte ou microempreendedores. Entre os grupos que ganharam estas bolsas, estão as empresas de mediano e alto porte como os bares localizados no centro de Lima. Todos os bares e áreas de lazer citadino foram fechados quando chegou a pandemia, mas recentemente, muitos deles estão recomeçando em formato de restaurantes por *delivery*.

Toda a rotina cidadina foi paralisada neste país, como em outras partes do mundo, mas na capital peruana recentemente percebe-se a reocupação dos espaços de lazer como as praças onde os jovens, mas sobretudo os mais velhos vão para relaxar com uma leitura, aguardando o tempo passar em uma tarde cálida no inverno da cidade de Lima. Definitivamente, o processo de retomar esse direito à cidade é evidente nas ruas limenhas, como é perceptível na resistência dos moradores de rua, entre eles os chamados “*jovens hippies*”, os mesmos que por todo este tempo “sumiram” das ruas. Mas com a reativação da cidade, eles voltam a resistir nos seus espaços, nas paradas dos semáforos, adaptando-se a uma nova rotina, a uma nova forma de segurança sanitária, a um “novo normal”.

O que move esta cidade, é o comercio praticado pela classe trabalhadora, os espaços e direitos são renovados pelos mesmos cidadãos diante de tantas políticas restritivas. É assim que então, surgem os novos direitos a partir dessa classe resistente onde também surge a

---

<sup>1</sup> Mestre em Biologia na área de ecologia socioambiental. Escritora, fotógrafa e desenhadora freelance. Possui diversas publicações de poemas, ensaios e artigos. Instituição/Afiliação Universidade Federal do Pará, Campus Bragança

<sup>2</sup>Projeto em processo de edição para ser publicado em: <https://linktr.ee/indieyzaguirre>.

solidariedade cidadina, principalmente a ajuda entre os trabalhadores de rua, os chamados de “ambulantes” ou “informais”.

O direito à vida urbana, transformada, renovada [...]. No seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas [...]. Surgem direito [...] direitos das idades e dos sexos (mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrumentação e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação. Apesar, ou através das gigantescas destruições [...]. A pressão da classe operaria foi e continua a ser necessária (mas não suficiente) para o reconhecimento desses direitos, para a sua entrada para os costumes, para a sua inscrição nos códigos, ainda bem incompletos. (LEFEBVRE, 2010, p. 116-117).

No meio destes direitos dos sexos, direitos de idades, surge a cooperatividade entre estes grupos, principalmente diante de possíveis “ameaças” neste ecossistema urbano. Estas possíveis ameaças vão desde o assédio do grupo militarizado que fiscaliza as ruas em prol da ordem e segurança sanitária e até o assédio da prensa que etiqueta aos informais como irresponsáveis<sup>3</sup>, por saírem às ruas vender seus produtos sem ter nenhum dever de segurança sanitária. Desta forma, estes chamados “informais” reagem de forma solidaria, ajudando-se entre eles, formando grupos pequenos, como os grupos de muitas mulheres que se comunicam entre elas quando vem a prensa ou mesmo os fiscalizadores. São códigos criados a partir dessa resistência da classe trabalhadora, uma adaptação constante a uma nova realidade. Estes comportamentos, são de qualquer forma, solidários diante da falta de ofertas de trabalhos, a promessa do crescimento econômico e trabalho descente. Embora os contínuos comentários da pensa, existem muitos vendedores de rua ou “ambulantes” que são muito responsáveis em seus negócios, desde o vendedor de moedas antigas até o vendedor de dozes e bolachas, os mesmos que tem um álcool na mão, máscaras, careta de proteção e até tem sinalizado seu lugar de trabalho no seu espaço recuperado - a rua.

A economia informal foi retrasada em todos os países pela nova pandemia, já que estamos em uma recessão histórica que impacta aos mais vulneráveis, principalmente aos informais como é mencionado no relatório nas metas do ODS 8<sup>4</sup>. Os mesmos que foram esquecidos pelos atuais “bonos” à esta classe por não serem formais ou não ter porte de medianas ou grandes empresas. Toda esta reorganização, mas de forma inclusiva e que respeite o grupo trabalhador teve que ser pensada de forma que não existam programas governamentais que impossibilitem o acesso destes benefícios aos mais vulneráveis. Os programas puderam ser planejados em prol do direito à cidade, do genuíno desenvolvimento que inclua emprego produtivo e trabalho decente para todos:

O coronavírus em 2020 causou mudanças abruptas e profundas, retardando ainda mais a economia. Isso está causando um impacto adverso nos mercados de trabalho do mundo, principalmente em trabalhadores informais, trabalhadores por conta própria, assalariados diários e trabalhadores de setores com maior risco de interrupção. De fato, podemos esperar o maior aumento no desemprego global desde a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, a crise representa uma séria ameaça à segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores e pode aumentar o risco de trabalho infantil. São necessárias medidas políticas urgentes para apoiar as empresas, aumentar a demanda de trabalho e preservar os empregos existentes - especialmente para os mais vulneráveis - para alcançar emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens. (ONU, 2020, p. 40).

<sup>3</sup> Ver o jornal: <https://rpp.pe/lima/actualidad/coronavirus-en-peru-la-victoria-ambulantes-venden-comida-en-carretilas-sin-los-minimos-protocolos-de-bioseguridad-noticia-1278848>

<sup>4</sup> <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/economic-growth/>

Os espaços citadinos da capital peruana em tempos pandêmicos possuem dinâmicas peculiares de grandes cidades, onde a economia é movimentada pela informalidade e onde a vida cidadina foi voltando aos poucos com a reocupação dos espaços. Embora os esforços das decisões políticas sobre a contenção deste novo vírus estiveram presentes, não foram suficientes para contê-lo, já que sofremos as externalidades da pandemia e nem tanto os efeitos diretos da doença. Desta forma, a pandemia só revelou os problemas de mais de dez anos no sistema, de saúde, de educação, e demais setores. Sendo assim, ainda é necessária a implementação de programas governamentais que além de ser paternalistas, devem ser de assistência social bem planejada pensando na sustentabilidade ao longo do tempo e não apenas que ofereçam “*bonos*” a uma população que por história, é resistente.

## REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2010.

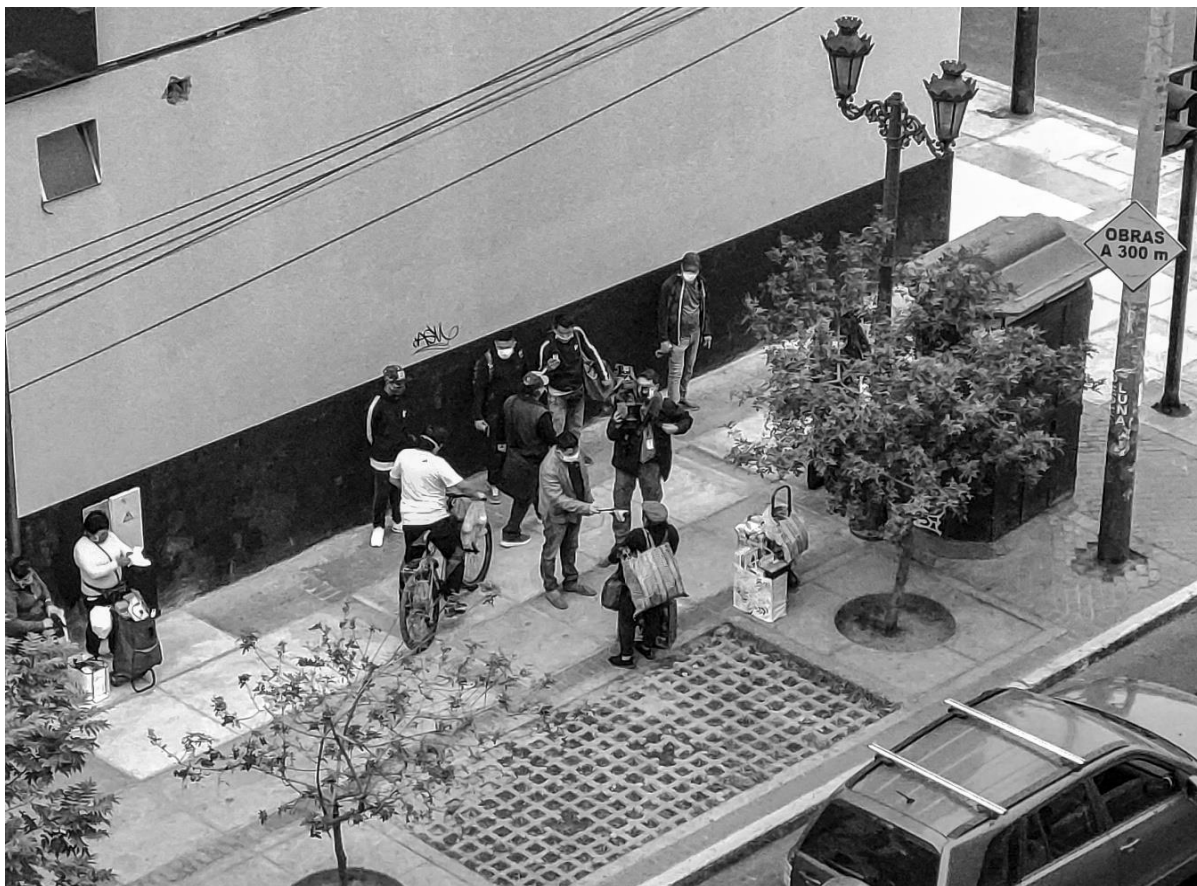
ONU. **The sustainable development goals report 2020**. Unites Nations. 2020.















## **VÍDEOS ETNOGRÁFICOS**



**UMA VIAGEM PELOS SABERES DA TRADIÇÃO: Uma experiência vivida com os ceramistas da “Vila Que Era” em Bragança-PA (Parte 1)<sup>1</sup>**

**A JOURNEY THROUGH THE KNOWLEDGE OF TRADITION: An experience lived with the “Vila Que Era” ceramists in Bragança-PA (Part 1)**

Samuel Antonio Silva do Rosario<sup>2</sup>  
Jocenilda Pires de Sousa do Rosario<sup>3</sup>  
Carlos Aldemir Farias da Silva<sup>4</sup>

**Sinopse:** O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará. O vídeo retrata alguns saberes desenvolvidos pelo ceramista Josias Furtado, desde a navegação pelo rio da região até o momento de retirada da argila, uma prática desenvolvida por sua família há gerações, que envolve relações diretas com o rio, a floresta e com a argila. Na captura das imagens foi usada uma máquina Nikon Coolpix P520.

**Palavras-chave:** Saberes, Argila, Tradição.

---

<sup>1</sup> Está parte da pesquisa foi realizada com o senhor Josias Furtado, mestre artesão que produz peças a partir da argila.

<sup>2</sup> Professor do Instituto Federal do Pará – IFPA (Campus Marabá Industrial), Doutorando em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM-UFPA), Mestre em Matemática (UFPA), Especialista em Matemática e Ciências Naturais (FCV), Especialista em Ciências Biológicas (FAERPI), Graduado em Matemática (UEPA), Graduado em Ciências Biológicas (UNIASSELVI), E-mail: samuel.rosario@ifpa.edu.br

<sup>3</sup> Doutoranda em Estudos Literários (UFPA), Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). E-mail: joufpa16@gmail.com

<sup>4</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM-UFPA). Pós-doutorado (UFRN), Doutor em Ciências Sociais-Antropologia (PUC/SP), Mestre em Educação (UFRN), Graduado em Ciências Sociais-Antropologia (UFRN). E-mail: carlosfarias1@gmail.com

**Synopsis:** The present work is part of a doctoral research under development in the Graduate Program in Education in Science and Mathematics at the Federal University of Pará. The video portrays some knowledge developed by the ceramist Josias Furtado, from navigation through the region's river to moment of clay removal, a practice developed by his family for generations, which involves direct relations with the river, the forest and with the clay. A Nikon Coolpix P520 camera was used to capture the images.

**Keywords:** Knowledge, Clay, Tradition.

**FICHA TÉCNICA:**

**Produção:** Samuel A S do Rosario, Jocenilda P S do Rosario e Carlos Aldemir Farias da Silva

**Imagens/Operador de Câmera:** Samuel A S do Rosario e Jocenilda P S do Rosario

**Edição:** Samuel A S do Rosario

**Roteirista/Texto:** Samuel A S do Rosario e Jocenilda P S do Rosario

**CREDITS:**

**Production:** Samuel A S do Rosario, Jocenilda P S do Rosario e Carlos Aldemir Farias da Silva

**Images/Cameraperson:** Samuel A S do Rosario e Jocenilda P S do Rosario

**Edition:** Samuel A S do Rosario

**Scriptwriter/Text:** Samuel A S do Rosario e Jocenilda P S do Rosario



## **RESENHAS**

## RESENHA

NEVES, Alexandre. **Judite**. Uma história de pedofilia. Camaçari: A.N. da Silva, 2020.

Gutemberg Armando Diniz Guerra<sup>1</sup>  
Pensilvânia Diniz Guerra Santos<sup>2</sup>

A coragem para a escolha do tema é uma virtude germinal de um bom texto. Assumir isso no subtítulo, na capa, é manifestação dessa mesma coragem. Embora venha como romance anunciado na ficha catalográfica, *Judite* vem como história desde o subtítulo e por isso, de pronto, impressiona. Ao procurar em todo o texto a surrada máscara de “qualquer semelhança será mera coincidência”, não achamos. Então é história mesmo e essas histórias são muito sofridas. Lemos o primeiro capítulo, na calada da noite, e calamos por uns dias, digerindo a história do livro e do autor. Contivemos, nesses primeiros dias, nossa curiosidade e tivemos que ser mais disciplinados ainda ao retomar a leitura, porque o segredo principal da trama fica guardado até as últimas páginas. O narrador e a personagem principal têm uma ligação atávica e se imbricam, deixando no ar uma indagação se essa forma é apenas um recurso ou se vai além da empatia que o autor tem pela sua personagem.

Conhecemos Alexandre Neves faz muito tempo, na casa de nossa mãe, em Salvador. Ele era um menino de tenra idade, com oito, dez, doze anos. Fazia visitas esporádicas com sua mãe que cozinhava para nossa amada genitora. O contato se refez muitos anos depois (quantos?), com o anúncio de que Alexandre publicara um livro e que havia exemplares dedicados a nós. Conversamos muito sobre o encontro de anos atrás, da impressão que deixáramos nele por ter conversado, levado ele para passear na praia, no shopping center, na cidade de Salvador. Mais do que isso, pelo estímulo que lhe havíamos feito à leitura, mostrando e doando livros, comentando sobre o assunto.

*Judite, uma história de pedofilia* traz uma tensão muito forte ao longo de toda a narrativa, em fatos tabus narrados com detalhes. Violência contra mulheres de tenra idade e adultas. O destaque é para a pedofilia que vem anunciada desde o título, mas há, durante a narrativa, caso de traição, estupro, espancamentos, agressões morais e físicas, extrapolando o que o título pretende circunscrever.

Alexandre Neves consegue uma performance muito interessante em sua narrativa com o uso de recursos que dinamizam sua obra e que certamente lhe deram algum trabalho. A exposição em capítulos que fogem à cronologia linear é um desses pontos da elaboração do texto em torno do abuso feito à pequena Judite. Que lógica terá estabelecido ele para que assim fosse? O tempo gasto na construção do texto e a cobertura temporal que ele propõe de 12 longos anos, deixa uma interrogação: o que terá ele mudado nesse longo período de elaboração? Que recuos, censuras, revelações ele terá feito e exercitado nesse período? Que ligações vivenciais tem o autor e sua personagem?

Outro ponto que merece destaque é o cuidado com as passagens erotizadas, mesmo quando as cenas têm a exposição explícita de consumação do ato sexual. A cena em que Leda se

---

<sup>1</sup> Professor associado do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. Instituição/Afiliação: Universidade Federal do Pará. E-mail: gguerra@ufpa.br.

<sup>2</sup> Professora de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em Literatura Infantil e Leitura. Instituição/Afiliação: Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: pensilvaniadiniz@gmail.com.

entrega a Mário em ato concupiscente de traição a Mairon é muito mais um gesto ativo de Leda do que de Mário.

Aceitar a linguagem adulta de Judite, sua postura emancipada do ponto de vista da idade que ele explicita como 8 aninhos no ano do fato gerador da maior tensão do romance é um ponto vulnerável do texto. O convencimento pode vir ao assumirmos a empatia que o próprio Alexandre demonstra com a vítima. Não existe dor menina, dor criança. Dor é dor e atravessa todo o tempo da existência humana, principalmente essa que se dá com a violência do estupro, do ato forçado antecipando ou atribuindo libidos que ainda não se revelaram.

Sabemos que agressões dessa natureza (pedofilia) ocorrem em todos os segmentos sociais. Choca-nos o fato de que o incesto seja uma das formas mais comuns e, no caso narrado, de forma brutal por figuras cuja função imediata está associada à proteção. Pai e avô são cúmplices do crime hediondo do qual Judite é a principal vítima, mas não de menor importância o que sofre Leda por seu marido! Os agressores se apresentam reivindicando atenuantes como a doença, no caso de Barnabé, violador de Judite, Mairon, traído por Judite. Nem a doença, nem a traição justificam a violência.

Ficamos tentando enquadrar essa obra em uma das gavetas de critérios de classificação. É uma peça de denúncia, de resistência, de superação, embora assuma que a ferida continua aberta.

O cenário é rural, em um contexto de trabalho e cotidiano camponeses do interior da Bahia, e foca na localidade nomeada como Vale de Tororó, cuja sede é a cidade de Massapê. Sair do circuito local é ir muito longe, pelo que sugere Alexandre, a lugares que não merecem ser nominados, genericamente identificados como Sul. Um pouco mais de elaboração poderia nomear esses lugares com mais carga de verossimilhança, o que a nosso ver daria força ao romance inaugural de Alexandre Neves.

A capa, de autoria de Uanderson Pereira, é um trabalho que evoca elementos marcantes do ponto de vista semiótico, e que estão no texto, representa e dialoga com o texto: uma garota negra, abraçada a um livro ou caderno escolar, de olhos fechados com lágrimas escorrendo na face, em fundo sombrio com figuras que lembram garras ameaçadoras, como se o livro ou o caderno fossem a sua única proteção.

No texto, a garota se relaciona com livros e tem na biblioteca de sua escola um refúgio. Prática, depois de violentada, escrever nas últimas páginas em branco de livros, o que aconteceu com ela. É como se essa história nunca tivesse abrigo nos livros, nas bibliotecas e como se as últimas páginas em branco dos livros estivessem lá aguardando que as pessoas escrevessem o que lhes falta, às pessoas e aos livros.

Recomendamos leitura a pessoas envolvidas com o tratamento de crianças e mulheres que tenham sofrido esses tipos de violências tanto quanto aos amantes da literatura, em particular àqueles que nela se iniciam, buscando dar densidade romanesca aos nossos problemas cotidianos, no qual a violência infantil e feminina é muito evidente.

O livro pode ser adquirido diretamente com o autor pelo endereço alexandreescreve@hotmail.com.

**Data de submissão:** 15. 07. 2020

**Data de aprovação:** 15. 07. 2020



**Nova Revista Amazônica**

[novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com](mailto:novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com)